

ÍNDICE

REUNIÃO DIA 28.01.86

A.I Igarapé do Caucho/AC
A.I Poyanawa/AC
A.I Boca do Acre/AM
A.I Kaxarari/AM-RO

REUNIÃO DIA 25.02.86

A.I Andirá-Marau/AM
A.I Caititu/AM
A.I Karajá/Santana do Araguaia/PA
A.I SANGRADOIRO VOLTA GRANDE/MT

REUNIÃO DIA 11.03.86

A.I Camicuã/AC
A.I Canauanim/RR
A.I Tenharim/AM
A.I Zuruahã/AM
A.I Nhamundá-Mapuera/AM
A.I Anta/RR
A.I Kulina do Médio Juruá/AM
A.I Pium/RR
A.I Karitiana/RO
A.I Raimundão/RR
A.I Rio Biá/AM
A.I Tauamirim/AM

REUNIÃO DIA 21.03.86

A.I Mãe Maria/PA

REUNIÃO DIA 11.04.86

A.I Wassu-Cocal/AL
A.I Rio Branco/RO
A.I Pirajuí/MS
A.I Geralda-Toco Preto/MA
A.I Tirecatina/MT
A.I Utiariti/MT
A.I Kanamari

REUNIÃO DIA 13.08.86

A.I SÃO Pedro/AM
A.I Jaminwá/AC
A.I Apurinã Km 124/AM
A.I Cacau de Tarauacá/AM
A.I Padre/AM
A.I Trincheira/AM
A.I Kaxinawá da Aldeia Nova Olinda/AC
A.I Kulina do Rio Envira/AC

REUNIÃO DIA 15.10.86

A.I Rio Mequens/RO
A.I Macarrão/AM
A.I Merure/MT
A.I Arara do Igarapé Humaitá/AC
A.I Tubarão Latundê/RO
A.I Koatinemo/PA

REUNIÃO DIA 05.11.86

A.I Rio Areia/PA
A.I Kariri Xocó/AL
A.I Araribá/SP
A.I Araribóia/MA
A.I Aripuanã/MT
A.I Araweté/PA
A.I Juminá/AP
A.I Menkü/MT
A.I Rio Paru D'Este/PA
A.I Roosevelt/MT
A.I Sai Cinza/PA

REUNIÃO DIA 10.12.86

A.I Itariri(Serra dos Itatins)/SP >
A.I Guarani da Barragem/SP x
A.I Boa Vista do Sertão Promirim/SP x
A.I Guarani do Ribeirão Silveira/SP
A.I Jaraguá/SP >
A.I Krukutu/SP >
A.I Kraolândia/GO
A.I Rikbatsa/MT
A.I Umutina/MT
A.I Kaingang de Iraí/RS
A.I

REUNIÃO DIA 10.12.87

ITARIRI/SP
GUARANI DA BARRAGEM/SP
BOA VISTA DO SERTÃO PROMIRIM/SP
GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA/SP
JARAGUÁ /SP
KUKUTU/SP
KRAOLÂNDIA/GO
RIKBATSA/MT
UMUTINA/MT
KAINGANG DE IRAÍ/RS

- 1) CT -003 /PRESI/511/86 de 05.12.86 - Encaminha Dossiês
- 2) ATA DA 13ª Reunião - GT 88.118/83 de 10.12.86
- 3) PARECER Nº 143 de 10.12.86 - A.I ITARIRI
- 4) PARECER Nº 144 de " - A.I GUARANI DA BARRAGEM
- 5) PARECER Nº 145 de " - A.I BOA VISTA DO SERTÃO PROMIRIM
- 6) PARECER Nº 146 de " - A.I GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA
- 7) PARECER Nº 147 de " - A.I JARAGUÁ
- 8) PARECER Nº 148 de " - A.I KUKUTU
- 9) PARECER Nº 149 de " - A.I KRAOLÂNDIA
- 10) PARECER Nº 150 de " - A.I RIKBATSA
- 11) PARECER Nº 151 de " - A.I UMATINA
- 12) PARECER Nº 153 de " - A.I KAINGANG DE IRAÍ
- 13) CT Nº 0146/SUAF/FUNAI 24.12.86 - Encaminha Pareceres
- 14) DECRETO Nº 94.220 de 14.04.87 - BOA VISTA DO SERTÃO PROMIRIM
- 15) DECRETO Nº 94.221 de " - JARAGUÁ
- 16) DECRETO Nº 94.222 de " - KUKUTU
- 17) DECRETO Nº 94.223 de " - BARRAGEM
- 18) DECRETO Nº 94.225 de " - ITARIRI
- 19) DECRETO Nº 94.568 de 08.07.87 - GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA
- 20) E M Nº 18 A.I - BOA VISTA DO SERTÃO PROMIRIM
- 21) E M Nº 19 A.I - JARAGUÁ
- 22) E M Nº 20 A.I - KUKUTU
- 23) E M Nº 21 A.I - BARRAGEM
- 24) E M Nº 22 A.I - RIO BRANCO
- 25) E M Nº 23 A.I - ITARIRI

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 018/87

09.04.87

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submetemos à superior consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que visa a definição dos limites e a homologação da demarcação da Área Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, localizada no Município de Ubatuba, no Estado de São Paulo, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI e pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, que opinou pela sua aprovação, através do Parecer nº 145/86.

A Área Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, com superfície de 801 ha (oitocentos e um hectares) e perímetro de 13.245 m (treze mil, duzen


tos e quarenta e cinco metros), destina-se principalmente a preservar o *habitat* imemorial do grupo indígena Guarani.

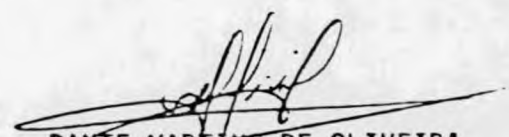
Os Índios Guaranis são originários do Vale do Paraná, no Paraguai. Embora já adaptados à civilização, ainda conservam suas antigas crenças religiosas, tradições, cultura e modo de vida (são exímios caçadores). Apenas os homens se comunicam em português. As mulheres e crianças sô falam guarani. Têm estatura baixa, cabelos pretos e lisos, conservando todas as características fí-sicas da raça. Estima-se que no Estado de São Paulo habitam de 1.500 a 2.000. Muito místicos, sempre viveram em busca da "terra sem males", região paradisí-a que acreditam existir no litoral, daí o lento deslocamento empreendido atra-vés dos tempos naquela direção.

Na área em apreço existem 03 (três) ocupantes não-índios, e ben-feitorias que importam atualmente em Cz\$ 106.833,05 (cento e seis mil, oitocen-tos e trinta e três cruzados e cinco centavos). Conforme entendimentos entre a SUDELPA e a FUNAI, o reassentamento dos ocupantes será promovido por aquele ór-gão estadual, cabendo à FUNAI o pagamento das indenizações.

A Área Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim foi homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, através de despacho de 18 de abril de 1986, publicado no Diário Oficial do Estado a 19.04.86.

No ensejo, renovamos a Vossa Excelência a manifestação do nosso mais profundo respeito e consideração.


RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior


DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 019/87

09.04.87

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submetemos à superior consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que visa a declaração de limites e a homologação da demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI e pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, da Área Indígena Jaraguá, localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

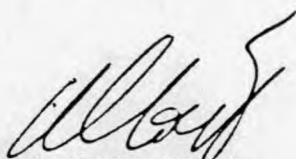
A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela FUNAI e pela SUDELPA, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983 que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela sua aprovação, através do Parecer nº 147/86.


A Área Indígena Jaraguá foi homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, através de despacho de 30.06.86, publicado no Diário Oficial do Estado a 06.09.86. Com Superfície de 1,76 ha e perímetro de 817,60 m, destina-se a preservar o *habitat* imemorial do grupo indígena Guarani e a garantir-lhe fontes de subsistência.

Os Índios Guaranis são originários do Vale do Paraná, no Paraguai. Embora já adaptados   civilização, ainda conservam suas antigas crenças religiosas, tradições, cultura e modo de vida (são exímios caçadores). Apenas os homens se comunicam em português. As mulheres e crianças s  falam guarani. Têm estatura baixa, cabelos pretos e lisos, conservando todas as características físicas da raça. Estima-se que no Estado de São Paulo habitam de 1.500 a 2.000. Muito místicos, sempre viveram em busca da "terra sem males", região paradisíaca que acreditam existir no litoral, daí o lento deslocamento empreendi-do através dos tempos naquela direção.

Na  rea em apreço existe 01 (um) ocupante não- ndio, e benfeitorias implantadas de boa-fé que importam em Cz\$ 224,43 (duzentos e vinte e quatro cruzados e quarenta e três centavos). Conforme entendimentos entre a FUNAI e a SUDELPA o reassentamento do ocupante será promovido por aquele órgão estadual, cabendo à FUNAI o pagamento das indenizações.

No ensejo, renovamos a Vossa Excelência a manifestação do nosso mais profundo respeito.


RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior


DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 020/87

09.04.87

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submetemos à superior consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto, que visa a declaração de ocupação indígena e a homologação da de marcação administrativa da **Área Indígena Krukutu**, localizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, conforme preceitua o Decreto nº 88.118/83.

A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI e Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, foi submetida ao Grupo instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983 que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela sua aprovação, através do Parecer nº 148/86.

Os Índios Guaranis são originários do Vale do Paraná, no Paraguai. Embora já adaptados   civilização, ainda conservam suas antigas crenças religiosas, tradições, cultura e modo de vida (são exímios caçadores). Apenas os homens se comunicam em português. As mulheres e crianças são falam guarani. Têm estatura baixa,

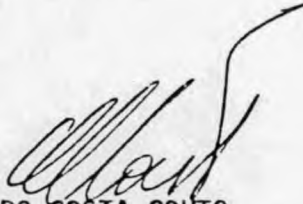
cabelos pretos e lisos, conservando todas as características físicas da raça. Es tima-se que no Estado de São Paulo habitam de 1.500 a 2.000. Muito místicos, sem pre viveram em busca da "terra sem males", região paradisíaca que acreditam exis tir no litoral, daí o lento deslocamento empreendido através dos tempos naquela direção.

A Área Indígena Krukutu, com superfície de 25,88 ha e perímetro de 2.808,29m, destina-se principalmente a preservar o *habitat* imemorial do grupo in dígena Guarani, garantindo sua subsistência e sobrevivência.

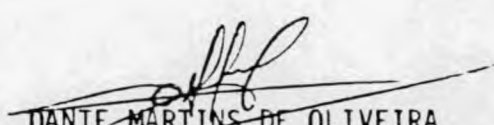
Na área em apreço não existem ocupantes não-índios.

A demarcação da Área Indígena Krukutu foi aprovada pelo Governo do Estado de São Paulo, através do despacho publicado no Diário Oficial do Estado, de 20 de abril de 1985.

No ensejo, renovamos a Vossa Excelência a manifestação do nosso mais profundo respeito.



RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior



DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 021/87

09.04.87

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submetemos à superior consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que trata da declaração de ocupação indígena e da homologação da demarcação administrativa da Área Indígena Barragem, localizada no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

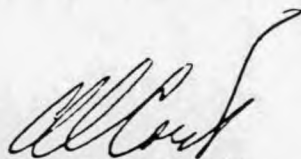
A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI e pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983 que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela sua aprovação, através do Parecer nº 144/86.

A Área Indígena Barragem, com superfície de 26,30 ha e perímetro de 2.153,83 m, destina-se principalmente a preservar o *habitat* imemorial do grupo indígena Guaraní.

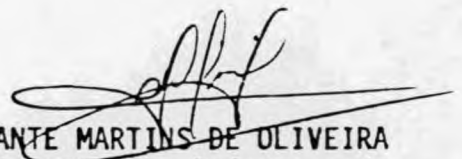
Os Índios Guaranis são originários do Vale do Paraná, no Par guai. Embora já adaptados   civilização, ainda conservam suas antigas crenças religiosas, tradições, cultura e modo de vida (são exímios caçadores). Apenas os homens se comunicam em português. As mulheres e crianças são falam guaran . Têm estatura baixa, cabelos pretos e lisos, conservando todas as características físicas da raça. Estima-se que no Estado de São Paulo habitam de 1.500 a 2.000. Muito místicos, sempre viveram em busca da "terra sem males", região pa-radisi aca que acreditam existir no litoral, daí o lento deslocamento empreendi-do através dos tempos naquela direção.

Na  rea em apreço existem construções pertencentes à ex-Rádio Tup , importando as benfeitorias em Cz\$ 103.353.25 (cento e três mil, trezentos e cinquenta e três cruzados e vinte e cinco centavos), valor a ser pago pela FUNAI.

No ensejo, apresentamos a Vossa Excelência a manifestação do nos-so mais profundo respeito.



RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior



DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

09.04.87

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 022/87

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submetemos à superior consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto, que visa a homologação da demarcação da Área Indígena Rio Branco, localizada nos Municípios de Itanhaém, São Paulo e São Vicente, Estado de São Paulo, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI -, e pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 022, de 17 de março de 1983 que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela sua aprovação, através do Parecer nº 157/87.

A Área Indígena Rio Branco, com superfície de 2.856,10 ha e pe

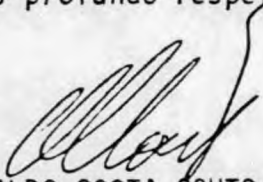
rímetro de 36.045,00 m, destina-se a preservar o *habitat* imemorial do grupo indígena Guarani e a garantir sua subsistência.


Os Índios Guaranis são originários do Vale do Paraná, no Paraguai. Embora já adaptados   civilização, ainda conservam suas antigas crenças religiosas, tradições, cultura e modo de vida (são exímios caçadores). Apenas os homens se comunicam em português. As mulheres e crianças s  falam guarani. Têm estatura baixa, cabelos pretos e lisos, conservando todas as caracter sti as físicas da raça. Estima-se que no Estado de São Paulo habitam de 1.500 a 2.000. Muito místicos, sempre viveram em busca da "terra sem males", região paradis tica que acreditam existir no litoral, daí o lento deslocamento empreendido através dos tempos naquela direção.

Na  rea em apreço existem 02 (dois)  cupantes não-índios, e as benfeitorias implantadas, consideradas de boa-fé, importam em Cz\$ 41.262,29 (quarenta e um mil duzentos e sessenta e dois cruzados e vinte e nove centa os) cabendo à SUDELPA proceder o reassentamento dos ocupantes não-índios, ficando a cargo da FUNAI o  nus das indenizações correspondentes.

A demarcação da  rea Indígena Rio Branco foi aprovada pelo Governo do Estado de São Paulo, através do despacho publicado no Diário Oficial do Estado, de 20 de abril de 1985.

No ensejo, renovamos a Vossa Excelência a manifestação do nosso mais profundo respeito.


RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior


DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

09.04.87

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 023/87

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Submetemos à superior consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que trata da declaração de ocupação indígena e da homologação da demarcação administrativa da Área Indígena Itariri (Serra dos Itatins), localizada no Município de Itariri, no Estado de São Paulo, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

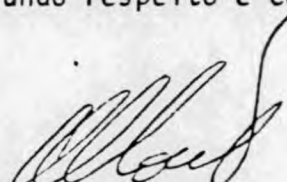
A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI e pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983 que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela sua aprovação, através do Parecer nº 143/86.

A Área Indígena Itariri (Serra dos Itatins), conforme trabalhos de campo efetuados pela SUDELPA e FUNAI, homologados pelo Governo do Estado de São Paulo através de despacho assinado em 19.04.85, apresenta superfície de 1.212,47 ha e perímetro de 21,5 Km, destinando-se principalmente a preservar o *habitat* do grupo indígena Guarani e a garantir-lhe a subsistência presente e futura.

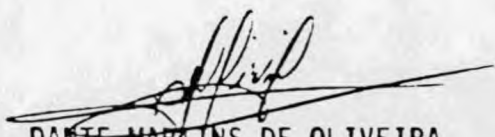
Os Índios Guaranis são originários do Vale do Paraná, no Paraguai. Embora já adaptados   civilização, ainda conservam suas antigas crenças religiosas, tradições, cultura e modo de vida (são exímios caçadores). Apenas os homens se comunicam em português. As mulheres e crianças são falam guarani. Têm estatura baixa, cabelos pretos e lisos, conservando todas as características físicas da raça. Estima-se que no Estado de São Paulo habitam de 1.500 a 2.000. Muito místicos, sempre viveram em busca da "terra sem males", região paradis ica que acreditam existir no litoral, daí o lento deslocamento empreendido através dos tempos naquela direção.

Na  rea em apreço existem 07 (sete) ocupantes não-índios e benfeitorias que importam em Cz\$ 164.726,72 (cento e sessenta e quatro mil setecentos e vinte e seis cruzados e setente e dois centavos). Conforme entendimentos entre a SUDELPA e a FUNAI, o reassentamento dos ocupantes será promovido por aquele órgão estadual, cabendo à FUNAI o pagamento das indenizações.

No ensejo, renovamos a Vossa Excelência a manifestação do nosso mais profundo respeito e consideração.



RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior



DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

Decreto nº 94.568, de 08 de julho de 1987

Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da área de terra que menciona, no Estado de São Paulo, e das outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 29, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001/73,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos Índios Guarani, para efeito do artigo 49, item IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas nos municípios de Santos e de São Sebastião, no Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas 23º 43' 38,025"S e 45º 48' 49,370"WGr., localizado na cabeceira do Ribeirão Vermelho; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância de 219 38' 52" NE 85,27m até o ponto 02 de coordenadas geográficas 23º 43' 35,454"S e 45º 48' 48,243"WGr., localizado no espigão divisor do Ribeirão Silveira e Ribeirão Vermelho; daí, segue pelo citado espigão na distância aproximada de 2.300m até o ponto 03 de coordenadas geográficas 23º 42' 57,738"S e 45º 47' 45,641"WGr., localizado na linha divisória dos municípios de Santos e São Sebastião; daí, segue pela citada divisa na distância aproximada de 280m, até o ponto 04 de coordenadas geográficas 23º 42' 50,447"S e 45º 47' 40,830"WGr., localizado na linha que define a cota altimétrica de 400m; daí, segue pela citada cota altimétrica por uma distância aproximada de 3.700m até o ponto 05 de coordenadas geográficas 23º 42' 49,429"S e 45º 46' 45,206"WGr., localizado no espigão divisor do Ribeirão Silveira e Ribeirão Água Boa. LESTE: do ponto antes descrito, segue pelo citado espigão divisor na distância aproximada de 2.500m, até o ponto 06 de coordenadas geográficas 23º 43' 56,965"S e 45º 48' 54,289"WGr., localizado na margem esquerda do Ribeirão Silveira; daí, segue no sentido jusante pelo citado ribeirão na distância aproximada de 1.000m até a confluência no Ribeirão Vermelho, no ponto 07 de coordenadas geográficas 23º 44' 22,104"S e 45º 46' 43,814"WGr.; SUL/OESTE: Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo Ribeirão Vermelho, na distância aproximada de 7.300m, até o ponto 01 inicial da descrição.

Parágrafo Único - Fica homologada a demarcação administrativa da área descrita neste artigo, que se denominará Área Indígena Guarani do Ribeirão Silveira, realizada pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, conforme convênio firmado com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 08 de julho de 1987, 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY

Everardo de Almeida Maciel

Marcos de Barros Freire

autorizadas, no âmbito da Secretaria Especial de Informática, no corrente exercício, de US\$ 600 milhões para US\$ 750 milhões. "Aprovo. Em 07.07.87."

CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

Parecer

Nº SR-030, de 6/7/87. "Aprovo. Em 7/7/87." (Processo nº 28870.001227/84) encaminhado ao Ministro de Estado do Interior).

PROCESSO Nº 28870.001227/84

INTERESSADO : Ministros do Interior e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

EMENTA : Homologação da demarcação administrativa da Área Indígena GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA (SP). Proposta formalizada pelos Ministros do Interior e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Manifestação favorável da FUNAI e de Grupo de Trabalho Interdisciplinar. Observância do procedimento estabelecido pelo Decreto nº 88 118/83. Terras habitadas pelos silvícolas. Domínio constitucional da União. Conceito de posse indígena: elementos que o compõem. Fidelidade da União Federal ao mandamento contido no artigo 198 da Carta Política. Tradição constitucional republicana. Sentido da proteção. Inoponibilidade de interditos possessórios à demarcação administrativa de terras indígenas. Ausência de impedimento jurídico à edição do decreto presidencial.

PARECER Nº SR-030

1. Os Senhores Ministros do Interior e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário submetem a Vossa Excelência "projeto de decreto", de conteúdo declaratório, pelo qual seriam reconhecidas "de ocupação dos índios Guarani terras situadas nos Municípios de São Sebastião e de Santos, no Estado de São Paulo", bem como seria homologada a "demarcação administrativa" daquelas terras que constituiriam a "Área Indígena Guarani do Ribeirão Silveira".

No documento em tela, diz-se que os índios Guarani se encontram "já adaptados à civilização", mas "conservam suas antigas crenças religiosas, tradições, cultura e modo de vida (são exímios caçadores)", aduz-se haver sido "aprovada", a "proposta de declaração da área indígena", pelo citado Grupo de Trabalho, "tendo em vista estudos antropológicos, cartográficos e fundiários e a demarcação administrativa realizada pela SUDELPA, que foi homologada por despacho do Sr. Governador do Estado de São Paulo", e, ainda, é noticiado "que se acham em andamento, perante o MM. Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de São Sebastião, Estado de São Paulo, duas ações judiciais em que se discutem a posse e a titularidade das terras constantes do projeto de decreto ora proposto", as quais teriam "audiência de instrução e julgamento designada para o próximo dia 29 de setembro de 1987".

2. A seu turno, o Grupo de Trabalho composto de representantes da FUNAI, do MINTER, do MIRAD, e da SG/CSN, no Parecer nº 146, de 10.12.1986, expõe que:

Na época do descobrimento do Brasil os Guaranis, distribuíam-se por uma região que hoje abrange o Paraguai, o Norte da Argentina, o Uruguai e o Sudoeste brasileiro. O século XVI foi marcado pela presença jesuítica entre os Guaranis, formando as chamadas "Reduções". O século seguinte trouxe para os indígenas um decréscimo populacional, decorrente das expedições organizadas e promovidas pelos bandeirantes contra os Guaranis.

DTR. 161, p. 18/244

No século XVIII os Guarani foram alvo da "Guerra Guaranítica" promovida pelo Reino português o que os reduziu ainda mais.

No século XIX, inicia-se uma grande migração Guarani rumo ao litoral atlântico. Por volta de 1820, sob a direção de chefes religiosos que, apoiados em sonhos e visões, afirmavam estar próxima a destruição do mundo, diversos grupos Guarani rumaram em direção à "Terra sem Males", existente além do Oceano Atlântico.

Curt Nimuendaju, pesquisador que conviveu com os Guarani durante vários anos, afirma que tais migrações teriam ocorrido nos anos de 1824, 1870 e 1912.

Essa é a origem dos grupos Guarani que hoje se espalham pelo litoral paulista, dentre os quais está o de Ribeirão Silveira.

Para, em seguida a tal escorço histórico, assim descrever a "situação atual", no caso:

"As terras onde se encontra esse grupo Guarani, composto por cerca de 30 indivíduos excluindo-se a parte da reserva florestal, foram herdadas por Armando Jorge Peralta e outros. Estes pretendem implantar um projeto agropecuário na área e para tal começaram a abrir estradas dentro da mesma, atividade essa interrompida pelos índios que se julgaram lesados em seus direitos.

Consta que também um projeto de loteamento para casas de veraneio, com 5 mil terrenos, está prevista para a área, a cargo da empresa Fator Construtora.

A disputa dessas terras remonta a 1954 quando Domênico Ricciardi Maricondi e José Bastos da Silva interpuzeram INTERDIÇÃO PROIBITÓRIA contra o coronel da PM de São Paulo Homero dos Santos que, alegavam, havia invadido a propriedade que possuíam em condomínio.

O referido coronel, para provar seus direitos sobre as terras, alegou que os índios aí existentes haviam sido assentados por ele em 1947. No ano de 1963 os Srs. Domênico e José Bastos promoveram uma ação de REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra o referido Coronel Homero, ação esta ganha na Justiça de São Paulo no ano de 1978.

A partir de então várias tentativas foram feitas pelos Srs. Joaquim Feliciano da Silva Neto e Armando Jorge Peralta, herdeiros do espólio, no sentido de expulsar os índios aí residentes.

No ano de 1982 a comunidade indígena, com o apoio de advogados de São Paulo, interpôs EMBARGO DE TERCEIROS POSSUIDOR, nos autos da Ação de Reintegração de Posse movida por Joaquim Feliciano da Silva Neto e outros contra Homero Santos. No mesmo ano, a comunidade Guarani do Rio Silveira promoveu também uma Ação de MANUTENÇÃO DE POSSE CUMULADA COM PERDAS E DANOS E CONFINAÇÃO PENA contra o Sr. Armando Peralta, que havia aberto estradas na área por ele ocupada.

No início de 1983 a FUNAI contratou o advogado, Marcial Barreto Casabona para representá-la junto aos autos, requerendo a sua admissão como assistente litisconsorcial.

Este advogado pediu então que a FUNAI esclarecesse a extensão da área habitada pelo Guarani, "para que o litígio não verse sobre a área imprecisa ou maior do que a devida".

Apesar desta pendência, o Judiciário já decidiu que se trata de uma área indígena demarcada e homologada pelo Governo do Estado por força do Convênio FUNAI/SUDEPA, o que faz com que a pretensão dos autores seja infundada, conforme sentença expedida pelo Exmo. Juiz Maurício Lemos Porto Alves, em 30.04.86 - Processo 579/85 - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - proposta por JOSÉ AILTON DE SOUZA e VALDOMIRO SOARES DE MELO contra Ilário Nunes - Cacique da Área Indígena Rio Silveira.

SENTENÇA

"A área objeto do litígio se encontra inserida dentro da Área Indígena Rio Silveira, demarcada, descrita e caracterizada nos documentos de fls. 157-160. O pedido é juridicamente impossível, pois a lide tem objeto a área indígena e, nos termos do Art. 198 da Constituição Federal, o direito de exercício de posse sobre este imóvel é exclusivo e permanente dos silvícolas".

O levantamento fundiário levado a cabo por FUNAI/SUDEPA/INCRA, em julho/agosto de 1986, deu como resultado a presença de 03 ocupantes não-índios, não residindo no imóvel.

Destes, dois não tem definida a sua situação fundiária, enquanto que o terceiro (Joaquim Feliciano e outros), é titular de domínio. As benfeitorias consideradas de boa fé estão arcaçadas em Cr\$ 41.548,14 (quarenta e um mil quinhentos e quarenta e oito cruzados e quatorze centavos)."

E, tendo esclarecido que a

"eleição da presente área indígena foi realizada a partir dos estudos "in loco" realizados por um GT formado de sociólogo e engenheiro agrônomo desta Fundação, no mês de março de 1983. A área indígena perfaz um total de 948,40 ha, perímetro 17,165 km situados na Serra do Mar, litoral paulista. Parte dessa área, cerca de 40%, compõe-se de terras do Parque Estadual da Serra do Mar."

concluir:

"De todo o exposto e considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Guarani do Ribeirão Silveira, e tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossa Excelência, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer."

3. A leitura do Parecer nº 146/86 demonstra nele estarem expressamente mencionados, como lastro de sua conclusão, os "estudos "in loco" realizados por um GT formado de sociólogo e engenheiro agrônomo da FUNAI, em março de 1983", o "levantamento fundiário levado a cabo por FUNAI/SUDEPA/INCRA, em julho/agosto de 1986", e demarcação da área em realce, "por força do Convênio FUNAI/SUDEPA", demarcação "homologada pelo Governo do Estado"; dito parecer refere, ainda, qual se viu, elementos históricos da "migração Guarani rumo ao litoral atlântico", citando, "en passant", CURT NIMUENDAJU.

4. O exame dos autos, Senhor Presidente, convence-me de que estão suficientemente provadas a ocupação efetiva e a posse imemorial da área pelo grupo étnico em questão. A comunidade indígena dos Guarani existe. Encontra-se assentada na área demarcada, que constitui o seu habitat natural. Mela vive e dela extrai os recursos necessários à sua subsistência. As terras a serem demarcadas constituem sítios essenciais à caça, pesca, agricultura e à sobrevivência dos guaranis, conforme demonstrado ficou nos estudos realizados, que evidenciaram o caráter de imemorialidade da ocupação das mesmas por esse grupo tribal, além de positivados os aspectos históricos e antropológicos pertinentes.

Sabe-se, segundo elementos ministrados pelos autos, que "a presença dos índios guaranis no litoral do Estado de São Paulo, nos locais onde se situam as aldeias atuais, é registrada pelos mais importantes etnólogos especialistas neste grupo indígena, ALFRED METRAUX e CURT NIMUENDAJU, desde 1820..." (v. fls.).

Estudiosos da antropologia social fornecem-nos valiosos subsídios probatórios dessa antiga ocupação, pelos índios Guarani, do território demarcando. Cf., nesse sentido: MAURO CHERO-BIN, "Os Guarani do litoral do Estado de São Paulo", Dissertação apresentada para obtenção do grau de mestre em antropologia social no Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, 1981; THEKLA HARTMANN e SYLVIA CAIUBY NOVAES, "Estórias de bicho contadas por um Guarani", Publicações do Museu Municipal de Paulínia, n. 20, maio de 1982; MARIA BERNARDETTE ARANTES NOGUEIRA FRANCESCHINI, "Relatório do levantamento realizado nas aldeias Guarani do litoral paulista no segundo semestre de 1977."

Por essa razão, os Senhores Ministros do Interior e da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, fundados no Parecer nº 146/86, do Grupo de Trabalho referido no item nº 2 supra, encaminharam a Vossa Excelência, mediante Exposição de Motivos Interministerial, proposta deduzida nos seguintes termos:

"Submetemos à superior consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto que declara de ocupação dos índios Guarani terras situadas nos Municípios de São Sebastião e de Santos, no Estado de São Paulo, constituindo a Área Indígena GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA, e homologa a sua demarcação administrativa realizada pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDEPA, de acordo com o convênio firmado com a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Os índios Guarani são originários do Vale do Paraná, no Paraguai. Embora já adaptados à civilização, ainda conservam suas antigas crenças religiosas, tradições, cultura e modo de vida (são exímios caçadores). Apenas os homens se comunicam em português. As mulheres e crianças só falam guarani. Têm estatura baixa, cabelos pretos e lisos, conservando todas as características físicas da raça. Estima-se que no Estado de São Paulo habitam de 1.500 a 2.000. Muito místicos, sempre viveram em busca da "terra sem males", região paradisíaca que acreditam existir no litoral, daí o lento deslocamento empreendido através dos tempos naquela direção.

A proposta de declaração da Área Indígena foi aprovada pelo Grupo de Trabalho constituído de acordo com o Decreto nº 88.118, de 1983, tendo em vista os estudos antropológicos

Declara de ocupação dos indígenas MURA
área de terra no Município de Autazes,
no Estado do Amazonas, e dá outras pro
vidências.

O Presidente da República, no uso
das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal,
e tendo em vista o disposto nos artigos 29, inciso V e IX, 19 e 22 da Lei nº
6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A:

DTR-161, p-19/244

Art. 19 - Ficam declaradas de ocupação dos indígenas MURA,
para efeito dos artigos 49, IV e 192 da Constituição, as terras localizadas no
pela margem direita do referido Igarapé no sentido jusante até o ponto 8 de co
ordenadas geográficas aproximadas 099 06' 20"S e 709 35' 40"Wgr., situado na con
fluência com o Igarapé Preto. LESTE: do ponto 8 segue pela margem esquerda do
Igarapé Preto, no sentido montante até o ponto 9 de coordenadas geográficas apro
ximadas 099 15' 10"S e 709 42' 40"Wgr., situado na confluência com um Igarapé
sem denominação. SUL/OESTE: Do ponto 9 segue por uma linha de azimuth aproxi
mado 3279 52' na distância aproximada de 8.680,00 m até o ponto 10 de coordena
das aproximadas 099 11' 10"S e 709 45' 10"Wgr., situado na cabeceira do Igarapé
Macaco; daí, segue pela margem direita do Igarapé no sentido jusante até o pon
to 11 de coordenadas geográficas aproximadas 099 08' 10"S e 709 45' 40"Wgr., si
tuado na confluência com o Rio Envira; daí, segue por uma linha de azimuth apro
ximado 3119 na distância aproximada de 11.494,00 m até o ponto 1, inicial do pre
sente descritivo.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada
Área Indígena KAXINAWÁ DA ALDEIA NOVA OLINDA será demarcada administrativamente
pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 29. Este Decreto entrará em vigor na data de sua pu
blicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1986; 1659 da Independên
cia e da República.

JOSÉ SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

cos, cartográficos e fundiários e a demarcação administrativa realizada pela SUDILPA, que foi homologada por despacho do Sr. Governador do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 19 de abril de 1986...".

5. A d. outa Procuradoria-Geral da República, após interessante análise do regime constitucional das terras indígenas, manifestou-se, no que pertine à área demarcanda, nestes termos, in verbis:

"47. (...) nas reuniões do Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de apreciar os processos administrativos atinentes à demarcação de terra indígena, representante da Consultoria Jurídica do Ministério do Interior tem sustentado que o processo de demarcação administrativa há de ser sobrestado em face de qualquer pendência judicial. Invoca-se, em apoio desse entendimento, alguns pronunciamentos da Consultoria Jurídica-Geral da República (CJG), a propósito. Pareceres M-648, de 20/02/68; M-281, de 02/12/65; M-237, de 12/08/69; SR 020, de 14/02/87).

48. Como se sabe, as manifestações da Consultoria Geral da República traduzem sólida e tradicional orientação daquele órgão no sentido de se abster de emitir pronunciamento sobre controvérsia submetida ao Poder Judiciário. Cuida-se, à evidência, de um princípio de bom-senso que evita conclusões desarmônicas ou contraditórias.

49. É fácil de ver, porém, que a simples judicialização de um determinado caso não tem o condão de provocar, de per si, o sobrestamento de qualquer processo ou provimento administrativo. De resto, é dispensável dizer que a Consultoria Geral da República não emitiu qualquer manifestação nesse sentido. É a leitura perfunctória dos Pareceres referidos espanta qualquer dúvida que porventura pudesse pairar sobre o assunto.

50. Por outro lado, impende observar que, a par de flagrante violação do princípio da divisão dos poderes, o acolhimento da orientação esposada pelos ilustres membros da Consultoria Jurídica do Ministério do Interior (MIINTER) importaria, em última instância, no sobrestamento de atividades administrativas das mais relevantes. Assim, a propositura de qualquer ação, ainda que temerária, daria ensejo à suspensão dos procedimentos licitatórios, dos processos administrativos, em geral, das liquidações extrajudiciais, dos atos administrativos concernentes ao provimento de cargos, etc.

51. Como se vê, o absurdo da conclusão está a demonstrar o absurdo da premissa.

52. Finalizando, afigura-se oportuno recordar que, nos termos do art. 65, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, competia ao Executivo ter procedido à demarcação das terras indígenas, ainda não delimitadas, no prazo máximo de cinco anos. O descumprimento dessa norma legal, longe de autorizar qualquer procrastinação, parece sugerir maior diligência na concretização da vontade do legislador constituinte. (Cf. art. 198).

60. Dessarte, antes de assumir uma posição atenuadora do preceito constitucional em apreço, cumpre ao intérprete assegurar-lhe a plena força ou eficácia normativa (normative Kraft). Está atuando, assim, de forma compatível com o princípio de hermenêutica constitucional que recomenda a adoção de exegese que preserve a integral eficácia da norma constitucional (Princípio da Força Normativa da Constituição).

61. De resto, as razões inspiradoras do legislador constituinte não parecem assentar-se em mero sentimento de culpa, nem constituem expressão de um sentimentalismo naïf. Ao revés, considerou o Texto Magno que a preservação dos silvícolas com as suas características, culturas e crenças, constituía, em verdade, imperativo de uma sociedade que se pretende aberta. Vê-se, pois, que o preceito constitucional traduz o próprio reconhecimento de que existem valores e concepções diversos dos nossos, e de que o nosso modelo de desenvolvimento não é único. E, sobretudo, a regra constitucional revela a crença na adequada coexistência dessas diversidades como corolário de uma sociedade pluralista e justa.

Em face dessas considerações, entendemos inexistir qualquer vedação de índole constitucional, legal ou jurisprudencial que obste à realização do procedimento demarcatório previsto no art. 19, da Lei nº 6.001/73, regulamentado pelo Decreto nº 88.118/83."

6. As terras habitadas pelos silvícolas pertencem ao domínio constitucional da União. Incluem-se entre os bens incorporados ao patrimônio inalienável federal (v. Const., art. 4º, n. IV). Aham-se, portanto, submetidas ao regime de dominialidade pública, cuja nota mais expressiva reside em sua intangibilidade, posto que inalienáveis, insuscetíveis de constrição judicial e imprescritíveis.

Dai haver asseverado, a Carta Política de 1969, em preceito consubstanciado em seu artigo 198, que "as terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis, nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes".

As terras ocupadas constituem uma das categorias patrimoniais a que se reduzem as terras indígenas. É o que se dessume, nitidamente, do art. 17, n. 1, do Estatuto do Índio.

A posse indígena dessas áreas é induzida pela confluência de vários elementos que a tipificam e cuja inocorrência a desqualifica para os efeitos jurídico-constitucionais e legais.

Integram-lhe, o conceito, elementos (1) de ordem material (ocupação efetiva da terra), (2) de ordem antropológica (exercício possessório por silvícolas, consoante definição legal: ascendência pré-colombiana, singularidade do grupo étnico e autonomia cultural típica), (3) de ordem sociológica (utilização da terra como fator de preservação étnico-cultural e como espaço de contínua projeção dos usos, costumes e tradições indígenas) e (4) de ordem econômica (vinculação da posse à efetivação de atos necessários à subsistência individual ou coletiva, tais como a caça, a pesca, a habitação, a agricultura).

O eminente Ministro VICTOR NUNES LEAL, em voto prolatado no MS nº 16.443, ainda sob a égide da Carta de 1967 - e expressamente referido pela d. outa Procuradoria Geral da República, no estudo atrás mencionado - bem acentua esse ponto concernente ao conceito de posse indígena:

"... A Constituição atual dispõe que as terras ocupadas pelos silvícolas pertencem à União, mas o seu art. 186 reproduz o art. 216 da Constituição anterior, com este acréscimo: "... reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existente".

Parece, pois, que o simples fato de pertencerem à União as terras ocupadas pelos índios, não as sujeita integralmente ao regime local de venda dos bens públicos, dado o seu caráter de inalienabilidade. Não está envolvido, no caso, uma simples questão de direito patrimonial, mas também um problema de ordem cultural, no sentido antropológico, porque essas terras são o habitat das remanescentes das populações indígenas do País. A permanência dessas terras em sua posse é condição de vida e de sobrevivência desses grupos, já tão dizimados pelo tratamento recebido dos civilizados e pelo abandono em que ficaram.

A Constituição atual foi além da anterior, que só protegia a posse, porque ela também protege o usufruto exclusivo, pelos índios, dos recursos naturais e de todas as utilidades existentes nas terras. Pela Constituição, mesmo a alienação de certos frutos dessas áreas pode ficar dependendo de condições que não sejam normalmente exigidas para alienação dos bens públicos em geral." (Grifei.)

O próprio legislador incorporou ao texto do Estatuto do Índio esse conceito de posse indígena, ao assim dispor, in verbis:

"Art. 23. Considera-se posse do índio ou silvícola a ocupação efetiva da terra, que, de acordo com os usos, costumes e tradições tribais, detém e onde habita ou exerce atividade indispensável à sua subsistência ou economicamente útil."

É fundamental que o Estado dê efetiva concreção ao mandamento constitucional, inserto no artigo 198 da Carta Política, que assegura aos silvícolas, grupos tribais e comunidades indígenas o direito à posse e ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as demais utilidades existentes nas terras que realmente ocupem e habitem.

Trata-se de comando que as Constituições republicanas de 1934 (art. 129), 1937 (art. 154), 1946 (art. 216) e 1967 (art. 186) reproduziram de forma menos abrangente.

A mens que presidiu à promulgação dessas regras, no entanto, foi uma só: a necessidade de dispensar efetiva tutela jurídica aos silvícolas quanto às terras onde estejam localizados, em caráter permanente (v. ALCINO PINTO FALCÃO, "Constituição Federal Anotada", vol. III, p. 227, 1957; SAMPAIO DÓRIA, "Comen-

tários à Constituição de 1946", vol. IV, p. 871; PAULINO JACQUES, "A Constituição Explicada", p. 183, 1983; MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, "Comentários à Constituição Brasileira", p. 732, 1983).

7. Saliente-se, ainda, e por necessário, considerando a noticiada existência de pleitos possessórios envolvendo a área, que o Estatuto do Índio contém, em seu artigo 19, a seguinte regra:

"Art. 19. As terras indígenas por iniciativa e sob orientação do órgão federal de assistência ao Índio, serão administrativamente demarcadas, de acordo com o processo estabelecido em decreto do Poder Executivo.

§ 2º. Contra a demarcação processada nos termos deste artigo não caberá a concessão de interdito possessório, facultado aos interessados contra ela recorrer à ação petitória ou à demarcação".

O eminente Ministro ALDIR PASSARINHO, no RE nº 97 867-MT, assim interpretou a regra consubstanciada no § 2º do artigo 19 do diploma referido:

"O Sr. Ministro Aldir G. Passarinho: No caso, realmente, sem a demarcação das terras, não poderia se configurar o direito do ora apelante. Se não foi efetuada, porventura a demarcação administrativa, conforme é previsto em lei, caberia, então, sentindo-se lesionado o ora apelante, provocar a demarcação em Juízo. Não o fazendo, não se caracteriza a certeza da propriedade das terras e, portanto, não poderia ele promover o interdito pretendido.

Assim sendo, acompanho o Sr. Ministro-Relator...
É o meu voto." (v. RTJ, vol. 107, p. 806).

O objetivo do legislador, ao estabelecer essa norma, foi apontado pelo ilustre Ministro WILLIAM PATTERSON, do TFR, convocado para substituir no E. Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento do RE nº 97 867-MT, de que foi relator o eminente Ministro MOREIRA ALVES:

"... Por força da regra inserida no citado edito, que reputamos constitucional, ex-vi do art. 4º, inciso IV e 198, da Carta Maior, contra a demarcação promovida pela FUNAI não cabe interdito possessório nas tão-somente, conforme o caso, ação petitória ou demarcatória. A intenção do legislador aqui foi exatamente impossibilitar medidas judiciais, de caráter urgente, capaz de obstar a ação administrativa do Estado na execução dos serviços de demarcação sob a forma estabelecida em decreto do Poder Executivo. Quis com isso dizer aquele que o ato de demarcar-se áreas consideradas terras indígenas ou as destinadas "a posse e ocupação pelos índios..." não constitui ato turbativo de posse, embora se faculte ao proprietário o uso das ações petitórias ou demarcatórias, após concluída a demarcação administrativa, como forma de proteção ao seu direito de propriedade..." (v. RTJ, vol. 107, p. 804 - grifei).

8. Assim sendo, não vislumbro qualquer impedimento de ordem jurídica que deva ou possa inibir a edição, por Vossa Excelência, do ato proposto pelos eminentes Ministros de Estado subscritores da E.M. Interministerial nº 024, de 09 de abril de 1987, qual seja, a expedição de Decreto que (1) declare, de ocupação dos Índios Guarani, terras situadas nos Municípios de São Sebastião e de Santos, no Estado de São Paulo, constituindo a Área Indígena GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA, e (2) homologue a sua demarcação administrativa realizada pela SUDEPA - Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista, de acordo com convênio celebrado com a FUNAI.

É o meu parecer.

Brasília, 6 de julho de 1987

J. Saulo Ramos

Consultor-Geral da República

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Secretaria Geral

Investimentos em Regime de Execução Especial - 4.3.3.0.0		NUMERO	0006/87	DATA	1987
PLANO DE APLICAÇÃO					
1. ORÇÃO ENCARGOS GERAIS DA UNIAO					
2. UNIDADE RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEPLAN-PR					
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTARIA					
3. TITULO DO PROJETO/ATIVIDADE					
Apoio ao Desenvolvimento da Região do Grande Carajás					
4. TITULO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE DE APLICAÇÃO					
PROJETO PILOTO DE CARVÃO VEGETAL					
5. DESCRIÇÃO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE DE APLICAÇÃO					
Elaboração do Projeto Piloto de Carvão Vegetal em execução pela Fundação de Tecnologia Industrial.					
6. CÓDIGO DE DESPESA					
7. ESPECIFICAÇÃO					
8. VALOR					
4130.07 Remuneração de Serviços e Encargos referentes a elaboração do Projeto de Carvão Vegetal					
4.000					
TOTAL 4.000					

Em 07/07/87

MICHAEL GARTENMANN

SECRETÁRIO-GERAL

CARGO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinete do Ministro

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 1.398, de 02 de julho 1987 da Secretaria de Administração Pública, republicada por ter sido com incorreções do original no D.O.U. de 03 de julho de 1987 página 10.389.

ANEXO XII - RELAÇÃO DAS RUBRICAS DE RENDIMENTOS - DE

NIÇÕES

RUBRICA	TERMINOLOGIA	DEFINIÇÃO E DESTINATÁRIOS
00189	Representação Mensal (Decreto-Lei nº 2333) Inativo.	Vantagem incorporada aos proventos inatividade, dos funcionários integrantes da Advocacia Consultiva da União, código SJ-1100 nas mesmas bases, caso se em atividade estivesse.

Of. 127/87

Superintendência de Construção e Administração Imobiliária

PORTARIAS DE 02 DE JULHO DE 1987

O Superintendente de Construção e Administração Imobiliária, no uso de suas atribuições, resolve:

- Nº 101 Rescindir o Termo de Ocupação de Unidade Residencial tado de 21.10.81, em nome de MALVO COELHO ARRUDA, referente ao Apartamento 401, do Bloco "E", da SQN 216, tudo de conformidade com o consta do Processo-SUDAP nº 2487/87.
- Nº 102 Rescindir o Termo de Ocupação de Unidade Residencial tado de 06.07.84, em nome de RENAN DE DEUS VIEIRA, referente ao Apartamento 109 do Bloco "B", da SQS 210, tudo de conformidade com o que consta do Processo-DASP nº 18084/83.
- Nº 103 Rescindir o Termo de Ocupação de Unidade Residencial tado de 11.05.84, em nome de ODECIO MARTINS BAESA, referente ao Apartamento 604, do Bloco "A", da SQN 308, tudo de conformidade com o consta do Processo-DASP nº 14668/86.
- Nº 104 Rescindir o Termo de Ocupação de Unidade Residencial tado de 02.01.86, em nome de HELIO LOURES DE ALBUQUERQUE, referente Apartamento 403, do Bloco "I", da SQS 202, tudo de conformidade com o que consta do Processo-DASP nº 14131/85.
- Nº 105 Rescindir o Termo de Ocupação de Unidade Residencial tado de 26.09.86, em nome de LINCOLN DA SILVA LUCENA, referente ao Aparta

Decreto nº 94.220, de 14 de abril de 1987

Declara de ocupação dos Índios Guarani e homologa a demarcação da área de terras no Município de Ubatuba, no Estado de São Paulo, e de outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos Índios Guarani, e homologada a demarcação administrativa, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas no Município de Ubatuba, Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Ponto 06 de coordenadas geográficas 23º 20' 00,00"S e 44º 59' 58,59"WGr., localizado num pequeno vale que forma o afluente do rio Aracau; daí, segue no sentido jusante pelo córrego sem denominação, na distância aproximada de 1.300 metros até sua foz no Rio Aracau, no Ponto 07 de coordenadas geográficas 23º 20' 28,18"S e 44º 59' 25,69"WGr., daí, segue no sentido jusante pelo Rio Aracau, na distância aproximada de 720 metros até o Ponto 08 de coordenadas geográficas 23º 20' 28,15"S e 44º 59' 01,55"WGr., localizado no cruzamento da cota altimétrica dos 20 metros; daí, segue pela citada cota altimétrica na distância aproximada de 2.100 metros até o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 23º 20' 45,83"S e 44º 57' 59,86"WGr., localizado no cruzamento da cota altimétrica com o córrego sem denominação, afluente da margem direita do Rio Aracau. LESTE: Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo córrego até sua cabeceira, na distância aproximada de 1.300 metros até o ponto 10 de coordenadas geográficas 23º 21' 20,69"S e 44º 57' 39,42"WGr., localizado no espigão divisor da Serra Pedra Branca; daí, segue na direção geral sul pelo divisor de águas na distância aproximada de 1.000 metros até o Ponto 11 de coordenadas geográficas 23º 21' 52,65"S e 44º 57' 40,67"WGr. SUL: Do Ponto antes descrito, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 51º 55' SW-750 metros até o Ponto 12 de coordenadas geográficas 23º 22' 07,61"S e 44º 58' 01,16"WGr.; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 62º 20' SW-445 metros até o Ponto 01 de coordenadas geográficas 23º 22' 14,11"S e 44º 58' 14,87"WGr., localizado na Estrada Municipal que dá acesso à Fazenda Tambaú, junto a uma pedreira desativada. OESTE: Do ponto antes descrito, segue na direção geral noroeste, pela citada estrada, na distância aproximada de 1.850 metros, até o Ponto 02 de coordenadas geográficas 23º 21' 45,34"S e 44º 59' 03,23"WGr.; daí, segue pela cerca divisória da Fazenda Tambaú, no rumo e distância aproximados de 39º 40' NW-1.610 metros até o Ponto 03 de coordenadas geográficas 23º 21' 05,04"S e 44º 59' 41,02"WGr., localizado na cabeceira do Córrego sem denominação, afluente da margem esquerda do Rio Promirim; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 25º 15' NW-170 metros até o Ponto 04 de coordenadas geográficas 23º 21' 00,00"S e 44º 59' 43,69"WGr., localizado no divisor de águas da Serra Pedra Branca; daí, segue na distância aproximada de 1.200 metros, pela encosta descendente da citada serra na direção N-NW, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas 23º 20' 25,29"S e 44º 59' 51,92"WGr., localizado no Rio Aracau; daí, segue na distância aproximada de 800 metros, pela encosta ascendente até o Ponto 06, inicial da descrição.

Parágrafo Único - A demarcação da área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDESPA, e homologada pelo Governo Estado de São Paulo, conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado a 19.04.86.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 94.221, de 14 de abril de 1987

Declara de ocupação dos Índios Guarani e homologa a demarcação administrativa da área que menciona, no Estado de São Paulo, e de outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos Índios Guarani, e homologada a demarcação administrativa, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: "GLEBA 1ª" - Área 5.415,01 m² - NORTE: Partindo do Ponto 05 de coordenadas U.T.M. N=7.404.080,722 e E=320.789,010, localizado na margem esquerda do Ribeirão das Lavras; daí, segue por vários segmentos de retas, nos rumos e distâncias respectivos: 54º 00' 08" NE-19,31m até o Ponto 06 de coordenadas N=7.404.092,074 e E=320.804,636; 41º 20' 18" NE-26,56m até o Ponto 07 de coordenadas N=7.404.112,017 e E=320.822,180; 68º 02' 55" NE-8,79m até o Ponto 08 de coordenadas N=7.404.115,306 e E=320.830,341; 76º 32' 16" NE-16,24m até o Ponto 09 de coordenadas N=7.404.119,194 e E=320.845,583. LESTE: Do ponto antes descrito, segue por várias retas nos rumos e distâncias respectivos: 26º 32' 50" SE-22,83m até o Ponto 10 de coordenadas N=7.404.098,768 e E=320.856,788; 28º 04' 59" SE-49,69m até o Ponto 08 de coordenadas N=7.404.054,442 e E=320.880,439, localizado na Estrada de Jaraguá. SUL: Do ponto antes descrito, segue pela citada estrada nos rumos e distâncias respectivos: 66º 52' 15" SW-32,79m até o Ponto 01 de coordenadas N=7.404.039,489 e E=320.851,255; 76º 03' 16" SW-56,24m até o Ponto 02 de coordenadas N=7.404.025,993 e E=320.796,905, localizado na margem esquerda do Ribeirão das Lavras. OESTE: Do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do citado ribeirão, nas distâncias respectivas: 13,26m até o Ponto 03 de coordenadas N=7.404.039,177 e E=320.795,429; 26,33m até o Ponto 04 de coordenadas N=7.404.064,025 e E=320.786,690; 16,85m até o Ponto 05 inicial da descrição. "GLEBA 2ª" - Área: 12.151,04m² - NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas U.T.M. N=7.404.002,242 e E=320.799,384, localizado no cruzamento da Estrada do Jaraguá com o Ribeirão das Lavras; daí, segue pela citada estrada nos rumos e distâncias respectivos: 87º 24' 55" NE-5,99m até o Ponto 02 de coordenadas N=7.404.002,512 e E=320.805,365; 71º 30' 48" NE-21,00m até o Ponto 03 de coordenadas N=7.404.009,174 e E=320.825,285; 64º 26' 11" NE-33,40m até o Ponto 04 de coordenadas N=7.404.023,585 e E=320.855,412; 65º 16' 28" NE-28,45m até o Ponto 05 de coordenadas N=7.404.035,485 e E=320.881,254; 74º 39' 06" NE-18,62m até o Ponto 06 de coordenadas N=7.404.040,414 e E=320.899,212; 83º 15' 31" NE-7,30m até o Ponto 07 de coordenadas N=7.404.041,281 e E=320.906,570, localizado no cruzamento com a Rua Comendador J. de Matos. LESTE: Do ponto antes descrito, segue pela citada rua nos rumos e distâncias respectivas: 51º 01' 50" SE-13,87m até o Ponto 8 de coordenadas N=7.404.032,561 e E=320.917,350; 47º 04' 49" SE-19,09m até o Ponto 09 de coordenadas N=7.404.019,564 e E=320.931,331; 26º 29' 26" SE-13,74m até o Ponto 10 de coordenadas N=7.404.007,264 e E=320.937,464; 20º 05' 12" SE-31,09m até o Ponto 11 de coordenadas N=7.403.978,061 e E=320.948,143. SUL: Do ponto antes descrito, segue nos rumos e distâncias respectivos: 67º 22' 19" SW-28,06m até o Ponto 12 de coordenadas N=7.403.967,265 e E=320.922,243; 65º 26' 22" SW-24,11m até o Ponto 13 de coordenadas N=7.403.957,242 e E=320.900,311; 68º 25' 23" SW-44,00m até o Ponto 14 de coordenadas N=7.403.947,060 e E=320.859,392; 06º 55' 54" SE-49,96m até o Ponto 15 de coordenadas N=7.403.891,464 e E=320.865,426; 72º 08' 49" SW-56,70m até o Ponto 16 de coordenadas N=7.403.874,081 e E=320.811,456, localizado na margem esquerda do Ribeirão das Lavras. OESTE: Do ponto antes descrito, segue pela margem esquerda do citado ribeirão, nas distâncias respectivas: 45,39m até o Ponto 17 de coordenadas N=7.403.917,870 e E=320.823,414; 29,52m até o Ponto 18 de coordenadas N=7.403.946,594 e E=320.816,599; 14,53m até o Ponto 19 de coordenadas N=7.403.960,803 e E=320.813,560; 16,12m até o Ponto 20 de coordenadas N=7.403.976,581 e E=320.810,263; 27,87m até o Ponto 01 inicial da descrição.

Parágrafo Único - A demarcação da área descrita neste artigo, denominada Área Indígena JARAGUÁ, foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Superintendência do De

envolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, e homologada pelo Governo do Estado de São Paulo conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado de 06.09.86.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 1669 da Independência e 999 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 94.222 de 14 de abril de 1987

Declara de ocupação dos Índios Guarani e homologa a demarcação da área de terras no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos Índios Guarani, e homologada a demarcação administrativa, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: NORTE/LESTE: Partindo do Marco 14 de coordenadas UTM N=7.360.336,306 E=334.756,527, localizado na confrontação com a represa Billings; daí, segue confrontando com a referida represa na distância de 1.800 metros, até o Marco 15 de coordenadas N=7.359.614,089 E=335.078,509. SUL: Do Marco 15, segue por linha com rumo e distância de 82º 18' 27" SW e 34,60 metros, até o Marco 16 de coordenadas N=7.359.609,458 E=335.044,220; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 77º 55' 37" NW e 23,50 metros até o Marco 17 de coordenadas N=7.359.614,373 E=335.021,240; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 64º 25' 27" NW e 38,07 metros, até o Marco 18 de coordenadas N=7.359.630,808 E=334.986,901; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 43º 31' 10" NW e 67,29 metros, até o Marco 19 de coordenadas N=7.359.679,603 E=334.940,565; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 26º 53' 28" NW e 70,36 metros, até o Marco 20 de coordenadas N=7.359.742,354 E=334.908,741; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 52º 25' 41" NW e 35,82 metros, até o Marco 21 de coordenadas N=7.359.764,196 E=334.880,351; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 63º 33' 31" NW e 71,05 metros, até o Marco 22 de coordenadas N=7.359.795,833 E=334.816,733, localizado na confrontação com uma cerca; daí, segue confrontando com a referida cerca no rumo e distância de 56º 21' 00" NW e 42,01 metros, até o Marco 23 de coordenadas N=7.359.819,111 E=334.781,762; daí, segue com rumo e distância de 53º 33' 32" NW e 64,54 metros, até o Marco 24 de coordenadas N=7.359.857,448 E=334.729,842; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 64º 02' 24" NW e 20,64 metros, até o Marco 01 de coordenadas N=7.359.866,483 E=334.711,285, confronta-se neste trecho com o Sr. Antônio Rodrigues da Silva ou Successores. DESTE: Do Marco 01, segue pela cerca com rumo e distância de 46º 40' 54" NE e 22,84 metros, até o Marco 02 de coordenadas N=7.359.882,152 E=334.727,901; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 52º 52' 35" NE e 20,20 metros, até o Marco 03 de coordenadas N=7.359.894,343 E=334.744,008; daí, segue por rumo e distância de 77º 03' 05" NE e 28,59 metros, até o Marco 04 de coordenadas N=7.359.900,750 E=334.771,871, localizado na confrontação com uma cerca; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 14º 51' 44" NW e 45,80 metros, até o Marco 05 de coordenadas N=7.359.945,019 E=334.760,129; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 22º 55' 28" NW e 29,85 metros, até o Marco 06 de coordenadas N=7.359.972,512 E=334.748,502; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 14º 29' 22" NW e 45,30 metros até o Marco 07 de coordenadas N=7.360.016,371 E=334.737,168; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 05º 36' 02" NW e 43,57 metros, até o Marco 08 de coordenadas N=7.360.059,733 E=334.732,916; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 33º 20' 21" NE e 117,65 metros, até o Marco 09 de coordenadas N=7.360.158,021 E=334.797,576; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 10º 07' 02" NE e 34,89 metros, até o Marco 10 de coordenadas N=7.360.192,369 E=334.803,705; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 15º 47' 32" NW e 57,09 metros, até o Marco 11

de coordenadas N=7.360.247,304 E=334.788,168; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 23º 42' 40" NW e 38,79 metros, até o Marco 12 de coordenadas N=7.360.282,820 E=334.772,569; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 16º 41' 46" NW e 47,66 metros, até o Marco 13 de coordenadas N=7.360.328,470 E=334.758,877; daí, segue por linha reta com rumo e distância de 16º 41' 42" NW e 08,18 metros, até o Marco 14, início deste memorial, confronta-se neste trecho com o Sr. Antônio Paes do Prado ou Spessores.

Parágrafo Único - A demarcação da área descrita neste artigo, de nominada Área Indígena Krukutu, foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA e homologada conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 20 de abril de 1985.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 1669 da Independência e 999 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 94.223 de 14 de abril de 1987

Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da área que menciona, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos indígenas Guarani e homologada a demarcação administrativa, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Ponto 16 de coordenadas U.T.M. N=7 359 508,369 E=331 730,616, localizado na Estrada Municipal Parelheiros/Fazendas, junto à divisa dos Srs. João Lang e Irmãos; daí, segue por várias retas, acompanhando a cerca existente, nos rumos e distâncias respectivas: 08º 45' 23" SE - 17,69m, até o Ponto 17 de coordenadas N=7 359 490,885 E=331 733,309; 46º 32' 16" SE - 39,60m até o Ponto 18 de coordenadas N=7 359 463,645 E=331 762,052; 87º 54' 06" NE - 23,87m, até o Ponto 19 de coordenadas N=7 359 464,519 E=331 785,906; 18º 39' 54" NE - 16,06m, até o Ponto 20 de coordenadas N=7 359 479,735 E=331 791,046; 48º 57' 36" NE - 69,43m até o Ponto 21 de coordenadas N=7 359 525,322 E=331 843,414; 74º 27' 16" SE - 7,34m até o Ponto 22 de coordenadas N=7 359 523,355 E=331 850,485; 66º 54' 34" NE - 21,54m, até o Ponto 23 de coordenadas N=7 359 531,803 E=331 870,300; 50º 08' 06" NE - 46,25m até o Ponto 24 de coordenadas N=7 359 561,448 E=331 905,799; 88º 29' 11" NE - 19,80m até o Ponto 25 de coordenadas N=7 359 561,971 E=331 925,592; 60º 57' 30" NE - 45,00m até o Ponto 26 de coordenadas N=7 359 583,816 E=331 964,934; 69º 42' 07" NE - 45,07m até o Ponto 27 de coordenadas N=7 359 599,451 E=332 007,205; 37º 23' 43" NE - 54,12m até o Ponto 28 de coordenadas N=7 359 642,448 E=332 059,283; 49º 17' 37" SE 25,34m até o Ponto 29 de coordenadas N=7 359 625,921 E=332 059,283; 51º 20' 26" SE - 35,05m até o Ponto 30 de coordenadas N=7 359 604,026 E=332 086,652; 77º 30' 43" NE - 127,99m até o Ponto 31 de coordenadas N=7 359 631,702 E=332 211,614 localizada na cota altimétrica 747,00m, confronta-se desde o Ponto 16 ao 31 com a propriedade dos Srs. João Lang e Irmãos. LESTE: Do ponto antes descrito, segue na distância aproximada de 615,00m pela curva de desapropriação da Represa Billings, cota altimétrica 747,00m até o Ponto 32 de coordenadas N=7 359 064,544 E=332 217,630. SUL: Do ponto antes descrito, segue por várias retas, acompanhando a cerca existente, nos rumos e distâncias respectivos: 84º 05' 55" NW - 68,89m até o Ponto 33 de coordenadas N=7 359 071,627 E=332 149,106; 71º 26' 27" SW - 21,11m até o Ponto 34 de coordenadas N=7 359 064,910 E=332 129,097; 68º 25' 32" SW - 37,67m até o Ponto 35 de coordenadas N=7 359 051,058 E=332 094,062; 71º 34' 58" SW - 22,55m até o Ponto 36 de coordenadas N=7 359 043,933 E=332 072,668; 71º 37' 24" SW - 12,15m até

DTR. 161, p. 83/244

o Ponto 37 de coordenadas N= 7 359 040,103 e E= 332 061, 139; 889 53' 02"SW- 12,22m até o Ponto 38 de coordenadas N= 7 359 039,865 e E= 332 048,924; 799 21' 15"NW - 47,89m até o Ponto 39 de coordenadas N= 7 359 048,711 e E= 332 001,864; 879 25' 29"NW - 33,25m até o Ponto 40 de coordenadas N= 7 359 050, 205 e E= 331 968,646; 819 47' 24"SW - 5,18m até o Ponto 41 de coordenadas N= 7 359 049,466 e E= 331 963,524; confronta-se desde o Ponto 32 ao 41 com o Sr. Satoro Sakke; 169 08' 04"NE - 9,90m até o Ponto 42 de coordenadas N= 7 359 058,979 e E= 331 966,276; 809 23' 33" NW - 160,30m até o Ponto 43 de coordenadas N= 7 359 085,733 e E= 331 808,222; 689 15' 43"NW - 13,92m até o Ponto 44 de coordenadas N= 7 359 090,890 e E= 331 795,288; 739 07' 35"NW - 6,73m até o Ponto 45 de coordenadas N= 7 359 092,844 e E= 331 788,846; 829 14' 56"NW - 58,04m até o Ponto 01 de coordenadas N= 7 359 100,672 e E= 331 731,336, localizado junto a Estrada Municipal de Parelhinhos, confrontando-se desde o Ponto 41 ao 01 com o Sr. Lyser Ribeiro. OESTE: Do ponto antes descrito, segue por várias retas, acompanhando a Estrada Municipal de Parelhinhos, nos rumos e distâncias respectivos: 279 48' 31"NE - 23,80m até o Ponto 02 de coordenadas N= 7 359 121,723 e E= 331 742,439; 059 50' 57"NW - 22,94m até o Ponto 3 de coordenadas N= 7 359 144,545 e E= 331 740,101; 249 21' 04"NW - 64,40m até o Ponto 4 de coordenadas N= 7 359 203,216 e E= 331 713,547; 159 39' 49"NW - 39,65m até o Ponto 05 de coordenadas N= 7 359 241,393 e E= 331 702,842; 019 56' 43"NE - 72,53m até o Ponto 06 de coordenadas N= 7 359 313,881 e E= 331 705,304; 639 13' 27"NW - 49,60m até o Ponto 07 de coordenadas N= 7 359 336,226 e E= 331 661,022; 139 21' 16"NW - 22,28m até o Ponto 08 de coordenadas N= 7 359 357,903 e E= 331 655,876; 069 00' 20"NE - 7,77m até o Ponto 09 de coordenadas N= 7 359 365,631 e E= 331 656,689; 099 49' 07"NE - 17,95m até o Ponto 10 de coordenadas N= 7 359 383,318 e E= 331 659,750; 039 44' 56"NE - 17,45m até o ponto 11 de coordenadas N= 7 359 400,731 e E= 331 660,891; 479 20' 35"NE - 43,93m até o Ponto 12 de coordenadas N= 7 359 430,498 e E= 331 693,198; 559 07' 15"NE - 34,33m até o Ponto 13 de coordenadas N= 7 359 450,129 e E= 331 721,361; 019 19' 09"NW - 54,77m até o Ponto 14 de coordenadas N= 7 359 504,885 e E= 331 720,100; 579 54' 22"NE - 4,60m até o Ponto 15 de coordenadas N= 7 359 507,329 e E= 331 723,997; 819 04' 14"NE - 6,70m até o Ponto 16, inicial da descrição, confronta-se desde o ponto 01 ao 16 com a Estrada Municipal de Parelhinhos.

Parágrafo Único - A demarcação da área descrita neste artigo denominada Área Indígena BARRAGEM, foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELP, homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme despacho assinado a 19.04.85.

Art. 20 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 1669 da Independência e 999 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 94.224, de 14 de abril de 1987

Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Rio Branco que menciona, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no artigo 19, § 10, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos Índios Guarani e homologada a demarcação administrativa, para efeito dos artigos 49, IV e 198 da Constituição Federal, as terras localizadas nos Municípios de Itanhaém, de São Paulo e de São Vicente, no Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Ponto "A" de coordenadas geográficas aproximadas 239 59' 41,62"S e 469 41' 38,63" WGr., situado na Cabeceira do Córrego sem denominação, afluente da margem direita do Rio Branco, junto ao cruzamento da linha que define a cota altimétrica de 750,00 metros; daí, segue pela citada linha de cota, na direção geral nordeste até o Ponto "B" de coordenadas geográficas aproximadas 239 59' 01,94"S e 469 41' 00,05" WGr., situado na divisa intermunicipal São Paulo/Itanhaém; daí, segue pela linha que define a cota altimétrica 750,00 metros até o Ponto "C" de coordenadas geográficas aproximadas 239 58' 33,68"S e 469 40' 17,08" WGr., situado no Córrego sem denominação, afluente da margem direita do Rio Capivari; daí, segue no sentido jusante pelo citado Córrego até a sua foz no Rio Capivari, no Ponto "D" de coordenadas geográficas aproximadas 239 59' 04,01"S e 469 39' 07,60" WGr.; daí, segue no sentido montante pelo citado rio até a confluência do Ribeirão Lageado, no Ponto "E" de coordenadas geográficas aproximadas 239 58' 51,91"S e 469 39' 10,85" WGr.; daí, segue no sentido montante pelo Ribeirão Lageado além de sua cabeceira, no Ponto "F" de coordenadas geográficas aproximadas 239 58' 26,86"S e 469 38' 10,31" WGr., localizado na faixa de domínio da estrada de ferro FEPASA - ramal Mairingue - Santos; daí, segue pela citada estrada de ferro, no sentido de Santos até o Ponto "G" de coordenadas geográficas aproximadas 239 58' 38,12"S e 469 37' 19,07" WGr. LESTE: Do ponto antes descrito, segue na direção geral sul, pelo divisor descendente da Serra até o Ponto "H" de coordenadas geográficas aproximadas 239 59' 12,49" S e 469 37' 18,61" WGr., situado na margem do Rio Branco da Conceição; daí, segue no sentido jusante pelo citado rio até sua foz no Rio Branco de Cima, no Ponto "I" de coordenadas geográficas aproximadas 239 59' 23,65" S e 469 37' 45,21" WGr.; daí, segue no sentido jusante pelo Rio Branco da Conceição até a confluência de Córrego sem denominação, no Ponto "J" de coordenadas geográficas aproximadas 239 59' 38,38" S e 469 38' 15,47" WGr.; daí, segue no sentido montante pelo citado Córrego até as proximidades de sua cabeceira, no Ponto "K" de coordenadas geográficas aproximadas 249 00' 04,82" S e 469 37' 29,29" WGr., situado na linha que define a cota altimétrica de 400,00 metros; daí, segue por uma linha reta no rumo e distâncias aproximadas 429 45' SE - 400,00 metros até o Ponto "L" de coordenadas geográficas aproximadas 249 00' 25,31" S e 469 37' 08,64" WGr., situado no divisor d'água da Serra do Guaperunu. SUL: Do ponto antes descrito, segue na direção geral sudoeste, pela divisa intermunicipal São Vicente/Mongaguá até o Ponto "M" de coordenadas geográficas aproximadas 249 00' 33,98" S e 469 38' 03,81" WGr., situado no espigão junto à divisa intermunicipal São Vicente/Itanhaém; daí, segue na direção geral sudoeste pela Serra do Guaperunu e pela divisa intermunicipal Itanhaém/Mongaguá até o Ponto "N" de coordenadas geográficas aproximadas 249 01' 44,60" S e 469 41' 14,09" WGr.; OESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 319 30' NW - 1.425,00 metros, confrontando com a fazenda Calvi até o Ponto "O" de coordenadas geográficas aproximadas 249 01' 05,58" S e 469 41' 40,83" WGr., situado na margem direita do Rio Branco; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 019 30' NE - 505,00 metros até o Ponto "P" de coordenadas geográficas aproximadas 249 00' 48,97" S e 469 41' 39,94" WGr., situado no início da encosta da Serra do Mar; daí, segue por uma linha reta no rumo e distância aproximados 349 00' NW - 745,00 metros, até o Ponto "Q" de coordenadas geográficas aproximadas 249 00' 26,86" S e 469 41' 52,52" WGr., situado junto ao Córrego sem denominação, afluente da margem direita do Rio Branco; daí, segue no sentido montante pelo Córrego até sua cabeceira, no Ponto "A", inicial desta descrição.

Parágrafo Único - A demarcação da área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Rio Branco, foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELP, e homologada conforme despacho publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a 20.04.85.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 1669 da Independência e 999 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 94.225, de 14 de abril de 1987

Declara de ocupação indígena e homologa a demarcação administrativa da área que menciona, no Estado de São Paulo, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de ocupação dos indígenas Guarani e homologada a demarcação administrativa para efeito dos artigos 49, IV e 198 da

Constituição Federal, as terras localizadas no Município de Itariri, Estado de São Paulo, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do MC 11 de coordenadas geográficas aproximadas 240 20' 30,745" S e 479 08' 34,802" WGR., situado na margem esquerda do Rio Azeite, segue pelo citado Rio, a montante, com a distância aproximada de 2.050,00 m, até encontrar o MC 12 de coordenadas geográficas aproximadas 240 20' 35,566" S e 479 07' 31,450" WGR., situado na margem esquerda do Rio Azeite; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 190 00' SW e distância de 551,28 m, até encontrar o MC 0 de coordenadas geográficas aproximadas 240 20' 53,458" S e 479 07' 32,437" WGR.; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 589 29' SE e distância de 300,00 m, até encontrar o MC 1 de coordenadas geográficas aproximadas 240 20' 56,048 S e 479 07' 22,179" WGR.; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 190 00' NE e a distância de 580,00 m, até encontrar o MC 2 de coordenadas geográficas aproximadas de 240 20' 37,225" S e 479 07' 21,141 WGR., situado na margem esquerda do Rio Azeite; daí, segue pelo citado Rio, a montante, com a distância aproximada de 800,00 m até a foz do Ribeirão da Paca; daí, segue por este, a montante, até encontrar o MC 3 de coordenadas geográficas aproximadas 240 20' 43,308" S e 479 06' 41,201 WGR., situado na margem direita do citado Ribeirão; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 679 42' NE e distância de 600,00 m, até encontrar o MC 4 de coordenadas geográficas aproximadas 240 20' 31,194" S e 479 06' 24,527" WGR.; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 509 34' NE e distância de 1.381,46 m, até encontrar o MC 5 de coordenadas geográficas aproximadas 240 19' 54,175" S e 479 05' 56,811 WGR. LESTE: Desse marco, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 439 24' SE e distância de 2.752,25 m até encontrar o MC 6 de coordenadas geográficas aproximadas 240 20' 39,538" S e 479 04' 32,686" WGR., situado no Espigão da Serra dos Itatins ou Serra do Peruíbe. SUL: Desse marco, segue pela citada Serra, passando pelo Morro do Batuvi, com distância aproximada de 9.210,92 m, até o MC 7 de coordenadas geográficas aproximadas 240 21' 52,630" S e 479 08' 33,125" WGR. OESTE: Desse marco, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 069 30' NE e a distância de 1.525,00 m, até encontrar o MC 8 de coordenadas geográficas aproximadas 240 21' 03,769" S e 479 08' 42,145" WGR.; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 839 06' SE e distância de 199,90 m, até encontrar o MC 9 de coordenadas geográficas aproximadas 240 21' 02,730" S e 479 08' 35,146" WGR.; daí segue por uma linha reta com o rumo magnético de 069 30' NE e distância de 970,11 m, até encontrar o MC 10 de coordenadas geográficas aproximadas 240 20' 31,648" S e 479 08' 40,884" WGR.; daí, segue por uma linha reta com o rumo magnético de 839 06' SE e distância de 173,70 m até encontrar o MC 11, início da presente descrição perimétrica.

Parágrafo único. A demarcação da área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Itariri (Serra dos Itatins), foi realizada de acordo com o Convênio firmado entre a Fundação Nacional do Índio - FUNAI e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista - SUDELPA, e homologada pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme despacho assinado a 19.04.85.

Art. 20. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de abril de 1987; 1669 da Independência e 990 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 096, de 14 de abril de 1987. Restituição ao Senado Federal de autógrafo do projeto de lei que sancionado, transformou-se na Lei nº 7.597, de 14 de abril de 1987.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Exposição de Motivos

Nº 1121, de 10 de abril de 1987. Fixação dos novos valores dos Fatores de Custos de Atendimento Médico-Hospitalar para os militares e seus dependentes. "Autorizo. Em 14.04.87."

ATOS DOS MINISTROS CHÉFES DOS GABINETES MILITAR E CIVIL

PORTARIA Nº 002 -GM/GC, DE 14 DE ABRIL DE 1987

OS MINISTROS DE ESTADO CHÉFES DOS GABINETES MILITAR E CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições,

RESOLVEM:

Art. 19. Aprovar o Plano Diretor de Informática da Presidência da República para o triênio de 1987/89.

Art. 29. Determinar que a Diretoria Administrativa adote as medidas necessárias à implementação do referido Plano Diretor.

Art. 39. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEN DIV RUBENS BAYMA DENYS

MARCO MACIEL

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Secretaria Geral

RETIFICAÇÃO

Nos ATOS DO SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, publicados no D.O.U. de 27 de março de 1987, Seção 1, pag. 4432, na parte referente a RÁDIO IGUAÇU LTDA., onde se lê: 13 MAR 87", leia-se "13 MAR 86".

(Of. nº 719/87)

REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E TABELAS DE CUSTAS

(Edição de 1980)

Divulgação nº 1.359

Preço: CZ\$ 28,00

À venda no DIN — SIG — Quadra 6, Lote 800

SISG — SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS

ATOS NORMATIVOS DASP/SISG

Leis, Decretos, Portarias de interesse do SISG e Instruções Normativas/DASP em vigor.

Divulgação nº 1.420

Preço: CZ\$ 100,00

As aquisições deverão ser feitas na Seção de Vendas, através de remessa de cheque nominal ao Departamento de Imprensa Nacional.

SIG — Quadra 06 — Lote 800 — CEP: 70604 — Brasília/DF. Informações: Seção de Divulgação do DIN. Fones: (061) 226-2586 e 226-7175 — R. 309.

Não operamos com reembolso postal.

C.T. Nº 01 46 /SUAF/FUNAI

Brasília, 24 DEZ 1986

Ilmo. Sr.

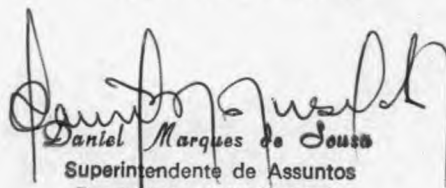
Dr. André Junqueira Ayres Villas Boas

M.D. Representante do MIRAD junto ao G.T. 88.118/83

Cumprimentando-o cordialmente, tenho satisfação de encaminhar-lhe cópias de Pareceres apreciados na última reunião do G.T. Interministerial do dia 15 deste, na qual foram aprovadas as áreas que se seguem:

01. ITARIRI (SERRA DOS ITATINS) - SP;
02. GUARANI DA BARRAGEM - SP;
03. BOA VISTA DO SERTÃO DO PROMIRIM - SP;
04. GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA - SP;
05. JARAGUÁ - SP;
06. KRUKUTU - SP;
07. KRAOLÂNDIA - GO;
08. RIKBATSA - MT;
09. Umutina - MT e
10. KAINGANG DE IRAÍ - RS.

Atenciosamente,


Daniel Marques de Sousa
Superintendente de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

PARECER Nº 153/86 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.
88.118/83

ÁREA INDÍGENA: KAINGANG DE IRAÍ
GRUPO INDÍGENA: Kaingang
LOCALIZAÇÃO: Mun. de Iraí/RS

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da Área Indígena Kaingang de Iraí, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

O grupo indígena Kaingang, pertencente ao tronco linguístico Macro-Gê (Kaingang, denominação genérica que lhe foi dada por Telêmaco Morocines Borba, em 1882) ocupava vastas extensões na região meridional do Brasil do atual Estado do Rio Grande do Sul ao território de São Paulo, habitando inclusive parte da área conhecida como Misiones, na Argentina.

No Rio Grande do Sul, a área geográfica dos Kaingang compreendia o Nordeste, o Norte e o Nordeste do Estado, na margem esquerda do rio Uruguai, sendo limites extremos pelo NO o Rio Piratini e pelo NE o Rio Pelotas, descendo pelos Municípios litorâneos de Torres e mais ao Sul, até as matas adjacentes às bacias dos

[Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page]

dos Rios Caí, Taquari e Jacuí. A atual aldeia de Iraí é um minúsculo ponto contido no vasto espaço outrora ocupado pelos Kaingang, e a eles continuou pertencendo quando foi reduzido, no período colonial, a "aldeamentos". - Iraí situava-se no Aldeamento de Nonoai, instituído em 1848 e demarcado, por determinação do Governo provincial, em 1856, pelo engenheiro Francisco Rave.

Posteriormente, já pelos idos de 1919, o surto da "colonização" estimulado pela política estadual, redundou em retalhamento dos aldeamentos existentes, obedecendo ao critério de "reservar", para os índios 75 ha (setenta e cinco hectares) de terra por família indígena recenseada, destinando-se o restante à colonização.

Nessa época, Iraí era muito distante e de difícil acesso, pouco se conhecendo sobre o local. Como consequência, não foram "recenseados" os índios que por ventura lá existissem e, portanto, não lhes foram "reservadas" terras pelas autoridades estaduais. A região permaneceu inóspita e pouco povoada pelos brancos e até a década de 1930 havia espaço suficiente para a convivência pacífica entre índios e "civilizados". Essa situação, entretanto, não perdurou.

A comunidade Kaingang de Iraí conseguiu sobreviver sem nenhuma assistência da FUNAI, até recentes anos. Enquanto o grupo permaneceu pequeno e majoritariamente adulto, eram os índios não somente "tolerados" pelos órgãos municipais e pelos habitantes de Iraí, como esses viam com bons olhos a presença indígena no pequeno toldo à margem do Rio Mel, nas proximidades do balneário. Isto se devia ao exotismo de seus costumes e ao belo artesanato por eles produzido, fatores de incremento para o turismo, fonte principal de renda do Município.

Entretanto, a crescente natalidade no grupo - metade da população tem menos de 14 anos - resultou em transtorno à municipalidade, que tenta forçar a migração dos indígenas, restringindo-lhes o espaço permitindo para ocupar: 1 ha de terra! A desumana estratégia municipal visa, ao proibir a utilização de um pedaço de terra de plantio para a sobrevivência, a permanência de apenas algumas famílias indígenas que vivem exclusivamente do artesanato (oitto) - a maioria viúvas - e as demais, para não morrerem de fome, devem procurar outros rumos.

Todos os meios são válidos para esses administra-

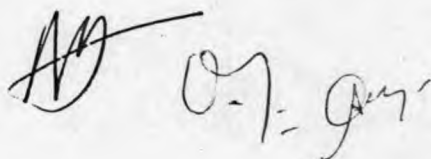
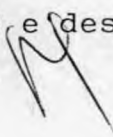
AA 07: Gm

dores - "homens empenhados na obra do progresso" -, como se autode-
nominam - desde que a imagem da miséria dos índios não "polua" a
bela paisagem de Iraí, constrangendo os turistas que para lá afluem.
Outro objetivo paralelo a este, é livrarem-se das obrigações so-
ciais, na época da baixa temporada, principalmente no inverno, quan-
do Iraí se esvazia dos turistas e o mercado de artesanato vai a índice
zero: as chuvas, as enchentes, o frio, a falta de alimento, trazem
as doenças, a fome, a mendicância - e a clientela indígena vai se
juntar à da região nas portas da Prefeitura, pedindo ajuda, alimen-
to e agasalho. A discriminação sempre foi o tratamento dados aos ín-
dios pela Prefeitura de Iraí. Haja vista que, enquanto os proíbe de
ampliar em alguns metros o único hectare de terra ocupado por eles
vem, desde a década de 40, permitindo o assentamento de colonos, -
sob o regime de comodato - nas terras vizinhas ao toldo indígena. Tan-
tas terras cedeu o Município, ao longo dos últimos 30 anos, que che-
gou a ter cerca de 120 famílias, entre colonos, trabalhadores da ci-
dade e funcionários municipais, ocupando aquelas glebas de terra. Em
nenhum momento, entretanto, cogitou o Município em entregar aquelas
terras aos legítimos donos - os índios. Essa ocupação pelos "colo-
nos" naturalmente, consumiu grande parte da mata.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Área Indígena Kaingang de Iraí constitui-se de
terras de ocupação imemorial do grupo que a habita e nela vive efe-
tivamente, decorridos anos e anos e a despeito das vicissitudes so-
fridas.

A área proposta, com superfície de 235 ha (duzentos
e trinta e cinco hectares) e perímetro de 11,5 km (onze quilômetros
e cinco metros), é de posse imemorial na conformidade do artigo 23
da Lei nº 6.001/73 e destina-se a garantir ao grupo sua sobrevivên-
física e cultural.



III. SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1853/E, de 11.04.85, composto por técnicos da FUNAI/INCRA/DTPS-RS, informa que na área proposta, existem 40 (quarenta) ocupantes não-índios, importando as benfeitorias implantadas de boa-fé em Cz\$ 464.261,49 (quatrocentos e sessenta e quatro mil duzentos e sessenta e um cruzados e quarenta e nove centavos).

A população indígena se constitui de 98 (noventa e oito) pessoas.

Dadas as condições em que vivem os índios Kaingang, a regularização de suas terras é questão vital e imperioso, de grande significação e importância para a comunidade indígena e para a sociedade envolvente, motivo porque opinamos pela aprovação da presente proposta.

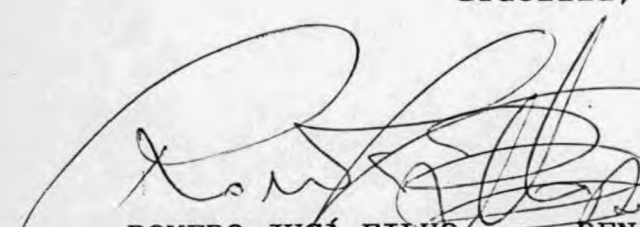
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Kaingang de Iraí, e ainda tendo vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo em anexo.

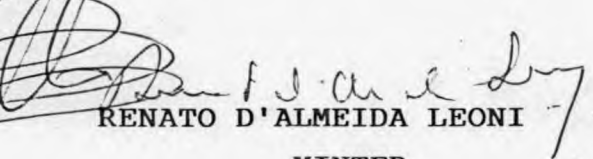
Brasília,

de

de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO

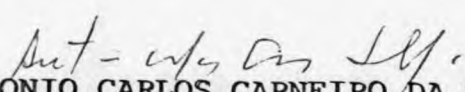
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD


ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 151 /86 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.
88.118/83

ÁREA INDÍGENA: UMUTINA

GRUPO INDÍGENA: Umutina

LOCALIZAÇÃO: Mun. Barra dos Bugres/MT


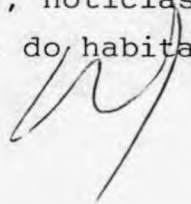
Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a homologação da demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da Área Indígena Umutina, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

O grupo indígena Umutina, cujos indivíduos eram chamados de Barbados pela sociedade regional, tem como habitat a região do interflúvio Paraguai-Sepotuba, sendo seus vizinhos setentrionais os Pareci e, meridionais os Bororo, que pertencem como esses últimos, à família lingüística Otuké (Nicemndaju, mapa etnohistórico, 1980).

Já em 1797, notícias prestadas por Ricardo Franco de Almeida Serradão conta do habitat Umutina:

 S. V. G. J. 1

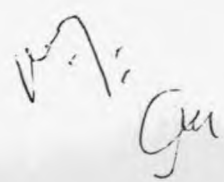

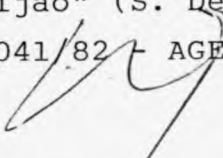
" O pequeno rio Cabaçal, também auri-
fero entra no Paraguay, pela mesma margem de Oeste,
três léguas inferiormente a foz do Sepotuba. Neste
último rio vive a nação de índios Barbados, mansa e
valente, assim chamada por ser a única nação deste
districto que, tendo copiosas barbas se distinguem
das outras nações" (Almeida Serra, apud H. Schultz,
Informações Etnográficas sobre os Umutina, Rev. Mu-
seu Paulista - nova série, XIII: 75).

Em 1862 os Umutina compunham um grupo de 400 indivi-
duos, resistindo bravamente ao assédio de seu território pelos civi-
lizados (ciclo de economia extrativista). De acordo com o salesia-
no Nicolau Badariotti, era intenção do Governo de Mato Grosso exter-
miná-los dada a resistência que ofereciam à invasão de suas ter-
ras (1898).

Em 1911, foram pacificados pela Expedição Rondon. Pou-
co depois, em 1919, atingiu-os violenta epidemia de sarampo, causan-
do inúmeras mortes e problemas, reduzindo-os a 300 indivíduos (1920).
Em 1923, tal número se reduzira a pouco mais de 120 indígenas.

Após a pacificação de 1911, para os Umutina foi cria-
do o Posto Indígena Fraternidade Indígena, hoje denominado Umutina.

"Considerados integrados por Malcher (1964), atra-
vessam hoje os traumas e problemas advindos justa-
mente da integração. Em relatório sobre o P.I. Umuti-
na, após 1975, sabe-se que nesse Posto residem não
só Umutina como também Pareci e Nambikwara. Muitos
desses indígenas já residiram em núcleos urbanos,
como Cuiabá, mas problemas de inadaptação retorna-
ram ao Posto. A justificativa de sua saída se pren-
de a melhores condições de vida e de trabalho, bem
como à valorização de seu status adiante da socie-
dade indígena. São agricultores, plantando arroz, mi-
lho e feijão" (S. Demarquet, Informação Indígena Bá-
sica nº 041/82 - AGESP/FUNAI).



II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Área umutina, imemorial, foi reservada para aldeamento dos índios pelo Decreto Estadual nº 385, de 6 de abril de 1915, no Município de Barra dos Bugres, apresentando 24.625 ha. De marcada, foi conferido pelo Estado ao Serviço de Proteção aos índios o título definitivo, devidamente registrado à fls. 270, livro nº 3-D, sob o número 4.021, a 29 de abril de 1960.

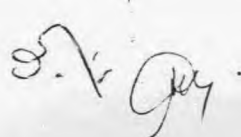

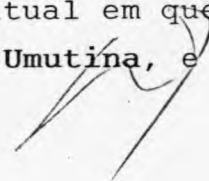
A FUNAI executou a aviventação de seus limites em 1984, resultando daí uma superfície de 28.120 ha e perímetro de 121,9 km. Segundo informações da DDF/SUAF, de 24/11/86, a Área Indígena Umutina está habilitada tecnicamente para o prosseguimento da regularização fundiária.

III. SITUAÇÃO ATUAL

De acordo com informações prestadas pela Divisão Fundiária da FUNAI, a 13 de novembro de 1983, não foi executado levantamento fundiário por não existirem na Área Indígena Umutina outros habitantes, a não ser indígenas. Também a 2ª Superintendência Regional, Cuiabá, afirmou via telefônica não haver outros ocupantes além dos índios.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto,, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Umutina, e ainda tend em vista o

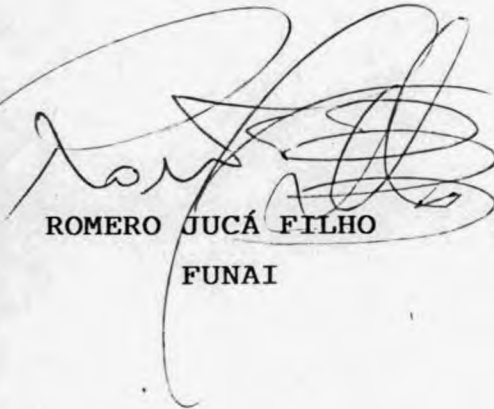


interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho subme
te o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pe
la aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memo
rial descritivo, anexos, a este Parecer.

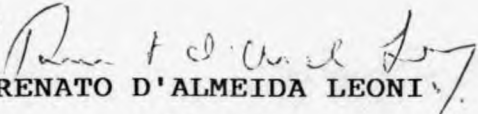
Brasília,

de

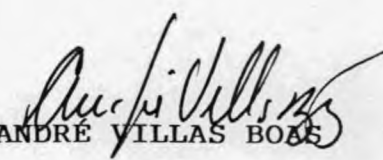
de 1986.


ROMERO JUCÁ FILHO

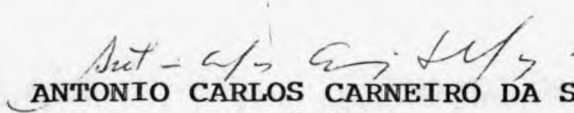
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD


ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 150/86 - GT.PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - RIKBATSA

GRUPO INDÍGENA - Rikbatsa

LOCALIZAÇÃO - Mun.Diamantino/MT

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a homologação da demarcação administrativa da Área Indígena Rikbatsa, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os Eriqpactsa ou Rikbatsa são conhecidos regionalmente como Canoeiros. De grupo linguístico ainda não classificado e considerado desconhecido, habitam o Noroeste do Estado de Mato Grosso. Conforme Malcher, seu território compreendia desde a "margem esquerda do rio Aripuanã à margem esquerda do Juruena e entre este rio e o Arinos, numa linha que vai desde das imediações da foz do Juruá-Mirim, afluente esquerdo do Juruena, até a foz do Jacutinga, no rio Arinos" (Malcher, Índios: Grau de Integração na Comunidade Nacional, 1964:100).

Coube à Missão Anchieta a oportunidade de contactá-los pela primeira vez, através do Pe. João Evangelista Dornstauder, S.J., em 1959. Antes, tinha-se conhecimento da existência do grupo por meio do relato de seringueiros, que inclusive os chamaram de Canoeiros. Também o sertanista do SPI Frederico Tolksdorf com eles manteve contatos iniciais, bem como o pastor protestante Frederico Richter (1961).

gm. 07. *10*

DTR. 161, p. 36/244

Pelo Decreto nº 63.368, de 08 de outubro de 1968, foi criada a Reserva Indígena Rikbatsa, mas, pela tipologia das terras indígenas ora em vigor (lei nº 6001/73), trata-se de área imemorial e não reservada, por se encontrar em território de ocupação Rikbatsa. De marcada em 1975, a área em apreço apresentou superfície de 75.982,42 ha e perímetro de 191,73 Km, o que representou uma redução da área original em 29.000 ha (Proc. FUNAI/BSB/1787/80, fls. 20-21), não aceita pelos índios que, por sua própria iniciativa, abriram picadão no Sul, demarcando corretamente os limites de seu território. Em 1983 a FUNAI enviou técnico para o local, a fim de retificar e redemarcar o limite Sul da área, esclarecendo-se a questão.

Com a criação da área Rikbatsa mediante Decreto, os missionários da Missão Anchieta conseguiram, após quase um ano de trabalho (Fev.1973 a Jan.1984), levar os índios de uma aldeia Rikbatsa, localizada fora dos limites decretados, para o interior da "reserva".

Os Rikbatsa formam um grupo tribal que guarda formas culturais ancestrais, embora paulatinamente sejam introduzidos nas técnicas agrícolas mais elaboradas. Comerciam borracha através dos missionários. Com os regionais fazem seu comércio igualmente, vendendo castanha e artefatos. Nesses últimos incluem-se adornos plumários e colares, de grande beleza e de técnica apurada.

Com a implantação de grandes projetos agropecuários na região do Juruena e com o adensamento das frentes pioneiras, começa a escassear a caça, base alimentar desses índios. Também a taquara, essencial para suas flechas, só se encontra na atualidade em áreas distantes, de 150 a 450 Km da área indígena, o que acontece também com as aves fornecedoras de penas. Assim, sua cultura se modifica não só através do contato com os "civilizados", como também pela degradação ambiental.

II . ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Área Indígena Rikbatsa foi criada pelo Decreto nº 63.368, de 08.10.68, e interditada pelo Decreto nº 73.562, de 24.01.74. Área já demarcada administrativamente, com superfície de 79.934,80 ha e perímetro de 197.856,039m.

H
Qu. 27. 10

III. SITUAÇÃO ATUAL

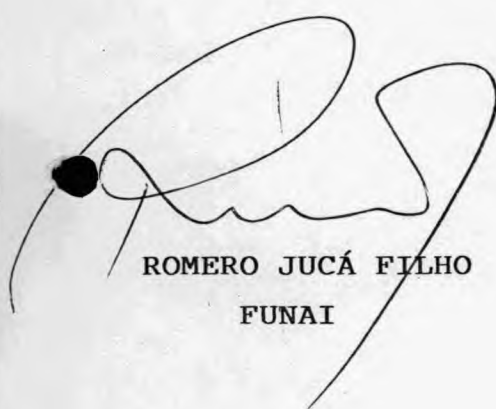
Na área em apreço não existem ocupantes não-índios.

A população indígena é composta de 424 indivíduos (1983), vivendo ainda dentro de padrões culturais. A defesa de sua integridade territorial, através da competente homologação da de marcação, em muito contribuirá para o resguardo dos Rikbatsa enquanto etnia e cultura diferenciadas.

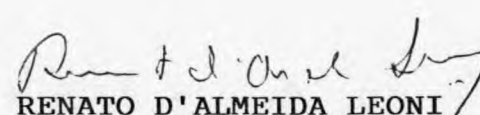
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a **Área Indígena Rikbatsa**, e ainda tendo em vista o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, de conformidade com o mapa e memorial descritivo anexos.


Brasília, de de 1986



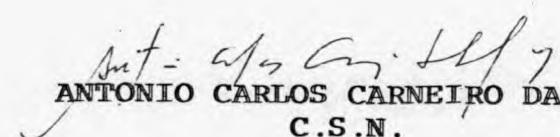
ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER



ANDRÉ J. VILLAS BOAS
MIRAD



ANTONIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 149 /86 - GT PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - KRAOLÂNDIA

GRUPO INDÍGENA - Krahô

LOCALIZAÇÃO - Munc. Itacajá e Goiatins

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a homologação da demarcação administrativa da Área Indígena Kraolândia, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os índios Krahô constituem um ramo dos Timbira que se incluem na família lingüística Jê. Estão localizados num território entre os Rios Manuel Alves Pequeno e o Vermelho, na bacia do Tocantins, ao Norte do Estado de Goiás. Nem sempre os Krahô habitaram esta região, tendo sido para aí empurrado pelos criadores de gado oriundos do Piauí e que, no começo do século XIX, começaram a ocupar o Sul do Maranhão, antigo habitat daqueles índios. Quando os Krahô entraram em contato com estes criadores no Maranhão, ocupavam uma região banhada pelo curso inferior do Rio Balsas e seus afluentes, como o Neves e o Macapá.

A subsistência dos Krahô está baseada na agricultura, sendo que atualmente se destaca o cultivo do arroz e da mandioca e, em segundo plano, milho, batata e inhame.

W. A. P. G. M.

A coleta complementa a dieta com vegetais e mel; a caça, que tem mais importância que a pesca, assegura-lhes a dose proteica.

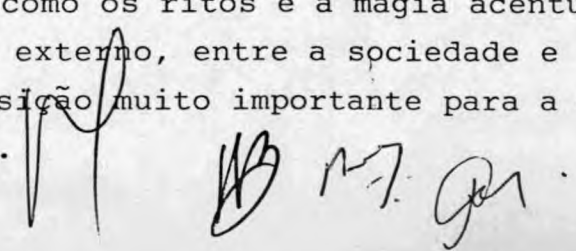
A principal unidade econômica Krahô é a família elementar, sendo também a unidade de consumo, ou seja, o resultado do trabalho individual de uma pessoa ou a parte que lhe cabe como resultado do trabalho coletivo que se destina geralmente, a ser consumido pelos membros da família elementar. Esta, nem sempre, realiza tarefas como plantio, capina etc., isoladamente, podendo ser utilizado então o mutirão.

O conjunto de indivíduos que habita uma casa, grupo doméstico, é constituído geralmente de mais de uma família elementar. A regra residencial é uxorilocal, os indivíduos nascidos na mesma casa ligam-se entre si através de parentesco. Quando um desses grupos domésticos se divide, os habitantes que deixam a casa constroem outra ao lado da primeira. Assim, indivíduos em casas contíguas se ligam entre si através de parentes femininos e estas casas formam um grupo de caráter exogâmico.

A facção constitui, entre os Krahô, a menor unidade política e não se confunde com a família elementar, nem com um grupo doméstico, ou com um segmento residencial, ou grupo de parentes cosanguíneos com relação ao seu líder. Uma série de interesses pode fazer um indivíduo pender para uma ou outra facção.

Melhor definida como unidade política, a aldeia possui uma série de líderes formais. O "capitão" é responsável pelas relações de seus habitantes com os "civilizados" e também pelas relações internas e boa ordem da aldeia, apoiando-se em uma facção. Não é cargo vitalício ou hereditário, dependendo sua permanência no mesmo da maior aceitação ou não por parte da aldeia. Os "prefeitos", com a função de coordenar as atividades diárias da aldeia, são os responsáveis pela partilha dos bens de consumo. Um "conselho" informal é constituído de indivíduos interessados na coletividade e com reconhecidas "qualidades" de liderança. As atribuições do conselho são de orientar os prefeitos e discutir com o capitão os mais graves problemas da aldeia.

Tanto os mitos como os ritos e a magia acentuam as relações entre a aldeia e o mundo externo, entre a sociedade e a natureza, que parecem formar uma oposição muito importante para a compreensão do sistema ideológico Krahô.



A magia referente à caça e à agricultura deve ser realizada por qualquer indivíduo ligado a essas atividades. A cura das doenças, apesar das plantas medicinais serem do conhecimento de todos, geralmente é entregue aos Xamãs. Estes podem curar ou provocar doenças e mortes através dos feitiços.

Atualmente, com o escasseamento da caça e produtos coletados pelos índios, a agricultura tem se transformado, quase que exclusivamente, na base da subsistência dos Krahô. Além disto, os índios mantêm criação de animais domésticos para sua complementação a alimentar e um projeto de criação de gado bovino.

O artesanato pouco representa como atividade econômica. Ocasionalmente os índios vendem suas mercadorias nas cidades e vilas mais próximas da aldeia.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

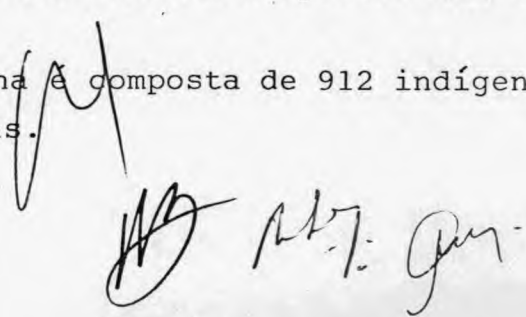
As terras demarcadas foram destinadas aos índios Krahô, pelo então Interventor Federal no Estado do Goiás, através do Decreto-Lei nº 102, de 05.08.1944, que delimitava uma área de 319.827 ha.

Trata-se de terras demarcadas administrativamente pela FUNAI, em 1975, obedecendo aos limites fixados no retrocitado Decreto-Lei, encontrando-se a superfície de 302.533,3971 ha e perímetro de 374.503m. As terras acham-se registradas nos cartórios de Registro de Imóveis das comarcas de Goiatins e Itacajá respectivamente, com os números 1018 e 029, faltando para a sua regularização o registro no Serviço do Patrimônio da União/SPU, que só poderá efetuar-se a pós a edição do Decreto de homologação.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Na área em questão não existem ocupantes não-índios.

A população indígena é composta de 912 indígenas assistidos através de 04 postos indígenas.




IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a **Área Indígena Kraolândia**, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos.

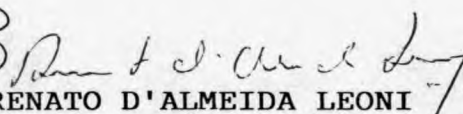
Brasília,

de


de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO

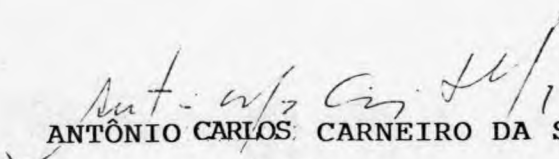
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER


ANDRÉ J. VILLAS BOAS

MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA

C.S.N.

PARECER Nº 148/86 - GT PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - KRUKUTU

GRUPO INDÍGENA - Guarani

LOCALIZAÇÃO - Mun.São Paulo/SP

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a homologação da demarcação administrativa da Área Indígena Krukutu, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitedo Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os Guarani, indígenas do tronco lingüístico Tupi, são localizados preferencialmente na área platina (Paraguai, Argentina, Brasil), embora sejam encontrados em outras regiões brasileiras, incluindo-se o Estado do Espírito Santo, graças às grandes migrações a partir da segunda metade do século XVIII. Caracterizam-se, portanto, por grande mobilidade espacial, embora todos os grupos componentes - Nhandeva, M'büia e Kaiowá - tenham substrato cultural comum.

A distribuição dos Guarani no Brasil, em quadro resumido, pode assim ser apresentada:

01. Nhandeva (Apapocuva, Ñandéva) - margens do Alto Paraná-, Norte do rio Iguaçu, extremo Sul de Mato Grosso do Sul, grupos dispersos no litoral paulista;

02. M'büia (Kainguá, Kaiua) - serra do Maracaju, aldeia nos

Estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

03. Kaiowá (Kaiwá, Tembekuá) - Sul de Mato Grosso do Sul .

A história dos Guarani é bastante conhecida, já desde o século XVI, graças aos registros jesuíticos, e graças igualmente aos estudos lingüísticos, etnohistóricos, e antropológicos contemporâneos (Me-traux, Egon Schaden, Hélène Clastres, Rubem T.de Almeida, Nimuendajú , entre outros).

Aldeados pelos jesuítas na região platina, foram obrigados a aceitar padrões éticos e morais alheios à sua cultura, descaracterizando-se aparentemente. Dizemos aparentemente, porque muito de sua cultura foi resguardada, como língua e religião - persistindo através dos tempos. Mas os missionários conseguiram "vitórias" igualmente sobre os índios, desestruturando sua coesão grupal, impondo-lhes modelos e atitudes cristãs, acentuando-lhes a passividade e a docilidade.

A partir do ciclo da preia ao índio (século XVII) os Guarani das reducciones jesuíticas sofreram a violência do bandeirantismo paulista, sendo levados aos milhares para a capitania de São Vicente (São Paulo) e tornados escravos.

Com a expulsão dos jesuítas da América hispano-portuguesa (2ª metade do século XVIII), complica-se a situação dos Guarani das Missões. Não querendo aceitar o jugo português (Tratado de Madri, 1750), rebelam-se e, em consequência, contra eles se fez a Guerra Guaranítica durante três anos, sendo submetidos pela força.

Assim, os Guarani sobrevivem até hoje, após séculos de perseguições, escravidão e violência, muito embora conservem alguns traços fundamentais de sua cultura, como língua e religião, esta mesclada com alguns elementos recebidos por via missionária. Destaque-se, sob o aspecto religioso, o profetismo e a busca de um paraíso terrenal conhecido como Terra sem Males.

No Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendaju, os Guarani do Estado de São Paulo são encontrados ainda em movimento migratório no médio curso do Tietê (1892-1902), entre as cabeceiras do Rio Aguapeí (1896-1902) e no litoral (1835-1860), onde o pesquisador localiza um grupo em 1913, ao norte do Vale do Ribeira.

Por sua vez, J.M.Gama Malcher assim situa os Guarani de São Paulo:

Nhandeva: no litoral do Estado, em Itariri, na Serra do Itatins (entre Peruíbe e Juquiá), bananal ao Sul de Itanhaém, próximo ao Rio Preto, a 14 Km à esquerda da via férrea Santos-Jundiaí;

gr. B 07.

M'búia: no litoral, no Rio Branco e no Rio Comprido, próximo de Itariri, nas proximidades da Praia Grande, atrás da Serra do Jacupiranga, ao Sul de Santos (Malcher, Índios: Grau de Integração na Comunidade Nacional, 1964:235).

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A área em epígrafe, que ora submetemos à apreciação de V.Sas., foi identificada e demarcada através de Convênio FUNAI/SUDELPA. A identificação da Área Indígena Krukutu se fez através da Portaria nº 1486/E, de 04.03.83.

Sua superfície é de 25,88 ha, com perímetro de 2.808, 29 m, igualmente materializada em campo, e homologada conforme despacho do Governador do Estado de São Paulo (D.O.E. - 20.04.85, p.3).

III. SITUAÇÃO ATUAL


O Grupo de Trabalho composto por técnicos da FUNAI / SUDELPA, informa que não foi constatada a presença de ocupantes não-índios nos limites das terras e que constituem a chamada Área Indígena Krukutu.

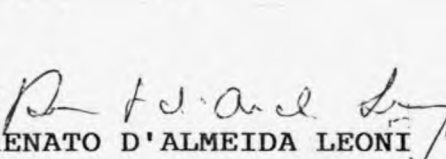
IV. CONCLUSÃO


De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Krukutu, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos ao dossiê.

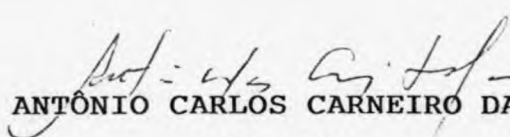
Brasília, de

de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 147/86 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.
88.118/83

ÁREA INDÍGENA: JARAGUÁ
GRUPO INDÍGENA: Guaraní
LOCALIZAÇÃO: Mun. de São Paulo/SP

Senhores Ministros,

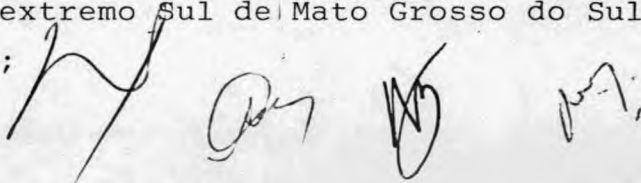
O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examina a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a homologação da demarcação administrativa da Área Indígena Jaraguá, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os Guaraní, indígenas do tronco lingüístico Tupi, são localizados preferencialmente na área platina (Paraguai, Argentina, Brasil), embora sejam encontrados em outras regiões brasileiras, incluindo-se o Estado do Espírito Santo, graças às grandes migrações a partir da segunda metade do século XVIII. Caracterizam-se, portanto, por grande mobilidade espacial, embora todos os grupos componentes - Nhandeva, M'búia e Kaiowá - tenham substrato cultural comum.

A distribuição dos Guaraní no Brasil, em quadro resumido, pode assim ser apresentada:

01. Nahdeva (Apapocuva, Nandéva): margens do Alto Paraná, Norte do Rio Iguaçu, extremo Sul de Mato Grosso do Sul, grupos dispersos no litoral paulista;



02. M'büia (Kainguá, Kauiá) - serra de Maracaju, aldeias nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo.

03. Kaiowá (Kaiwá, Tembekuá) - Sul de Mato Grosso do Sul.

A história dos Guarani é bastante conhecida, já desde o século XVI, graças aos registros jesuíticos, e graças igualmente, aos estudos lingüísticos, etnohistóricos e antropológicos contemporâneos (Métraux, Egon Echaden, Hélène Clastres, Rubem T. de Almeida, Ni muendajú, entre outros).

Aldeados pelos jesuítas na região platina, foram obrigados a aceitar padrões éticos e morais alheios à sua cultura, descharacterizando-se aparentemente. Dizemos aparentemente, porque muito de sua cultura foi resguardada - como língua e religião -, persistindo através dos tempos. Mas os missionários conseguiram "vitórias" igualmente sobre os índios, desestruturando sua coesão grupal, impondo-lhes modelos e atitudes cristãs, acentuando-lhes a passividade e a docilidade.

A partir do ciclo da preia ao índio (século XVII) os Guarani das reducciones jesuíticas sofreram a violência do bandeirantismo paulista, sendo levados aos milhares para a Capitania de São Vicente (São Paulo) e tornados escravos.

Com a expulsão dos jesuítas da América hispano-portuguesa (2ª metade do século XVIII), complica-se a situação dos Guarani das Missões. Não querendo aceitar o jugo português (Tratado de Madrid, 1750), rebelam-se e, em consequência, contra eles se faz a Guerre Guaranítica durante três anos, sendo submetidos pela força.

"A partir desses eventos os Guarani têm duas opções: ou se submetem aos ditames dos colonizadores, convertendo-se em mão-de-obra, ou fogem para outras regiões. Acentua-se assim o seu componente mítico, a busca da Terra sem Males, iniciando alguns grupos uma longa caminhada, que até hoje ainda não terminou. Tal migração conduziu-os à fragmentação em pequenos grupos familiares ou clânicos ..." (S. Demarquet, Informação Indígena Básica nº 1, fl. 1982).

Gr. M. 157:

Assim, os Guaraní sobreviveram até hoje, após séculos de perseguições, escravidão, muito embora conservem alguns traços fundamentais de sua cultura, como língua e religião, essa mesclada com alguns elementos recebidos por via missionária. Destaque-se, sob o aspecto religioso, o profetismo e a busca de um paraíso terrenal conhecido como Terra sem Males.

No Mapa Etnohistórico de Curt Nimuedajú, os Guaraní do Estado de São Paulo são encontrados ainda em ^{MOVIMENTO} movimento migratório no médio curso do Tietê (1892-1902), entre as cabeceiras do Rio Agua peí (1896-1902) e no litoral (1835-1860), onde o pesquisador localizada um grupo em 1913, ao Norte do Vale do Ribeira.

Por sua vez, J.M. Gama Malcher assim situa os Guaraní de São Paulo:

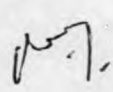


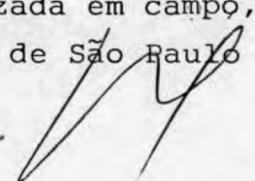
Nandewa: no litoral do Estado, em Itariri, na Serra do Itatins (entre Peruíbe e Juquiá), Bananal ao Sul e Itanhaém, próximo ao Rio Preto, a 14 km à esquerda da via férrea Santos-Jundiaí;

M'búia: no litoral, no Rio Branco e no Rio Comprido, próximo de Itariri, nas proximidades da Praia Grande, através da Serra do Jacupiranga ao sul de Santos (Malcher, Índios: Grau de Integração na Comunidade Nacional, 1964:235).

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A área em epígrafe, que ora submetemos à apreciação de V.Sas., foi já identificada e demarcada através de convênio FUNAI/SUDELPA. A identificação da Área Indígena Jaraguá se fez através de GT criado através da Portaria nº 1486/E, de 04 de março de 1983.

Apresenta superfície de 1,7566 ha, com perímetro de 817,60m, igualmente materializada em campo, e homologada conforme despacho do Governador do Estado de São Paulo (DOE, 20/04/85, p.3).



III. SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 007/86 de 08.07.86, composto por técnicos da FUNAI/SUDELPA/INCRA, in forma que na área proposta existe um ocupante não-índio, e as benfeitorias implantadas consideradas de boa fé importam Cz\$ 224,43 (duzentos e vinte e quatro cruzados e quarenta e três centavos).


IV. CONCLUSÃO

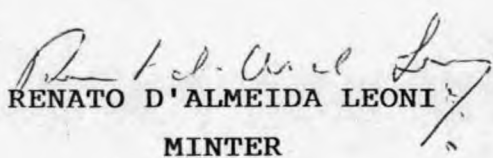
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Jaraguá e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão Superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.


Brasília,

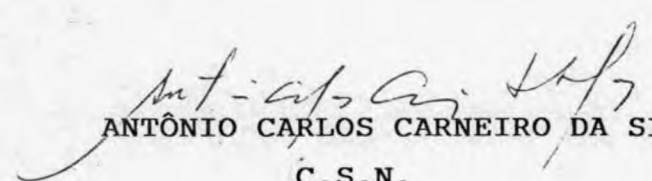
de

de 1986.


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 146 /86 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - GUARANI DO RIBEIRÃO SIL-
VEIRA

GRUPO INDÍGENA - Guarani

LOCALIZAÇÃO - Muns. São Sebastião e San-
tos - SP

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a homologação da demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio, da Área Indígena Guarani do Ribeirão Silveira, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Na época do descobrimento do Brasil os Guaranis, distribuíam-se por uma região que hoje abrange o Paraguai, o Norte da Argentina, o Uruguai e o Sudoeste brasileiro. O século XVI foi marcado pela presença jesuítica entre os Guarani, formando as chamadas "Reduções". O século seguinte trouxe para os indígenas um decréscimo populacional, decorrente das expedições organizadas e promovidas pelos bandeirantes contra os Guarani.

No século XVIII os Guarani foram alvo da "Guerra Guaranítica" promovida pelo Reino português o que os reduziu ainda mais.

No século XIX, inicia-se uma grande migração Guarani rumo ao litoral atlântico. Por volta de 1820, sob a direção de chefes religiosos que, apoiados em sonhos e visões, afirmavam estar próxima

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

a destruição do mundo, diversos grupos Guarani rumaram em direção à "Terra sem Males", existente além do Oceano Atlântico.

Curt Nimuendaju, pesquisador que conviveu com os Guarani durante vários anos, afirma que tais migrações teriam ocorrido nos anos de 1824, 1870 e 1912.

Essa é a origem dos grupos Guarani que hoje se espalham pelo litoral paulista, dentre os quais está o de Ribeirão Silveira.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A eleição da presente área indígena foi realizada a partir dos estudos "in loco" realizados por um GT formado de sociólogo e engenheiro agrimensor desta Fundação, no mês de março de 1983. A área indígena perfaz um total de 948,40 ha, perímetro 17.165 Km situados na Serra do Mar, litoral paulista. Parte dessa área, cerca de 40%, compõe-se de terras do Parque Estadual da Serra do Mar, reserva florestal criada pelo Decreto Estadual nº 13.313, de 06.03.79.

III. SITUAÇÃO ATUAL

As terras onde se encontra esse grupo Guarani, composto por cerca de 30 indivíduos excluindo-se a parte da reserva florestal, foram herdadas por Armandc Jorge Peralta e outros. Estes pretendem implantar um projeto agropecuário na área e para tal começaram a abrir estradas dentro da mesma, atividade essa interrompida pelos índios que se julgaram lesados em seus direitos.

Consta que também um projeto de loteamento para casas de veraneio, com 5 mil terrenos, está prevista para a área, a cargo da empresa Fator Construtora.

A disputa dessas terras remonta a 1954 quando Domênico Ricciardi Maricondi e José Bastos da Silva interpuseram INTERDITO PROIBITÓRIO contra o coronel da PM de São Paulo Homero dos Santos que, alegavam, havia invadido a propriedade que possuíam em condomínio.

O referido coronel, para provar seus direitos sobre as terras, alegou que os índios aí existentes haviam sido assentados por ele em 1947. No ano de 1963 os Srs. Domênico e José Bastos promoveram

DTR. 161, p. 51/244

uma ação de REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra o referido Coronel Homero, ação esta ganha na Justiça de São Paulo no ano de 1978.

A partir de então várias tentativas foram feitas pelos Srs. Joaquim Feliciano da Silva Neto e Armando Jorge Peralta, herdeiros do espólio, no sentido de expulsar os índios aí residentes.

No ano de 1982 a comunidade indígena, com o apoio de advogados de São Paulo, interpôs EMBARGO DE TERCEIROS POSSUIDOR, nos autos da Ação de Reintegração de Posse movida por Joaquim Feliciano da Silva Neto e outros contra Homero Santos. No mesmo ano, a comunidade Guarani do Rio Silveira promoveu também uma Ação de MANUTENÇÃO DE POSSE CUMULADA COM PERDAS E DANOS E COMINAÇÃO PENA contra o Sr. Armando Peralta, que havia aberto estradas na área por ele ocupada.

NO início de 1983 a FUNAI contratou o advogado, Marcial Barreto Casabona para representá-la junto aos autos, requerendo a sua admissão como assistente litisconsorcial.

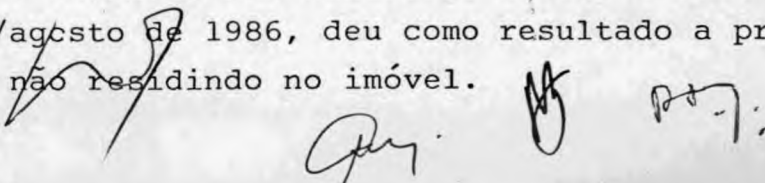
Este advogado pediu então que a FUNAI esclarecesse a extensão da área habitada pelos Guarani, "para que os litígio não verse sobre a área imprecisa ou maior do que a devida".

Apesar desta pendência, o Judiciário já decidiu que se trata de uma área indígena demarcada e homologada pelo Governo do Estado por força do Convênio FUNAI/SUDELPA, o que faz com que a pretensão dos autores seja infundada, conforme sentença expedida pelo Exmo. Juiz Maurício Lemos Porto Alves, em 30.06.86 - Processo 579/85 - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE - proposta por JOSÉ AILTON DE SOUZA E VALDOMIRO SOARES DE MELO contra Ilásio Nunes - Cacique da Área Indígena Rio Silveira.

SENTENÇA

" A área objeto do litígio se encontra inserida dentro da Área Indígena Rio Silveira, demarcada, descrita e caracterizada nos documentos de fls. 157-160. O pedido é juridicamente impossível, pois a lide tem objeto a área indígena e, nos termos do Art.198 da Constituição Federal, o direito de exercício de posse sobre este imóvel é exclusivo e permanente dos silvícolas".

O levantamento fundiário levado a cabo por FUNAI/SUDELPA/INCRA, em julho /agosto de 1986, deu como resultado a presença de 03 ocupantes não-índios, não residindo no imóvel.



Destes, dois não tem definida a sua situação fundiária, enquanto que o terceiro (Joaquim Feliciano e outros), é titular de domínio. As benfeitorias consideradas de boa fé estão orçadas em Cz\$ 41.548,14 (quarenta e um mil quinhentos e quarenta e oito cruzados e quatorze centavos).


IV. CONCLUSÃO

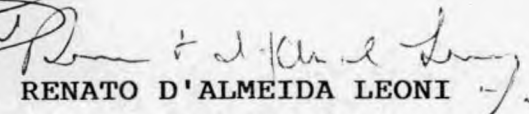
De todo o exposto e considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a **Área Indígena Guarani do Ribeirão Silveira**, e tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.


Brasília,

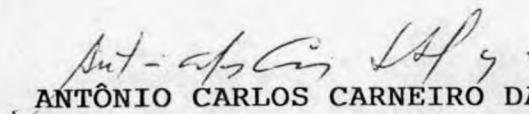
de

de 1986


ROMERO JUCA FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 145/86 - GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - BOA VISTA DO SERTÃO DO
PROMIRIM
GRUPO INDÍGENA - Guarani
LOCALIZAÇÃO - Mun. Ubatuba - SP

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da Área Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

O Paraguai, Pátria dos Guarani, não era o único país da América do Sul onde viviam esses índios. Também eram encontrados no Equador, áreas do Rio da Prata, Brasil, Uruguai e Argentina.

Em 1516, quando os espanhóis penetraram pela primeira vez no Paraguai, dizimaram grande parte dessa nação indígena, escravizando-a, roubando suas mulheres, matando velhos e crianças.

No Brasil, o movimento missionário provocou grandes mudanças na estruturação interna do grupo indígena Guarani, forçando-o a viver em agrupamentos - as reduções jesuíticas -, que nada tinham a ver com seus hábitos nômades, impondo-lhe novas regras e hábitos totalmente distintos de seus antepassados.

Em 1618, os paulistas realizaram grandes expedições contra os Guarani, sendo que, em 1630, verdadeiros exércitos dizimaram totalmente 03 reduções, quando cerca de 150 mil Guarani foram feitos

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

prisioneiros e levados como escravos. Os bandeirantes foram os principais dizimadores dos Guarani das reduções.

O Governador do Rio da Prata, Pedro Esteban de Ávila, observava em um relatório seu ao rei:

" Verifiquei que entre 1628 e 1630, os habitantes de São Paulo arrebataram mais de sessenta mil almas das reduções, tanto nesta província como na do Paraguai ...".

O Tratado de Madri, em 1750, entre Portugal e Espanha, e a expulsão dos jesuítas, na segunda metade do século XVIII, provocaram grande impacto na vida tribal Guarani. Por se recusarem a submeter-se ao jugo português, os índios foram alvo durante três anos da Guerra Guaranítica, que os submeteu pela força.

A partir dessa época, os Guarani iniciaram uma longa caminhada rumo ao Leste, à procura da grande água e de uma terra mítica da promessa contada em sua história oral.

Curt Nimuendaju, etno-historiador alemão, grande amigo dos Guarani e que com eles conviveu durante muitos anos no início deste século, documentou os grandes massacres sofridos por esse povo.

A organização política do grupo Guarani é um dos aspectos que deve ser relevado quando se procura entender o relativo nomadismo do grupo.

A religião, mola propulsora da vida grupal Guarani, é outro fator relevante.

Se acompanharmos as imigrações Guarani em direção ao litoral - que Nimuendaju indica como ocorridas nos anos de 1824, 1870 e 1912 e as do presente século indicadas por Schaden, verificamos que eles encontraram um litoral demograficamente vazio, que experimentou um repovoamento ultimamente. O próprio Curt Nimuendaju relata que encontrou em 1912 um grupo de Guarani, perto da capital paulista, acompanhando - os até a Praia Grande, no litoral.

O índio Guarani sempre preferiu estabelecer suas aldeias no centro das matas, evitando os campos. Seu relacionamento com a natureza foi sempre intenso: é ela que lhes fornece o alimento, os elementos de seu ritual e de sua cultura material.

Como até hoje eles conseguiram manter-se relativamente isolados da população regional, a sua existência surpreende a muitos. Para muitas pessoas não haveria mais índios em São Paulo. No entanto eles estão lá. Viviam sossegados, dependentes apenas da natureza. Agora que o "civilizado" se volta para suas matas, aparecem os que alegam não

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

DTR. 161, p. 55/244

serem aquelas terras de índios, esquecendo-se talvez, de que quando os portugueses aqui aportaram a "Ilha de Vera Cruz" já era habitada.

Hoje a única maneira de se assegurar a sobrevivência do grupo indígena Guarani é garantir-lhe a posse das terras que habita, o que afinal acabará favorecendo o próprio homem branco, já que o índio, ao contrário do "civilizado", preserva a natureza, não a destrói, garantindo assim o equilíbrio ecológico necessário à nossa sobrevivência.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A aldeia Boa Vista do Sertão do Promirim está localizada no Município de Ubatuba, na Serra do Mar, no lugar denominado Boa Vista do Sertão do Promirim, no Estado de São Paulo.

A Área Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim, constitui terras de ocupação imemorial do grupo indígena Guarani, consoante informações documentais e bibliográficas.

A área proposta, com superfície de 460 ha e perímetro de 10 Km, é de posse imemorial na conformidade do artigo 23 da Lei nº 6001/73 e destina-se a garantir ao grupo sua sobrevivência física e cultural. A população Guarani é de 46 (quarenta e seis) pessoas.

III. SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Instrução Técnica nº 043/DPI, de 29.09.83, composto por técnicos da FUNAI/INCRA, informava à época que na área proposta existiam 11 (onze) ocupantes não-índios, - sendo que na área de um deles não constam benfeitorias - e as benfeitorias, avaliadas em 1984, importavam em Cr\$ 8.302.164,00 (oito milhões trezentos e dois mil cento e sessenta e quatro cruzeiros). Em levantamento, recente, com data de avaliação de 18.11.86, constatou-se a presença de 03 ocupantes não-índios, na condição de titular da posse, importando as benfeitorias feitas de boa fé em Cz\$ 106.833,05 (cento e seis mil oitocento e trinta e três cruzados e cinco centavos).

A área em questão se encontra encravada nos limites do Parque Florestal Estadual da Serra do Mar, criado pelo Decreto nº 10.251, de 30.08.77, e alterado pelo Decreto nº 13.313, de 06.03.79.

H 07: Gray

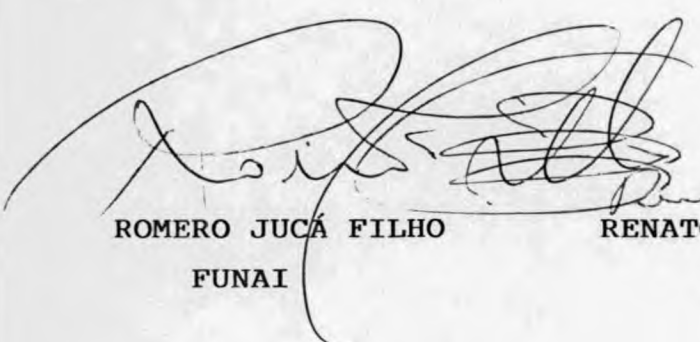
DTR. 161, p. 56/244

IV. CONCLUSÃO

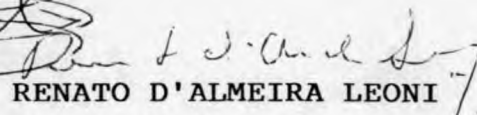
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a **Área Indígena Boa Vista do Sertão do Promirim** e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, de


de 1986



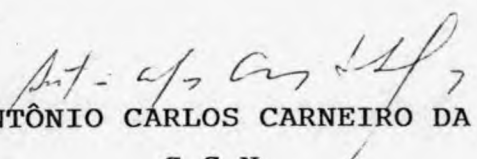
ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI



RENATO D'ALMEIRA LEONI
MINTER



ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD



ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

PARECER Nº 144 /86 - GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - GUARANI DA BARRAGEM
GRUPO INDÍGENA - Guarani
LOCALIZAÇÃO - Mun. São Paulo/SP

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a homologação da demarcação administrativa da Área Indígena Barragem, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os Guarani, indígenas do tronco lingüístico Tupi, são localizados preferencialmente na área platina (Paraguai, Argentina, Brasil), embora sejam encontrados em outras regiões brasileiras, incluindo-se o Estado do Espírito Santo, graças às grandes migrações a partir da segunda metade do século XVIII. Caracterizam-se, portanto, por grande mobilidade espacial, embora todos os grupos componentes - Nhandeva, M'büia e Kaiowá - tenham substrato cultural comum.

A distribuição dos Guarani no Brasil, em quadro resumido, pode assim ser apresentada:

01. Nhandeva (Apapocuva, Nhandéva): margens do Alto Paraná, Norte do Rio Iguaçu, extremo Sul do Mato Grosso do Sul, grupos dispersos no litoral paulista;

02. M'büia (Kainguá, Kaiuá) - Serra de Maracaju, aldeias nos Estados de Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São

[Handwritten signatures and initials]

Paulo.

03. Kaiowá (Kaiwá, Tembekuá) - Sul do Mato Grosso do Sul.

A história dos Guaraní é bastante conhecida, já desde o século XVI, graças aos registros jesuíticos, e graças igualmente aos estudos lingüísticos, etnohistóricos e antropológicos contemporâneos (Métraux, Egon Schaden, Hélène Clastres, Rubem T. de Almeida, Nimuendaju, entre outros).

Aldeados pelos jesuítas na região platina, foram obrigados a aceitar padrões éticos e morais alheios à sua cultura, descaracterizando-se aparentemente. Dizemos aparentemente, porque muito de sua cultura foi resguardada - como língua e religião - , persistindo através dos tempos. Mas os missionários conseguiram "vitórias" igualmente sobre os índios, desestruturando sua coesão grupal, impondo-lhes modelos e atitudes cristãs, acentuando-lhes a passividade e a docilidade.

A partir do ciclo da preia ao índio (século XVIII) os Guaraní das **reducciones** jesuíticas sofreram a violência do bandeirantismo paulista, sendo levados aos milhares para a Capitania de São Vicente (São Paulo) e tornados escravos.

Com a expulsão dos jesuítas da América hispano-portuguesa (2ª metade do século XVIII), complica-se a situação dos Guaraní das Missões. Não querendo aceitar o jugo português (Tratado de Madri, 1750), rebelam-se e, em consequência, contra eles se faz a Guerra Guaranítica durante três anos, sendo submetidos pela força.

"A partir desses eventos os Guaraní têm duas opções: ou se submetem aos ditames dos colonizadores, convertendo-se em mão-de-obra, ou fogem para outras regiões. Acentua-se assim o seu componente mítico, a busca da Terra sem Males, iniciando alguns grupos uma longa caminhada, que até hoje ainda não terminou. Tal migração conduziu-os à fragmentação em pequenos grupos familiares ou clânicos ..." (S. Demarquet, Informação Indígena Básica nº 1, fev. 1982).

Assim, os Guaraní sobrevivem até hoje, após séculos de perseguições, escravidão e violência, muito embora conservem alguns traços fundamentais de sua cultura, como língua e religião, esta mesclada com alguns elementos recebidos por via missionária. Destaque-se, sob

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

o aspecto religioso, o profetismo e a busca de um paraíso terrenal conhecido como Terra sem Males.

No Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju, os Guarani do Estado de São Paulo são encontrados ainda em movimento migratório no médio curso do Tietê (1892 - 1902), entre as cabeceiras do Rio Aguapeí (1886-1892) e no litoral (1835 - 1860), onde o pesquisador localiza um grupo em 1913, ao Norte do Vale da Ribeira.

Por sua vez, J.M.Gama Malcher assim situa os Guarani de São Paulo:

Nandéwa: no litoral do Estado, em Itariri, Serra dos Itatins (entre Peruíbe e Juquiá), Bananal ao Sul de Itanhaém, próximo ao Rio Preto, a 14 Km à esquerda da via férrea Santos-Jundiaí;

M'büia: no litoral, no Rio Branco e no Rio Comprido, próximo de Itariri, nas proximidades da Praia Grande, atrás da Serra do Jacupiranga, ao Sul de Santos (Malcher, Índios, Grau de Integração na Comunidade Nacional, 1964: 235).

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Área Indígena Barragem, que ora submetemos à apreciação de V.Sas. foi identificada e demarcada através de Convênio FUNAI / SUDELPA. A identificação e delimitação da Área Indígena Barragem, se fez através de GT criado pela Portaria nº 1486/E, de 04 de março de 1983.

Possui uma superfície de 26,30 ha e perímetro de 2.153,83m, já materializada em campo. Sua homologação pelo Governo do Estado de São Paulo se deu conforme despacho do Sr. Governador Franco Montoro, publicado no D.O.E. de 24.04.85.

III. SITUAÇÃO ATUAL

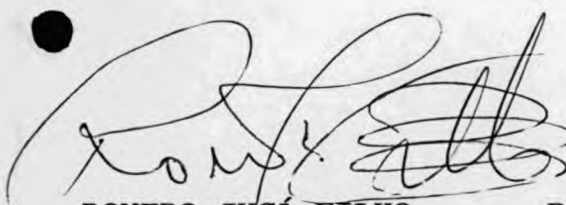
O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 007/86, de 08.07.86, composto por técnicos da FUNAI/SUDELPA/INCRA, informa que na área proposta existem construções da ex-rádio tupã, e as benfeitorias importam em Cz\$ 103.353,25 (cento e três mil trezentos e cinquenta e três cruzados e vinte e cinco centavos).

IV. CONCLUSÃO

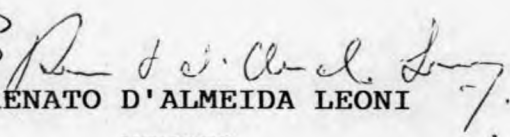
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que cosntituem a Área Indígena Barragem, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da propos ta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos ao dossiê.

Brasília, de

de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO

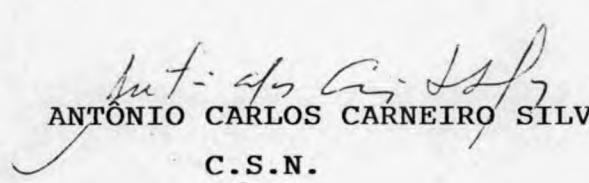
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD


ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO SILVA

C.S.N.

PARECER Nº 143/86 - GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - ITARIRI (Serra do Itatins)

GRUPO INDÍGENA - Guaraní

LOCALIZAÇÃO - Mun. Itariri - SP

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a homologação da demarcação da Área Indígena Itariri (Serra dos Itatins), vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

A partir dos contatos das comunidades Guaraní do litoral paulista com a sociedade regional, observa-se a perda da autonomia sócio-cultural indígena, pois o sistema econômico assim estabelecido faz com que se desenvolvam formas de dependência em relação a certos bens, hoje indispensáveis para a sobrevivência do grupo. No entanto observamos, no que se refere a padrões de produção e consumo, a persistência de costumes tradicionais que organizam as relações inter e intra grupais. Com isto queremos ressaltar que a "dependência" referida acima não significa uma perda de identidade étnica dos indivíduos, mas sim a criação de novas formas de entrosamento com a sociedade envolvente que são determinadas, em última instância, por traços culturais diferenciados e específicos.

De acordo com Darcy Ribeiro, a "predisposição dos grupos indígenas à aceitação ou rejeição de inovações permite classifi-

car as culturas tribais como relativamente flexíveis e maleáveis ou como rígidas e conservativas". Neste sentido podemos dizer que, apesar de atitudes aparentemente dóceis e receptivas por parte dos índios Guarani em relação à sociedade envolvente, este grupo apresenta um grau de resistência muito grande à penetração de elementos novos que contrariam elementos de sua configuração cultural específica. Neste sentido, encontramos entre este grupo um quadro religioso e mitológico bastante semelhante ao tradicional, o que se pode comprovar através das fontes bibliográficas disponíveis. As mudanças existentes são o resultado de um processo de integração intra e intergrupar, condicionado por circunstâncias peculiares e que só dentro deste contexto alcança significação, pois não podemos negar o caráter dinâmico da cultura enquanto representação de uma realidade em constante mudança.

II. ÁREA ROPOSTA PELA FUNAI

Pelo Decreto Estadual nº 41.538, de 28.01.63, o Governo Estadual designava as Glebas "B-2-a" e "B-2-2" (809,2 ha) localizadas no perímetro de Itanhaém e encravadas na Serra do Itatins, para o estabelecimento de índios Guarani.


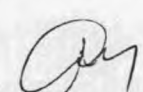

Ao estabelecer estes limites, não foi observada a real ocupação indígena, pois foram excluídos dos mesmos as aldeias, a antiga Sede do Posto Indígena construído à época do SPI, o cemitério e outras áreas de interesse indígena.

O Grupo de Trabalho designado pelas Portarias nºs 1559 e 1569/83, composto por técnicos da FUNAI/INCRA, propõe a definição da Área Indígena Itariri (Serra dos Itatins) - tomado por base os limites constantes do Decreto, com área de 650 ha e perímetro de 13 Km, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos ao dossiê.

Nos trabalhos homologados pela SUDELPA verifica-se a superfície de 1.212,47 ha para o perímetro de 19,5 Km, considerando a área de antiga ocupação e posse Guarani.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Na área em questão existem 07 (sete) ocupantes não-índios, e as benfeitorias implantadas importam em Cz\$ 164.726,72 -



(cento e sessenta e quatro mil setecentos e vinte e seis cruzados e setenta e dois centavos).


A população indígena é composta de 27 pessoas.

Dados as condições em que vivem os índios Guaraní, a regularização de suas terras é questão vital e imperiosa, de grande significação e importância para a comunidade indígena.


IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que contituem a **Área Indígena Itariri**, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Senhorias, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI/SUDELPA, na conformidade do mapa e memorial descrito em anexo.


Brasília, de de 1986



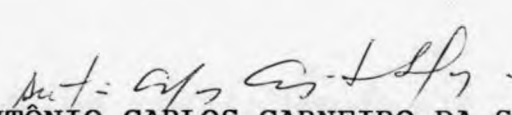
ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER



ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD



ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA
C.S.N.

ATA DA 13ª REUNIÃO - GT. 88.118/83

DATA: 10 de dezembro de 1986

LOCAL: Sala da Presidência da FUNAI

PRESENCAS: ROMERO JUCÁ FILHO- Presidente da FUNAI (Membro)-Coordenador
RENATO d'ALMEIDA LEONI- Consultoria Jurídica-MINTER (membro)
ANDRÉ JUNQUEIRA VILLAS BOAS - MIRAD (membro)
ANTÔNIO CARLOS CARNEIRO DA SILVA- Secretaria Geral-CSN (membro)
MARCO ANTÔNIO BARBOSA - SUDELPA
RONALDO MONTENEGRO- Procurador Geral da FUNAI
DANIEL MARQUES DE SOUSA- Superintendente SUAF/FUNAI
ROBERTO LUIZ TEIXEIRA COSTA- SG/CSN
CYRO LISITA - MIRAD
VALTER FERREIRA MENDES- Assessor/SUAF/FUNAI
SÔNIA DE ALMEIDA DEMARQUET- Chefe da DID/SUAF

Aos dez dias do mês de dezembro de 1986, às 15:00 h, reuniram-se na sala de reuniões da Presidência da FUNAI os membros do GT 88.118 / 83, assessorados devidamente, para dar andamento aos trabalhos planejados para o ano em curso e constantes de pauta previamente distribuída para análise, conforme a praxe. Abrindo a sessão, o Senhor Coordenador do GT e Presidente da FUNAI ressaltou a necessidade de se encaminhar ao Banco Mundial, conforme o que lhe fora solicitado, uma resolução ou parecer normativo do GT sobre o encaminhamento de documentação (decretos) ao Exmº Senhor Presidente da República, com base no que fora deliberado na 12ª Reunião do GT. Segundo o Senhor Superintendente de Assuntos Fundiários da FUNAI, SUAF, também o Senhor representante do CSN do GT 88.118/83 deveria assinar o documento, por considerar que muitas áreas relacionadas se situam em faixa de fronteira. Lida a minuta apresentada, após discutir-se o texto e ponderar o Senhor Procurador Geral da FUNAI que mantinha sua posição anterior, ou seja, acreditar que tanto o decreto de declaração de ocupação indígena quanto o decreto de homologação de demarcação eram necessários para complementar os trabalhos, a mesma foi aprovada e assinada pelos membros do GT, nos termos seguintes: "Parecer normativo nº 001/ 86 do GT instituído pelo Decreto nº 88.118/83. Senhores Ministros, tendo em

CONTINUAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO - GT.88.118/83

vista o que ficou acertado em reunião realizada no dia 05 de novembro de 1986 o Grupo Interministerial de Trabalho instituído pelo Decreto nº. 88.118 de 23 de fevereiro de 1983, apresenta o seguinte parecer. 1. as áreas indígenas demarcadas por decreto com base nos procedimentos determinados pelo Decreto nº 88.118/83, não necessitam retornar ao GT e nem ao Exmº Senhor Presidente da República para homologação da demarcação, cabendo à FUNAI providenciar junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Situação e ao Serviço do Patrimônio da União, os respectivos registros. 1.1. Quando houver sensível alteração entre o memorial descritivo constante no Decreto e o da demarcação, deverá ser submetida ao GT instituído pelo Decreto nº 88.118/83, com vistas a retificação dos limites. 2. As áreas indígenas identificadas, delimitadas, demarcadas e declaradas de ocupação indígena, na vigência do Decreto nº 76999/76, poderão ser demarcadas com base na documentação apresentada à época e posteriormente submetida a homologação da demarcação, através do GT instituído pelo Decreto nº 88.118/83. Nessas condições submeto à aprovação de V.Excia. o presente parecer. Brasília, 10 de dezembro de 1986. Ass.: Romero Jucá Filho, Renato d'Almeida Leoni, André Junqueira Ayres Villas Boas". A seguir o Senhor representante do MIRAD informou ter recebido notícias preocupantes sobre a Área Indígena ZORÓ, contando que a Polícia Federal estaria deixando a área, mostrando aos membros do GT ser a situação difícil e delicada, pois poderia haver confronto direto entre índios e invasores. O Senhor Procurador Geral da FUNAI retornou ao tema do encaminhamento da documentação sobre áreas indígenas às autoridades competentes, ressaltando que, a seu ver, os dois decretos - de declaração de ocupação e de homologação - são necessários, considerando até que o primeiro poderia ser dispensado, mas o segundo deles sendo essencial, pedindo que sua posição fosse marcada na ata. Em seguida o Senhor Superintendente de Assuntos Fundiários apresentou o Dr. Marco Antônio Barbosa, Advogado da SUDELPA, convidado pela FUNAI para participar da reunião, por estarem em pauta áreas indígenas do Estado de São Paulo e que receberam homologação recente por parte do Exmº. Senhor Governador André Franco Montoro. O Senhor Superintendente SUAF também se dirigiu aos presentes desculpando-se pelo número de dossiês.

CONTINUAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO - GT.88.118/83

apresentados para análise pelo GT na 13ª Reunião, vinte ao todo, mas ressaltou que tal trabalho significaria muito para os povos indígenas envolvidos e encerraria de forma positiva as atividades de 1986, pois nova reunião do GT só terá lugar em janeiro de 1987. Comunicou igualmente que, para o ano próximo, a FUNAI deseja estabelecer um cronograma de atividades relacionadas ao GT 88.118/83, mediante acordo com os demais membros do Grupo, prevendo-se a pauta com uma antecedência mínima e cabível. Após, o Senhor Representante do CSN fez a apresentação de seu substituto eventual no GT, o Senhor Cel. Roberto Luiz Teixeira Costa, fazendo votos de produtivo trabalho e de bom entrosamento entre todos. Como primeiro item da pauta foi apresentada a Área Indígena ITARIRI pois, com a presença do Senhor Representante da SUDELPA, o Senhor Coordenador do GT houve por bem deliberar acerca de todas as áreas indígenas do Estado de São Paulo, em pauta, para depois se discutirem as demais. Quanto a Itariri, o Senhor Representante da SUDELPA apresentou-a e historiou-a, explicando a alteração de limites havida no caso e dando conta de sua homologação pelo Exmº Senhor Governador do Estado de São Paulo. O Senhor Superintendente-SUAF destacou que se constituiu recentemente GT para proceder ao levantamento fundiário da área, composto por técnicos da SUDELPA, FUNAI e INCRA. Acrescentou ademais que, no caso das áreas indígenas paulistas, tanto as Exposições de Motivos quanto os decretos deveriam não só destacar o caráter de declaração de ocupação indígena como também o de homologação da demarcação levada a cabo pelo Estado de São Paulo, concomitantemente, visando facilitar o processo, com o que concordaram todos os presentes. O Senhor Representante do MIRAD destacou a história dos Guarani paulistas e sua resistência cultural e também resistência à aculturação. Disse igualmente que as áreas Guarani são mínimas e que devem ser garantidas para esses indígenas. Além disso, completou, é necessário destacar a ação firme e determinada do governo do Estado de São Paulo em fazê-lo, respaldando justas reivindicações indígenas e apoiando os Guarani em seus direitos e iniciativas, o que há muito não se vê em âmbito de governos estaduais. O Senhor Representante do CSN destacou não haver uma tentativa de aculturação forçada quanto a grupos indígenas e considerou que a mesma devia desenvol-

CONTINUAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO - GT. 88.118/83

ver-se de maneira paulatina, gradual, e que, no caso dos Guarani, supunha que tal aculturação viria, mais dia, menos dia. Acrescentou finalmente que o Governo Federal deveria criar Colônias Agrícolas para facilitar o processo de aculturação. Nesse ponto o Senhor Coordenador do GT ressaltou que, embora houvesse dispositivo sobre o tema Colônia Agrícola Indígena no Estatuto do Índio, o mesmo não estava regulamentado e haveria necessidade de se fazerem estudos aprofundados sobre o assunto. Ouvidos os especialistas. O Senhor Representante do MIRAD acrescentou que a figura da Colônia Agrícola nunca fora discutida no GT e deveria, sim, ser estudada, mas não caberia no caso específico dos Guarani; acrescentou ainda que a resistência Guarani à aculturação é um fato e que caberá ao Governo Federal, Estadual ou Municipal encontrar uma fórmula de desenvolvimento compatível com a cultura indígena, apoiando quaisquer iniciativas que realmente levem os índios Guarani a um efetivo e harmônico desenvolvimento. Ressaltou, ainda, que para isso não haveria necessidade de transformar as terras Guarani em colônias agrícolas. O Senhor Representante do CSN assegurou que não adianta apenas demarcar as terras indígenas, pois é necessária toda uma estrutura de apoio e vigilância e nem o Exército conseguirá impedir invasões em áreas indígenas em futuro próximo. Retomando seu ponto de vista, o Senhor Coordenador do GT solicitou que se estruture uma proposta de colônia indígena viável, considerando o grau de aculturação tribal e partir de estudos acurados a nível técnico e outras implicações cabíveis, a ser apresentada futuramente aos membros do GT, com o que concordaram os participantes da reunião. Voltando ao assunto ITARIRI, o Senhor Representante da SUDELPA afirmou ser de interesse do Estado de São Paulo o reassentamento dos ocupantes não índios que vivem naquela área e que o GT deve fazer gestões junto à SUDELPA, para que tal se proceda, sem muita tardança. À SUDELPA, portanto, caberão as providências nesse sentido. O Senhor Representante do CSN levantou, por sua vez, o problema dos laudos antropológicos, que minimizam ou desprezam a situação dos não índios em área indígena e que, a seu ver, é tão importante de ser ressaltada quanto a da população indígena. Nada mais havendo a discutir, a Área Indígena Itariri foi

CONTINUAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO - GT. 88.118/83

aprovada, através do Parecer nº 143/86. Ao assiná-la, o Senhor Representante do CSN solicitou que se constasse da Ata e da Exposição de Motivos a necessidade de se transformá-la em colônia agrícola, argumentando o Senhor Coordenador do GT e Senhor Presidente da FUNAI que tal observação poderia constar da ata, isto sim, mas só faria parte do corpo da E.M. após estudos pertinentes. Apreciada pelos membros, em seguida apresentou-se a Área Indígena BARRAGEM, SP, igualmente historiada pelo Senhor Representante da SUDELPA, caracterizando-a como território mínimo e área de passagem imemorial das migrações Guarani pelo Estado de São Paulo, sendo grande sua população. O Senhor Representante do MINTER perguntou sobre a situação da massa falida da Rádio Tupã, sendo-lhe prestados os esclarecimentos de praxe pelo Senhor Representante da SUDELPA. Este ainda explicou as razões do Judiciário paulista, no que diz respeito às terras indígenas em São Paulo, apoiando integralmente os Índios em suas decisões. O Senhor Representante do CSN indagou acerca da alteração da superfície da Área Indígena Barragem, para mais, observada a partir da leitura da documentação apresentada pela FUNAI, recebendo novas explicações sobre a permanência e ocupação dos Guarani na região. O Senhor Superintendente da SUAF destacou o caráter da imemorialidade e situação atual da área em deliberação, dizendo ter sido a mesma homologada através de despacho do Exmº Senhor Governador Franco Montoro, ou seja, com o respaldo do Governo de São Paulo. O Senhor Representante do CSN disse que, de acordo com o relatório do Senhor Engenheiro Sérgio de Campos, assessor da SUAF, o material enviado à FUNAI pela SUDELPA não estava dentro dos padrões e normas técnicas do órgão indigenista oficial, sendo que o Senhor Representante da SUDELPA afirmou que o problema já fora sanado recentemente. Completando, o Senhor Representante do CSN solicitou à FUNAI um respaldo técnico para a inclusão da massa falida da ex-Rádio Tupã dentro da Área Indígena Barragem, conforme os trabalhos desenvolvidos pela SUDELPA. Finalmente, a Área Indígena Barragem mereceu aprovação, através do Parecer nº 144/86. Uma vez mais o Senhor Representante do CSN solicitou que se ressaltasse em ata o estudo da transformação de todas as áreas indígenas do Estado de São Paulo em colônias agrícolas. A seguir passou-se à discussão da Área Indígena Rio Branco, com introdução e histórico desenvolvidos pelo Senhor Representante

CONTINUAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO - GT.88.118/83

da SUDELPA. O Senhor Representante do CSN fez indagações a propósito da demarcação efetuada pela SUDELPA, que aumentou consideravelmente o território indígena, fugindo à proposta inicial da FUNAI, acrescentando não poder assinar tal parecer, com dúvidas desse tipo. Segundo o Senhor Superintendente da SUAF, os membros do GT que estivessem de acordo com a aprovação da área que assinassem o respectivo parecer, ficando apenas pendente a assinatura por parte do CSN, que a faria a posteriori. A FUNAI posicionou-se favorável à aprovação da Área Indígena Rio Branco, juntamente com o MIRAD; este justificou sua posição a partir de uma homologação já feita pelo Governo do Estado de São Paulo, considerando a área já aprovada e não havendo nenhum impedimento para deixar de fazê-lo. Concluindo, a Área Indígena Rio Branco ficou pendente, no aguardo de relatório antropológico a ser enviado brevemente pela SUDELPA, conforme solicitação do Senhor Representante do CSN e para anexação ao processo de identificação. Em terceiro lugar foi apresentada a Área Indígena Ribeirão Silveira. O Senhor Procurador Geral da FUNAI observou que a mesma está sob pendência judicial, sendo que os Peralta, parte interessada, apresentaram ao órgão uma proposta de acordo com o órgão. O Senhor Representante da SUDELPA esclareceu que a dita questão judicial é entre indígenas e particulares, com liminar favorável aos Guarani, e que a FUNAI vem acompanhando o caso. Nada mais havendo a discutir, a Área Indígena Ribeirão Silveira recebeu parecer favorável, de nº 146/86. Seguidamente foram discutidas as Áreas Indígenas JARAGUÁ e KRUKUTU, com pareceres respectivos de números 147/86 e 148/86, favoráveis à sua aprovação. Concluídas as discussões e deliberações sobre as áreas indígenas do Estado de São Paulo, a FUNAI agradeceu a participação positiva e profícua do Senhor Advogado da SUDELPA, Marco Antônio Barbosa, louvando o interesse do Estado de São Paulo na resolução dos problemas Guarani e na defesa irrestrita da causa indígena, sugerindo o GT uma carta ao Senhor Governador do Estado cumprimentando-o e ao seu governo pela iniciativa. Ainda com relação às áreas Guarani, os membros do GT pediram a inclusão, na pauta de janeiro de 1987, das áreas indígenas Rio Branco-SP, M'boi Mirim-SP e Peruíbe-SP, para deliberação. Despedindo-se o

CONTINUAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO - GT. 88.118/83.

Senhor Representante da SUDELPA, retornou-se à reunião com a Área Indígena KRAOLÂNDIA, submetida ao GT para homologação da demarcação levada a cabo pela FUNAI, merecendo o parecer favorável nº 149/86. A área seguinte, SANGRADOURO/VOLTA GRANDE, foi apresentada como já analisada e não aprovada anteriormente pelo GT. 88.118/83, reapresentada nesse momento para redefinição de limites. O Senhor Coordenador do GT mostrou as justificativas para a redução da área que, segundo ele, foi feito de acordo entre os Xavante e os fazendeiros locais. Os Xavante aceitavam os novos limites ora propostos, de acordo com a Presidência da FUNAI. O Senhor Representante do MIRAD esclareceu que a área já havia sido apreciada pelo GT, havendo à época o Senhor Representante do MINTER solicitado documentação pertinente complementar, sem assinar portanto o parecer. O Senhor Coordenador afirmou que, caso não fosse assinada a nova proposta, o problema Volta Grande tenderia a agravar-se, podendo os índios voltar atrás e não aceitar o acordo feito, rejeitando os limites do território recentemente interdito via Portaria Presidencial. De acordo com o Senhor Representante do MIRAD, do processo Volta Grande deverá constar a situação atual de modo bastante claro, para que no futuro não haja dúvidas sobre o acordo feito entre comunidade indígena e empresários regionais. O Senhor Representante do CSN questionou, no caso Volta Grande, tratava-se de outra Área ou de um acréscimo, ao que o Senhor Superintendente da SUAF respondeu que tal não se constituía em acréscimo, por não ser esta a prioridade da FUNAI, e sim território reivindicado há muito pelos Xavante, desde a época da demarcação da área de Sangradouro. O Senhor Representante do MIRAD perguntou sobre o levantamento fundiário executado, enquanto que o Senhor Representante do CSN afirmou ser necessário fazer-se um processo específico para Volta Grande, desmembrando-se documentação constante do processo inicial Sangradouro. Segundo o Senhor Superintendente da SUAF, ele próprio e o Senhor Presidente da FUNAI sobrevoaram a área em questão, não constatando a presença de benfeitorias dentro da área ora proposta, a não ser um barraco de madeira, sem ocupantes. Segundo deliberação do GT, a Área Indígena Sangradouro/Volta Grande baixará em diligência, até que as recomendações propostas sejam colocadas em prática, ou seja, que se justifique plenamente

CONTINUAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO - GT. 88.118/83.

te a redução sofrida pelo território Xavante de Volta Grande, bem como se execute o levantamento fundiário necessário. Também como recomendação a FUNAI deverá proceder ao desmembramento de outras peças futuramente, como memorial descritivo e croqui demonstrativo. Nada mais havendo a deliberar, passou-se à discussão da Área Indígena RIKBATSA que, depois das análises e discussões de praxe, mereceu o Parecer nº 150/86, favorável à aprovação de sua demarcação administrativa, efetivada pela FUNAI. Após, apresentou-se a Área Indígena UMUTINA, para homologação da demarcação. Discutidos seus pontos principais, recebeu parecer favorável de número 151/86. Em seguida os membros do GT 88.118/83 analisaram a proposta da FUNAI para a Área Indígena IRANTXE, visando a homologação de sua demarcação, tendo o Senhor Assessor da SUAF Valter Ferreira Mendes historiado sua situação ao longo do tempo. O Senhor Mendes falou acerca dos decretos antigos da Área Indígena Irantxe, destacando sua base cartográfica falha, daí não se obter o fechamento de seu perímetro durante algum tempo mas que, com mapas modernos, tal fato pôde ser efetivado. Acrescentou que houve uma pequena redução da Área Indígena Irantxe, com plena aceitação da comunidade indígena. Acrescentou ainda que, a seu ver, deve-se fazer simplesmente um decreto único de retificação de limites e de sua homologação, concomitantemente, no que foi apoiado pelo Senhor Superintendente da SUAF. Como posição final do GT, o parecer foi considerado aprovado por seus membros, restando simplesmente refazê-lo e à carta, eliminando-se o segundo (2º) parágrafo da página três (03) do parecer. Entretanto, só será assinado após a correção solicitada. A próxima área a ser apresentada foi a Área Indígena IRAÍ, RS, também conhecida por Toldo Iraí. Para o Senhor Representante do MIRAD, a faixa de terra próxima ao aeroporto local é a melhor para a agricultura, ressaltando estar a mesma sendo arrendada para os regionais. Recomendou então que tal faixa seja prioritária para os indígenas, dando-se a estes a preferência no caso dos trabalhos agrícolas. o Senhor Representante do CSN perguntou se a área onde se encontra o Toldo Iraí é urbana, ao que o Senhor Assessor Mendes, da SUAF, juntamente com o Senhor Representante do MIRAD, respondeu negativamente, estando separado o Toldo da zona urbana de Iraí pelo rio do Mel. Novamente o Senhor Representante

CONTINUAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO - GT. 88.118/83.

do CSN propõe novo estudo de Colônia Agrícola, desta vez para os Kaingang de Iraí. O Senhor Superintendente da SUAF afirmou então, corroborando as palavras do Senhor Presidente da FUNAI e do Representante do MIRAD, que o caso da colônia agrícola deve ser estudado com cuidado por um grupo interministerial, do qual faça parte inclusive antropólogo com comprovada experiência indigenista. Segundo o Senhor Representante do MIRAD, caso não sejam feitos os estudos competentes tal questão deverá criar uma polêmica muito forte, tanto a nível interno quanto externo. O Senhor Representante do CSN contraargumentou, dizendo que, segundo orientação superior por ele recebida, também nas áreas de fronteira deverão ser instituídas colônias agrícolas, em se tratando de índios aculturados. Nada mais havendo a discutir, a Área Indígena Iraí foi aprovada, recebendo o parecer nº. 153/86. Seguidamente passou-se à discussão da Área Indígena CARRETÃO, para homologação da demarcação realizada pela FUNAI. Diante das questões levantadas, a Senhora Chefe da DID colocou resumidamente a história do aldeamento, existente desde o século XVIII e tendo atravessado diversas vicissitudes ao longo do tempo. O Senhor Representante do CSN solicitou esclarecimentos quanto à área ser composta de duas glebas distintas, sendo-lhe explicado que, com o processo de colonização implantado na região e consequente invasão de territórios tribais, sobrara para os indígenas do Carretão apenas as duas áreas descontínuas. Assim, sugeriu-se que na Exposição de Motivos conste a área Carretão I e a área Carretão II, e também que se façam dois decretos correspondentes, constando inclusive do Parecer essa indicação. Nada mais havendo a discutir as áreas foram aprovadas, a serem assinadas logo que se procedam às modificações solicitadas. Imediatamente foi apresentada a Área Indígena ARARA (Ukarangmã), sendo que o Senhor Representante do MIRAD se encarregou do desenvolvimento da questão Arara, desde a passagem da Transamazônica pelo seu território tribal - passando inclusive sobre uma aldeia - até a fragmentação do grupo em decorrência da rodovia, com a necessidade de a FUNAI "Atrair e pacificar" os Arara arredios. Isto significa que seu território tradicional sofreu sofrível redução, com impacto negativo sobre os indígenas e diminuição de

CONTINUAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO - GT. 88.118/83.

suas áreas de caça, pesca e coleta. Alertou-se para a questão premente da definição da área Arara, dadas as pressões violentas de madeireiros atualmente, sem o que os indígenas passarão por novos problemas. Foi dito inclusive que a 4ª SUPEX-Belém tem encaminhado sucessivos rádios a Brasília, pedindo solução urgente quanto à definição dos limites da Área Indígena ARARA. O Senhor Representante do CSN chamou a atenção para a grande extensão territorial proposta, com população indígena mínima, sendo-lhe explicado que tal se devia ao estágio cultural vivido pelos índios. Mesmo assim o Senhor Representante do CSN pediu o processo Arara, para uma análise mais acurada, restando o GT aguardar a posição definitiva daquele órgão da Presidência da República. Em seguida discutiu-se a Área Indígena ALTO RIO PURUS, tendo dito o Senhor Superintendente da SUAF que a mesma se incluía em área do PMACI e que sua demarcação e regularização fazem parte de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil (Banco Mundial). O Senhor Representante do MINTER chamou a atenção dos presentes para o detalhe da existência de 9 seringais dentro da área, explicando o Senhor Assessor da SUAF, Valter Mendes, que no caso se tratava de seringal nativo, sem ônus de incentivos governamentais via financiamento tipo PROBOR, Banco do Brasil e outros. O Senhor Representante do CSN afirmou que a área em discussão se encontrava em faixa de fronteira e, portanto, não poderia aprová-la, pois havia, recebido orientação superior para que a mesma seja também transformada em colônia agrícola. Indagou sobre o estágio cultural dos indígenas, o que lhe foi respondido. O Senhor Representante do MIRAD pediu, então, explicações sobre a orientação recebida pelo CSN, sendo-lhe dito pelo Senhor Representante desse órgão que, por necessidade de segurança nacional e resguardo das fronteiras, a transformação das áreas indígenas em colônias agrícolas facilitará o deslocamento de tropas na faixa limítrofe, se preciso for, e que, no caso de áreas indígenas, os obstáculos seriam bem maiores, cerceando ações militares. Acrescentou ainda o Senhor Representante do CSN que é preciso aumentar a população brasileira em zonas fronteiriças por razões de segurança do país, mas respeitando-se os limites das colônias agrícolas indígenas. Assim, a Área Indígena Alto Rio

CONTINUAÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO - GT. 88.118/83.

Purus não foi aprovada ne-sa reunião, aguardando-se decisão superior. O mesmo aconteceu com a Área Indígena PACAA-NOVAS, recomendada igualmente para ser constituída em colônia agrícola indígena pelo CSN, por estar em área de fronteira. Também assim se passou com relação à Área Indígena RIO GUAPORÉ. Recomenda-se que sejam realizados estudos mais detalhados sobre a figura da colônia agrícola e que os mesmos, conforme nova proposta do Superintendente da SUAF, devam ser feitos pelos próprios membros do GT. 88.118/83, tal proposta foi aprovada pelos presentes. Em seguida foi analisado o dossiê da Área Indígena COATÁ-LARANJAL. Após discussões sobre a situação fundiária e dos títulos incidentes, e por estar a área sub judice, decidiu-se que todas as áreas que estiverem com pendência judicial serão motivo de uma reunião extraordinária, quando se convidaria a consultoria e a Procuradoria Geral da República. Quanto à última área apresentada, Área Indígena RIO DA VÁRZEA, foi requerido tempo hábil para posicionamento do GT. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e com ela as atividades ordinárias do GT para 1986. Eu, Sônia de Almeida Demarquet, secretariando os trabalhos, lavrei a presente ata que, caso lida e aprovada, receberá a assinatura dos membros do GT. 88.118/83 3 dos demais participantes da reunião. Brasília, 10 de dezembro de 1986.////

Sônia de Almeida Demarquet - DID/SOAF
Lucio Velloso - MINIST
put - c/s c/s
PRJ - FUNDI
C. J. NINTEA
Paulo José de Sá - SUAF

CT- 003/PRESI/ *SJJ* /86

Brasília., 05.12.86

Ilmº Sr.

Dr. André J. A. Villas Boas

M.D. Representante do MIRAD Junto ao G.T. Interministerial Dec. 88.118/83.

Tenho satisfação de encaminhar a V.Sa, novos dossiês das áreas indígenas a serem apreciados pelo G.T. Interministerial Dec. 88.118/83 do qual V.Sa, é integrante, na próxima reunião do dia 10 (dez) de dezembro, às 15 (quinze) horas na sede desta Fundação (Endereço: SEUP, Quadra 702 Sul, Ed. Lex 3º Andar, Brasília-DF).

A presente relação é a que se segue:

- 1- ITARIRI (Serra do Itatins)-SP; *APROV. 143*
- 2- KRAOLÂNDIA-GO; *APROV. 149*
- 3- SANGRAOUIRO/VOLTA GRANDE-MT; -
- 4- IRANTXE-MT; *APROV. 152 (CROSS, Jo. Costa humerand.)*
- 5- BARRAGEM-SP; *APROV. 144*
- 6- BOA VISTA DO SERTÃO DO PROMIRIM-SP; *APROV.*
- 7- GUARANI DO RIBEIRÃO SILVEIRA-SP; *APROV. 146*
- 8- KAINGANG DO IRAI-RS; *APROV. 153*
- ~~9- RIO DA VÁRZEA-RS;~~
- 10- RIKBATSÁ-MT; *APROV. 150*
- 11- UMUTINA-MT; *APROV. 151*
- 12- CARRETÃO-GO; *APROV. 154*
- 13- RIO BRANCO-SP; *CSP (NÃO)*
- 14- JARAGUÁ-SP; *APROV. 147*
- ~~15- CUIA-AM e~~
- ~~16- IGARAPÉ PENERI-AM;~~


Adianto, outrossim, que estarão em pauta também, as áreas cujos dossiês foram remetidos anteriormente a V.Sa, que são os seguintes:

Contin. CT - 003/PRESI/ 511 /86.

- 17- ARARA-PA; *CW*
- 18- COATÁ-LARANJAL-AM; *S.T.*
- 19- RIO GUAPORÉ-RO; *FF*
- 20- PACAÁ-NOVAS-RO; *FF*
- 21- KUKUTU-SP e *ARARÁ. 148*
- 22- ALTO PURUS-AC. *FF*

Quanto à A.I. BARRA VELHA-BA, não entrará nesta pauta face à necessidade de entendimentos da FUNAI com o IBDF, bem como, de complementação de dados referentes à área, a serem colhidos no campo, como também não serão apreciadas CUIA e IGARAPÉ PENERI.

Atenciosas Saudações,



Romero Jucá Filho
Presidente

ÁREAS INDÍGENAS

REUNIÃO DIA 05.11.86

- 1) RIO AREIA/PA
- 2) KARRI XOCÓ/AL
- 3) ARARIBÁ/SP
- 4) ARARIBÓIA/MA
- 5) ARAWETÉ/PA
- 6) ARIPUANÃ/MT
- 7) JUMINÁ/AP
- 8) MENKU/MT
- 9) RIO PARU D/ESTE/PA
- 10) ROOSEVELT/MT
- 11) SAI CINZA/PA

- 1) Telex Nº 032/PRES/DPI de 28.06.85 : comunica reunião dia 05.07.85
- 2) Telex Nº 385/PRES/DPI de 19.07.85 : comunica reuniao dia 25.07.85
- 3) Telex Nº 0348 de 23.07.85 : solicita informações atuais sobre as áreas Aripuanã/MT, Bakairi/MT e Geralda Toco Preto/MA.
- 4) Telex Nº 577 de 24.09.85 : comunica reunião dia 24.05.85
- 5) Telex Nº 582 de 25.09.85 : comunica reunião dia 26.09.85
- 6) Telex Nº 612 de 04.10.85 : comunica reunião dia 07.10.85
- 7) Telex Nº 0568 de 04.10.85 : informações sobre Mequens, Salumã e Aripuanã
- 8) Telex nº 0569 de 08.10.85 : notícias sobre Mequens, Salumã, Aripuanã
- 9) Telegrama de 08.10.85 : sugerindo antropólogos
- 10) Telex Nº 621 de 09.10.86 : comunica reunião dia 09.10.85
- 11) Telex Nº 052 de 17.03.86 : comunica reunião dia 21.03.86
- 12) Telegrama de 18.03.86 : acusa recebimento RG Nº 052/DPI de 17.03.85 e informa impossibilidade de discutir áreas Mãe Maria/PA, Uaçá II e Juminá/AP.
- 13) Telex Nº 077 de 03.04.86 : comunica reunião dia 10.04.86
- 14) Memo/Mirad/SG Nº 18/85 de 10.10.85 : encaminha Aprovos e Minutas
- 15) Telex Nº 523 de 24.10.86 : comunica reunião para o dia 05.11.86
- 16) Ata da Reunião de 05.11.86
- 17) CI Nº 058/86/de 28.10.86 : Encaminha dossiês das áreas indígenas a serem apreciadas na reunião dia 05.11.86

- 18) Parecer Nº 130 de 05.11.86 A.I Araribá
- 19) Parecer Nº 131 de 05.11.86 A.I Juminá
- 20) Parecer Nº 132 de "" A.I Araweté
- 21) Parecer Nº 133 de "" A.I Rio Paru D'este
- 22) Parecer Nº 134 de "" A.I Roosevelt
- 23) Parecer Nº 135 de "" A.I Sai Cinza
- 24) Parecer Nº 136 de "" A.I Aripuanã
- 25) Parecer Nº 137 de "" A.I Menkũ
- 26) Parecer Nº 138 de "" A.I Kariri-Xocó
- 27) Parecer Nº 140 de "" A.I Rio Areia
- 28) Parecer Nº 141 de "" A.I Araribóia
- 29) CT Nº 0095/SUAF/FUNAI de 14.11.86 : encaminha Pareceres das áreas
citadas
- 30) E.M Nº A.I. SAICINZA.
- 31) E.M
- 32) E.M
- 33) E.M
- 34) E.M
- 35) E.M
- 36) E.M
- 37) E.M
- 38) E.M
- 39) E.M
- 40) E.M
- 41) Decreto Nº 94.604 de 14.07.87.- A.I SAICINZA
- 42) Decreto
- 43) Decreto
- 44) Decreto
- 45) Decreto
- 46) Decreto
- 47) Decreto
- 48) Decreto
- 49) Decreto
- 50) Decreto
- 51) Decreto



Diário Oficial

MIRAD - DA - 000 - SEP
PARA: _____
REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXV — N.º 29

QUINTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 1987

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	2157
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2169
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	2170
MINISTÉRIO DA FAZENDA	2171
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	2190
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	2191
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	2193
MINISTÉRIO DO TRABALHO	2193
MINISTÉRIO DA SAÚDE	2197
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	2200
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	2201
MINISTÉRIO DO INTERIOR	2231
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	2231
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2232
CONTRATOS, EDITAIS E AVISOS	2232
INEDITORIAIS	2253
ÍNDICE	2258

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 94.013, de 11 de fevereiro de 1987

Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena MERURE, no Município de Diamantino, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a demarcação da Área Indígena MERURE, interditada pelo Decreto nº 74.074, de 16 de maio de 1974, ratificado pelo Decreto nº 75.136, de 23 de dezembro do mesmo ano, situada no Município de Diamantino, no Estado de Mato Grosso, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Marco NP - I, de coordenadas geográficas 129 03' 30,8"S e 509 27' 55,6" Wgr., localizado na margem direita do Rio Papagaio; daí, segue por linha reta com azimute e distância 819 16' 48" e 11.000 metros, até o Marco NP - II, de coordenadas geográficas 129 02' 38,2"S e 509 21' 55,5" Wgr. LESTE: Do Marco NP - II, segue por uma linha reta com azimute e distância 1969 16' 48" e 8.700 metros, até o Marco NP - III de coordenadas geográficas 129 07' 09,4" S e 509 23' 17,5" Wgr.; daí, segue por linha reta com azimute e distância 1319 16' 48" e 11.375 metros, até o Marco NP - IV - PG 005/16 de coordenadas geográficas 129 11' 14,9"S e 509 18' 35,9" Wgr.; daí, segue por linha reta com azimute e distância de 1839 16' 48" e 9.120 metros, até o Marco NP - V de

coordenadas geográficas 129 16' 10,9"S e 509 18' 54,6" Wgr.; daí, segue por linha reta com azimute e distância 1739 16' 48" e 1.570 metros, até o Marco NP - VI de coordenadas geográficas 129 17' 01,7"S e 509 18' 46,8" Wgr., localizado na margem direita do Córrego Águas Claras. SUL: Do Marco NP - VI segue pelo referido córrego no sentido jusante até o Marco NP - VII de coordenadas geográficas 129 15' 24,5"S e 509 31' 58,8" Wgr., localizado na confluência com o Rio Papagaio. OESTE: Do Marco NP - VII segue pelo referido Rio no sentido jusante até o Marco NP - I, início deste memorial.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987; 1669 da Independência e 999 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 94.014, de 11 de fevereiro de 1987

Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena MERURE, localizada nos Municípios de General Carneiro e Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a demarcação de posse memorial do Grupo Indígena BORORO, denominada ÁREA INDÍGENA MERURE, localizada nos Municípios de General Carneiro e Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - A Área Indígena de que trata este Decreto tem os seguintes limites: NORTE: Partindo do Marco 17 (ponto 01) de coordenadas geográficas 159 26' 51,4"S e 539 09' 39,9" Wgr., localizado na cabeceira do Córrego Jaguarzinho; daí, segue por este no sentido jusante, até o Marco 18 (ponto 02) de coordenadas geográficas 159 26' 34,7"S e 539 04' 51,7" Wgr., localizado na confluência com o Córrego Boqueirão; daí, segue por este no sentido jusante, até o Marco 19 (ponto 03) de coordenadas geográficas 159 23' 18,2"S e 529 57' 02,7" Wgr., localizado em sua margem direita. LESTE: Do Marco 19 (ponto 03) segue por uma linha reta com azimute e distância 1400 17' 31" e 1588,89 metros, até a estaca 755 (ponto 04) de coordenadas geográficas 159 24' 02,4"S e 529 56' 35,1" Wgr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 2129 10' 09" e 1.001,46 metros, até o Marco 20 (ponto 05) de coordenadas geográficas 159 24' 29,8"S e 529 56' 53,3" Wgr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 1299 44' 19" e 91,20 metros, até a estaca 762 (ponto 06) de coordenadas geográficas 159 24' 31,8"S e 529 56' 50,9" Wgr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 1349 27' 25" e 3.370,83 metros, até a estaca 790 (ponto 07) de coordenadas geográficas 159 25' 48,3"S e 529 55' 31,9" Wgr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 969 22' 47" e 614,87 metros, até a estaca 794 (ponto 08) de coordenadas geográficas 159 25' 50,7"S e 529 55' 11,4" Wgr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 1399 58' 39" e 757,10 metros, até a estaca 800 (ponto 09) de coordenadas geográficas 159 26' 09,7"

Decreto n.º 94.604, de 14 de julho de 1987

Declara de ocupação dos Índios Munduruku área de terras no Município de Itaituba, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22 da Lei número 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de ocupação dos Índios Munduruku, para efeito dos artigos 4º, IV, e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Itaituba, Estado do Pará, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 06º29'32"S e 58º16'39"Wgr., situado na confluência do Igarapé sem denominação com a margem direita do Rio Tapajós; daí, segue pela margem direita do citado Rio, sentido jusante, até encontrar o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 06º26'00"S e 58º09'43"Wgr., situado na margem direita do Rio Tapajós; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 00º00' e 500 m, até encontrar o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 06º25'44"S e 58º09'43"Wgr., situado na margem da Ilha Porto Alegre; daí, segue pelo braço maior do Rio Tapajós, margeando a citada Ilha, sentido jusante, até encontrar o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 06º25'26"S e 58º07'36"Wgr., situado na margem da citada Ilha; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 177º30' e 300 m, até encontrar o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 06º25'36"S e 58º07'33"Wgr., situado na margem direita do Rio Tapajós; daí, segue pela margem direita do citado Rio, sentido jusante, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 06º25'59"S e 58º05'54"Wgr., situado na margem direita do citado Rio; daí, segue uma linha reta de azimute e distância aproximados de 00º00' e 1.150 m, até encontrar o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 06º25'20"S e 58º05'54"Wgr., situado na margem da Ilha das Piranhas; daí, segue pelo braço maior do Rio Tapajós, margeando a citada Ilha, sentido jusante, até encontrar o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 06º24'54"S e 58º01'25"Wgr., situado na margem da citada Ilha; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 28º30' e 2.400 m, até encontrar o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 06º23'46"S e 58º00'49"Wgr., situado na margem esquerda do Rio Tapajós; daí, segue pela margem esquerda do

braço menor do citado Rio, sentido jusante, até encontrar o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 06º22'54"S e 57º59'36"Wgr., situado na margem esquerda do braço menor do citado Rio; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância de 330º00' e 700m, até encontrar o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 06º22'34"S e 57º59'49"Wgr., situado na margem de um lago; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 35º00' e 1.380m, até encontrar o Ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 06º21'57"S e 57º59'24"Wgr., situado na margem do lago Muiucu ou Grande; daí, segue margeando o citado Lago, até encontrar o Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 06º21'08"S e 57º57'25"Wgr., situado na cabeceira de um Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do citado Igarapé, sentido jusante, até encontrar o Ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 06º20'16"S e 57º56'40"Wgr., situado na confluência do citado Igarapé com o Igarapé Muiucu; daí, segue pela margem esquerda deste último, sentido montante, até encontrar o Ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 06º18'51"S e 57º59'34"Wgr., situado na margem esquerda do citado Igarapé com a faixa de domínio da BR-230; daí, segue pela faixa de domínio da BR-230, até encontrar o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 06º13'06"S e 57º49'42"Wgr., situado no cruzamento da BR-230 com uma Rodovia; daí, segue pela faixa de domínio da citada Rodovia, até encontrar o Ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 06º13'09"S e 57º49'34"Wgr., situado na faixa de domínio da citada Rodovia; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 152º30' e 5.450m, até encontrar o Ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 06º15'45"S e 57º48'12"Wgr., situado na margem direita do Igarapé Fazenda; daí, segue pela margem direita do citado Igarapé, sentido jusante, até encontrar o Ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 06º15'31"S e 57º46'00"Wgr., situado na margem esquerda do braço menor do Rio Tapajós; daí, segue pelo braço menor do citado Rio margeando a Ilha do Eustácio, sentido montante, até encontrar o Ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 06º17'05"S e 57º45'42"Wgr., situado na margem da citada Ilha; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 63º00' e 2.500m, até encontrar o Ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 06º16'30"S e 57º44'29"Wgr., situado na margem da Ilha Carro Branco; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 180º00' e 400m, até encontrar o Ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 06º16'30"S e 57º44'17"Wgr., situado na margem direita do braço menor do Rio Tapajós; LESTE: Desse Ponto, segue pela margem direita do braço menor do citado Rio, sentido montante, até encontrar o Ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 06º19'25"S e 57º45'28"Wgr., situado na margem esquerda do Igarapé Carapanatuba ou Restinga na confluência com o Rio Tapajós; daí, segue pela margem esquerda do citado Igarapé, sentido montante, até encontrar o Ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 06º22'39"S e 57º42'58"Wgr., situado na confluência de um Igarapé sem denominação com a margem esquerda do Igarapé Carapanatuba ou Restinga; daí, segue pela margem esquerda deste último, até encontrar o Ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 06º26'53"S e 57º42'23"Wgr., situado na cabeceira do Igarapé Carapanatuba ou Restinga; SUL: Desse Ponto, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados 245º00' e 5.500 m até encontrar o Ponto 26 de coordenadas geográficas aproximadas 06º28'10"S e 57º45'04"Wgr., situado na margem direita do Rio Cabitutu; daí, segue pela margem direita do citado Rio, sentido jusante, até encontrar o Ponto M-7 de coordenadas geográficas aproximadas 06º19'55"S e 57º47'32"Wgr., situado na margem direita do Rio Cabitutu na confluência com o Rio Tapajós; daí, segue este último pela margem direita, sentido montante, até encontrar o Ponto M-6 de coordenadas geográficas aproximadas 06º19'52"S e 57º51'55"Wgr., situado na margem esquerda do Rio Cadiriri na confluência com o Rio Tapajós; daí, segue pela margem esquerda do Rio Cadiriri, sentido montante, até encontrar o Ponto 27 de coordenadas geográficas aproximadas 06º39'29"S e 57º59'03"Wgr., situado na margem esquerda do Rio Cadiriri, na confluência com um Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do citado Rio, sentido jusante, até encontrar o Ponto 28 de coordenadas geográficas aproximadas 06º40'14"S e 58º04'24"Wgr., situado na margem esquerda do Rio Cadiriri na confluência com o Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem esquerda do Rio Cadiriri, sentido jusante, até encontrar o Ponto 29 de coordenadas geográficas aproximadas 06º30'45" e 58º04'14"Wgr., situado na margem direita de um Igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 303º45' e 16.900m, até encontrar o Ponto 30 de coordenadas geográficas aproximadas 06º35'08"S e 58º12'04"Wgr., situado na margem direita de um Igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 314º30' e 12.850m, até encontrar o Ponto 31 de coordenadas geográficas aproximadas 06º30'18"S e 58º17'02"Wgr., situado na cabeceira de um Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do citado Igarapé, sentido jusante, até encontrar o Ponto 01, inicial da presente descrição.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena SAI CINZA, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1987; 166º da Independência e

990 da República.

JOSÉ SARNEY

José Sarney
Mansão da Barra Freixo

E.M. INTERMINISTERIAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de decreto, que visa à definição de limites da Área Indígena SAI CINZA, localizada no Município de Itaituba, Estado do Pará, para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A proposta, com base em estudos antropológicos, cartográficos e fundiários realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI -, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, que opinou pela sua aprovação, através do Parecer 135/86.

A Área Indígena SAI CINZA, com superfície de 126.000 ha e perímetro de 240 km, destina-se a preservar o habitat imemorial do grupo indígena Munduruku, garantindo-lhe a sobrevivência.

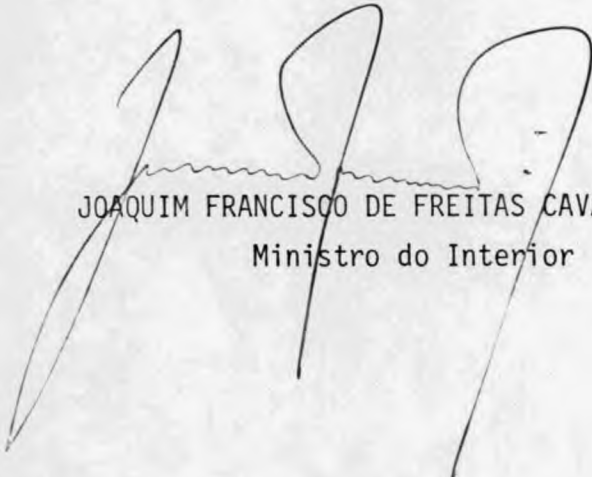
Os Munduruku, pertencentes ao tronco linguístico Tupi, distinguiram-se na história como guerreiros e expansionistas, dominando vasto território entre os rios Madeira e Tapajós (Século XVIII). O governo colonial tratou de fazer as pazes com esses índios, empregando-os na guerra contra outros grupos tribais. A partir de meados do Século XIX engajaram-se como mão-de-obra no ciclo

da borracha, muitos deles abandonando as aldeias para viver junto aos núcleos civilizados. Atraídos pela Missão São Francisco no rio Cururu, foi somente em 1942 que passaram a receber a atenção do Governo através do extinto Serviço de Proteção aos Índios - S.P.I., com a instalação de um Posto Indígena junto à missão.

Na área em referência existe apenas 01 (um) ocupante não-índio, possuidor de benfeitorias orçadas em Cz\$ 3.211,70 (três mil, duzentos e onze cruzados e setenta centavos).

Estas, Senhor Presidente, as razões da presente Exposição de Motivos e do projeto de decreto que ora submetemos à decisão final de Vossa Excelência.

Aproveitamos a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de nosso mais profundo respeito.



JOAQUIM FRANCISCO DE FREITAS CAVALCANTI

Ministro do Interior



MARCOS FREIRE

Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CT Nº 0095 / SUAF/FUNAI

Brasília,

14 NOV 1986

Ao Sr. Dr. André Junqueira Ayres Villas Boas
M.D. Representante do MIRAD junto ao GT Interministerial 88.118/83

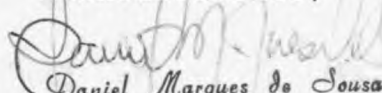
Apresento para controle e arquivo de V.Sa., cópias
de Pareceres aprovados na Reunião do G.T. em data de
05.11.86, que relaciono:

01. A.I. Aripuanã - MT;
02. A.I. Roosevelt - MT/RO;
03. A.I. Araribóia - MA;
04. A.I. Sai Cinza - PA;
05. A.I. Araribá - SP;
06. A.I. Juminá - AP;
07. A.I. Araweté - PA;
08. A.I. Rio Paru D'Este - PA;
09. A.I. Menkü - MT;
10. A.I. Kariri-Xocó - AL e
11. A.I. Rio Areia - PR.

Foram declaradas como de ocupação indígena as
áreas de nºs 01, 04, 06, 07, 08, 10 e 11.

Apreciadas para homologação de demarcação (Decreto
76.999/76), as de nºs 02, 03, 05 e 09.

Atenciosamente,


Daniel Marques de Sousa
Superintendente de Assuntos
Fundários - SUAF/FUNAI

Anexos: Pareceres supra relacionados/Telexes.

PARECER Nº 141 /86 - GT PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - ARARIBÓIA
LOCALIZAÇÃO - Mun. Amarante/MA
GRUPO INDÍGENA - Guajajara

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a homologação da demarcação da Área Indígena ARARIBÓIA, vem apresentar seu Parecer, observadas as disposições da lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e nos termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os documentos constantes no processo FUNAI / BSB/2618/82 e a carta nº 405 /PRESI/86, informam ser o grupo Guajajara pertencente ao tronco linguístico Tupi, família Tupi-Guarani, língua Tenetehara, dialeto Guajajara, auto denominando-se Tenetehara.

Durante os séculos XVII e XVIII são citados pelos cronistas e exploradores como habitantes do alto Pindaré. Já na segunda metade do século XVII os jesuítas tinham iniciado os trabalhos de catequese entre Tenetehara do Pindaré. Em 1730, um número razoável teria sido atraído para os aldeamentos jesuíticos. A partir do século XIX os Tenetehara foram envolvidos pela frente de expansão pastoril, acompanhada por uma agricultura de subsistência e de extração vegetal, sobretudo o babaçu. No final do século XIX foram fundados vários núcleos populacionais em terras por elas habitadas, ocasionados pelo surto da borracha e pela extração do óleo de copaíba.

Apesar da longa convivência com portugueses e brasileiros, esse grupo tribal é um dos poucos, em território nacio -

[Handwritten signature]

nal, que tem aumentado seu contingente populacional e lutado para manter seus padrões culturais básicos. A economia foi certamente a parte mais afetada pelo embate intercultural, refletindo suas consequências em todo o sistema social indígena.

II. ÁREA DEMARCADA PELA FUNAI

A Área Indígena ARARIBÓIA, demarcada com uma superfície de 413.288,0472 ha (quatrocentos e treze mil duzentos e oitenta e oito hectares quatro ares e setenta e dois centiares), e perímetro de 277.821,75 m (duzentos e setenta e sete mil oitocentos e vinte e um metros e setenta e cinco centímetros), abriga a sede de 03 (três) postos indígenas, 23 (vinte e três) aldeias e uma população indígena de 2323 (dois mil trezentos e vinte e três) indivíduos. Os postos indígenas localizados na área são: PI ARARIBÓIA, PI CANUDAL e PI ANGICO TORTO, todos com infraestrutura montada.

III. SITUAÇÃO ATUAL

A Área Indígena ARARIBÓIA está na região de influência do Projeto Grande Carajás e se beneficia de recursos oriundos do Banco Mundial, estando no momento seus limites sendo reavivendados através da 6ª Delegacia Regional da FUNAI, com amarração ao sistema geodésico nacional.

As comunidades indígenas dos três Postos exercem constante vigilância sobre os limites da área, evitando a penetração dos regionais nas terras demarcadas. Os recursos para sua regularização estão disponíveis através do Projeto Grande Carajás.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena ARARIBÓIA e, ainda tendo em vista o interesse público e o dos Tenetehara, o Grupo de Trabalho submete o pleito à decisão de Vossas Excelências, opinando pela homologa

W. A. 7.

ção de sua demarcação, na conformidade do mapa e memorial descritivo
em anexo

Brasília, 05 de *novembro* de 1986

Romero Jucá Filho
ROMERO JUCÁ FILHO

FUNAI

Renato D'Almeida Leoni
RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER

Andre Villas Boas
ANDRE VILLAS BOAS

MIRAD

PARECER Nº 140/86 - GT PORT. INTERMINISTRIAL Nº 1002/83 de 17 de março de 1973

ÁREA INDÍGENA - RIO AREIA

LOCALIZAÇÃO - Mun. Inácio Martins/PR

GRUPO INDÍGENA - Guarani

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI - sobre a delimitação da Área Indígena RIO AREIA, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 16.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e nos termos da Portaria Interministerial nº 1002, de 17 de março de 1973.

I. CONSENSO HISTÓRICO

No século XVI, os Guarani ocupavam a porção do litoral compreendida entre Cananéia e o Rio Grande do Sul; a partir daí, estendiam-se para o interior até os Rios Paraná, Uruguai e Paraguai.

No começo do século XVII as Missões começaram a implantar-se. Em 1609, o rei da Espanha, a pedido do então Governador do Paraguai, concede à Companhia de Jesus o direito de empreender a conquista espiritual dos cento e cinquenta mil Guarani do Guairá. No ano seguinte os Jesuítas, padres Cataldino e Moata, conseguem reunir algumas centenas de "selvagens" na primeira Redução. O Padre Ruiz de Montoya, o mais ilustre evangelista dos Guarani, fundara onze Reduções entre 1622 e 1629. Foi assim que se inaugurou uma realização surpreendente, que viria a ser chamada o "Reino de Deus na Terra", "República Comunista Católica".

Trinta anos após a expulsão dos jesuítas, menos da metade dos índios vivia ainda nas Reduções. Contudo, cer

to número de tribos Guaraní tinham escapado dos jesuítas e dos colonos e conservaram a sua autonomia, porque se estabeleceram em um território que durante muito tempo permaneceu inacessível: daí a denominação destes, de Caaiguás ou Cainguás ("gente da floresta").

No final do século XVI e início do século XVII a zona situada entre Paranaguá e Curitiba começou a devassar-se, face à instalação da economia mineradora na região; o trabalho calcava-se na mão-de-obra do cativo indígena "carijó" do litoral e "coroados" do interior.

No relato da viagem de José Francisco Tomaz do Nascimento (1886:268) na região do Paqueré ou Pequiry onde se encontrava "abrindo uma picada com o fim de dar aos moradores de Guarapuava um porto de desembarque naquele rio, ou no do Iguaçu (n.) para mais tarde ser convertido em estrada única, futuro do progresso do interior desta província", foram avistados "toldos de índios bravios" que, segundo o intérprete, eram "índios Guaranyes muito valentes e os Coroados tinham medo deles".

Durante o século XIX, segundo as fontes de informações, o processo de violência e espoliação territorial como definidores das relações entre a sociedade nacional e os índios não se esgotou.

Por volta de 1868 os problemas com os Kaingang e os Guaraní no Paraná continuavam definidos pela tensão permanente e os conflitos ocasionais da região de Guarapuava estendiam-se também a outras áreas da Província.

Segundo Métraux (1963), os Guaraní, todavia hoje, mantêm sua identidade cultural no Paraguai e Sudeste do Brasil. Os sub-grupos Guaraní mencionados pelos conquistadores espanhóis e missionários, têm desaparecido e a nomenclatura que designa os modernos grupos Guaraní aparece na literatura só no século XVIII (...).

Os Guaraní foram primeiramente conhecidos como Carijó ou Carió. O designativo Guaraní prevaleceu no século XVII, época em que eram os donos da Costa Atlântica, Barra da Cananéia até o Rio Grande do Sul, onde seus grupos se estendiam entre os Rios Paraná, Uruguai e Paraguai, sendo numerosos na Bacia do Paraná e Província do Guairá.

Conforme Coelho dos Santos (1975:24), todas as informações reunidas indicam que os contingentes Guaraní da região Sul do Brasil pertencem ao grupo Mbyá oriundos da Argenti-

na, do Paraguai e Sul do Mato Grosso, sua região tradicional.

Como consequência do processo civilizatório, os Guarani desestruturaram-se como um todo linguístico, cultural e religioso. Os Guarani, subdivididos em pequenos grupos familiares, residindo em áreas sob o resguardo da FUNAI, compartilhadas com outros grupos indígenas (Kaingang e Xokleng) vêm-se sujeitos a condição de miséria e agressões, ilhados pela sociedade envolvente.

As primeiras informações a respeito dos Guarani que residem no Rio Areia, Município de Inácio Martins, no Estado do Paraná, datam de 1975, época em que, coletando informações para um estudo de relações intertribais, Maria Lygia M. Pires recolhe informações a respeito de sete a nove famílias Guarani residentes no Rio Areia, perfazendo um total de setenta e duas pessoas (1975:12).

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Área Indígena RIO AREIA constitui terras de ocupação imemorial do Grupo Indígena Guarani, conforme informações documentais e bibliográficas.

A área proposta, com superfície de 390,00 ha e perímetro de 10,5 km, é de posse imemorial na conformidade do artigo 23 da Lei nº 6.001/73 e destina-se a garantir ao grupo sua sobrevivência física e cultural. A população Guarani do Rio Areia é de 45 pessoas.

III. SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1664/E, de 10.06.84, composto por técnicos da FUNAI/INCRA, informa que na área não existem ocupantes não-índios de, conforme Of.P.º 219/86, de 21.03.86/ITCF, o Instituto de Terras, Cartografia e Floresta do Paraná informa existirem 02 (duas) matrículas de títulos, uma de nº 4238, em nome de Camargo Sell Ltda e, de nº 4540, em nome do espólio de Vieira Ferreira, que devem ser anulados pela Procuradoria Jurídica da FUNAI.

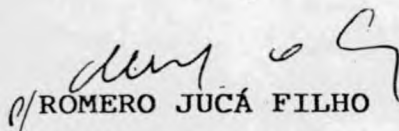
de


107

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a dimensão da realidade da ocupação indígena, na situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena RIO AREIA e ainda, no interesse público, o Grupo de Trabalho submete à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta, promovendo-se a demarcação da Área Indígena RIO AREIA, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 05 de novembro de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 138 /86 - GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - KARIRI-XOCÓ

LOCALIZAÇÃO - Mun. Porto Real do Colé-
gio/AL

GRUPO INDÍGENA - Karirí-Xocó

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da Área Indígena KARIRI-XOCÓ, vêm apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os primeiros contatos dos índios Kariri do Baixo São Francisco com os colonizadores surgiram a partir de 1556, em consequência das investidas de portugueses contra os Caetés, como represália pelo massacre do Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, do Provedor-Mor Antônio Cardoso de Barros e de mais 98 pessoas após o naufrágio do navio em que viajam nas imediações da foz do Rio São Francisco.

"A caçada e combate aos Caetés e, indiretamente a outras tribos, inclusive os Kariri, prolongou-se até 1563" - Ferrari, Alfonso ("Os Kariri, O Crepúsculo de um Povo sem História").

Esses combates e as jornadas baianas, que tinham por eixo o Rio São Francisco na procura de ouro, foram na realidade os únicos instrumentos de contato com aqueles índios até 1590.

H
x 27

Dos poucos, porém, a colonização de Alagoas vai sendo feita de maneira mais organizada, com a implantação de "currais" e o início da escravização sistemática dos indígenas.

Conforme porém, nos informa Ferrari, por volta de 1696 quase todo o Vale do São Francisco, sobretudo de Juazeiro para baixo, ainda estava povoado de índios: "Os Anaió, os Amoipira, os Ocren, os Sacragrinha, os Tamaquiri, os Massacará, os Ponta, os Dzibucua-Cariri, os Poriá, os Pancararu, os Rodela, os Shocó, os Aconã, os Aramuru, os Natu, os Cariri, etc".

Rebelando-se contra a escravidão, os Kariri aliam-se a outras tribos na guerra contra os "curraleiros", que buscam reforços junto às bandeiras paulistas e conseguem finalmente rechaçar aqueles índios, no início do século XVIII.

"Pelos meados do Século XVIII os padres jesuítas em cumprimento das instruções e projetos de sua Ordem, sobre a catequese e civilização, obtiveram a concessão de duas léguas de terra à margem do Rio São Francisco, na distância de sete léguas acima de Penedo, e ali fundaram um aldeamento de índios, composto de três tribos diferentes: Os Carapotis, os Aconans e os Cayriris" - Saint-Adolphe (Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil - Vol. I).

Ainda segundo Saint-Adolphe, em 1759 existiu uma concessão do governo, em decorrência da expulsão dos jesuítas: "A esses índios, deu três léguas quadradas, nas margens do Rio (São Francisco), para convidá-los a empregarem-se na agricultura, (...)"

Após a expulsão dos jesuítas, as aldeias foram entregues a diretores, escolhidos pelo Governo e "... em 1822 era diretor da aldeia de Porto Real do Colégio, José Sant'Anna, nomeado pelo governo provisório e quando ia àquele aldeamento, tomava posada no edifício do antigo colégio ..." - Pinto A.M. (Dicionário Geográfico do Brasil, Vol. III).

Conforme Duarte (1975:46), "quando de sua viagem à cachoeira de Paulo Afonso, D. Pedro II passou por Propriá e Porto Real do Colégio, denominando-os respectivamente de Urubu-Mirim. O chefe tribal era o cabloco Baltazar, que recebeu a comitiva imperial, armado de arco e flecha; indagado por D. Pedro porque portava o arco, respondeu-lhe que era para defender sua Majestade. O Imperador pediu que lançasse uma flecha para ele ver, satisfeito, doou aos cablocos duas léguas de frente por uma de fundo."

Wt
et
07

Por volta de 1842, existiam aldeamentos nos Municípios alagoanos de Penedo, Palmeiras, Atalaia e Porto Calvo. O primeiro localizava-se no arraial de Porto Real, às margens do São Francisco, onde existem 200 indígenas já mui degenerados" da raça primitiva. A esse aldeamento, foi concedida uma área de duas léguas de frente, por uma de fundo" - Souza Melo - Relatório do Presidente da Província de Alagoas, 1843 in Moreira Neto, C.A. - 1971.

Em relatório do Presidente da Província de Alagoas, de 15 de junho de 1862, somos informados que: "sobre a usurpação que vêm sofrendo os índios sob pretexto de dúvidas sobre os limites de suas terras, não consta que haja aforamentos nem que tenham sido os terrenos de patrimônio dos índios, vendidos por ordem e intervenção de autoridade pública".

Esse processo de usurpação, que já se adensava a partir de 1850, atinge inexoravelmente as terras dos Kariri-Xocó. Parte dessas terras, são finalmente transformadas em uma fazenda governamental (Fazenda Modelo), onde inclusive, ainda existe um marco histórico do grupo.

Os Kariri-Xocó, que são na realidade um grupo de origem pluriétnica formado por remanescentes diversos, sobretudo Xocó, que se refugiaram na terra Kariri em épocas imemoriais, por consequência das perseguições de que foram vítimas na sua região de origem, por muitos e longos anos (mais de cem) viveram sem terra para a agricultura, pois só conseguiram assegurar, ao longo do período de usurpação, apenas uma pequena parte de mata, essencial para o sigilo da celebração dos rituais do "Ouricuri", e moravam na conhecida "rua dos cablocos" na cidade de Porto Real do Colégio.

Em 1949 o Ministério da Agricultura, através do Departamento Nacional de Produção Vegetal, entrega aos índios uma área de aproximadamente 50 ha, desmembrada do campo de sementes ou Fazenda Modelo, e que recebeu o nome de Colônia.

Os índios porém, jamais abdicaram de seus direitos às terras dos antepassados, e por diversas vezes, ao longo do tempo, tentaram recuperá-las. Assim, em 1978, retomam à Fazenda Modelo.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI PARA DEMARCAÇÃO

115 12 027

Em 1980, a FUNAI, pela Portaria nº 673/E, constituiu um Grupo de Trabalho, para efetuar os levantamentos necessários à definição dos limites da Área Indígena KARIRI-XOCÓ-XOCÓ.

Esse Grupo de Trabalho recomendou uma área de aproximadamente 628 ha, como necessária àquele grupo indígena.

Em 1984, com vistas ao GT mencionado no parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, foi composto um novo Grupo de Trabalho (Portaria nº 1765/E0 que propõe finalmente os limites daquela área indígena).

Essa área, conforme mapa e memorial descritivo anexos, perfaz um total de 1639,63 ha, assim constituído:

01. 100 ha, área correspondente ao lugar sagrado do culto do Ouricuri que sempre esteve sob o controle dos índios, e na qual existe 01 título de domínio.
02. 54,50 ha - área denominada Colônia entregue pelo Ministério da Agricultura, em 1949.
03. 249,50 ha - área conhecida como Sementeira (Fazenda Modelo), retomada pelos índios em 1978.
04. 188,83 ha - área do Cerrado Grande, contígua à área de Ouricuri, ocupada por sessenta e duas famílias de posseiros, sem títulos de domínio.
05. 37 ha - referentes à área conhecida como da finada Matilde, vendida pelo filho desta, sem a consciência da comunidade.
06. 15 ha - correspondentes à faixa de terra denominada faixa da entrada do Sampaio, e que estabelece o limite natural da A.I.

III. SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1765/E/84, de 18.09.84, composto por servidores da FUNAI/INCRA, informa que na área proposta existem 55 (cinquenta e cinco) ocupantes não-índios, e que incidem três títulos de domínio em nome dos Srs. Lenivaldo Tavares dos Santos, Manoel Pinheiro Filho e João dos Santos; as benfeitorias implantadas na área de boa fé importam em Cz\$ 121.490,70 (cento e vinte e um mil quatrocentos e noventa cruzados e setenta centavos).

A população indígena na área é de 1050 (um mil e cinquenta) pessoas.

RE

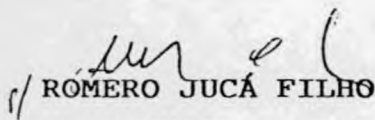
AB

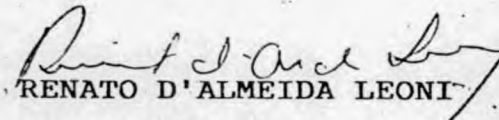
PH

IV. CONCLUSÃO ¹³ÃO

De todo o exposto, considerada a dimensão da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena KARIRI-XOCÓ, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este Parecer.

Brasília, 05 de novembro de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTERNT


ANDRÉ VILLAST BOAS
MIRAD R

PARECER Nº 137 /86 - GT PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - MENKÜ

LOCALIZAÇÃO - Mun.Diamantino/MT

GRUPO INDÍGENA - Menkü

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a homologação da demarcação da Área Indígena MENKÜ, vem apresentar seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do re-trocitado Decreto e nos termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os Menkü constituem um pequenó grupo indígena, recentemente contatado pela equipe de sertanistas da Missão Anchieta.

Essa equipe, sob o comando do padre e Antropólogo Thomaz de Aquino, após dois anos de espera, conseguiu finalmente o primeiro contato com os Menkü no dia 13 de junho de 1971.

O grupo está localizado na região do rio Papagaio, afluente do Juruena, Município de Diamantino, no Estado do Mato Grosso.

Os Menkü falam uma língua considerada isolada, não pertencente a nenhum tronco linguístico identificado

Vivem ainda dentro dos padrões culturais tradicionais ao grupo, sendo dos poucos indígenas que ainda conhecem o uso do machado de pedra.

Utilizam somente o arco e flecha, para as atividades de caça e pesca, fontes principais de sua subsistência.

Mudam de roça e de aldeia após permanecerem

[Handwritten signatures and initials]

quatro anos no mesmo local.

A roça é preparada pela comunidade coletiva - mente, e, por ocasião da colheita, cada um colhe o que precisa. Plantam cará, milho, feijão de fava e trepador, mandioca, cana-de-açúcar, banana e batata.

A divisão sexual do trabalho não é muito rígida, pois os homens ocasionalmente participam das atividades femininas. O trabalho de fiação ou preparo do algodão é feita pelas mulheres.

O artesanato não é vendido comercialmente, mas o trocam com a Missão Anchieta por artigos industrializados que já consomem, como roupas, panelas, facões etc.

As festas são realizadas no pátio da aldeia. Os homens tocam flautas que as mulheres não podem ver, nem falar sobre elas.

Apesar de estarem constantemente se mudando, os Menkü permanecem nos limites da área hoje demarcada e onde foram contatados, conscientes de seu território.

II. ÁREA DEMARCADA PELA FUNAI

Apesar do seu recente contato, os Menkü já foram vítimas da incompreensão de setores da nossa sociedade.

Seu território foi invadido por um fazendeiro que, utilizando-se de trator de esteira, arrasou duas malocas onde vivia a pequena tribo. O invasor não teve contemplação para com o cemitério onde estavam enterrados os seus antepassados, as roças cultivadas e ainda a casa das flautas, considerada sagrada pelos índios. Face a essa grave ocorrência, a FUNAI diligenciou para que a área fosse interditada, o que ocorreu em 1974, pelo Decreto nº 74.074, de 16 de maio. Seus limites, foram ratificados pelo Decreto nº 75.136, ainda daquele mesmo ano.

Finalmente, a demarcação administrativa foi concluída em 1978, sob a vigência do Decreto nº 76.999, de 1976, abrangendo uma superfície de 47.094 ha (quarenta e sete mil e noventa e quatro hectares), com perímetro de 92.195 m (noventa e dois mil cento e noventa e cinco metros).

de

WJ

217.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Consultados o INCRA e INTERMAT sobre títulos na área demarcada, obteve-se como resposta do INCRA que não se trata de área de sua jurisdição; e do INTERMAT, uma planta onde estão lotados 03 títulos parcialmente incidentes.

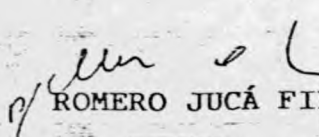
Quando da demarcação da Área Indígena Menkü, os confrontantes com interesse na área foram convocados e concordaram com os limites e com o memorial descritivo da área, apondo suas assinaturas em documento onde assinaram também os representantes da Missão Anchieta e da FUNAI. Tais limites são respeitados, não tendo sido verificados quaisquer invasões na área indígena.

Não existem ocupações de não-indígenas na área demarcada, onde vive uma população de 31 Menkü assistidos pela Missão Anchieta. Admite-se a existência de um outro pequeno grupo ainda arredio, no perímetro demarcado.

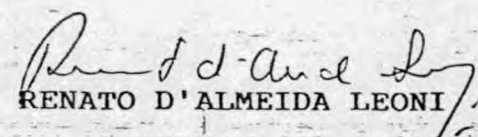
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade de ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena MENKÜ e ainda tendo em vista o interesse dos indígenas e o interesse público, o Grupo de Trabalho submete o pleito a decisão de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da demarcação da Área Indígena MENKÜ, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.


Brasília, 05 de novembro de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO

FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD

PARECER Nº 136 /86 - GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - ARIPUANÃ

LOCALIZAÇÃO - Mun. Aripuanã/MT

GRUPO INDÍGENA - Cinta Larga

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a delimitação da Área Indígena ARIPUANÃ, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

O processo FUNAI/BSB/4982/78, e a carta nº 406 /PRESI/86, mostram suficientemente que a Área Indígena ARI - PUANÃ constitui uma parte do imenso território tradicionalmente ocupado pelos grupos Cinta Larga, abrangendo inicialmente uma vasta faixa de terras, compreendida entre os rios Roosevelt e Juruena, no sentido Leste/Oeste, e os paralelos 10º e 12º no sentido Norte/Sul.

A partir do momento em que o tradicional território Cinta Larga é alcançado pelos representantes das chamadas frentes de expansão, a vida desses índios passa a ser um verdadeiro martírio, constituindo-se numa das páginas mais tristes que a história do nosso indigenismo registra.

Dentre os vários crimes de que foram vítimas, basta lembrar que ficou conhecido internacionalmente com o "Massacre do Paralelo Onze", registrado em "O Globo", edição de 14 de fevereiro de 1966.

162

27.

Além das chacinas, que chegaram mesmo a contar com bombas de dinamite lançadas de avião e com açúcar misturado a arsênico e formicida, contribuíram eficazmente para o processo de depopulação dos Cinta Larga as doenças viróticas introduzidas pelos garimpeiros, seringueiros e mais recentemente, por novas frentes de expansão.

Sem meios de enfrentar tão angustiante realidade, os Cinta Larga tentam uma aproximação, para convivência harmoniosa com outros segmentos da nossa sociedade, em Aripuanã / Humboldt, numa iniciativa que chegou a ganhar destaque nos jornais, sob o título de "O índio pacifica o branco" (O Estado de São Paulo, 15.01.74).

Como resultado porém dessa aproximação, os Cinta Larga ganharam nova epidemia de gripe, que lhes causou mais mortes.

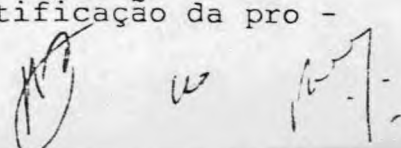
II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI PARA DEMARCAÇÃO

Em 1978, Aimoré Cunha da Silva, então Diretor do Parque Indígena Aripuanã, recomenda a interdição de uma área, como forma de garantir a sobrevivência daqueles grupos Cinta Larga, residentes fora do PQARI, criado pelo Decreto nº 64.860, de 23 de julho de 1969.

Pela Portaria nº 562/N, de 14 de março de 1979, uma área de aproximadamente 667.000 ha, foi realmente interdita para a proteção desses índios, cujas aldeias não tinham sido incluídas no PQARI.

Em 1981, membros da Missão Anchieta e da equipe Pastoral de Ji-Paraná/RO, após minucioso levantamento, constatam que a área interditada excluía territórios de caça, pesca e coleta, fundamentais para os índios, e deixava as malocas dos rios Guariba e Capitão Cardoso, em plena atividade. Por outro lado, alcançava uma área entre o Rio Aripuanã e o Rio Branco, não utilizada pelos índios, e causando atritos desnecessários com o Município de Aripuanã, interessado no aproveitamento da área. Assim, apresentam uma nova proposta de delimitação, para a área indígena ARIPUANÃ.

Um Grupo de Trabalho, constituído pela Portaria nº 1545/E, de 30.08.1983, concluiu pela ratificação da pro -



posta da equipe da Missão Anchieta e Pastoral de Ji-Paraná que, na realidade, indica uma superfície de 753.400 ha.

Finalmente em 1984, a Portaria nº 1809/E, de 24 de dezembro, constituiu um novo Grupo de Trabalho, para os estudos definitivos da Área Indígena ARIPUANÃ, com vistas ao GT Interministerial - Decreto nº 88.118/83.

Esse último Grupo de Trabalho confirma e justifica plenamente a área de 753.400 ha (setecentos e trinta e quatrocentos hectares), alertando para a urgente necessidade de sua demarcação.

Essa área, constitui o berço e o ponto da irradiação daqueles grupos indígenas, concentra 14 malocas, cada uma com território próprio e a distâncias consideráveis uma das outras, onde os grupos desenvolvem um sistema de vida tradicional.

Esses índios são essencialmente caçadores, não apenas pela importância da carne na dieta alimentar, mas sobretudo porque o conjunto de valores que sustenta a comunidade tem na caça seu principal ponto de referência.

A mobilidade dos grupos é muito grande e em consequência, as aldeias são muito dispersas, cada uma possuindo um território próprio, onde mantém uma relação adequada entre recursos e hábitos de consumo.

A imemorialidade da ocupação Cinta Larga na Área Indígena ARIPUANÃ é um fato incontestável podendo ser aferida, entre outras provas, pela existência de inúmeros sítios arqueológicos encontrados em diversos lugares, como na maloca do Naki, nas cabeceiras do Igarapé Preto, na Fazenda Rio Branco, e até nas proximidades de Aripuanã, onde mostras deste acervo foram desenterradas por uma arqueóloga do Instituto de Pesquisas da Amazônia.

Além disso, basta ouvir dos Salumã, Zoró, Suruí e Erikpatsá sobre os conflitos armados entre eles e os Cinta Larga, nas bacias dos rios Aripuanã e Roosevelt, para concluir sobre a extensão do território imemorial desses últimos.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Na área em questão, conforme informações do Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT), incidem 33 títulos definitivos e 21 provisórios.

Cabe ressaltar entretanto, que apenas 03 (três) desses títulos apresentam efetivamente ocupações.

As benfeitorias implantadas por esses ocupantes não-índios, sendo três deles na área correspondentes a títulos e um em área não titulada, foram avaliadas em Cz\$ 383.431,55 (trezentos oitenta e três mil quatrocentos e trinta e um cruzados e cinquenta e cinco centavos).

O reassentamento desses ocupantes deverá ser diligenciado pelo MIRAD/INCRA, enquanto que a indenização de suas benfeitorias será atribuída ao MINTER/FUNAI.


A população indígena é composta por 83 (oitenta e três) habitantes, vivendo de acordo com padrões tribais e dispersos por 14 (quatroze) aldeias.

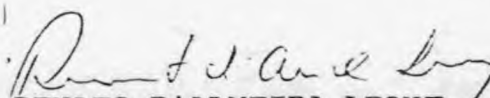
Oportuno ressaltar que a área em apreço se localiza na região de influência do POLONOROESTE, e as providências necessárias à sua regularização constituem compromisso do Governo Brasileiro, junto a organismos internacionais.

IV. CONCLUSÃO

De face do exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena ARIPUANÃ, indispensáveis à sobrevivência física e cultural dos Cinta Larga, seus primários e naturais habitantes, e ainda, tendo em vista o interesse público e o interesse dos indígenas, o Grupo de Trabalho submete o presente à deliberação de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 05 de setembro de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 135/86 GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - SAI CINZA
LOCALIZAÇÃO - Itaituba/PA
GRUPO INDÍGENA - Munduruku

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da Área Indígena SAI CINZA, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os Munduruku, grupo étnico cuja língua se inclui no tronco linguístico Tupi, constituíam no passado uma grande nação guerreira que dominava a região do Rio Tapajós e dos Rios Maués-Assu, Abacaxi e Canomá, afluentes do Rio Madeira, submetendo todas as outras tribos que a habitavam.

Segundo Murphy, o habitat tradicional deste grupo é a região de savana (campo) situada a leste do Rio Tapajós (Murphy, 1958:8). Sua expansão para o baixo Tapajós e Madeira se deu basicamente em função de suas incursões guerreiras contra outros grupos tribais e pelo desejo de obter artigos industrializados.

"Os índios Munduruku lograram fama, na história do Vale Amazônico, graças às suas propensões bélicas. Sua bravura como guerreiros atraiu fortemente a atenção das autoridades coloniais portuguesas, no passado século XVIII, quando a tribo lançou uma série de ataques ao Sul do Amazonas, desde a confluência com o

Madeira até o Rio Tocantins. Os Munduruku hostilizaram não somente os colonizadores como outras tribos indígenas das regiões do centro e baixo Amazonas. O Governo colonial logo fez as pazes com os Munduruku, passando a utilizá-los como tropas mercenárias contra outros grupos indígenas e, também, para combater as forças rebeldes, por ocasião da revolta dos Cabanos" (Murphy, 1954:5).

No século XIX, as relações comerciais entre Munduruku e colonizadores intensificaram-se. Os Munduruku forneciam farinha, borracha, cumarú e salsa parrilha, entre outros, obtendo em troca produtos industrializados. Inicialmente estas transações eram feitas, em sua maioria, pelos regatões ou comerciantes que se deslocavam de Santarém e Itaituba para esta região.

Com o ciclo da borracha intensificado a partir da segunda metade do século XIX, muitos Munduruku vieram se colocar de modo mais amplo sob a influência dos patrões e se transferiram permanentemente para as margens do Tapajós. Outros Munduruku, que permaneceram em suas terras junto às savanas, reuniam borracha nas margens dos tributários orientais do Tapajós durante o verão, retornando às suas aldeias no inverno. "A participação desses Munduruku no comércio da borracha era menor que as outras que residiam em caráter permanente entre os civilizados, porque a necessidade de queimar e plantar suas roças forçava-os a uma volta cedo às suas aldeias. Também ainda viviam envolvidos em guerras esporádicas, que diminuíam, assim, o tempo dedicado à extração de borracha" (Murphy, 1954:12).

Somente a partir de 1920 os Munduruku passam a manter relações comerciais mais estreitas com os civilizados, atraídos pelos missionários da Missão São Francisco, instalada no rio Cururu, que desde 1911 tentavam engajá-los à economia regional como produtores de borracha. Vale notar que a subida nos preços da borracha, em decorrência das restrições impostas à exportação desse produto às colônias Britânicas, foi decisiva nesse processo de abandono das aldeias do campo. A população que se transferiu para o Rio Cururu assumiu grandes proporções. Todas as aldeias das savanas perto do curso d'água, ficaram desabitadas e eventualmente abandonadas enquanto que as aldeias das savanas ao Norte sofreram uma perda de população (Murphy, 1954:13).

Em 1942, teve início a atuação do Serviço de Proteção aos Índios - SPI - entre os Munduruku, com a instalação de um Posto Indígena no Rio Cururu, próximo à Missão São Francisco, região onde se encontrava o maior número de aldeias, embora existis

A

P.

de

sem Mundurûku espalhados por todo o curso do Tapajós.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Área Indígena SAI CINZA está localizada à margem esquerda do Rio Tapajós, nas proximidades da Vila de Jacarea - canga, no Município de Itaituba, Estado do Pará. Constitui terras de ocupação imemorial do Grupo Indígena Munduruku, consoante informações documentais e bibliográficas, e na conformidade do artigo 23 da Lei nº 6.001/73 destina-se a garantir ao grupo a sobrevivência física e cultural. A população Munduruku em Sai Cinza é de 247 (duzentos e quarenta e sete) pessoas, formando esses índios um contingente global estimado em 3.200 (três mil e duzentos) indivíduos.

A área proposta apresenta superfície de 126.000 ha (cento e vinte e seis mil hectares) aproximadamente e perímetro de 240 Km (duzentos e quarenta quilômetros).

III. SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1959/E, de 14.10.85, composto por técnicos da FUNAI/INCRA, informa que na área proposta existe apenas um ocupante não índio, e as benfeitorias importam em Cz\$ 3.211,70 (três mil duzentos e onze cruzados e setenta centavos).

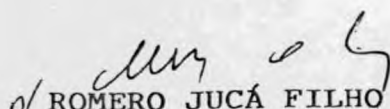
IV. CONCLUSÃO


De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena SAI CINZA, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta, promovendo-se a demarcação da Área Indígena SAI CINZA, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

HA

Rej:

Brasília, 05 de novembro de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 134/86 GT PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

- ÁREA INDÍGENA - ROOSEVELT =

- LOCALIZAÇÃO - Mun. Aripuanã/MT e
Pimenta Bueno/RO

- GRUPO INDÍGENA - Surui e Cinta Larga

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a homologação da demarcação da Área Indígena ROOSEVELT, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os documentos constantes no Processo FUNAI/BSB/0654/83 comprovam ser a Área Indígena ROOSEVELT de ocupação imemorial dos grupos Suruí, que se autodenominam PAITER, e CINTA LARGA, que se autodenominam MUNDÊ.

Os primeiros contatos com os CINTA LARGA foram feitos por Rondon. Em 1938, o pesquisador Claude Lévi-Strauss permaneceu durante uma semana junto a esses índios, que não demonstraram qualquer sinal de hostilidade.

O contato com os Suruí se deu mais recentemente, em 1968, através dos sertanistas FRANCISCO MEIRELES e seu filho APOENA, quando através do Decreto nº 62.995, de 1968, foi interditada uma extensa área para atração de algumas tribos arredias, dentre elas a dos Suruí.

Posteriormente outros Decretos foram editados,

alterando o já mencionado de nº 62.995/68, atendendo às circunstâncias, até que o de nº 80.169/77, veio tornar sem efeito a interdição a que se referem os decretos anteriores. PAI Nº 736

II. ÁREA DEMARCADA PELA FUNAI

As terras do Posto Indígena ROOSEVELT tiveram sua demarcação administrativa levada a efeito no ano de 1977, por iniciativa da FUNAI, nos termos do artigo 19 da Lei nº 6.001/73, e do Decreto nº 76.999/76, revogado o último pelo Decreto nº 88.118/83.

A área demarcada é de 233.055 ha (duzentos e trinta e três mil e cinquenta e cinco hectares), onde as comunidades indígenas desenvolvem atividades de agricultura, caça, pesca e coleta.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Da Informação/AESP datada de novembro de 1983, constante à folha 45 do processo FUNAI/BSB/0654/83, foi extraído o seguinte trecho:

" O que aflige o povo Suruí no momento são as constantes incursões que os posseiros da região promovem em suas terras, competindo de maneira desigual com a extração de caucho, seringa, coleta de castanha, o comércio com peles de animais silvestres e a pesca. Esses geram uma insatisfação no grupo, a FUNAI recentemente retirou da área indígena aproximadamente 50 famílias de posseiros que aí haviam se instalado, mas extremamente difícil o policiamento total da área, evitando assim essas invasões."

Corroborando o teor dessa informação, foram consultadas as unidades regionais da FUNAI e do INCRA, sobre a presença de não-índios na Área Indígena ROOSEVELT, cujas respostas respectivamente são transcritas:

"Rd. nº 664/PQARI de 25.06.84 - Rera 881/8ª DR de 18.06.84 positivo vg existe presença invasores area demarcada do PI ROOSEVELT pt De conformidade determinação 8ª DR estamos acionando PM CACOAL vg fim retirar invasores pt Sds Francisco de Assis Adm PQARI".

ik

"TELEX CEER/GF 0032/020784. RETLX DFT/162/150684. INFO V.SA. QUE SE - GUNDO INFO AG FUNAI EXISTE OCUPAÇÕES DENTRO DA AREA PI ROOSEVELT, COM FAZ FORMADAS NAO TENDO FUNAI TOMADO QUAISQUER PROVID CONTRA MESMO. INICIO OCUPAÇÃO AREA OCORREU FUNÇÃO VENDAS ILEGAIS REALIZADAS PELA EMPRESA ITAPORANGA".

Recentemente foi expedido radiograma à 8ª Delegacia Regional da FUNAI solicitando informações sobre a retirada dos posseiros.

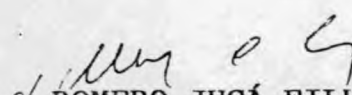
A homologação da demarcação certamente facilitará a ação da FUNAI para a retirada dos invasores.

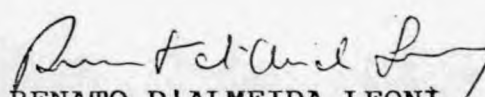
A população indígena é de 109 (cento e nove) pessoas, entre Suruí e Cinta Larga.


IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena ROOSEVELT e, ainda, tendo em vista o interesse dos indígenas, o Grupo de Trabalho submete o pleito à decisão de Vossas Excelências, opinando pela homologação da demarcação da Área Indígena ROOSEVELT, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 05 de setembro de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

ÁREA INDÍGENA - RIO PARU D'ESTE
LOCALIZAÇÃO - Mun. Almeirim/PA
GRUPO INDÍGENA - Wayana-Apalai

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI - sobre a delimitação da Área Indígena RIO PARU D'ESTE, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os Wayana-Apalai são remanescentes de dois povos pertencentes à família linguística Karib. na atualidade são denominados Wayana-Apalai devido ao processo de fusão através de casamentos, já mencionados nos relatórios dos viajantes no final do século XIX, No presente século, o processo acelerou-se, impulsionado pela diminuição demográfica.

Este processo de fusão resulta em aldeias mistas, mas subsistem povoamentos predominantes Wayana e outros Apalai. Na sua totalidade os Wayana-Apalai são bilingües, variando apenas o grau de conhecimento de um ou outro idioma.

O registro da história dos Wayana-Apalai limita-se a este século, de quando temos notícias da ocupação definitiva por eles da região dos Rios Paru de Leste e Jari. Nos séculos anteriores a história de cada um dos grupos é considerada separadamente, e em território mais vasto.

Os Wayana situavam-se em várias aldeias do

[Assinaturas]

Rio Citaré, no Alto Rio Paru de Leste e tributários, e ainda no Alto Jari e seus afluentes, notadamente o Ximim-Ximim e Mapahoni. Os Apalai localizavam-se no rio Maicuru e no Curuá de Alenquer, no Médio e Baixo Rio Paru de Leste e diversos afluentes, no Médio Rio Jari e no baixo Rio Ipitona.

O abandono de algumas destas bacias hidrográficas foi consequência de desaparecimento de componentes do grupo, resultando na diminuição da população, em parte tributada ao incremento das frentes extrativistas que penetraram em território indígena, trazendo doenças e provocando atritos. Estes fatores acarretaram a migração dos Wayana do Alto Rio Jari para o Rio Litani, na Guiana Francesa, e dos Apalai do Rio Maicuru e do Médio Jari para o Rio Paru de Leste, na década de 50.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A área delimitada pela comunidade e pelo GT constituído pela Portaria 1768/E/84 compreende toda a região ocupada e utilizada pelo grupo indígena nas atividades de caça, pesca e coleta.

A área proposta pelo GT é de aproximadamente, de 1.182.800 ha (um milhão cento e oitenta e dois mil e oitocentos hectares), com perímetro de 690 Km (seiscentos e noventa quilômetros).

À primeira vista, o montante de terra pleiteada para a Área Indígena RIO PARU D'ESTE pode parecer extensa em termos numéricos; contudo, é preciso levar em consideração, primeiramente, que o tipo de posse e o nível de aculturação dos Wayana-Apalai, deixa ainda muito a desejar e exige parcelas de terras mais amplas, bem diferentes do padrão mínimo preconizado para os chamados "civilizados". Diferentemente destes, existe uma relação simbólica dos Wayana-Apalai com seu território, associada a seus lugares mágico-religioso. Outrossim, é preciso considerar também que na área proposta existem grandes porções de terra sem possibilidade de qualquer aproveitamento agrícola ou outra atividade econômica, mesmo para a instalação de uma aldeia indígena.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Handwritten signature and initials: A.F.

Na área em questão não existem posseiros nem títulos de legitimidade de posse, ou qualquer outro tipo de domínio, particular ou privado, o que se constatou através de pesquisa efetuada nos Cartórios de Almeirim e Santarém, pelos técnicos da FUNAI e do INCRA.


A população indígena Wayana-Apalai é de 148 homens e 133 mulheres, perfazendo um total de 281 pessoas, distribuídas em 19 aldeias localizadas em terras firmes às margens do Rio Paru de Leste. As aldeias encontram-se dispersas ao longo do rio, existindo entre elas distâncias consideráveis, de acordo com o padrão de distribuição espacial das comunidades indígenas em questão: pequenas concentrações que visam manter eficiente a própria economia, face às alterações devido ao crescimento demográfico que, neste caso, impõe isolamento para caçadas, pescarias e roças.

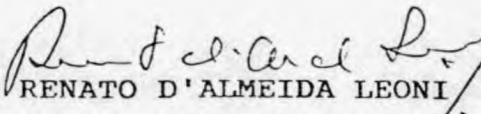
Ressalte-se ainda a relação simbólica, mencionada anteriormente, dos Wayana-Apalai com o seu território.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena RIO PARU D'ESTE e ainda o interesse público, o Grupo de Trabalho submete o pleito à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta e promovendo-se a demarcação da Área Indígena RIO PARU D'ESTE, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 05 de novembro de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 132/86 - GT, PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - ARAWETÉ

LOCALIZAÇÃO - Mun. Senador José
Porfírio, Altamira e
São Felix do Xingu/PA.

GRUPO INDÍGENA- ARAWETÉ

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da A.I. ARAWETÉ, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocedido Decreto e os termos da Portaria Interministerial Nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

A primeira proposta territorial para os Araweté, do Tronco linguístico Tupi, foi apresentada pela Ajudância de Altamira em 1979, visando constituir uma área com a finalidade de nela se processar a sua atração pela FUNAI.

As primeiras tentativas de contato tiveram início em outubro de 1970, só se efetivando, no entanto, em maio de 1976. O grupo era formado por 130 Araweté, aproximadamente. A Portaria nº 627/E, de 15 de outubro de 1979, constitui Grupo de Trabalho com fins de promover estudos visando a interdição das áreas ocupadas pelos índios Assurini e Araweté.

de

MB

PH:

Pelo relatório, a área de ocupação mais antiga do território Araweté corresponde às nascentes do rio Bacajá, onde se encontram vestígios de suas aldeias. Em razão de conflitos com os Xikrin e Parakanã, os Araweté se deslocaram para os igarapés Jatobá e Bom Jardim, ocupando igualmente a região entre os igarapés Canafístula e Ipixuna há cerca de 25 anos, de onde expulsaram grupos Assurini que a habitavam.

Quando o contato com os Araweté foi estabelecido, os membros da frente de atração encontraram-nos em péssimas condições de saúde e nutrição, atacados por um surto gripal, malária e escabiose. Muitos dos índios morreram, quer em consequência das enfermidades, quer pelo ataque dos Parakanã.

Em relatório apresentado à FUNAI em novembro de 1981, o pesquisador Eduardo Viveiros de Castro diz:

"Tanto quanto se saiba, o Território Araweté não se encontra invadido; mas o intenso movimento de mineradoras e garimpeiros em todo o curso do Xingu, e a construção do complexo hidrelétrico do Xingu, impõem uma demarcação rápida e justa das terras do grupo, antes que se criem situações de fato e se adotem medidas paliativas. Os Araweté ainda se encontram em fase de absoluta vulnerabilidade, biótica e sociológica, ao contato com a sociedade envolvente"

(Proc. F/B/0707/79:66)

Segundo informações do mesmo antropólogo,

"... os Araweté habitam o interflúvio Xingu - Bacajá há longa data (pelo menos 120 anos), e que a localização de antigas aldeias nas cabeceiras do Bacajá não exclui uma situação mais setentrional do grupo em épocas anteriores" (Proc. F/B/0707/79:88)

Os primeiros contatos dos Araweté com as frentes de expansão da sociedade nacional deram-se a partir da década de 60, quando gateiros (caçadores de peles raras) invadiram seu território. Para os índios, tal contato propiciou a aquisição, atra

HB

Aty:

vés de pilhagem dos acampamentos e de troca, de facões, machados e roupas, acostumando-se depois a pedir presentes aos civilizados.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

Todas as propostas contidas no Processo FUNAI/BSB/0707/79, primam pela coerência, por englobarem justamente o território tradicional Araweté. A proposta do Sr. Chefe da Ajudância de Altamira, Salomão Santos, de 21/03/79, destacava a necessidade de se evitarem "bolsões entre as reservas dos índios Assurini (PI KOATI NEMO), índios Xikrin (PI BACAJÁ) e dos índios Araweté (ora proposta)" (Processo referido, fls. 09). O Parecer conclusivo do GT criado pela Portaria nº 627/E, de 15/10/79, reforça a posição de Santos:

"Tendo em vista que as áreas Assurini e Araweté são contíguas e que a região entre estas áreas e a área Xikrin apresenta um território de perambulação de grupos arredios e de expansão do grupo Xikrin, propomos a interdição de uma área para a criação de uma reserva comum aos três grupos considerados e outros a serem identificados"... (F/B/0707/79:35)

A área eleita pelos membros do GT constitui-se de terras tradicionais dos indígenas Araweté, habitat indispensável à sua sobrevivência enquanto indivíduos e grupo étnico e culturalmente diferenciado. Graças à sua intensa perambulação sazonal, os Araweté a ocupam em suas atividades de caça, pesca e coleta.

Finalmente, é preciso ressaltar que "parte da área eleita, cerca de 300.000 ha ou mais, serão inundados com a construção da Usina Hidrelétrica do Rio Xingu, de acordo com os dados fornecidos pelo CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A, o qual realiza pesquisa para a ELETRONORTE" (F/B/0707:34)

III. SITUAÇÃO ATUAL

Como esclarecimento final, e consultada a 4ª DR, esta enviou rádio à Superintendência de Assuntos Fundiários-SUAF/

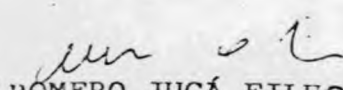
[Handwritten signatures]

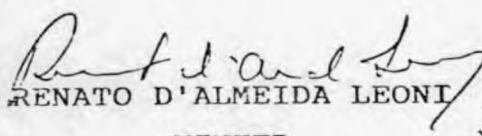
FUNAI, de 22/09/86, onde a Administração Regional de Altamira informou desconhecer invasores em Araweté, dizendo entretanto haver seis seringueiros a oeste da área, à margem esquerda do Xingu.


IV. CONCLUSÃO

Face ao exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras formadoras da área em apreciação e ainda considerando o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente parecer à decisão de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI para a Área Indígena Araweté, de acordo com mapa e memorial descritivo em anexo.

Brasília, 05 de novembro de 1986.


ROMERO JUCÁ FILEC
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 130 /86 - GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/8

ÁREA INDÍGENA - ARARIBÁ

LOCALIZAÇÃO - Mun. de Avaí/SP

GRUPO INDÍGENA - Guarani e Terena

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI - sobre a demarcação da Área Indígena ARARIBÁ, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Já é de nosso conhecimento a história dos povos Guarani nas regiões do Sul do Brasil, muito bem documentada desde o início da conquista e colonização de terras platinas por espanhóis e portugueses. Também se conhece a documentação jesuítica concernente às atividades missionárias naquela região, através do sistema das Reduções, bem como o relato de fatos relacionados ao ciclo da preia ao índio, pelos bandeirantes paulistas, os grandes algozes dos Guarani.

A partir das determinações do Tratado de Madrid (1750) e da expulsão dos jesuítas, determinada por Lisboa e por Madrid na segunda metade do século XVIII, começa para os Guarani um novo ciclo em suas vidas. Recusando-se a submeter-se ao jugo português, os indígenas foram alvo de intensa repressão e extermínio, no episódio que ficou conhecido historicamente como Guerra Guaranítica. Fugindo à violência, abandonaram suas regiões de origem e marcharam rumo Leste e Nordeste, à procura da grande

(M) de 27.

água e da terra mítica da promessa, a terra sem males.

Os pesquisadores e estudiosos da cultura Guarani, como Nimuendaju, Clastres e Schaden, analisam tais migrações e ressaltam seu caráter mítico, o que pode ser comprovado a través de sua tradição oral. As grandes migrações ocorreram principalmente em 1824, 1870 e 1912, dentro do território brasileiro.

Os Guarani de Araribá têm sua presença assinalada no Sertão de Bauru desde o final do século XIX, sendo que seu principal rancho se localizava junto à confluência do córrego Araribá com o rio Batalha (Diniz, 1976). Foram visitados em 1911 por Rondon e em 1912 pelo Inspetor do SPI, Horta Barbosa, incansável defensor de seus direitos à terra.

Graças às solicitações do SPI, o Governo do Estado de São Paulo assinou Decreto nº 2371/F, de 28 de abril de 1913, declarando reservadas, para localização de índios, as terras devolutas do vale do Córrego do Araribá, a serem entregues ao SPI através da Inspetoria de São Paulo.

Após a instalação da povoação para ela se guiram outros indígenas espalhados por São Paulo. Na década de 30, graças à pressão do órgão indigenista oficial, um grupo Tere-na foi morar dentro de seus limites. Hoje constituem a etnia majoritária em Araribá.

II. ÁREA DEMARCADA PELA FUNAI

A Área Indígena ARARIBÁ, reservada para os índios por Decreto Estadual/SP de 1913, é habitada há quase um século pelos Guarani. Foi demarcada pela FUNAI, que designou técnicos com esse objetivo, através de Instrução Técnica Executiva nº 025/DPI, de 25.05.85.

Como resultado dos trabalhos, apurou-se uma superfície de 1.930,3369 ha, com perímetro de 25.543,80 m.

A Área Indígena ARARIBÁ é cortada por trecho da variante ferroviária Bauru-Garças, projetada pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Para isto, em 1968, a E.M. nº 201, assinada pelo Ministro do Interior, submetida à apreciação da Presidência da República um projeto de Decreto de cessão à aquela companhia de uma faixa de terras correspondentes a 140.644 m², encravados na área indígena. O Decreto nº 63651/68 foi assina

RM 16 27

do a 06.11.68. Somente em 1985, em virtude de gestões feitas, pela Presidência da FUNAI junto à FEPASA, os índios receberam a indenização que lhes era devida, conforme o preconizado no Art. 4º do mencionado Decreto. O Decreto nº 92.468, de 18 de março de 1986, concede à FEPASA autorização para complementar a construção de um trecho da variante Bauru-Garças, correspondendo a uma faixa de terra de 77.225,35 m². Assim, o total cedido àquela estatal corresponde a 217.869,35 m².

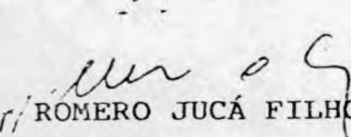
III. SITUAÇÃO ATUAL

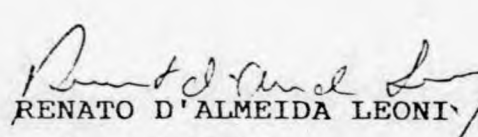
Na área em apreço, habitada por cerca de 300 indígenas, não há outros ocupantes além dos índios, nem títulos e nem benfeitorias de terceiros.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a presença secular indígena na área em apreço; o reconhecimento dessa permanência e posse pelo Governo do Estado de São Paulo, através do Decreto nº 2371/F, de 28.04.1913; a situação atual em que se encontra a referida área e tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete a Vossa Excelências o presente Parecer, opinando pela aprovação da demarcação administrativa da Área Indígena ARARIBÁ, levada a cabo pela FUNAI, na conformidade do mapa e do memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 05 de novembro de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 131 /86 - GT PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/8

ÁREA INDÍGENA - JUMINÁ

LOCALIZAÇÃO - Mun.Oiapoque/AP

GRUPO INDÍGENA - Karipuna e Galibi

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da Área Indígena JUMINÁ, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os índios Karipuna são inegavelmente, os primeiros habitantes das terras que constituem a Área Indígena JUMINÁ.

Essa ocupação vem registrada a partir de 1945, quando aqueles índios, então pressionados por representantes do Governo Paraense, então com jurisdição sobre o atual Amapá, tiveram que ceder outras terras, na região denominada Ponta dos Índios, para que nelas fosse instalado um Posto de Fiscalização do Estado.

Ao chegarem ao Juminá os Karipuna instalaram-se à sua margem direita, onde não havia presença de ninguém.

A margem esquerda desse igarapé, entretanto, já era ocupada por uma família de brancos, hoje representada pela Senhora Maria do Carmo Viana.

Mais tarde, em 1963, os Galibi também aportaram naquela área, instalando-se na Ilha do Laranjal.

[Handwritten signatures and initials at the bottom right]

Esses dois grupos indígenas estão dividi - dos em duas aldeias, uma Karipuna e outra Galibi, constituindo uni dades autônomas, política e economicamente.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI PARA DEMARCAÇÃO

A Área Indígena JUMINÁ foi delimitada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1651/E, de 14 de ju nho de 1984, composto por técnicos da FUNAI e INCRA.

A maior parte dessa área, cuja superfície é de 24.000 ha (vinte e quatro mil hectares), é constituída de cam pos alagados.

As atividades agrícolas dos dois grupos são desenvolvidas em ilhas e nas encostas da Montanha Cumanã.

A pesca, a caça e a coleta são também ati vidades essenciais à sobrevivência daqueles índios, e só estarão plenamente asseguradas com a regularização da Área Indígena JUMINÁ.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Conforme o Relatório de Viagem do próprio representante do INCRA no GT (Portaria nº 1651/E/84), não se veri fica na área indígena JUMINÁ nenhuma incidência de não-índios.

A posse reclamada pela Senhora Maria do Carmo Viana encontra-se à margem esquerda do Juminá, enquanto a área indígena, está situada à margem direita do mesmo igarapé.

A população indígena é composta por 65 (sessenta e cinco) pessoas, das tribos Karipuna e Galibi.

IV. CONCLUSÃO

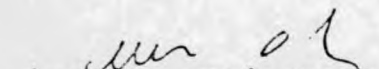
De todo o exposto, considerada a imemoria lidade da ocupação indígena, a situação em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena JUMINÁ, e ainda tendo em vis ta o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opi -

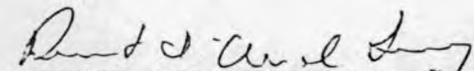
127

127

nando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 06 de novembro de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

620
55

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

DTR. 161, p. 123/244

Brasília-DF

C.I. Nº 1058/86 // COORD. ATIV. JUNTO AO GT. 88.118/83

Em 28.10.86

Do : Coord. Ativid. GT

AO (A): Sra. Chefe da DID

ASSUNTO

Apresentamos a V.Sa., para encaminhamento ao Sr. Superintendente Fundiário com vistas à assinatura do Sr. Presidente, Cartas com respectivos dossiês, das áreas indígenas a serem apreciadas na Reunião do G.T. Interministerial, em data de 05.11.86, que se seguem:

1. Área Indígena com Carta assinada nº 283, de 11.09.86, encaminhada com respectivo dossiê, aos Srs. Membros do G.T.

→ 1.1. Alto Rio Purus

2. Áreas Indígenas com Cartas a serem assinadas pelo Sr. Presidente, com respectivos dossiês:

- 2.1. Menkü;
- 2.2. Roosevelt;
- 2.3. Araribá;
- 2.4. Arariboia;
- 2.5. Aripuanã;
- 2.6. Kariri-Xocó;
- 2.7. Apurinã do Igarapé Peneri;
- 2.8. Lago do Beruri;
- 2.9. Rio Paru D'Este;
- 2.10. Rio Areia;
- 2.11. Juminá;
- 2.12. Sai Cinza;
- 2.13. Araweté e

→ 2.14. Zoró

ANTES DOS PARCELOS

RECEBI O ORIGINAL

Em 28/10/86

Assinatura *[assinatura]*

Ent./Dept.º CTI/Minist.º

[assinatura]

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

DTR. 161, p. 124/244

Brasília-DF

Cont.C.I. Nº 058/85/GT - ATIV. JUNTO AO GT. 88.118/83

Em 28.10.86

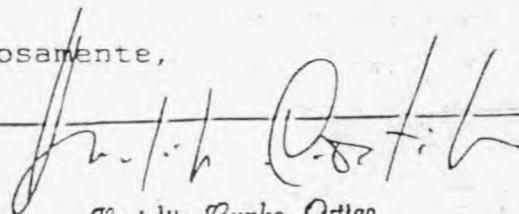
Do Coord. Atividade GT

Ao Sra. Chefe da DID

Assunto

A A.I. Waiãpi tem Parecer favorável e está em condições de ser apresentada diretamente à Consultoria Jurídica MINTER.

Atenciosamente,



Heráclito Cunha Ortigo

À Senhor Superintendente - SUAF,
solicitando a assinatura do Sr.
Presidente da FUNAI para as
cartas de encaminhamento. Após,
que os dossiês sejam remetidos
ao MINTER e ao MIRAD, conforme
a praxe

BSB, 28/10/86



Jânia de Almeida Demarques
Chefe - Divisão de Identificação e
Delimitação/SUAF/FUNAI

HCO/3op

TELE

DDD: 23748 Z DFWN

23847 Y DFWS

25/1338

XDF01962 2510 1239 STT/DF(012)

BRASILIA/DF

935TXBSAA BR

611794FUNI BR

BRASILIA NR 690 90 24.10 1825

DE ANDRE' JUNQUEIRA AYRES VILLAS BOAS

M.D. REPRESENTANTE MIRAD JUNTO GT 88.118/83

AV W/3 NORTE Q. 515 2' AND. S.207

BRASILIA/DF

NR. 523/PRESI DE 24.10.86 - SATISFACAO CONVIDAR ILUSTRE REPRES
TANTE SR. MINISTRO PARA REUNIAO GT INTERMINISTERIAL DEC.88.118/83
PROXIMO DIA CINCO NOVEMBRO AS QUINZE HORAS SEDE DESTA FUNDACAO VG
TERCEIRO ANDAR VG QUANDO SERAO APRECIADAS BIPT HOMOLOGACAO DEMAR
CACAO AREAS MENKU/MT VG ROOSEVELT/MT VG ARARIBA'/SP E ARARIBOIA/
MA PTVG DECLARACAO OCUPACAO INDIGENA AREAS ARIPUANAN/MT VG ZOROH/

ARIRI XOCOH/AL VG APURINAN IGARAPE' PENERI/AM VG LAGO DO BERUBI/
AM VG PARU D'ESTE/PA VG RIO AREIA/PR VG JUMINA'/AP VG SAI CINZA/BA
VG ALTO RIO PURUS/AC E ARAWETE'/PA PT DOSSIES RESPECTIVOS ESTAO
SEENDO REMETIDOS A V.S.A. PT ATS SDS

MIRO JUCA' FILHO VG PRESIDENTE FUNAI/COORDENADOR GT 88.118/83

CTI
RN 78
DATA 28.10.86
HORA 14.50

23847 Y DFWS

23748 Z DFWN

DTR. 161, p. 125/244

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO
DESENVOLVIMENTO URBANO - MIRAD
SECRETARIA GERAL - S.A.A.

Registro n.º 944

Data 28 / 10 / 86 14.50

Assinatura Carmen Costa

GRAMA FONADO
ODO. TELEFONE PARA A
QUE E PAGUE DEPOIS.



TELEGRAMA FONADO
E CÔMODO. TELEFONE PARA A
ECT HOJE E PAGUE DEPOIS.





DTR. 161, p. 126/244

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

176

ATA DA REUNIÃO Nº 102 /GT.88.118/83

Aos cinco dias do mês de novembro de 1986, às 9:00 horas, devidamente convocados conforme a praxe, reuniram-se os membros do GT 88.118/83, com a finalidade de discutir a pauta do dia e outros assuntos pertinentes. Presenças: Marcelo Coutelo Chagas, Presidente em Exercício da FUNAI e Coordenador do Grupo de Trabalho; Renato d'Almeida Leoni, representante do MINTER e André Junqueira Villas Boas, representante/MIRAD. Além dos membros do GT, estiveram presentes: o Senhor Gilmar Ferreira Mendes, da Procuradoria Geral da República; o Senhor Superintendente/2ª SUER, Cantídio Guerreiro Guimarães; o Senhor Superintendente de Assuntos Fundiários/FUNAI, Daniel Marques de Sousa; o Senhor Procurador Jurídico/FUNAI, José Ronaldo Montenegro de Araújo; a Sra. Sônia de Almeida Demarquet, Chefe da DID/SUAF. Dando início aos trabalhos, o Sr. Coordenador do GT 88.118/83 passou a palavra ao Sr. Superintendente da SUAF que, cumprimentando os presentes, sugeriu uma inversão na pauta, para que se pudesse discutir inicialmente os casos Aripuanã e Zoró, mais complexos e prementes. Assim foi acertado, colocando-se em discussão a Área Indígena Aripuanã-MT. O Sr. representante do MIRAD esclareceu que o referido processo já tinha sido submetido à deliberação do GT no ano anterior e que, à falta de dados fundiários precisos, não fora apreciado. O problema maior se concentrou em torno de certidão negativa concedida no passado pela FUNAI, em área de efetiva ocupação indígena, mas cuja situação àquela época era desconhecida em sua realidade pela FUNAI. O Sr. Villas Boas acrescentou que a referida certidão poderá ser anulada pela FUNAI, não havendo nenhum outro questionamento por parte do MIRAD com relação à Área Indígena Aripuanã. A seguir, o Senhor Procurador da Procuradoria Geral da República acrescentou que a certidão negativa foi dada equivocadamente, afirmando ser a terra indígena e assegurada aos seus habitantes pela Constituição Federal, o que invalidaria qualquer título sobre ela incidente. O Sr. Procurador da PJ/FUNAI informou que, com a aquiescência da Presidência da FUNAI, apurará o caso da certidão negativa, com a finalidade de anulá-la a nível administrativo. O Sr. Representante do MIRAD destacou a lisura dos relatórios antropológicos da FUNAI, que se atêm à realidade do grupo indígena e que atestam, insofismavelmente, a presença imemorial dos Cintas- Largas naquela região.



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI
Gabinete do Presidente

DTR. 161, p. 127/244

.2.

O Senhor Superintendente de Assuntos Fundiários da FUNAI disse então que os membros do GT deveriam declarar a Área em pauta como de ocupação indígena, sem protelar a decisão. Aliás, acrescentou, não se devem protelar os passos a serem dados para definir limites de áreas indígenas para não complicar o quadro fundiário com o agravamento de problemas sociais. Em suma, deixar para mais tarde só levará a maiores problemas e de mais difícil resolução. O Senhor Coordenador do GT disse então que o grupo tinha nas mãos a grande oportunidade de se impedir outra situação como a atravessada pelos Zorô, e que a definição dos limites da A.I. Aripuanã contribuiria ademais para a preservação do equilíbrio ecológico na região, por serem os indígenas não predadores e sim conservadores do meio ambiente. Assim, a Área Indígena Aripuanã recebeu o parecer favorável de nº 136/86, comprometendo-se a FUNAI a:

- 1) anular a certidão negativa concedida, por via administrativa, no seu inteiro teor;
- 2) revogar, através do Decreto de declaração de ocupação, o Decreto de interdição anterior, liberando-se em consequência a faixa interdita e que está fora dos limites demarcados.

Antes de passar a outro assunto, o Senhor Superintendente de Assuntos Fundiários declarou ser importante a participação do Senhor Procurador da PJ/FUNAI em todas as reuniões do GT. 88118/83, com o que concordou o Senhor Coordenador do GT. A seguir passou-se à discussão da Área Indígena Zorô e a vários assuntos correlatos. O Senhor Procurador Gilmar Ferreira Mendes da Procuradoria Geral da República, colocou a situação jurídica de atos relativos a terras ocupadas por indígenas, discutindo-se vários casos, com a contribuição positiva do Senhor Procurador da FUNAI e do Senhor Representante do MINTER. Após, o Senhor Representante do MIRAD perguntou ao Grupo de Trabalho se, havendo diversas áreas declaradas indígenas e demarcadas na vigência do Decreto nº 76.999/76, teriam elas de passar pelo crivo e análise do GT 88118/83. Segundo o Senhor Superintendente de Assuntos Fundiários-SUAF, a passagem deveria dar-se apenas no sentido de assessoramento aos Senhores Ministros, que encaminhariam ao Senhor Presidente da República os respectivos Decretos homologatórios. Dando sequência às discussões, o Senhor Representante do MIRAD acrescentou que, anteriormente, acreditava que as áreas demarcadas à luz do Decreto 88118/83 deveriam retornar à Presidência da República para homologação, pois a delimitação às vezes não corresponderia à demarcação física, mas agora defendia que, caso tal fato acontecesse, haveria simplesmente um novo Decreto, retificando os limites propostos. O Senhor Procurador da FUNAI disse que o



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

DTR. 161, p. 128/244

3.

assunto merecia ser discutido melhor e mesmo que o Decreto 88118/83 seja considerado ilegal, deve ser cumprido enquanto existir, daí deve-se levar a homologação para nova assinatura de Decreto pelo Senhor Presidente da República. Após muitas discussões esclarecedoras, o Senhor Superintendente / SUAF explicou que, depois de se demarcar uma área com base no Decreto de ocupação indígena, deve-se enviar a mesma para registro, pura e simplesmente, sem necessidade de se homologar os trabalhos demarcatórios através de novo Decreto. Com essa posição concordou o Senhor Representante da Procuradoria Geral da República, Ferreira Mendes, que esclareceu alguns aspectos jurídicos correlatos. Em suma, a proposta do Senhor Superintendente- SUAF mereceu a concordância de todos os participantes da reunião, ou seja, não há necessidade de um segundo ato homologatório caso haja uma discrepância entre a delimitação e a demarcação, nesse caso será assinado um novo decreto, mas de retificação de limites. Assim sendo, logo que estejam terminados os trabalhos demarcatórios, a área será devidamente encaminhada para registro cartorial e no SPU. No que diz respeito a áreas que foram identificadas, delimitadas e declaradas de ocupação indígena na vigência do Decreto 76999/76, o Senhor Superintendente/SUAF considera que sua demarcação deve-se processar com base na documentação apresentada à época. No caso, demarca-se e, após, haverá um decreto homologatório. Tal posição recebeu a concordância de todos os participantes da reunião. Em seguida passou-se à discussão da Área Indígena Zoró, considerado pelo Senhor Coordenador do GT 88118/83 como assunto problemático e de muita responsabilidade. O Senhor Representante do MIRAD explicou que o Decreto de interdição não fora suficiente para colocá-la a salvo de invasões e que, à falta de uma declaração de ocupação indígena, as 60 famílias de invasores passaram a cerca de 800 em breve espaço de tempo. Não havendo por parte da FUNAI um efetivo controle da entrada de terceiros na área indígena, o problema se agravou. A área Zoró conta com 33 títulos definitivos, sendo os posseiros que lá se encontram usados simplesmente como massa de manobra por pessoas que se dizem proprietárias e que, no entanto, não vivem na área. Segundo o Senhor André Villas Boas, será extremamente difícil reassentar os posseiros. Transmitindo a posição do Senhor Ministro do MIRAD, recomendou que se espere o resultado de novo levantamento fundiário na área Zoró, para que se tome uma posição definitiva e afirmou ter sido a FUNAI omissa, deixando de lado a solução e permitindo as invasões, por não controlá-las efetivamente. De acordo com o Senhor Superintendente/SUAF, o ato de interdição daria poderes à FUNAI para exercer o poder de polícia e impedir invasões mas, continuou, seria aquele

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

.4.

ato de interdição suficiente, do ponto jurídico, para retirar os invasores? O Senhor Representante do MIRAD afirmou que outros interesses existem atrás do problema Zoró, pois as cooperativas têm títulos dentro da área, e que a decisão será eminentemente política, havendo necessidade de verbas para que o reassentamento se efetive. Além do mais, acrescentou, haverá de se fazer um acordo detalhado com sindicatos, posseiros, o Governo, com cronogramas bem estabelecidos e com os recursos disponíveis à mão, sem o que se tornará impossível a negociação. O Senhor Procurador da FUNAI perguntou-lhe qual seria a decisão política, no caso, respondendo o Senhor Representante do MIRAD que a mesma se daria a nível dos Ministros envolvidos. Disse ainda que os invasores estão muito bem articulados e que há necessidade de dados técnicos específicos: quantos são os invasores, quantos serão reassentados, em quanto importará o ato? Assim, conforme o ponto de vista o Senhor Ministro do MIRAD, o GT só deveria tomar alguma decisão no caso após o levantamento fundiário. De acordo com o Senhor Villas Boas, a FUNAI deveria estar atenta aos fluxos migratórios em andamento no país, fiscalizando as áreas indígenas - inclusive as demarcadas -, destacando, em articulação com outros órgãos, as prioridades do trabalho indigenista, bem como mantendo estrita vigilância sobre os limites, através de picadas largas e visíveis, além de postos de vigilância quando necessários. Além disso, no caso Zoró, afirmou que a FUNAI deveria colocar funcionários hábeis e experientes junto aos índios, orientando e testemunhando suas ações, ouvindo suas reivindicações, em suma, viver junto com os índios e ter sobre os mesmos alguma credibilidade. O Senhor Superintendente-2ª Região, Cantídio Guimarães, argumentou que para ele a situação englobava os dois lados da questão, com uma preocupação dupla: tolher os colonos e conter os indígenas, oferecendo aos últimos maior assistência e apoio. De acordo com o Senhor Coordenador do GT 88118/83, Marcelo Coutelo Chagas, há necessidade imperiosa de uma definição da situação Zoró, para que os índios não sejam ainda mais prejudicados e nem deixem de acreditar na FUNAI como defensora de seus interesses. Contraargumentando, o Senhor Representante do MIRAD disse ser necessário também um canal de comunicação aberto com os invasores, e que a assinatura pura e simples do Parecer, apenas pro-forma, inviabilizaria tal diálogo. Assim, sugeriu o Senhor Villas Boas, que os posseiros que estejam localizados próximos aos aldeamentos Zoró sejam retirados imediatamente, para que se evitem maiores problemas. O Senhor Coordenador do GT, favorável à assinatura do Parecer, juntamente com o Senhor Representante do MINTER, tornou a repetir que um adiamento

mento do problema só traria à FUNAI descrédito e desconfiança por parte dos índios. O Senhor Superintendente-2ª Região acrescentou que haveria necessidade de uma posição do GT durante a reunião, nem que fosse paliativa, caso contrário não se poderia pensar em dialogar com os Zoró a partir de uma indefinição ou adiamento de soluções. Assim, sem outra alternativa no momento, decidiu o GT consultar os Senhores Ministros do Interior e da Reforma e Desenvolvimento Agrário, considerando-se a reunião em assembléia permanente até que uma resposta - positiva ou negativa - seja oferecida. Ao mesmo tempo continuou a discussão entre os membros do GT, afirmando o Senhor Representante do MIRAD que, caso assinasse o parecer, o seu Ministério teria de se responsabilizar daí para a frente pelo problema do reassentamento dos invasores, problema esse que necessita certos cuidados no seu encaminhamento que no caso, há necessidade de que o governo reuna as condições técnicas, físicas e financeiras para solução definitiva do problema. O Senhor Representante do MINTER disse que, no caso em pauta, caberia intervenção na área indígena, de acordo com o Estatuto do Índio, mas o GT considerou que, dado o momento político vivido pelo país, seria um ônus muito grande para a Presidência da República decretá-la. O Senhor Representante do MIRAD propôs então uma ida do GT. à Área Indígena Zoró, enquanto que o Senhor Coordenador do GT 88.118/83 concluiu que, não sendo assinado o Parecer, tal fato daria mais força aos invasores e à sua ousadia. O Senhor Superintendente-SUAF afirmou que a questão era muito mais complexa e, como tal, deveria ser analisada do ponto de vista de problema para o Governo Federal. Assim, propôs que a área não fosse apreciada hoje e se partisse para uma conversa com os Ministros envolvidos, explicando-lhes a gravidade do caso e solicitando reunião conjunta, para decisão a nível político, proposta esta aceita por todos os participantes, declarando-se o GT em reunião permanente desde então. A seguir passou-se à análise da Área Indígena Roosevelt, que foi aprovada pelo Parecer nº 134/86. Mereceu também aprovação, Parecer nº 130/86, a Área Indígena Araribá, com a exclusão da faixa correspondente à ferrovia que a corta, o que será explicitado no Decreto. Após, foi submetida à apreciação a Área Indígena Kariri-Xocó, considerada insuficiente pelo Senhor Representante do MIRAD, por não ter condições de oferecer um sustento condigno para os indígenas. Explicada a situação e analisados os problemas levantados, o Senhor Superintendente/SUAF disse que a FUNAI deverá estudar um acréscimo da área a posteriori, pois também julga insuficiente o coeficiente de 2,8 ha por família, mas que a decisão do GT deveria ser tomada

sem maiores discussões, dada a necessidade de se garantir um mínimo hoje, para que não se perca a terra por conta de indecisões. Sugeriu-se que, no texto do Decreto homologatório, conste que o reassentamento necessário será feito em áreas do INCRA, já discriminadas, correndo as indenizações por conta do MINTER/FUNAI. Assim, a proposta foi aprovada, merecendo o Parecer nº 138/86. Dando continuidade à reunião no dia seguinte, 6.11.86, às 15:00h, foi apreciada a Área Indígena Menku que, após a apresentação e as considerações levantadas pelo Senhor Superintendente-SUAF, recebeu aprovação sem ressalvas, através do Parecer nº 137/86. Em seguida, também aprovadas sem ressalvas, foram discutidas: Área Indígena Rio Areia, Parecer nº 140/86; Área Indígena Sai Cinza, Parecer nº 135/86; Área Indígena Araweté, Parecer nº 132/86. Quanto à Área Indígena Juminá, por se encontrar em faixa de fronteira, recebeu aprovação através do Parecer nº 131/86, devendo ser submetida, no entanto, à apreciação do Conselho de Segurança Nacional. No dia 17/11/86, por não haver ainda uma decisão ministerial referente ao caso Zoró, o GT se reuniu e deu por encerrados os trabalhos, voltando a se reunir para discutir a Área Indígena Zoró tão logo haja uma orientação dos Senhores Ministros quanto ao assunto, à espera inclusive do término do levantamento fundiário ora em execução. Assim, finda a reunião, eu, Sônia de Almeida Demarquet, lavrei a presente ata que, caso seja aprovada, será assinada por todos os participantes. Brasília, 17 de novembro de 1986.//

MARCELO COUTELO CHAGAS
PRES. FUNAI EM EXERCÍCIO

ANDRÉ JUNQUEIRA VILLAS BOAS
Representante / MIRAD

JOSÉ RONALDO MONTENEGRO DE ARAÚJO
Procurador Jurídico / FUNAI

CANTÍDIO GUERREIRO GUIMARÃES
Superintendente-2ª SUER/FUNAI

RENATO D'ALMEIDA LEONARDO
Representante MINTER

GILMAR FERREIRA MENDES
Procuradoria Geral da República

DANIEL MARQUES DE SOUSA
Superintendente/SUAF/FUNAI

SÔNIA DE ALMEIDA DEMARQUET
Chefe DID/SUAF/FUNAI
Secretária

05.11.86

05.11.86

DTR-161/p-130/244



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL


MEMO/MIRAD/SG/Nº 18 /85

Brasília-DF, em 10 de outubro de 1985.

DO: Secretário Geral do MIRAD
AO: Secretário Geral do MINTER

Seguem nessa data para entrega na reunião do grupo interministerial, através do representante do MIRAD, Dr. JOAO PACHECO OLIVEIRA FILHO, aprovação, Exposição de Motivos e minuta do Decreto das áreas indígenas BAKAIRI e TUBARAO/LADUNDÊ, devidamente assinados pelo Ministro Nelson Ribeiro.

Aproveito a oportunidade para expressar a V.Sa. os protestos de estima e consideração.


ALUIZIO TADEU MARQUES DA SILVA
Secretario Geral Adjunto

0403.1624

✚

611692ICRA BR

611794FUNI BR

DTR. 161, p. 134/

DE BRASILIA NR 135 03.04 1539

DR JOAO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
REPRESENTANTE DO MIRAD - GT. 88118/83
BRASILIA-DF

NR 0077/DPI DE 03.04.86 - DE ORDEM SR PRESIDENTE VG COMUNICO REUNIAO G
PT

DECRETO 88118/83 VG MARCADA PROXIMO DIA 10 CORRENTE MES VG AS NOVE
HORAS NA SEDE DA FUNAI MANAUS-AM VG DEVENDO CONSTAR PAUTA VG AREAS
INDIGENAS RIO MEQUENS/RO VG GERALDA TOCO PRETO/MA VG KANAMARI RIO
JURUAH/AM VG WASSU/COCAL/AL VG UTIARITI/MT VG TIRECATINGA/MT VG
RIO BRANCO/RO VG PIRAJUI/MS ET IUMINAH/AP PT SDS

SERGIO CAMPOS DIRETOR DPI/FUNAI

✚

611692ICRA BR

611794FUNI BR

R. 11.04.86

0318.1754

611344FNAI BR

611391ICRA BR

MIRAD/BRASILIA 663 18/03/86

ILMO.SR.

JOSE APOENA MEIRELLES

MD PRESIDENTE DA FUNAI

CTI/SN/180386. ACUSANDO RECEBIMENTO RG NR 052/DPI DE 17/03/86,
INFORMAMOS DISPONIBILIDADE PARTICIPAÇÃO REUNIAO PARA DISCUSSAO
A.I. MAE MARIA, CONSIDERANDO GRAVIDADE SITUAÇÃO. OUTROSSIM,
INFORMAMOS IMPOSSIBILIDADE DISCUTIR A.IS. UAÇA II E JUMINA,
TENDO EM VISTA NAO DISPORMOS REFERIDOS PROCESSOS E DE TEMPO
NECESSARIO PARA ANALISA-LOS. SDS

JOAO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO
COORDENADORIA DE TERRAS INDIGENAS/MIRAD

==

TR MB/18/0386-17:50

R/?RJFREITAS-

611391ICRA BR

611344FNAI BR

Pl original
F-Te
gr-rms
AB

DTR. 161, p. 135/244

R. 21.03

156

DTR.161, p.136/244

R. 21.03.86

611501000 DP

611794FUNI BR

BRASILIA NR. 451 17-03 1209-

DR JOAO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO REPRESENTANTE DO MIRAD

GT DEC 88118-83-BRASILIA -DF- UUU-

NR 052-DPI DE 17.03.86- DE ORDEM SR. PRESIDENTE COMUNICO REUNIAO

GT DEC 88118-83 MARCADA PROXIMA SEXTA FEIRA VG DIA 21..03. AS NO-

3 HORAS MANHAN VG CIDADE BELEM-PA PT PAUTA AREAS INDIGENAS MAE -MARIA -PA VG UAÇA II ET JUMINA-AP PT SDS VALTER FERREIRA MENDES -

DIRETOR SUBSTITUTO DPI-FUNAI-

+

611501000 BR

611794FUNI BR

X
TELEX
TELEX

DTR-161, p.137/

T

1009.0936

✚

611692ICRA BR

611344FNAI BR

BRASILIA-DF

TLX/FUNAI/BSB NR 306

09.10.85

(TONY)

SR JOAO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO

DD REPRESENTANTE DO MIRAD NO GT - DEC 88118/83

NR 621/PRES/DPI DE 09.10.85 . CUMPRIMENTANDO-O COMUNICO REUNIAO GT 88118/83, HOJE DIA NOVE OUTUBRO AAS DEZ HORAS- CONSULTORIA JURIDICA /MINTER, CONSTANDO PAUTA, APRECIACAO AREAS INDIGENAS ARIFUANAH ZORO, COM DEMAIS QUATRO OUTRAS QUE FECHAM PERIMETRO DE TODAS ELAS, E URU-EU-WAU-WAU, CUJA DEMARCAÇÃO TEVE INICIO ADMINISTRAÇÃO ANTERIOR. ATENCIOSAMENTE ALVARO VILLAS BOAS PRESIDENTE FUNAI.

NNNN

611344FNAI BR/N✚

611692ICRA BR

Dr. Pacheco.
10/10/85
Gf.

1008.0935

✚

611391ICRA BR

FIPE.229.85

ALUIZIO MARQUES TADEU
SECRETARIO ADJUNTO MIRAD

AGRADEÇO IMENSAMENTE TELEGRAMA 4 OUTUBRO. ESCLAREÇO NOSSOS
RELATORIOS AREA INDIGENA MEQUENS EM FASE DATILOGRAFIASERAO ENVI-
DOS EM BREVE MIRAD. SUGIRO GT INTERMINISTERIAL CONTE SEMPRE
PRESENÇA ANTROPOLOGOS RESPONSAVEIS PELA DEFINIÇÃO AREA COMO
RINALDO ARRUDA E ANA LANGE PARA SALUMA, CARMEN JUNQUEIRA PARA
ARIPUANA, AUXILIADORA LEAO PARA FORMOSO, MAURO LEONEL E AUXILIADORA
LEAO PARA MEQUENS. ATENCIOSAMENTE

BETTY MINDLIN
FIPE USP

✚

1130170FIPE BR

1130170FIPE BR

CRV?RRRRRRRJ5/081085/0940HS

611391ICRA BR

Λ

1008.1541

935TXBSAF BR

611391ICRA BR

MIRAD BRASILIA DF NR 2285 081085

IVAR BUSSATO

OPAN - AV. IPIRANGA - 97 - CX POSTAL 615

CUIABAH - MT

NR 0569/SG/MIRAD/081085. EM ATENDIMENTO A SUA CONSULTA INFORMO ATEH A PRESENTE DATA AREA INDIGENA MEQUEM NAO DEU ENTRADA NESTE MINISTERIO PARA APRECIAÇÃO GT-INTERMINISTERIAL. QUANTO AREA INDIGENA SALUNA ESCLAREÇO MIRAD SOLICITOU POR TELEX SEMA REUNIAO PARA TRATAR ASSUNTO. NESSE INTERIM DPI/FUNAI DECLAROU ESTAR ENTENDIMENTO DIRETO SEMA ET SOLICITA AGUARDAR RESULTADOS DESSES ENCONTROS. RELATIVO AREA INDIGENA ARIPUANAN INFORMO HAVER SIDO SOLICITADO ESTE MIRAD INCLUSAO NA PAUTA DISCUSSAO REUNIAO SEGUINTE GT-INTERMINISTERIAL. ATENCIOSAMENTE.

ALUIZIO TADEU M. DA SILVA

SECRETARIO GERAL ADJUNTO MIRAD

T/CJ/08-1543H+

935TXBSAF BR

611391ICRA BR

Ripuanā

DTR. 161, p. 140/244

0113: DATA IR

MIRAD BRASILIA DF NR 2233 041085 TELEGRAMA

BETTY MINDLIN

RUA HILARIO MAGNO, 415

CEP 05505- SAO PAULO/SP

/
NR 0568/SG/MIRAD/041085, EM ATENDIMENTO A SUA CONSULTA INFORMO ATEH
A PRESENTE DATA AREA INDIGENA MEQUEM NAO DEU ENTRADA NESTE MINISTE-
RIO PARA APPECIACAO GT-INTERMINISTERIAL. QUANTOAREA INDIGENA SALUMA
ESCLARECO MIRAD SOLICITOU POR TELEX SEMA REUNIAO PARA TRATAR ASSUN-
TO. NESSE INTERIM DPI/FUNAI DECLAROU ESTAR ENTENDIMENTO DIRETO SEMA
ET SOLICITA AGUARDAR RESULTADOS DESSES ENCONTROS. RELATIVO AREA INDI
GENA ARIPUANAN INFORMO HAVER SIDO SOLICITADO ESTE MIRAD INCLUSAO NA
PAUTA DISCUSSAO REUNIAO SEGUNTE GT- INTERMINISTERIAL REALIZAR-SE
PROXIMA SEMANA. ATENCIOSAMENTE

ALUIZIO MARQUES TADEU

SECRETARIO GERAL ADJUNTO MIRAD

T/JB/05EE 041085/1030HS

R7+

935TXBSAA BR

611391ICRA BR

Amipuanā

DTR. 162, p. 142/244

1004.1841

+

611692ICRA BR

611794FUNI BR

DE BRASILIA DF NR 211 041085

JOAO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO

DD. REPRESENTANTE DO MIRAD NC GT - DEC 88.118/83

612/PRES/DPI/FUNAI DE 041085 CUMPRIMENTANDO-O COMUNICO PROXIMA
REUNIAO GT, ESTAH CONFIRMADA PARA DIA SETE OUTUBRO QUINZE HORAS,
OITAVO ANDAR-SALA 813-CONSULTORIA JURIDICA-MINTER, CONSTANDO PAU-
TA, APRECIACAO PROPOSTA AREAS INDIGENAS FIRAKUAH-MS, ARIPUANAN-MT,
JAPUIRA-MT ET PARESI DO RIO FORMOSO-MT . ATENCIOSAMENTE

ALVARO VILLAS BOAS

PRESIDENTE FUNAI

+

611692ICRA BR

611794FUNI BR

0925.1902

✚

611692ICRA BR

611344FNAI BR

BRASILIA 935 2509 1829

DR. SIMAO ROBSON O. JATENE

MD. SEC. GERAL DO MIRAD E SEU REPRESENTANTE

NO GT DEC 88.118/83

BRASILIA-DF

582/PRES/DPI DE 25.09.85 CUMPRIMENTANDO V.EXCIA E EM ACORDO ENTEN-
DIMENTOS HAVIDOS NA REUNIAO DE 24/09/85, FICA CONFIRMADA A REUNIAO
GT DEC. 88.118/83 MARCADA PARA O DIA 26/09/85, QUINZE HORAS, 8 ANDAR
MINTER. CONSTA PAUTA APRECIACAO PROPOSTAS SEGUINTE AREAS: MAMOADATE
(AC), CAMPINAS (AC), EVARE I, EVARE II, BETANIA, SAO LEOPOLDO, SAN-
TO ANTONIO, VUI-UATA-IN, BOM INTENTO E FEIJOAL, AS OITO ULTIMAS NO ES
TADO DO AMAZONAS. ATS ALVARO VILLAS BOAS PRES/FUNAI

✚

611692ICRA BR

611344FNAI BR

DTR. 161, p. 144/244 68

AO DR.
João Pacheco
Pl. Conselho
26.09.85

9/1

0924.1108

611391ICRA BR

611344FNAI BR

DE BRASILIA NR 861 24.09.85 1020

DR SIMAO ROBSON C. JATENE

MD SECRETARIO GERAL DO MIRAD ET REPRESENTANTE NO GT

NR 577/PRES/DPI DE 24.09.85 - CUMPRIMENTANDO V. EXCIA ET EM ACCORDO COM ENTENDIMENTOS DO SR. SECRETARIO GERAL TENHO O PRAZER DE CONFIRMAR REUNIAO DO GRUPO DE TRABALHO INSTITUIDO PELO DECRETO NR 88.118/83 VG PARA O PROXIMO DIA 24 VG QUINZE HORAS NO 8º ANDAR DO MINTER VG OPORTUNIDADE EM QUE SERAO APRESENTADOS ATUAIS PRESIDENTE ET DIRETOR DPI PT MESMA OPORTUNIDADE SERAH DISCUTIDA PRIORIDADE PARA APRECIACAO DAS SEGUINTE PROPOSTAS: EVARE I ET EVARE II VG MANCANDATE VG IRANTXE VG ZORCH VG JAPUIRA VG SALUMAN VG FIRAKUAH ET AI ARIPUAMAN PT ATENCIOSAMENTE

ALVARO VILLAS ECAS-PRESIDENTE FUNAI

611391ICTA BR

611344FNAI BR

0723.1739

611344FNAI BR

611391ICRA BR

MIRAD BRASILIA DF NR 1422

23.07.85

ILMO. SR.

GERSON DA SILVA ALVES

DD. PRESIDENTE FUNAI

BRASILIA - DF

SG-0348/23.07.85 - COM REFERENCIA AO RG NR 385/PAES-FUNAI DE 19/07/85, TEMOS A INFORMAR QUE OS PROCESSOS DAS REFERIDAS AREAS INDIGENAS, NECESSITAM DA COMPLEMENTAÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES, PARA EFEITO DE ESTUDO E ANALISE POR ESTE MIRAD:

A.I. ARIPUANA: DOS 55 TITULOS INDENTIFICADOS, QUANTOS SAO PROVISORIOS E QUANTOS SAO DEFINITIVOS E QUAL O ESTAGIO DESSES PROCESSOS JUNTO AO INTERMAT., SE AS 6 OCUPAÇÕES INDICADAS NO RELATORIO-FUNAI ESTAO DENTRO DOS 55 TITULOS OU SAO OCUPAÇÕES AA PARTE., PLOTAGEM DOS IMOVEIS E OU OCUPAÇÕES NO MAPA DE DELIMITAÇÃO., CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE OCUPAÇÃO QUE OS DETENTORES DOS TITULOS FAZEM DAS RESPECTIVAS AREAS, QUAL A INCIDENCIA DA GLEBA PERTENCENTE A CIA JOAO LUNARDELLI S/A DENTRO DA AREA DELIMITADA E SUA PLOTAGEM NO MAPA., COPIA DA CERTIDAO NEGATIVA EXPEDIDA PELA FUNAI AA CIA JOAO LUNARDELLI S/A.

A.I. BAKAIRI: PLOTAGEM DOS TDS DENTRO DA AREA DELIMITADA., QUAL A AREA DE INCIDENCIA DE CADA TITULO., CADEIA SUCESSORIA / DOS TITULOS., DOCUMENTO QUE COMPROVE TER SIDO RESERVADA PARTE DA AREA PROPOSTA AOS BAKAIRI PELO GOVERNO DO ESTADO MT EM 1918.

A.I. GERALDA/TOCO PRETO: HAH NECESSIDADE DE SE TERMINAR O LEVANTAMENTO FUNDIARIO. NESSE SENTIDO, ESTAMOS ESTUDANDO MELHOR FORMA DE SE COMPOR UM GT QUE TENHA CONDIÇÕES DE REALIZAR O TRABALHO.

ESTE MIRAD SE PROPOE, APOS RECEBER REFERIDAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS, A DISCUTIR RESPECTIVAS AREAS DO GRUPO INTERMINISTERIAL.

ATENCIOSAMENTE

SIMAO ROBISON OLIVEIRA JATENE
SECREARIO-GERAL DO MIRAD

T/CJ/23-1745H

R7RRRRR/†

611344FNAI BR

611391ICRA BR

0719.1835

✠

611692ICRA BR

611344FNAI BR

BRASILIA 672 19/07 1754

ILMO SR.

DR. SIMAO ROBSON DE OLIVEIRA JATEME

DD. REPRESENTANTE DO MIRAD NO GT DEC. 88.118/83

BRASILIA-DF

385/PRES/DPI DE 19/07/85 COMUNICO REUNIAO GT DECRETO 88.118/83,
SERAH REALIZADA PROXIMA QUINTA FEIRA DIA 25/07/85, 9 HORAS, OITAVO
ANDAR MINTER, CONSTANDO PAUTA, APRECIACAO AREAS INDIGENAS GERALDA/
TOCO PRETO (MA), ARIQUANA (MT) E BAKAIRI (MT) . ATENCIOSAMENTE
GERSON DA SILVA ALVES-PRES/FUNAI

✠

611692ICRA BR

611344FNAI BR

NP

V

0628.1820

611692ICRA BR

611794FUNI BR

URGENTE

p/ Grupo Técnico Indígenas

DTR. 161, p-148/244³⁵

BRASILIA 942 28/06 1745

SIMAO ROBSON DE OLIVEIRA JATENE

MD. SEC GERAL MIRAD

BRASILIA - DF

332/PRES/DPI DE 28/06/85 CUMPRIMENTANDO-O COMUNICO REUNIAO GT
DECRETO NR 88.118/83, SERAH REALIZADO PROXIMA SEXTA FEIRA, DIA 05.
07.85, NOVE HORAS, OITAVO ANDAR MINTER, CONSTANDO PAUTA APRECIACAO,
AREAS INDIGENAS ARIPUANA (MT) E SALUMA (MT) . ATS
GERSON DA SILVA ALVES PRES/FUNAI

611692ICRA BR

611794FUNI BR

ÁREAS INDÍGENAS

REUNIÃO DIA 15.10.86

- 1) ARARA DO IGARAPÉ HUMAITÁ
- 2) KOATINEMO/PA
- 3) MACARRÃO
- 4) MERURE/MT
- 5) RIO MEQUENS/RO
- 6) TUBARÃO LATUNDÊ/RO

- 1) Telex Nº 0568 de 04.10.86 : informações sobre Mequens, Salumã, Aripuanã
- 2) Telegrama 08.10.86 : sugere antropólogos
- 3) Telex Nº 0569 de 08.10.86 : informações sobre Mequens, Salumã e Aripuanã
- 4) Telex Nº 038 de 03.03.86 : comunica reunião dia 10.03.86
- 5) Telex Nº 077 de 03.04.86 : comunica reunião dia 10.03.86
- 6) Telex Nº 444 de 06.09.86 : comunica reunião dia 02.10.86
- 7) Telex Nº 466 de 30.09.86 : confirma reunião dia 02.10.86
- 8) Parecer Nº 007 e 127 de 15.10.86 - A.I Tubarão
7.º P. TELEX Nº 504 / PRESI de 13.10.86 transfere reunião para dia 15.10.86
- 9) Parecer Nº 099 de 15.10.86 - A.I Rio Mequens
- 10) Parecer Nº 121 de 15.10.86 - A.I Macarrão
- 11) Parecer Nº 122 de 15.10.86 - A.I Merure
- 12) Parecer Nº 123 de 15.10.86 - A.I Igarapé Humaitá
- 13) Parecer Nº 128 de 15.10.86 - A.I Koatinemo
- 14) E.M A.I Tubarão Latundê/RO
- 15) E.M
- 16) E.M
- 17) E.M
- 18) E.M
- 19) E.M
- 20) E.M
- 21) Decreto (minuta) A.I Tubarão Latundê/RO
- 22) Decreto
- 23) Decreto
- 24) Decreto
- 25) Decreto
- 26) Decreto

- 27) Memo Nº 14/85 : encaminha Decretos e E.M das áreas Bakairi e Tubarão Latundê
- 28) CT 003/PRESI/Nº 288 de 15.09.86 : encaminha dossiês das áreas já citadas



MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

Fls. 02.

CONTINUAÇÃO ATA DA 11ª REUNIÃO DO GT.88.118/83

Administração Regional respectiva com essa finalidade, merecendo a proposta da área parecer favorável, de número 123/86. Seguidamente apreciou-se a ÁREA INDÍGENA IGARAPÉ SÃO JOÃO, questionando o Sr. Representante do MINTER se a mesma se encontra em área de fronteira ou próxima de Município. Respondida afirmativamente quanto ao último item e sem outros dados esclarecedores, acordou-se que o grupo irá à área questionada, com a finalidade de negociar o assunto com políticos locais e lideranças indígenas. O Sr. representante do MIRAD considerou imprescindível a plotagem em mapa, para que se verifique o nível de incidência da área do município na área indígena, bem como salientou a importância de se apreciar o grau de interrelacionamento comunidade urbana/comunidade indígena, em todos os níveis e com a maior riqueza de dados possível. O Sr. Coordenador do GT.88.118/83 afirmou por sua vez que a única solução no caso será uma visita à área em apreço, para melhor definição do problema e busca de um entendimento entre as partes. Assim, a área indígena Igarapé São João só será analisada quando os dados estiverem de posse dos membros do GT, não recebendo parecer conclusivo. A seguir passou-se à análise da ÁREA INDÍGENA MERURE. O Senhor Assessor Valter Mendes tomou a palavra e explicou a situação das indenizações, não avaliadas em 1976 - ano da demarcação - pela FUNAI, apresentando aquele momento vivido pelos Bororo e sociedade regional como de grandes tensões, que culminaram com o assassinato do Pe. Rodolfo Lukenbein e do índio Simão Bororo. Após tais considerações, a área foi aprovada, merecendo o parecer de nº 122/86. Em continuação foi apresentada a ÁREA INDÍGENA RIO MEQUENS, com a sugestão de ser ouvido o CSN, feita pelo Sr. representante do MINTER. O Sr. Representante do MIRAD declarou que dentro da competência técnica dos membros do GT não havia impedimentos para aprovação da área. O Sr. Coordenador do GT declarou que a FUNAI tomou a iniciativa de elaborar minuta de carta do Senhor Ministro de Estado do Interior ao Senhor Ministro Baima Denys, solicitando que o CSN participe formalmente das reuniões do GT, o que virá facilitar sobremaneira o desenrolar dos trabalhos. A área indígena Rio Mequens foi, pois, aprovada, recebendo o parecer nº 099/86. A seguir apresentou-se a ÁREA INDÍGENA TUBARÃO LATUNDÊ, chamando a atenção o Sr. representante do MINTER para os termos da ata do GT, onde se recomendava à FUNAI uma série de medidas que haviam condicionado sua aprovação. Havendo o Sr. Superintendente da SUAF colocado a questão do Decreto 88118/83 e seu ponto de vista de que

CONTINUA FLS. 03 XXX

St. Marquês
M.T.



DTR. 161, p. 153/244

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

Fls.03.

CONTINUAÇÃO ATA DA 11ª REUNIÃO DO GT. 88.118/83

não haveria necessidade de uma área com decreto de ocupação retornar à Presidência da República para receber outro decreto, desta vez de homologação, discutiu-se o assunto. Concluindo, o parecer referente à homologação da demarcação da área indígena Tubarão Latundê foi aprovado, recebendo o nº 127/86. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador do GT 88118/83 apresentou a data prevista para a próxima reunião, a realizar-se no dia 05 (cinco) de novembro de 1986, às 15:00 horas, encerrando-se os trabalhos. Foi lavrada a presente ata por mim, Sônia de Almeida Demarquet, que, caso aprovada, será assinada pelos membros do GT e participantes da reunião. Brasília, 15 de outubro de 1986. XXX

Sônia de Almeida Demarquet

Rui de Almeida

Rui de Almeida

Paulo de Almeida

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

CT - 003/PRESI/M^o 288 /86

Brasília, 15 de setembro de 1986

Do: Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI

Ao: Sr. Dr. ANDRÉ JUNQUEIRA AYRES VILLAS BÔAS

M.D. Representante do Exmo. Sr. Ministro
de Estado da Reforma e do Desenvolvimento
Agrário junto ao GT 88.118/83

Consoante o que prevê o parágrafo 3º do art. 2º do Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, tenho a satisfação de encaminhar 08 (oito) pastas contendo dossiês de áreas indígenas, sete (07) das quais para serem apreciadas e 01 (uma) para homologação de demarcação, na próxima Reunião do GT Interministerial a ser marcada e comunicada a V.Sa. com a necessária antecedência, que relaciono:

1. ALTO RIO PURUS/AC;
2. ARARA DO IGARAPÉ HUMAITÁ/AC;
3. APURINÃ DO IGARAPÉ SÃO JOÃO/AM;
4. KOATINEMO/PA;
5. MACARRÃO/AM e
6. TUBARÃO/LATUNDÊ/RO
7. RIO MEQUÊS^V/RO



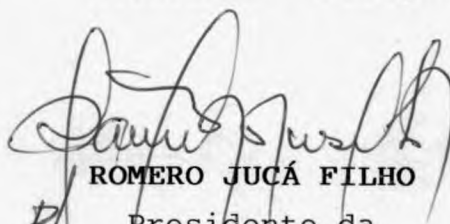
DTR.161, p-155/244

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gabinete do Presidente

Para homologação de demarcação:

8. MERURE/MT.

Atenciosas Saudações,


ROMERO JUCÁ FILHO
Presidente da
FUNAI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEMO/MIRAD/SG 14 /85

Brasília 02 de outubro de 1985

DO: COORDENADOR COORD. GRUPO DE TERRAS INDÍGENAS

AO: CHEFE DE GABINETE / MIRAD

Senhor Chefe

Seguem para assinatura do Ministro Decretos e E.M. Interministerial das Áreas Indígenas Bakairi e Tubarão/Latundê. Informamos a V.Sa., que a A.I. Bakairi foi aprovada em reunião de GT/Interministerial-Decreto 88.118/83, transcorrida dia 01 de outubro de 1985, enquanto a A.I. Tubarão/Latundê em reunião do mesmo Grupo, no dia 21 de junho deste mesmo ano.

A referida Área Indígena Tubarão/Latundê já havia sido assinada pelo Senhor Ministro, mas por motivo de algumas incorreções, voltamos a remeter-lhe devidamente reformulada.

Aproveito a oportunidade para expressar a V.Sa. os protestos de estima e consideração.

JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO

Representante do MIRAD no GT-Interministerial Dec. 88.118/83.

Decreto nº

, de de

de 19

Declara de ocupação dos silvícolas área de terras no Municípios de VILHENA, no Estado de RONDÔNIA, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto pelos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos silvícolas para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição, as terras de posse imemorial dos grupos indígenas Tubarão, Latundê e Sabanê, localizadas no Município de VILHENA, Estado de RONDÔNIA, com a seguinte delimitação: **NORTE:** Partindo do Ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas 12º26'50"S e 60º48' 30" Wgr., situado na interseção da LINHA-105 com a KAPA-80; daí, segue pela LINHA-105 com o azimuth aproximado 90º e a distância aproximada de 20 Km, até o Ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas 12º26'50"S e 60º37'30" Wgr., situado na interseção da LINHA-105 com a KAPA-100; daí, segue-se pela KAPA-100 com o azimuth aproximado 180º e a distância aproximada de 10 Km, até o Ponto "3" de coordenadas geográficas aproximadas 12º32'20"S e 60º37'30" Wgr., situado na interseção da LINHA-115 com a KAPA-100; daí, segue pela LINHA-115

com o azimuth aproximado 90º na distância aproximada de 20 Km, até o Ponto "4" de coordenadas geográficas aproximadas 12º32'20"S e 60º26'20"Wgr., situado na interseção da LINHA-115 com a KAPA-120. LESTE: Do Ponto "4" segue pela KAPA-120 com o azimuth aproximado 180º e a distância aproximada de 34 Km, até o Ponto "5" de coordenadas geográficas aproximadas 12º50'45"S e 60º26'20"Wgr., situado na margem direita do Rio Pimenta Bueno. SUL: Do Ponto "5", segue pela margem direita do Rio Pimenta Bueno, no sentido jusante, até o Ponto "6" de coordenadas geográficas aproximadas 12º45'00"S e 60º48'30"Wgr., situado na margem direita do Rio Pimenta Bueno, junto a interseção com a KAPA-80 com o azimuth aproximado 360º e a distância aproximada de 33,4 Km até o Ponto "1", inicial do presente descritivo.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada ÁREA INDÍGENA TUBARÃO/LATUNDÊ, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.


Brasília, de _____ de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

E.M. INTERMINISTERIAL

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à alta deliberação de Vossa Excelência, o anexo projeto de decreto que cuida da definição dos limites da ÁREA INDÍGENA TUBARÃO/LATUNDÊ, de posse imemorial dos grupos indígenas TUBARÃO, LATUNDÊ e SABANÊ, localizada no Município de Vilhena, no Estado de Rondônia, para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A proposta, com base nos estudos técnicos antropológicos e cartográficos, realizados pela Fundação Nacional do Índio, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do já mencionado Decreto e ainda observadas as



disposições da Lei nº 6.001, de 1973, que através do parecer nº 007, de junho de 1984, opinou pela sua aprovação.

A Área Indígena TUBARÃO/LATUNDÊ, com superfície aproximada de 118.000 ha (cento e dezoito mil hectares) e perímetro de 170 km (cento e setenta quilômetros) aproximados, destina-se a preservar parte do território imemorial dos grupos indígenas TUBARÃO, LATUNDÊ e SABANÊ.

A área indígena de que se trata está situada junto à Gleba Corumbiara, mais especificamente no Setor II. Segundo levantamentos efetuados por técnicos da Fundação Nacional do Índio-FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, foi constatada, na área, a existência de 24 (vinte e quatro) posseiros, dos quais 9 (nove) são titulares de benfeitorias avaliadas, em Cr\$ 38.565.958 (trinta e oito milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil e novecentos e cinquenta cruzeiros).

Os recursos necessários à regularização da Área Indígena TUBARÃO/LATUNDÊ, estão assegurados pelo Programa POLONOROESTE, face à sua localização na região de influência da BR-364.

A Área Indígena TUBARÃO/LATUNDÊ, habitat imemorial dos grupos indígenas TUBARÃO, LATUNDÊ e SABANÊ, é constituída de terras de domínio da União, cuja posse está assegurada aos silvícolas, pelo artigo 198 e parágrafos da Constituição Federal.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência protestos do nosso mais profundo respeito.

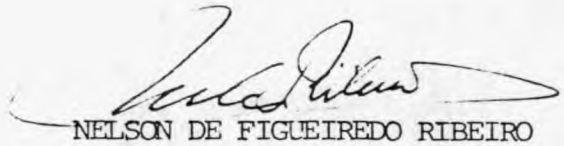
RONALDO COSTA COUTO


NELSON FIGUEIREDO RIBEIRO

Diante da manifestação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 02, de 17.03.83, e na forma do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 88.118/83, APROVAMOS seu PARECER nº 007/84, relativo a ÁREA INDÍGENA TUBARÃO/LATUNDÊ, situada no Município de VILHENA, no Estado de RONDÔNIA.

Brasília, de de 1985

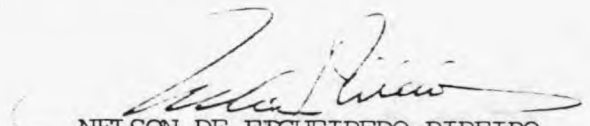
RONALDO COSTA COUTO


NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO

Diante da manifestação do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 02, de 17.03.83, e na forma do art. 2º, § 3º, do Decreto nº 88.118/83, APROVAMOS seu PARECER nº 007/84, relativo a ÁREA INDÍGENA TUBARÃO/LATUNDÊ, situada no Município de VILHENA, no Estado de RONDÔNIA.

Brasília, de de 1985

RONALDO COSTA COUTO


NELSON DE FIGUEIREDO RIBEIRO

PARECER Nº 128/86 - GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - KOATINEMO

LOCALIZAÇÃO - Mun. de Altamira/PA

GRUPO INDÍGENA - Assurini

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, sobre a delimitação da Área Indígena KOATINEMO, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 1973, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os documentos constantes do processo FUNAI/BSB/3832/78, o memorando nº 005, da Coordenação do GT, criado pelo Decreto 88.118, de 1983, e as pesquisas realizadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 627/E, de 1979, informam que:

- a) os índios Assurini são habitantes tradicionais da região entre o rio Xingu e seu afluente da margem direita, o Rio Bacajá;
- b) os habitantes de Altamira e a população regional distribuída à beira do Rio Xingu, sempre designaram a área entre o Rio Xingu e o Rio Bacajá, estendendo-se até as nascentes do Rio Ipixuna, de "Terra dos Assurini";
- c) os Assurini foram primeiramente contatados em 1971, pelos Padres Anton e Karl Lukesch, da prela-zia do Xingu;

- d) segundo relato do próprio grupo indígena, os Assurini procuraram contato com o homem branco devido aos constantes ataques dos KAIAPÓ-XICRIN e ARAWE-TÉ, como estratégia para dar fim a uma situação insustentável.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI PARA DEMARCAÇÃO

A proposta constitui-se de terras imemorialmente ocupadas pelos Assurini, necessárias à caça, coleta, pesca e agricultura, com superfície de 288.600 ha, nelas se incluindo cerca de 74.575 ha que serão inundados no futuro, de conformidade com o levantamento do potencial hidrelétrico nacional feito pela ELETRONORTE.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Na área em apreço não existem títulos de domínio, posse ou benfeitorias de não-índios, conforme pronunciamento do INCRA e ITERPA.

A população indígena em 1978 era de 86 indivíduos e, devido ao trabalho desenvolvido pela FUNAI junto aos Assurini, verifica-se um lento incremento populacional.

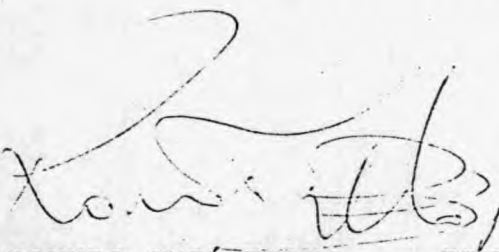
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena KOATINEMO e ainda, o interesse público, o Grupo de Trabalho submete à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela

M 27. WJ

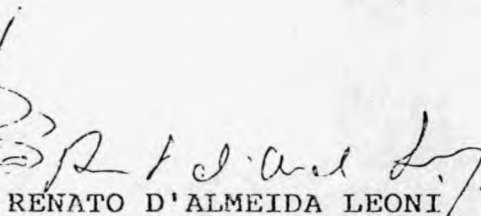
sua aprovação, proposta ora apresentada, promovendo-se a demarcação da Área Indígena KOATINEMO na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 15 de outubro de 1986



ROMERO JUCÁ FILHO

FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER



ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD

PARECER Nº 123/86 - GT PORT.INTERMINSTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - ARARA DO IGARAPÉ HU-
MAITÁ

GRUPO INDÍGENA - ARARA

LOCALIZAÇÃO - Mun. Cruzeiro do Sul/AC

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da Área Indígena ARARA DO IGARAPÉ HUMAITÁ, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, considerando-se as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Dentre os autores que noticiam a presença dos índios Arara na região podem ser citados Máximo Linhares ("os Índios do Território do Acre" - Impressões de um Auxiliar da Inspetoria do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais - Manaus, maio de 1912) e Glimendes Rego Barros ("A Presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá - 1912/1915"). O primeiro menciona: "Os índios do rio Amoacas e imediações formam três malocas, onde moram cerca de 200 pessoas. A língua é a mesma que os Caxinawás e Jaminawás, com pequenas variantes". Máximo Linhares informa que, entrando pelo Riozinho da Liberdade, foi dar nas cabeceiras do Igarapé Forquilha, onde havia uma "importante maloca dos índios Caxinawá e Arara (...)".

Em outra passagem do seu artigo diz que, ao passar pela cabeceira do Riozinho da Liberdade, encontrou aí índios Jaminawá que se dirigiam para as malocas do rio Amoacas, mencionando a presença de várias tribos nos rios Juruá, Liberdade, Moa, Paraná do Moura,

Amônea e Tejo, citando os Amoaca, 'Nawá, Poianawá etc. A mais importante era a dos Nawá, dominando toda a área até o extenso estirão que hoje tem seu nome. Cruzeiro do Sul é chamada de "Terra dos Nawá", considerando uma das raízes da formação étnica da região. Pela semelhança linguística, identidade de costumes e práticas religiosas, vários grupos indígenas são originários do mesmo ramo. Em toda a área eram constantes guerras intertribais e mútua desconfiança, o que não impedia a fusão do seu patrimônio étnico e cultural.

Segundo Glimendes Rego Barros, "no Alto Gregório viviam duas irreconciliáveis tribos: a dos Catuquina ou Amoaca e a dos Araraná ou Arara."

Até o final do século passado, as terras do Acre eram povoadas exclusivamente por índios. Nos anos de 1877 e 1878, tangidas pela seca que assolava o Nordeste brasileiro e incentivadas pela campanha de produção de borracha, consideráveis levas de nordestinos procuraram as terras do Acre para a exploração do látex, fixando-se nos seringais existentes nos altos rios. Os índios passaram a viver então nas terras dos seringais, numa paradoxal inversão de propriedade.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Aldeia ARARA DO IGARAPÉ HUMAITÁ está localizada nos seringais Cruzeiro do Vale Humaitá, Concórdia, Nilo e Russas.

A Área Indígena ARARA DO IGARAPÉ HUMAITÁ constitui terra de ocupação imemorial do Grupo Indígena Arara, consoante informações documentais e bibliográficas.

A área proposta, com superfície de 27.700 ha e perímetro de 100 Km, é de posse imemorial na conformidade do Artigo 23 da Lei nº 6.001/73 e destina-se a garantir ao grupo sua sobrevivência física e cultural. A população Arara é de 130 (cento e trinta) pessoas.

III. SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1844/E, de 20.03.85, composto por técnicos da FUNAI/INCRA, informa que na área proposta existem 24 (vinte e quatro) ocupantes não-índios, e as benfeitorias implantadas de boa fé importam em Cz\$ 38.176,31 (trinta

Handwritten signature and initials.

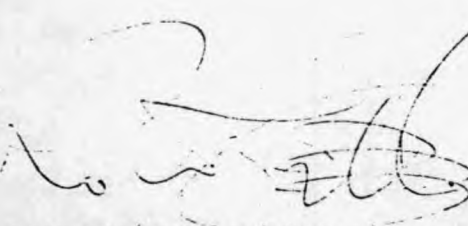
e oito mil cento e setenta cruzados e trinta centavos).

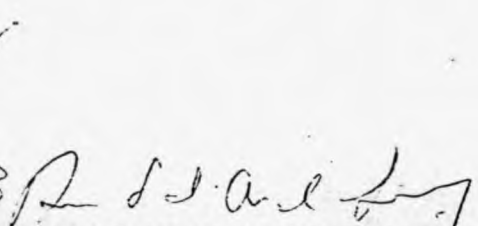
Mencionada área indígena consta da programação do Plano de Proteção do Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas - PMACI para o corrente exercício, de onde fluirão os recursos necessários à sua regularização.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena ARARA DO IGARAPÉ HUMAITÁ e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este Parecer.

Brasília, 15 de outubro de 1986


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD



Diário Oficial

MIRAD - DA - 060 - SEP
PARA: _____
REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXV — Nº 29

QUINTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 1987

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
ATOS DO PODER EXECUTIVO	2157
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	2169
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	2170
MINISTÉRIO DA FAZENDA	2171
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	2190
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	2191
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	2193
MINISTÉRIO DO TRABALHO	2193
MINISTÉRIO DA SAÚDE	2197
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	2200
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	2201
MINISTÉRIO DO INTERIOR	2231
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	2231
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL	2232
CONTRATOS, EDITAIS E AVISOS	2232
INEDITORIAIS	2253
ÍNDICE	2258

Atos do Poder Executivo

Decreto nº 94.013, de 11 de fevereiro de 1987

Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena MENKÓ, no Município de Diamantino, no Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a demarcação da Área Indígena MENKÓ, interdita pelo Decreto nº 74.074, de 16 de maio de 1974, retificado pelo Decreto nº 75.136, de 23 de dezembro do mesmo ano, situada no Município de Diamantino, no Estado de Mato Grosso, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Marco MP - I, de coordenadas geográficas 129 03' 30,8"S e 589 27' 55,6" Wgr., localizado na margem direita do Rio Papagaio; daí, segue por linha reta com azimute e distância 819 16' 48" e 11.000 metros, até o Marco MP - II, de coordenadas geográficas 129 02' 38,2"S e 589 21' 55,5" Wgr. LESTE: Do Marco MP - II, segue por uma linha reta com azimute e distância 1969 16' 48" e 8.700 metros, até o Marco MP - III de coordenadas geográficas 129 07' 09,4" S e 589 23' 17,5" Wgr.; daí, segue por linha reta com azimute e distância 1319 16' 48" e 11.375 metros, até o Marco MP - IV = MG 005/16 de coordenadas geográficas 129 11' 14,9"S e 589 18' 35,9" Wgr.; daí, segue por linha reta com azimute e distância de 1839 16' 48" e 9.120 metros, até o Marco MP - V de

coordenadas geográficas 129 16' 10,9"S e 589 18' 54,6" Wgr.; daí, segue por linha reta com azimute e distância 1739 16' 48" e 1.570 metros, até o Marco MP - VI de coordenadas geográficas 129 17' 01,7"S e 589 18' 48,8" Wgr. Localizado na margem direita do Córrego Águas Claras. SUL: Do Marco MP - VI segue pelo referido córrego no sentido jusante até o Marco MP - VII de coordenadas geográficas 129 15' 24,5"S e 589 31' 58,8" Wgr., localizado na confluência com o Rio Papagaio. OESTE: Do Marco MP - VII segue pelo referido Rio no sentido jusante até o Marco MP - I, início deste memorial.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987; 1669 da Independência e 999 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 94.014, de 11 de fevereiro de 1987

Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena MERURE, localizada nos Municípios de General Carneiro e Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a demarcação de posse imemorial do Grupo Indígena BORORO, denominada ÁREA INDÍGENA MERURE, localizada nos Municípios de General Carneiro e Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - A área indígena de que trata este Decreto tem os seguintes limites: NORTE: Partindo do Marco 17 (ponto 01) de coordenadas geográficas 159 26' 51,4"S e 539 09' 39,9" Wgr., localizado na cabeceira do Córrego Jaguarazinho; daí, segue por este no sentido jusante, até o Marco 18 (ponto 02) de coordenadas geográficas 159 26' 34,7"S e 539 04' 51,7" Wgr., localizado na confluência com o Córrego Boqueirão; daí, segue por este no sentido jusante, até o Marco 19 (ponto 03) de coordenadas geográficas 159 23' 18,2"S e 529 57' 02,7" Wgr., localizado em sua margem direita. LESTE: Do Marco 19 (ponto 03) segue por uma linha reta com azimute e distância 1489 17' 31" e 1588,89 metros, até a estaca 755 (ponto 04) de coordenadas geográficas 159 24' 02,4"S e 529 56' 35,1" Wgr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 2129 10' 09" e 1.001,46 metros, até o Marco 20 (ponto 05) de coordenadas geográficas 159 24' 29,8"S e 529 56' 53,3" Wgr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 1299 44' 19" e 91,20 metros, até a estaca 762 (ponto 06) de coordenadas geográficas 159 24' 31,8"S e 529 56' 50,9" Wgr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 1349 27' 35" e 3.370,83 metros, até a estaca 790 (ponto 07) de coordenadas geográficas 159 25' 48,3"S e 529 55' 31,9" Wgr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 969 22' 47" e 614,87 metros, até a estaca 794 (ponto 08) de coordenadas geográficas 159 25' 50,7"S e 529 55' 11,4" Wgr., daí, segue por uma linha reta com azimute e distância 1399 58' 39" e 757,10 metros, até a estaca 800 (ponto 09) de coordenadas geográficas 159 26' 09,7"

DTR. 161, p. 171/244

reta com azimute e distância 348º 12' 04" e 3.634,43 metros, até o Marco 16 (ponto 46) de coordenadas geográficas 06º 28' 52,7"S e 63º 10' 14,9"W, localizada próximo da cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por linha reta com azimute e distância 140º 46' 06" e 3.068,46 metros, até o Marco 17 (ponto 01), início desta Memorial.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 94.015, de 11 de fevereiro de 1987

Declara de ocupação dos indígenas áreas de terras que menciona no Estado do Amazonas, e de outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III da Constituição e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos indígenas, para os efeitos dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Camarã, no Estado do Amazonas, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 06º 44' 15"S e 66º 31' 30"W, localizado na confluência do Igarapé Matrínchan com o rio Camarã, segue-se à jusante do referido rio margem direita até encontrar o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 06º 37' 15"S e 66º 13' 10"W, localizado na confluência do Igarapé Munguba com o Rio Camarã. LESTE: Seguindo pelo referido Igarapé à montante, margem esquerda, encontra-se o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 06º 44' 30"S e 66º 10' 30"W, localizado na sua cabeceira, daí, segue-se por uma linha seca até encontrar o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 06º 44' 45"S e 66º 10' 15"W, localizado na cabeceira do Igarapé Arigó ou Ramiro, daí, segue-se pelo referido Igarapé à jusante, margem direita, até encontrar o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 06º 49' 30"S e 66º 04' 15"W, localizado na sua confluência com o Rio Riozinho. SUL: Seguindo-se pelo Rio Riozinho à montante, margem esquerda, encontra-se o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 07º 06' 30"S e 66º 42' 05"W, localizado na confluência de um Igarapé sem denominação com o Rio Riozinho. OESTE: Seguindo-se o Igarapé sem denominação à montante, margem esquerda, encontra-se o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 07º 02' 30"S e 66º 41' 45"W, localizado na sua cabeceira; daí, segue-se por uma linha seca até encontrar o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 07º 02' 00"S e 66º 41' 30"W, localizado na cabeceira do Igarapé Coxodó ou Maxinã, daí, segue-se à jusante do referido Igarapé encontra-se o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 06º 52' 00"S e 66º 34' 00"W, localizado na confluência dos Igarapés Engilindo e Coxodó ou Maxinã e sem denominação; segue-se o Igarapé sem denominação à montante, margem esquerda, até encontrar o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 06º 50' 05"S e 66º 34' 20"W, localizado na sua cabeceira; segue-se por uma linha seca até encontrar o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 06º 50' 35"S e 66º 34' 00"W, localizado na cabeceira do Igarapé Matrínchan; daí, segue-se pelo referido Igarapé à jusante, margem direita, até encontrar o Ponto 01, início desta descritivo.

Parágrafo Único - A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena Zuruahã, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 94.016, de 11 de fevereiro de 1987

Autoriza o funcionamento da Universidade Regional do Cariri-URCA.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o artigo 47 da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto-Lei nº 842, de 09 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 23000.000291/87-01 do Ministério da Educação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o funcionamento da Universidade Regional do Cariri-URCA, sob a forma de autarquia de regime especial, vinculada à Secretaria de Educação do Estado do Ceará, com sede na cidade do Crato, Estado do Ceará.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Jorge Bornhausen

DECRETO Nº 94.017, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1987

Dispõe sobre a execução do Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre o Brasil e a Argentina (Acordo nº 7) e o seu Primeiro Protocolo Adicional.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 81, item III, da Constituição e

CONSIDERANDO que o Tratado de Montevideo, que criou a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), firmado pelo Brasil em 12 de agosto de 1980 e aprovado pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, prevê, no seu Artigo 7, a modalidade de Acordo de Alcance Parcial;

CONSIDERANDO que os Plenipotenciários do Brasil e da Argentina, com base no Tratado de Montevideo-80, assinaram o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina (Acordo nº 7), e seu Primeiro Protocolo Adicional;

DECRETA: Artigo 1º - O Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina (Acordo nº 7) e seu Primeiro Protocolo Adicional, apenas por cópia no presente Decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém.

Artigo 2º - O Protocolo apenas vigorará a partir de primeiro de janeiro de mil novecentos e oitenta e sete e terá uma duração indefinida.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 11 de fevereiro de 1987; 166º da Independência e 99º da República.

JOSE SARNEY
Roberto Costa de Abreu Sodré

ACORDO DE ALCANCE PARCIAL DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA

O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil,

O Ministro de Relações Exteriores e Culto da República Argentina,

CONSIDERANDO:

a importância estratégica da modernização, expansão e desenvolvimento tecnológico acelerado do setor de bens de capital para o crescimento das economias brasileira e argentina;

as características econômicas, tecnológicas e financeiras das indústrias de bens de capital em ambos países, que tornam necessários mercados amplos e previsíveis para garantir uma produção eficiente e competitiva;

a importância das compras do setor público na demanda global de bens de capital;

PARECER Nº 122/86 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - MERURE

LOCALIZAÇÃO - Mun.Gen.Carneiro/MT

GRUPO INDÍGENA - Bororo

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a homologação da demarcação da Área Indígena MERURE, vem apresentar seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 1973, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1973.

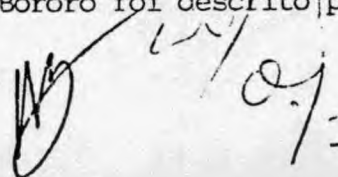
I. CONSENSO HISTÓRICO

Os documentos constantes do Processo FUNAI/BSB/2229/84 e a Carta nº 281/COORD.GT/86, informam que os primeiros contatos entre Bororo e civilizados se deram em início do século XVIII.

Até fins do século passado os Bororo ou Otuke ocupavam vasto território: todo o Leste e Sudeste de Cuiabá, o vale do rio São Lourenço e seus tributários, águas da bacia Platina, terras banhadas pelo alto curso dos rios Araguaia, das Mortes e seus tributários da vertente Amazônica, além de vasta zona do Estado de Goiás, tendo como limite meridional o Rio Taquari, a região de Coxim, Aquidauana e o alto da Serra Maracaju.

O primeiro a descrever e a afirmar a identidade desses indígenas foi o Barão de Melgaço, em 1851. A exata identificação foi realizada pelo cientista Karl von den Steinen, à ocasião da segunda expedição alemã ao Rio Xingu, no período de 1887 a 1888.

O espaço geográfico ocupado pelos Bororo foi descrito pelo



General Cândido Rondon ao iniciar-se o século XX, dando-nos conta de sua amplitude e importância para esse povo.

O Presidente do Estado do Mato Grosso, Dom Francisco Aquino Correia, baixou Resolução nº 671, de 1918, assegurando aos índios duas áreas de 25.000 ha cada, que foram tituladas posteriormente.

Os limites definitivos vieram a ser apontados a partir de estudos antropológicos realizados em 1975, caracterizando a imemorialidade das terras ocupadas pelos índios Bororo.

II. ÁREA DEMARCADA

Com base nos estudos antropológicos realizados, a FUNAI contratou a firma Plantel em 1976, que efetuou a demarcação da área, totalizando uma superfície de 82.301,1363 ha (oitenta e dois mil trezentos e um hectares treze ares e sessenta e três centiares) e com perímetro de 168,662 Km.

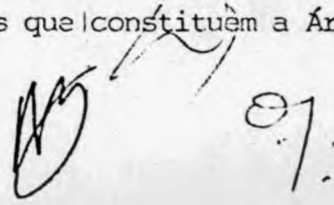
Antes dos trabalhos acima especificados, o Presidente da FUNAI, atendendo ao disposto no artigo 5º do Decreto nº 76.999, de 08 de janeiro de 1976, publicou edital no Diário Oficial de 04 de junho do mesmo ano, levando ao conhecimento público os limites a serem demarcados.

III. SITUAÇÃO ATUAL

Por ocasião da demarcação realizada, os ocupantes não-índios da área Bororo abandonaram suas localidades, sendo relacionados 21 (vinte e um) detentores de domínio a partir de títulos definitivos expedidos pelo Estado do Mato Grosso, além de 19 (dezenove) posses. As benfeitorias não foram indenizadas à época e, no momento atual, um levantamento dos valores é praticamente impossível, pois o largo tempo decorrido transformou e descaracterizou as ocupações abandonadas.

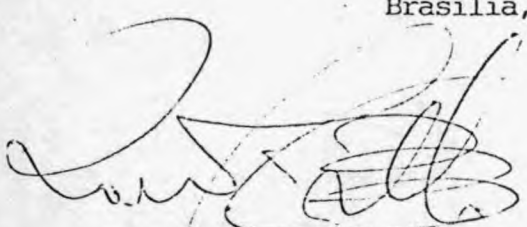
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação em que se encontram as terras que constituem a Área In



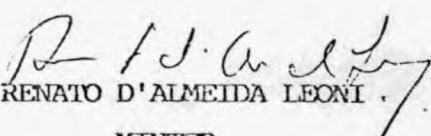
dígena Merure e ainda tendo em vista a reivindicação do grupo indígena Bororo, pela homologação da demarcação topográfica realizada, O Grupo de Trabalho submete a questão à decisão de Vossas Excelências, opinando pela aprovação do pleito, de conformidade com o mapa e memorial descritivo anexos.

Brasília, 15 de outubro de 1986



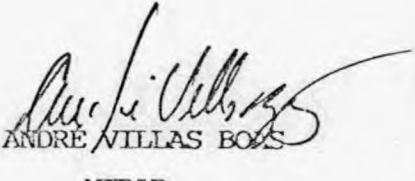
ROMERO JUCÁ FILHO

FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER



ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD

PARECER Nº 121/86 - GT.PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - MACARRÃO
GRUPO INDÍGENA - Tikunã
LOCALIZAÇÃO - Mun.Jutaí - AM

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a definição dos limites da Área Indígena MACARRÃO, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, considerando as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Dez anos depois da descoberta dos seringais, a região banhada pelos rios Juruá e Purus, originalmente só habitada por índios, constituía-se na principal zona produtora de borracha da Amazônia.

Em consequência da rapidez e da violência dessa invasão, o que fôra uma área Amazônica de maior população indígena despoçou-se em poucos anos, na medida em que nasciam os núcleos civilizados. Ali os coletores de drogas da mata não tiveram predecessores, missionários ou quaisquer outros: foram eles próprios os desbravadores da terra, os descobridores das tribos e seus algozes.

À descoberta de um novo grupo indígena, em muitos casos pacífico, seguiam-se os esforços para engajá-lo no trabalho dos cauchais e seringais, sucedendo-se a revolta e fuga dos índios. Sofriam então perseguições até que, incapazes de defesa, se deixavam

[Handwritten signature] 07.

subjugar, colocando-se a serviço de um patrão.

Tratava-se entretanto, de uma área de grande homogeneidade cultural, em que grupos de famílias linguísticas Pano, Aruak e Katuquina haviam fundido seu patrimônio, alcançando alto desenvolvimento e uma perfeita adaptação ao ambiente (Darcy Ribeiro in "Os índios e a Civilização" - pag.42).

Por 23 anos, o Rio Jutai foi dominado por uma família de origem portuguesa, que mantinha a exclusividade da produção dos índios nos seringais, através de rígida fiscalização e injunções políticas. O chefe da família, o velho Benjamim Afonso, possuía muitos filhos que se sucediam na Prefeitura de Fonte Boa pelo PSD, articulados com o Governo do Amazonas. Moravam em Porto Afonso, perto de onde hoje está a cidade de Jutai, sede atual do município. O PTB pressionava a liberação do rio, que beneficiaria os demais comerciantes locais, impedidos de penetrar suas águas.

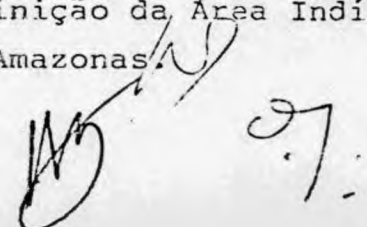
Em 1944, chegavam os nordestinos, através de campanha do Governo Federal para a produção de borracha. Por inadaptação à região, muitos morriam ou ficavam impossibilitados de trabalhar. Os que tentavam fugir, sem saldar suas dívidas, eram implacavelmente perseguidos e obrigados a voltar ao trabalho pelos empregados dos Afonso. A chegada dos nordestinos é conhecida no município como época de miséria e opressão.

O aumento demográfico na região do Igarapé Macarrão se deu com o fluxo crescente de adeptos do "Movimento de Santa Cruz", ao longo do Solimões, deslocando-se os Tikuna para a área ora estudada, vindos do Igarapé Isapó.

A questão da localização das terras da comunidade da Vila Santa Fé no Igarapé Macarrão diz respeito não só a FUNAI, na medida em que pode fornecer aos Tikuna ali presentes seu apoio, como também ao INCRA, que não pode ignorá-los e aos seus direitos.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 150/P, de 26 março de 1982 e a Comunicação de Serviço 076A/1ªDR, de 17 de abril de 1982, objetivaram o estudo e a definição da Área Indígena MACARRÃO, no Município de Jutai, no Estado do Amazonas.



Definiu-se a área em 25.312 ha (vinte e cinco mil trezentos e doze hectares), com perímetro de 77 Km (setenta e sete quilômetros), conforme mapa e memorial descritivo em anexo.

O território ora ocupado pelos Tikuna é tradicionalmente indígena. Ao longo do tempo, contudo, verificou-se um contínuo fluxo de índios para a área do Macarrão, como do Macarrão para outras. Atualmente a área abriga 400 (quatrocentos) índios Tikuna.

Toda a comunidade faz parte do "Movimento Santa Cruz", fundado pelo Irmão José da Cruz. O tuxáua José dos Santos é inclusive delegado da Cruz e supervisiona todas as áreas Tikuna do Solimões, nos aspectos religiosos.

III. SITUAÇÃO ATUAL

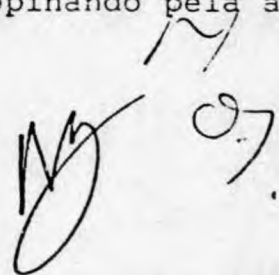
O levantamento efetuado pelo Grupo de Trabalho da Portaria 1790/E, de 19 de outubro de 1984, registrou 09 (nove) famílias de posseiros, cujas benfeitorias foram avaliadas em Cz\$24.639,04 (vinte e quatro mil seiscentos e trinta e nove cruzados e quatro centavos).

Também pôde ser constatada a existência de 02 (dois) títulos definitivos, pertencentes aos senhores GERSON GOMES e MÁRIO FERREIRA.

A proposta da FUNAI abrange toda a área de terra firme ocupada pelos índios, e que atende às atuais necessidades do grupo em franco crescimento demográfico. Com isso, garantem-se ao grupo condições de preservar sua vida tribal e atividades correlatas.

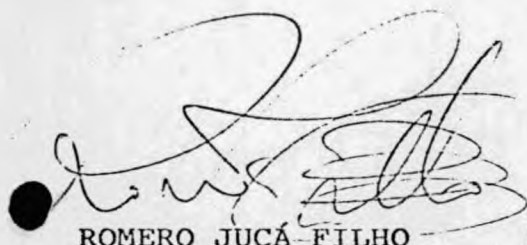
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena MACARRÃO, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprova-

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

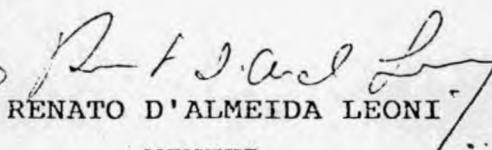
ção da proposta da FUNAI, de conformidade com o mapa e memorial descritivo, anexos a este Parecer.

Brasília, 15 de Outubro de 1986



ROMERO JUCÁ FILHO

FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER



ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD

PARECER Nº 099/86 - GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.88.118/83

ÁREA INDÍGENA - RIO MEQUÉNS
LOCALIZAÇÃO - Mun.Cerejeira/RO
GRUPO INDÍGENA - Makurap e Sakira
biar

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a delimitação da Área Indígena RIO MEQUÉNS, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 1973, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

São realmente inúmeras e irrefutáveis as provas da ocupação indígena ao longo dos tempos, nas terras que constituem a área denominada Rio Mequéns. Tais provas documentais, inseridas e citadas no Processo FUNAI/BSB/3205/82, principalmente através do Relatório Antropológico e Etno-Histórico do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1916/E/85, não deixam qualquer dúvida quanto ao sagrado direito dos índios que ali habitam.

Após descrever a ação brutal desenvolvida a partir do início do processo colonialista no século XVIII naquela vasta região, situada na rota entre Mato Grosso (Vila Bela) e Belém do Pará, o relatório daquele GT se reporta ao ano de 1759, quando os anais de Vila Bela registram terem sido os índios Guajurutás e Mequéns os que marcaram

[Handwritten signature and initials]

maior presença na área, por serem os grupos mais numerosos. O contato com esses autóctones verificou-se como um dos últimos feitos pelo colonizador, razão porque foram poupados de maiores danos quando se verificou o avanço e a ação da chamada "civilização".

A mesma fonte histórica diz que os sobreviventes de vários aldeamentos migraram para locais mais distantes e mais protegidos, que são exatamente os que constituem hoje o habitat dos Mequéns.

A afirmação de que esses indígenas, já em 1769, se encontravam no sítio correspondente à bacia do Rio Mequéns, é confirmada pelos dados contidos no mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju.

Não paira, portanto, a menor dúvida quanto à ocupação imemorial do citado grupo étnico na região do Rio Mequéns, comprovada historicamente e que se estende por mais de um século.

Finalmente, com bastante acuidade etno-antropológica, o Relatório do GT Portaria nº 1916/E/85 demonstra que a denominação Mequéns refere-se, na realidade, a diversos grupos indígenas Tupi, habitantes daquela região. Hoje, daqueles índios, restam na Área Indígena RIO MEQUÉNS os Makurap e Sakirabiar, como testemunhas vivas do que foi o processo colonialista para os primeiros e naturais senhores destas terras.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI PARA DEMARCAÇÃO


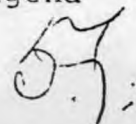
A Área Indígena RIO MEQUÉNS abrange uma superfície de 105.250 ha (cento e cinco mil duzentos e cinquenta hectares) e perímetro de 135 Km (cento e trinta e cinco quilômetros), aproximadamente.

Essa área foi seguidamente estudada por técnicos e especialistas, que a consideraram vital para a sobrevivência da comunidade indígena que ali secularmente habita.

A ocupação indígena atual de toda esta área, encontra-se sobejamente documentada às folhas 34 e seguintes do "Relatório Antropológico" do GT Portaria nº 1916/E/85. A população, somando-se os Makurap e Sakirabiar, é composta de 51 indivíduos.

III. SITUAÇÃO ATUAL

O relatório da situação fundiária e o levantamento dos desmatamentos e da atuação de madeireiras na Área Indígena RIO

MEQUÉNS mostram, de maneira contundente, os perigos que aquela comunidade indígena continua correndo, em seu habitat imemorial. Basta dizer, que, face aos desmandos ali registrados, além dos técnicos da FUNAI, participaram destes trabalhos representantes do INCRA, da POLÍCIA FEDERAL, do POLONOROESTE, do IBDF, do CIMI e da POLÍCIA MILITAR/RO.

De conformidade com o mapa da relação de ocupantes não-indios, na área indígena em apreço incidem dois títulos de domínio, ambos com superfície de 1.000 ha, e um dos quais sem benfeitorias, além de um posseiro, com área de 2.000 ha. Além desses ocupantes, foi registrada a presença de 17 invasores, todos sem quaisquer benfeitorias.


As benfeitorias implantadas na área perfazem um total de Cz\$ 125.301,72 (cento e vinte e cinco mil trezentos e um cruzados e setenta e dois centavos).

Os recursos necessários à regularização da Área Indígena RIO MEQUÉNS deverão fluir à conta do POLONOROESTE.

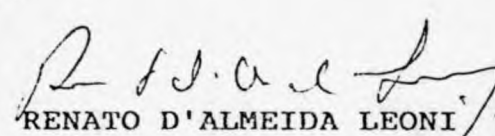
IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação em que se encontram as terras que constituem a área em apreço e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da delimitação da Área Indígena RIO MEQUÉNS, de acordo com o mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.


Brasília, 15 de outubro de 1986.


ROMERO JUCÁ FILHO

FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD

PARECER Nº 007/84 - GT PORT. 002/83 - DECRETO Nº 88.118/83

ÁREA INDÍGENA: TUBARÃO/LATUNDÊ

LOCALIZAÇÃO: MUN. VILHENA/RO

GRUPOS INDÍGENAS: TUBARÃO/LATUNDÊ/SABANÊ

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118, de 1983, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a delimitação da ÁREA INDÍGENA TUBARÃO/LATUNDÊ, vem apresentar o seu parecer, observadas as disposições da Lei 6.001, de 1973, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os documentos do processo FUNAI/BSB/3503/76, memorando nº 365/DGPI, de 10 de junho de 1983, as pesquisas efetuadas pelos Grupos de Trabalho, instituídos pelas Portarias nºs 738/E, de 18 de junho de 1980 ; 650/N, de 03 de março de 1981; 1323/E, de 25 de julho de 1982; 1560/E, de 29 de setembro de 1983, e, a Instrução Técnica Executiva nº 10/DPI, de 28 de março de 1984, informam que:

- a) Os índios TUBARÃO, também denominados Massacá, Aikaná e Huari, são habitantes imemorais da região compreendida pelas cabeceiras do Rio Pimenta Bueno;
- b) Rondon esteve entre esses índios, na Cascata 15 de novembro, cabeceira do Rio Apidiã ou Apediã, hoje Pimenta Bueno;



- c) Já em 1940, o Serviço de Proteção aos Índios - SPI estabeleceu um Posto na região, mas devido a uma epidemia de sarampo e gripe que dizimou parte da população, os índios voltaram para as matas localizando atrás das corredeiras do Rio Apediã ou Pimenta Bueno;
- d) Os índios LATUNDÊ, conquanto habitantes da mesma região, só foram contactados em 1977;
- e) Os índios SABANÊ, foram localizados em 1982, entre o Igarapé Mutum e Veado Preto, afluentes do Rio Pimenta Bueno.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI PARA DEMARCAÇÃO

A proposta constitui-se de parte do território imemorial dos grupos indígenas mencionados e inclui as áreas necessárias para caça, pesca, agricultura e exploração de seringa, principais atividades daqueles grupos. Apresenta uma superfície de 118.000 ha (cento e dezoito mil hectares), conforme planta e memorial descritivo anexos. Representa parte dos 200.000 ha declarados como de ocupação indígena pela Portaria nº 570/N, de 26 de junho de 1.978.

III. SITUAÇÃO ATUAL

A área em apreço constitui-se de parte do loteamento feito pelo INCRA no denominado SETOR 11, da Gleba Corumbiara.

O trabalho de levantamento da situação atual foi realizado por Grupo de Trabalho, com técnicos da FUNAI e INCRA, que informa existirem 15 (quinze) ocupantes sem benfeitorias e 09 (nove) ocupantes com benfeitorias.



O INCRA, através do ofício INCRA/32/nº 345, de 05.06.84 ,
endereço ao representante do MEAF, no GT do Decreto nº 88.118/83, relativa
a Área Indígena TUBARÃO/LATUNDÊ relata:

"Tendo sido informado de que, em face da vistoria realiza
zada nessa área em 02.04.84, por técnicos do INCRA e
da FUNAI, entendeu esse grupo de que não haveria condiç
ções de redução do polígono proposto para demarcação ,
comunico que esta Diretoria já vem realizando negociaç
ções no sentido de que sejam permutadas as áreas alien
nadas pelo INCRA, e incidentes sobre o polígono refen
renciado".

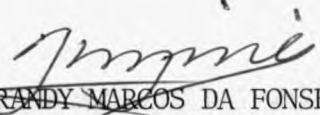
As benfeitorias implantadas de boa fé e consideradas úteis à
comunidade foram avaliadas em Cr\$ 38.565.958,00 (trinta e oito milhões ,
quinhentos e sessenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e oito cruzeiros), em outubro de 1.983, por comissão de técnicos da FUNAI e INCRA.

Os recursos para demarcação e indenização estão assegurados
pelo Programa POLONOROESTE.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação
indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a
Área Indígena TUBARÃO/LATUNDÊ, o Grupo de Trabalho submete à decisão superior
de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta, promovendo
do-se a demarcação da Área Indígena TUBARÃO/LATUNDÊ, na conformidade do
mapa e memorial descritivo anexo a este parecer.

Brasília, de de 1.984


JURANDY MARCOS DA FONSECA
FUNAI


FRANCISCO DE P. PESSOA
MINTER

GILBERTO R. PIMENTEL
MEAF

PARECER Nº 127/86 - GT PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC. 88.118/83

ÁREA INDÍGENA - TUBARÃO/LATUNDÊ

LOCALIZAÇÃO - Mun. Vilhena/RO

GRUPOS INDÍGENAS - TUBARÃO/LATUNDÊ/SABANÊ

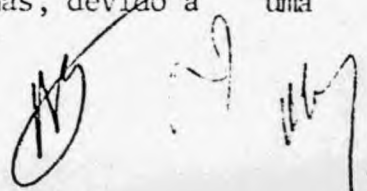
Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 2º do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio sobre a delimitação da Área Indígena TUBARÃO/LATUNDÊ, vem apresentar o seu parecer, observadas as disposições da Lei 6.001, de 1973, consideradas as determinações do retrocitado Decreto e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Os documentos do processo FUNAI/BSB/3503/76, memorando nº 365/DGPI, de 10 de junho de 1983, as pesquisas efetuadas pelos Grupos de Trabalho, instituídos pelas Portarias nºs 738/E, de 18 de junho de 1980; 650/N, de 03 de março de 1981; 1323/E, de 25 de julho de 1982; 1560/E, de 29 de setembro de 1983 e a Instrução Técnica Executiva nº 10/DPI, de 28 de março de 1984, informam que:

- a) Os índios TUBARÃO, também denominados Massacã, Aikanã e Huari são habitantes imemoriais da região compreendida pelas cabeceiras do Rio Pimenta Bueno;
- b) Rondon esteve entre esses índios, na Cascata Quinze de Novembro, cabeceira do Rio Apidiã ou Apadiã, hoje Pimenta Bueno;
- c) Já em 1940 o Serviço Proteção aos Índios - SPI estabeleceu um Posto na região mas, devido a uma



epidemia de sarampo e gripe que dizimou parte da população, os índios voltaram para as matas, localizando-se atrás das corredeiras do Rio Apediá ou Pimenta Bueno;

- d) os índios LATUNDÊ, conquanto habitantes da mesma região, só foram contactados em 1977;
- e) Os índios SABANÊ foram localizados em 1982, entre os Igarapés Mutum e Veado Preto, afluentes do Rio Pimenta Bueno.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A proposta constitui-se de parte do território imemorial dos grupos indígenas mencionados e inclui as áreas necessárias para caça, pesca, agricultura e exploração de seringa, principal atividade daqueles grupos. Apresenta superfície de 118.000 ha (cento e dezoito mil hectares), conforme planta e memorial descritivo anexos. Representa parte dos 200.000 ha declarados como de ocupação indígena pela Portaria nº 570/N, de 26 de junho de 1978.

III. SITUAÇÃO ATUAL

A área em apreço constitui-se de parte do loteamento feito pelo INCRA no denominado SETOR 11, da Gleba Corumbiara.

O trabalho de levantamento da situação atual foi realizado por Grupo de Trabalho, com técnicos da FUNAI e INCRA, que informa existirem 15 (quinze) ocupantes sem benfeitorias e 09 (nove) ocupantes com benfeitorias.

As benfeitorias implantadas de boa fé e consideradas úteis à comunidade foram avaliadas em Cz\$ 901.048,41 (novecentos e um mil quarenta e oito cruzados e quarenta e um centavos), em outubro de 1983, por comissão de técnicos da FUNAI e INCRA.

Os recursos para a demarcação e indenização estão assegurados pelo Programa POLONOROESTE.

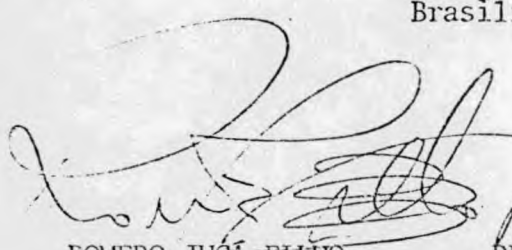
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

DTR. 161, p. 187/244

IV. CONCLUSÃO

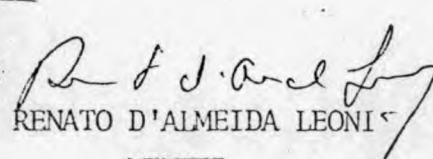
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena TUBARÃO/LATUNDÊ, o Grupo de Trabalho submete à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta, promovendo-se a demarcação da Área Indígena TUBARÃO/LATUNDÊ, na conformidade do mapa e memorial descritivo anexos a este Parecer.

Brasília, 15 de outubro de 1986




ROMERO JUCÁ-FILHO

FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER



ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD

1008.1541

935TXBSAF BR

611391ICRA BR

MIRAD BRASILIA DF NR 2285 081085

IVAR BUSSATO

OPAN - AV. IPIRANGA - 97 - CX POSTAL 615

CUIABAH - MT

NR 0569/SG/MIRAD/081085. EM ATENDIMENTO A SUA CONSULTA INFORMO ATEH
● PRESENTE DATA AREA INDIGENA MEQUEM NAO DEU ENTRADA NESTE MINISTERIO
PARA APRECIACAO GT-INTERMINISTERIAL. QUANTO AREA INDIGENA SALUNA
ESCLAREÇO MIRAD SOLICITOU POR TELEX SEMA REUNIAO PARA TRATAR ASSUNTO.
NESSE INTERIM DPI/FUNAI DECLAROU ESTAR ENTENDIMENTO DIRETO SEMA ET
SOLICITA AGUARDAR RESULTADOS DESSES ENCONTROS. RELATIVO AREA INDIGENA
ARIPUANAN INFORMO HAVER SIDO SOLICITADO ESTE MIRAD INCLUSAO NA PAUTA
DISCUSSAO REUNIAO SEGUINTE GT-INTERMINISTERIAL. ATENCIOSAMENTE.

ALUIZIO TADEU M. DA SILVA

SECRETARIO GERAL ADJUNTO MIRAD

T/CJ/08-1543H+

935TXBSAF BR

● 1391ICRA BR

DTR-161, p. 189/244

*Dr. Pacheco.
19/10/84
Gf.*

1008.0935

✦

611391ICRA BR

FIPE.229.85

ALUIZIO MARQUES TADEU
SECRETARIO ADJUNTO MIRAD

AGRADEÇO IMENSAMENTE TELEGRAMA 4 OUTUBRO. ESCLAREÇO NOSSOS
RELATORIOS AREA INDIGENA MEQUENS EM FASE DATILOGRAFIASERAO ENVIA-
DOS EM BREVE MIRAD. SUGIRO GT INTERMINISTERIAL CONTE SEMPRE
PRESENÇA ANTROPOLOGOS RESPONSÁVEIS PELA DEFINIÇÃO AREA COMO
RINALDO ARRUDA E ANA LANGE PARA SALUMA, CARMEN JUNQUEIRA PARA
ARIPUANA, AUXILIADORA LEAC PARA FORMOSO, MAURO LEONEL E AUXILIADORA
LEAC PARA MEQUENS. ATENCIOSAMENTE

BETTY MINDLIN

FIPE USP

✦

1130170FIPE BR

1130170FIPE BR

CRV?RRRRRRRJB/081085/0940HS

611391ICRA BR

0113: DATA 1R

MIRAD BRASILIA LF NR 2233 041085 TELEGRAMA

BETTY MINDLIN

RUA HILARIO MAGNO, 415

CEP 05505- SAO PAULO/SP

/
NR 0568/SG/MIRAD/041085. EM ATENDIMENTO A SUA CONSULTA INFORMO ATEH
A PRESENTE DATA AREA INDIGENA MEQUEM NAO DEU ENTRADA NESTE MINISTE-
RIO PARA APRECIACAO GT-INTERMINISTERIAL. QUANTO A AREA INDIGENA SALUMA
ESCLARECO MIRAD SOLICITOU POR TELEX SEMA REUNIAO PARA TRATAR ASSUN-
TO. NESSE INTERIM DPI/FUNAI DECLAROU ESTAR ENTENDIMENTO DIRETO SEMA
ET SOLICITA AGUARDAR RESULTADOS DESSES ENCONTROS. RELATIVO AREA INDI
GENA ARIPUANAN INFORMO HAVER SIDO SOLICITADO ESTE MIRAD INCLUSAO NA
PAUTA DISCUSSAO REUNIAO SEGUNTE GT- INTERMINISTERIAL REALIZAR-SE
PROXIMA SEMANA. ATENCIOSAMENTE

ALUIZIO MARQUES TADEU

SECRETARIO GERAL ADJUNTO MIRAD

T/JB/05EE 041085/1030HS

R?+

935TXBSAA BR

611391ICRA BR

DTR.161, p.191/244

*Amplius
Pato
Grujo*

0930.1057

✚

613899MNRD BR

611794FUNI BR

DE BRASILIA DF NR 951 30 300986 0910

DR. ANDRE JUNQUEIRA AYRES VILLAS BOAS
MD. REPRESENTANTE MIRAD JUNTO GT 88.118/83
AV. W/3 NORTE Q.515 2/ANDAR S/207
BRASILIA DF

466/PRESI DE 300986 ADITAMENTO TELEX NR 444 DE 16.09.86, CONFIRMO
CONVOCAÇÃO ILUSTRE REPRESENTANTE PARA REUNIÃO GT 88.118/83 PROXI-
MO DIA DOIS OUTUBRO AAS QUINZE HORAS SEDE FUNAI, 3.ANDAR. CORDIAIS
SAUDAÇÕES

ROMERO JUCA FILHO
PRESIDENTE FUNAI, COORDENADOR GT

✚

613899MNRD BR

611794FUNI BR

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MIRAD
SECRETARIA GERAL - SAA

Registro n.º 645
Data 30.1.09.1.86 Hora 11:25
Assinatura Abg das Neves

CTI
RNº 025
DATado: 30.09.86
HORA 11:50

DTR.161, p.192/244

1013.1805

+

513899MMRD BR

511794FUNI BR

BOA TARDE. TENHO UMA MSG PARA ANDRE JUNQUEIRA VILLAS BOAS
MIRAD EH NESSA MAQUINA?R SIM AAA

+

513899MMRD BR

511794FUNI BR

DE BRASILIA DF NR 311 30 131096 1845

DR. ANDRE JUNQUEIRA AYRES VILLAS BOAS
MD. REPRESENTANTE MIRAD JUNTO GT 88.118/83
AV. W/3 NORTE Q. 515 2/ANDAR SALA 207

504/PRESI DE 13.10.86 - MOTIVO FORÇA MAIOR REUNIAO QUE SE REA-
LIZARIA DIA NOVE PROXIMO PASSADO SERA MARCADA PARA DIA QUINZE
VINDOURO, QUARTA-FEIRA, AAS QUINZE HORAS NA SEDE DA FUNAI, 3.
(TERCEIRO) ANDAR. ATENCIOSAMENTE

ROMERO JUCA FILHO
PRESIDENTE FUNAI

+

513899MMRD BR

511794FUNI BR

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MIRAD SECRETARIA GERAL - S A A	
Registro n.º	795
Data	14/10/86 Hora: 8:45
Assinatura	Ana Celeste Perez

CTI
RNº 57
DATA 14.10.86
HORA 9:20.

STT WNE001/DF
16 1320 062
XDF01732 (1609) 1318 STT/DF(059)
BRASILIA/DF

TELEGRAMA

BRASILIA/DF(70750)

TXBSAD BR
611344FNAI BR
DE BRASILIA DF NR 502 40 160986 1 0955

DR. ANDRE JUNQUEIRA AYRES BOAS
M.D. REPRESENTANTE MIRAD JUNTO GT.88.118/83
AV. W/3 NORTE Q.515 2A ANDAR S.207

444/ DE 160986 - EM ADITAMENTO MINHA CARTA NR 003/PRESI/288/86,
SOLICITO ILUSTRE REPRESENTANTE COMPARECIMENTO REUNIAO GT INTER-
MINISTERIAL A REALIZAR-SE SEDE FUNAI, ENDEREÇO SEUP, QUADRA 702
BLOCO A, 3/ANDR, AAS QUINZE HORAS DO DIA DOIS DE OUTUBRO DE 1986.
CORDIAIS SAUDACOES

ROMERO JUCA FILHO
PRESIDENTE FUNAI

935TXBSAD BR
611344FNAI BR

MINISTÉRIO DA REFORMA E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO MIRAD
SECRETARIA GERAL - SAA

Registro n.º 518
Data 16/09/86 Hora 16:30
Assinatura Maria das Doreis

FUNAI

DTR. 161, p. 193/24

0403.1624

✚

611692ICRA BR

611794FUNI BR

DE BRASILIA NR 135 03.04 1539

DR JOAO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO

REPRESENTANTE DO MIRAD - GT. 88118/83

BRASILIA-DF

NR 0077/DPI DE 03.04.86 - DE ORDEM SR PRESIDENTE VG COMUNICO REUNIAO G

DECRETO 88118/83 VG MARCADA PROXIMO DIA 10 CORRENTE MES VG AS NOVE
HORAS NA SEDE DA FUNAI MANAUS-AM VG DEVENDO CONSTAR PAUTA VG AREAS
INDIGENAS RIO MEQUENS/RO VG GERALDA TOCO PRETO/MA VG KANAMARI RIO
JURUAH/AM VG WASSU/COCAL/AL VG UTIARITI/MT VG TIRECATINGA/MT VG
RIO BRANCO/RO VG PIRAJUI/MS ET IUMINAH/AP PT SDS

SERGIO CAMPOS DIRETOR DPT/FUNAI

✚

611692ICRA BR

611794FUNI BR

160
DTR. 161, p. 194/244

0304.1315

+

611794CRA BR

611794FUNI BR

BRASILIA NR. 46 04. 0700-

DR. JOAO PACHECO O. FILHO-REPRESENTANTE DO MIRAD DEC.88118-83
PALACIO DO DESENVOLVIMENTO 18 ANDAR BSB-

NR. 038-DPI DE 03.03.86- DE ORDEM SENHOR PRESIDENTE VG INFORMAMOS
PROXIMA REUNIAO VG MARCADA PROXIMO DIA 10-1ADR-MANAUS VG CONSTANDO
PAUTA SEGUINTE AREAS INDIGENAS BIPTS KULINA DO MEDIO JURUA VG MEQUEN
VG NHAMUNDA-MAPUERA VG TENHARIM VG RIO BIAH VG ANTA VG BOQUEIRAO -
VG CANAUANIM VG KARITIANA VG CAMICUAH VG PIUM VG RAIMUNDAO VG WAI-
WAI VG ZURUAHA ET APURINAH DO IGARAPE TAUAMIRIM PT ATENCIOSAMENTE
DIRETOR DA DPI-

+

611794CRA BR

611794FUNI BR

CT- LER - MEQUENS-

-
=

-
=

ÁREAS INDÍGENAS

REUNIÃO DIA 13.08.86

- 1) SÃO PEDRO/AM
- 2) JAMINAWÁ/AC
- 3) APURINÃ KM 124
- 4) CACAU DE TARAUCÁ/AM
- 5) PADRE/AM
- 6) TRINCHEIRA
- 7) KAXINAWÁ DA ALDEIA NOVA OLINDA/AC
- 8) KULINA DO RIO ENVIRA/AC

-

-

- ATA DA REUNIÃO DE 13.08.86.

- Parecer Nº 113 de 13.08.86 - A.I São Pedro
- Parecer Nº 114 de "" - A.I Padre
- Parecer Nº 115 de "" - A.I Trincadeira
- Parecer Nº 116 de "" - A.I Kulina do rio Envira
- Parecer Nº 117 de "" - A.I Apurinã do KM 124
- Parecer Nº 118 de "" - A.I Kaxinawá da Aldeia Nova Olinda
- Parecer Nº 119 de "" - A.I Cacau de Tarauacá
- Parecer Nº 120 de "" - A.I Jaminawá
- E.M Nº 037 - A.I Kulina do rio Envira
- E.M Nº 038 - A.I Kaxinawá Nova Olinda
- E.M Nº 039 - A.I Trincadeira
- E.M Nº 040 - A.I Padre
- E.M Nº 041 - A.I São Pedro
- E.M Nº 042 - A.I Cacau de Tarauacá de 13.08.86
- E.M Nº
- E.M Nº
- Decreto Nº 93.141 de 20.08.86 - A.I Kulina do Rio Envira
- Decreto Nº 93.142 de "" - A.I Kaxinawá da Aldeia Nova Olinda
- Decreto Nº 93.143 de "" - A.I Trincadeira
- Decreto Nº 93.144 de "" - A.I Padre
- Decreto Nº 93.145 de "" - A.I São Pedro
- Decreto Nº 93.146 de "" - A.I Cacau de Tarauacá
- Decreto Nº
- **Decreto Nº**

Município de Autazes, Estado do Amazonas, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas 039 42' 52"S e 599 13' 30"Wgr., situado na margem direita do Rio Preto do Pantaleão, na confluência com o Igarapé Sampaio; daí, segue-se pela margem esquerda do citado Igarapé, sentido montante até encontrar o ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas 039 43' 33"S e 599 13' 30"Wgr., situado na confluência do Igarapé Pajé com o Igarapé Sampaio; LESTE: Do ponto descrito, segue-se pela margem esquerda do Igarapé Pajé sentido montante, até encontrar o ponto "3" de coordenadas geográficas aproximadas 039 44' 05"S e 599 14' 00"Wgr., situado na cabeceira do citado Igarapé; daí, segue-se por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 2209 40' e 3.165m, até encontrar o ponto "4" de coordenadas geográficas aproximadas 039 45' 20"S e 599 15' 03"Wgr., situado na confluência dos braços direito e esquerdo do Igarapé Rampa; SUL: Do ponto descrito, segue-se pela margem direita do Igarapé Rampa sentido jusante, até encontrar o ponto "5" de coordenadas geográficas aproximadas 039 44' 48"S e 599 15' 42"Wgr., situado na confluência do Igarapé Rampa com o rio Preto do Pantaleão. OESTE: Do ponto antes descrito, segue-se pela margem direita do Rio Preto do Pantaleão sentido jusante, até encontrar o ponto "1", inicial desta descrição.

Parágrafo Único - A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena SÃO PEDRO, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 29 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1986; 1659 da Independência e 989 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 93.146, de 20 de agosto de 1986

Declara de ocupação dos indígenas KULI
NA área de terra no Município de Envi-
ra no Estado do Amazonas e dá outras
providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 29, inciso V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 19 - Ficam declaradas de ocupação dos indígenas KULINA, para efeito dos artigos 49, IV e 193 da Constituição, as terras localizadas no Município de Envira, Estado do Amazonas, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 57' 20" Wgr. e latitude 079 20' 22"S, situado na foz do Igarapé Buriti no Rio Tarauacá; daí, segue por uma reta na direção sudeste até o Ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 55' 00"Wgr. e latitude 079 20' 50"S, situado na confluência do Igarapé Boa Vista no Igarapé Tabocal. LESTE: Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo Igarapé Boa Vista até sua cabeceira, no Ponto "3" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 52' 45" Wgr. e latitude 079 24' 05"S; daí, segue por uma linha reta na direção sudeste até o Ponto "4" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 51' 40"Wgr. e latitude 079 29' 35"S, situado na confluência do Igarapé sem denominação no Igarapé Curupá. SUL: Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo Igarapé sem denominação até sua cabeceira, no Ponto "5" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 55' 15"Wgr. e latitude 079 32' 15"S. OESTE: Do ponto antes descrito, segue pelo divisor d'água que separa a bacia formada da margem esquerda do Igarapé Cacaú, da bacia formadora da margem direita do Igarapé Queimada até o Ponto "6" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 59' 25"Wgr. e latitude 079 28' 05"S, situado na cabeceira do Igarapé Areia; daí, segue no sentido jusante pelo citado Igarapé até sua confluência no Paraná sem denominação, no Ponto "7" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 709 00' 15"Wgr. e latitude 079 23' 35"S; daí, segue por uma linha reta na direção nordeste até o Ponto "1", inicial da descrição.

Parágrafo Único - A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena CACAÚ DO TARAUAÇÁ, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 29 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1986; 1659 da Independência e 989 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 93.147, de 20 de agosto de 1986

Homologa a demarcação da terra indígena que menciona, no Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 19, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 19. Fica homologada, para os efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena reservada pelo Decreto nº 85.025, de 12 de agosto de 1980, denominada Área Indígena PIMENTEL BARBOSA, de posse inmemorial do grupo indígena Xavante, localizada nos Municípios de Canarana/Água Boa, Estado do Mato Grosso.

Art. 29. A área indígena de que trata este Decreto tem a seguinte delimitação: NORTE: O perímetro demarcado desenvolve-se a partir do Marco 01 de coordenadas geográficas aproximadas 139 13' 01"S e 519 49' 44"Wgr., implantado próximo a uma das cabeceiras do Rio Corixão ou Mirapuxi; daí, segue pela margem direita do Rio Corixão ou Mirapuxi, sentido jusante, até o ponto 106 de coordenadas geográficas aproximadas 139 10' 02"S e 519 11' 52"Wgr., localizado na Foz do Rio Corixão ou Mirapuxi no Rio das Mortes; LESTE: Do ponto 106, segue pela margem esquerda do Rio das Mortes, sentido montante, até o ponto 195 de coordenadas geográficas aproximadas 139 37' 09"S e 519 28' 07"Wgr., localizado na Foz do Rio Curuá ou Água Suja no Rio das Mortes; SUL: Do ponto 195, segue pela margem esquerda do Rio Curuá ou Água Suja, no sentido montante, até o ponto 366 de coordenadas geográficas aproximadas 139 46' 43"S e 519 53' 59"Wgr., localizado na Foz do Córrego Areia no Rio Curuá ou Água Suja; daí, segue pela margem esquerda do Córrego Areia, sentido montante, até o ponto 371 de coordenadas geográficas aproximadas 139 45' 02"S e 519 55' 37"Wgr., localizado na Foz do Córrego Água Boa no Córrego Areia; daí, segue pela margem esquerda do Córrego Água Boa, sentido montante, até o Marco 06 de coordenadas geográficas aproximadas 139 45' 27"S e 529 02' 29"Wgr., implantado na margem direita da Rodovia BR-158, sentido Xavantina/Serra Dourada, próxima a uma ponte; OESTE: Do Marco 06 segue por uma linha reta com azimute 329 26' 08" com uma distância de 11.123,64 m, até o Marco 07 de coordenadas geográficas aproximadas 139 40' 22"S e 519 59' 09"Wgr., implantado na margem direita da Rodovia BR-158, sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta com azimute de 639 28' 42" com uma distância de 4.139,16 m, até o Marco 08 de coordenadas geográficas aproximadas 139 39' 22"S e 519 57' 05"Wgr.; daí, segue por uma linha reta de azimute 159 04' 29" com uma distância de 6.171,46 m, até o Marco 52 de coordenadas geográficas aproximadas 139 36' 09"S e 519 56' 11"Wgr., implantado na margem direita da Rodovia BR-158, sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 389 39' 20" com uma distância de 296,72 m, até o Marco 51 de coordenadas geográficas aproximadas 139 36' 01"S e 519 56' 05"Wgr., implantado à margem direita da Rodovia BR-158 sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 329 01' 31" com uma distância de 492,15 m, até o Marco 50 de coordenadas geográficas aproximadas 139 35' 48"S e 519 55' 56"Wgr., implantado à margem direita da Rodovia BR-158, sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 189 26' 36" com uma distância de 168,54 m, até o ponto auxiliar 02 de coordenadas geográficas aproximadas 139 35' 42"S e 519 55' 54"Wgr., implantado à margem direita da Rodovia BR-158, sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 119 50' 37" com uma distância de 315,54 m, até o Marco 49 de coordenadas geográficas aproximadas de 139 35' 32"S e 519 55' 52"Wgr., implantado à margem direita da Rodovia BR-158, no sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 129 12' 46" com uma distância de 2.018,35 m, até o Marco 45 de coordenadas geográficas aproximadas 139 34' 28"S e 519 55' 38"Wgr., implantado à margem direita da Rodovia BR-158, sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 119 33' 37" com uma distância de 2.514,74 m, até o Marco 44 de coordenadas geográficas aproximadas 139 33' 08"S e 519 55' 21"Wgr., implantado

Município de Autazes, Estado do Amazonas, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas 039 42' 52"S e 599 13' 30"Wgr., situado na margem direita do Rio Preto do Pantaleão, na confluência com o Igarapé Sampaio; daí, segue-se pela margem esquerda do citado Igarapé, sentido montante até encontrar o ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas 039 43' 33"S e 599 13' 30"Wgr., situado na confluência do Igarapé Pajé com o Igarapé Sampaio; LESTE: Do ponto descrito, segue-se pela margem esquerda do Igarapé Pajé sentido montante, até encontrar o ponto "3" de coordenadas geográficas aproximadas 039 44' 05"S e 599 14' 00"Wgr., situado na cabeceira do citado Igarapé; daí, segue-se por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 2209 40' e 3.165m, até encontrar o ponto "4" de coordenadas geográficas aproximadas 039 45' 20"S e 599 15' 08"Wgr., situado na confluência dos braços direito e esquerdo do Igarapé Rampa; SUL: Do ponto descrito, segue-se pela margem direita do Igarapé Rampa sentido jusante, até encontrar o ponto "5" de coordenadas geográficas aproximadas 039 44' 48"S e 599 15' 42"Wgr., situado na confluência do Igarapé Rampa com o rio Preto do Pantaleão. OESTE: Do ponto antes descrito, segue-se pela margem direita do Rio Preto do Pantaleão sentido jusante, até encontrar o ponto "1", inicial desta descrição.

Parágrafo Único - A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena SÃO PEDRO, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 29 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1986; 1659 da Independência e 989 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 93.146, de 20 de agosto de 1986

Declara de ocupação dos indígenas KULI NA área de terra no Município de Envira no Estado do Amazonas e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso

das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 29, inciso V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos indígenas KULINA, para efeito dos artigos 49, IV e 193 da Constituição, as terras localizadas no Município de Envira, Estado do Amazonas, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do Ponto "1" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 57' 20" Wgr. e latitude 079 20' 22"S, situado na foz do Igarapé Buriti no Rio Tarauacá; daí, segue por uma reta na direção sudeste até o Ponto "2" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 55' 00"Wgr. e latitude 079 20' 50"S, situado na confluência do Igarapé Boa Vista no Igarapé Tabocal. LESTE: Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo Igarapé Boa Vista até sua cabeceira, no Ponto "3" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 52' 45" Wgr. e latitude 079 24' 05"S; daí, segue por uma linha reta na direção sudeste até o Ponto "4" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 51' 40"Wgr. e latitude 079 29' 35"S, situado na confluência do Igarapé sem denominação no Igarapé Curupá. SUL: Do ponto antes descrito, segue no sentido montante pelo Igarapé sem denominação até sua cabeceira, no Ponto "5" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 55' 15"Wgr. e latitude 079 32' 15"S. OESTE: Do ponto antes descrito, segue pelo divisor d'água que separa a bacia formada da margem esquerda do Igarapé Cacau, da bacia formadora da margem direita do Igarapé Queimada até o Ponto "6" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 699 59' 25"Wgr. e latitude 079 28' 05"S, situado na cabeceira do Igarapé Areia; daí, segue no sentido jusante pelo citado Igarapé até sua confluência no Paranã sem denominação, no Ponto "7" de coordenadas geográficas aproximadas longitude 709 00' 15"Wgr. e latitude 079 23' 35"S; daí, segue por uma linha reta na direção nordeste até o Ponto "1", inicial da descrição.

Parágrafo Único - A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena CACAU DO TARAUAÇA, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 29 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1986; 1659 da Independência e 989 da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 93.147, de 20 de agosto de 1986

Homologa a demarcação da terra indígena que menciona, no Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 19, § 1º, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada, para os efeitos legais, a demarcação administrativa promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena reservada pelo Decreto nº 85.025, de 12 de agosto de 1980, denominada Área Indígena PIMENTEL BARBOSA, de posse inmemorial do grupo indígena Xavante, localizada nos Municípios de Canarana/Água Boa, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º. A área indígena de que trata este Decreto tem a seguinte delimitação: NORTE: O perímetro demarcado desenvolve-se a partir do Marco 01 de coordenadas geográficas aproximadas 139 13' 01"S e 519 49' 44"Wgr., implantado próximo a uma das cabeceiras do Rio Corixão ou Mirapuxi; daí, segue pela margem direita do Rio Corixão ou Mirapuxi, sentido jusante, até o ponto 106 de coordenadas geográficas aproximadas 139 10' 02"S e 519 11' 52"Wgr., localizada na Foz do Rio Corixão ou Mirapuxi no Rio das Mortes; LESTE: Do ponto 106, segue pela margem esquerda do Rio das Mortes, sentido montante, até o ponto 196 de coordenadas geográficas aproximadas 139 37' 09"S e 519 28' 07"Wgr., localizada na Foz do Rio Curuá ou Água Suja no Rio das Mortes; SUL: Do ponto 196, segue pela margem esquerda do Rio Curuá ou Água Suja, no sentido montante, até o ponto 366 de coordenadas geográficas aproximadas 139 46' 40"S e 519 53' 59"Wgr., localizado na Foz do Córrego Areia no Rio Curuá ou Água Suja; daí, segue pela margem esquerda do Córrego Areia, sentido montante, até o ponto 371 de coordenadas geográficas aproximadas 139 45' 02"S e 519 55' 37"Wgr., localizado na Foz do Córrego Água Boa no Córrego Areia; daí, segue pela margem esquerda do Córrego Água Boa, sentido montante, até o Marco 06 de coordenadas geográficas aproximadas 139 45' 27"S e 529 02' 29"Wgr., implantado na margem direita da Rodovia BR-158, sentido Xavantina/Serra Dourada, próxima a uma ponte; OESTE: Do Marco 06 segue por uma linha reta com azimute 329 26' 08" com uma distância de 11.123,64 m, até o Marco 07 de coordenadas geográficas aproximadas 139 40' 22"S e 519 59' 09"Wgr., implantado na margem direita da Rodovia BR-158, sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta com azimute de 639 28' 42" com uma distância de 4.139,16 m, até o Marco 08 de coordenadas geográficas aproximadas 139 39' 22"S e 519 57' 05"Wgr.; daí, segue por uma linha reta de azimute 159 04' 29" com uma distância de 6.171,46 m, até o Marco 52 de coordenadas geográficas aproximadas 139 36' 09"S e 519 56' 11"Wgr., implantado na margem direita da Rodovia BR-158, sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 389 39' 20" com uma distância de 296,72 m, até o Marco 51 de coordenadas geográficas aproximadas 139 36' 01"S e 519 56' 05"Wgr., implantado à margem direita da Rodovia BR-158 sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 329 01' 31" com uma distância de 492,15 m, até o Marco 50 de coordenadas geográficas aproximadas 139 35' 48"S e 519 55' 56"Wgr., implantado à margem direita da Rodovia BR-158, sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 189 26' 36" com uma distância de 168,52 m, até o ponto auxiliar 02 de coordenadas geográficas aproximadas 139 35' 42"S e 519 55' 54"Wgr., implantado à margem direita da Rodovia BR-158, sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 119 50' 37" com uma distância de 315,54 m, até o Marco 49 de coordenadas geográficas aproximadas de 139 35' 32"S e 519 55' 52"Wgr., implantado à margem direita da Rodovia BR-158, no sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 129 12' 46" com uma distância de 2.018,35 m, até o Marco 45 de coordenadas geográficas aproximadas 139 34' 28"S e 519 55' 38"Wgr., implantado à margem direita da Rodovia BR-158, sentido Serra Dourada/Matinha; daí, segue por uma linha reta de azimute 119 33' 37" com uma distância de 2.514,74 m, até o Marco 40 de coordenadas geográficas aproximadas 139 33' 08"S e 519 55' 21"Wgr., implanta

Decreto nº 93.144, de 20 de agosto de 1986

Declara de ocupação dos indígenas Mura área de terra no Município de Autazes, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 29, incisos V e IX, 19 e 22, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

D E C R E T A:

Art. 19. Ficam declaradas de ocupação dos indígenas Mura, para efeito dos artigos 49, IV e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Autazes, Estado do Amazonas, com a seguinte delimitação: NORTE: inicia-se no ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 599 11' 20" Wgr. e 039 43' 32" S, situado na confluência do Igarapé sem denominação com o Igarapé Boca do Limão; daí segue pela margem esquerda do Igarapé Boca do Limão sentido montante, até encontrar o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 599 10' 15" Wgr. e 039 43' 50" S, situado à margem esquerda do referido Igarapé. LESTE: desse ponto, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 1839 00' e 4.000 m, até encontrar o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 599 10' 20" Wgr. e 039 46' 00" S, situado na margem direita do Igarapé Tucumã. SUL: desse ponto, segue pela margem direita do Igarapé Tucumã sentido jusante, até encontrar o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 599 11' 14" Wgr. e 039 45' 20" S, situado na confluência do Igarapé Tucumã com o Igarapé do Sampaio; daí, segue pela margem direita do Igarapé do Sampaio sentido jusante, até encontrar o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 599 12' 00" Wgr. e 039 44' 36" S. OESTE: desse ponto, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 349 00' e 1.500 m, até encontrar o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 599 11' 31" Wgr. e 039 43' 52" S, situado na cabeceira de um Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido Igarapé sentido jusante, até encontrar o ponto 01 inicial da presente descrição.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena PADRE, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 29. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1986; 1659 da Independência e 989 da República.

JOSE SARNEY
Ronildo Costa Couto
Dante de Oliveira

709 38' 00"Wgr., situado na cabeceira do Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido Igarapé no sentido jusante até o ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas 099 06' 20"S e 709 35' 40"Wgr., situado na confluência com o Igarapé Preto. LESTE: do ponto 8 segue pela margem esquerda do Igarapé Preto, no sentido montante até o ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas 099 15' 10"S e 709 42' 40"Wgr., situado na confluência com o Igarapé sem denominação. SUL/OESTE: Do ponto 9 segue por uma linha de azimute aproximado 327º 52' na distância aproximada de 8.680,00 m até o ponto 10 de coordenadas aproximadas 099 11' 10"S e 709 45' 10"Wgr., situado na cabeceira do Igarapé Macaco; daí, segue pela margem direita do Igarapé no sentido jusante até o ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 099 08' 10"S e 709 45' 40"Wgr., situado na confluência com o Rio Envira; daí, segue por uma linha de azimute aproximado 311º na distância aproximada de 11.494,00 m até o ponto 1, inicial da presente descritivo.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena KAXINAWÁ DA ALDEIA NOVA OLINDA será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1986; 165º da Independência e 98ª da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 93.143, de 20 de agosto de 1986

Declara de ocupação dos indígenas MURA área de terra no Município de Autazes, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso

das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, inciso V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de ocupação dos indígenas MURA, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Autazes, Estado do Amazonas, com a seguinte delimitação: NORTE - Inicia-se no ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas de 599 17' 05"Wgr. e 039 42' 49"S, situado na confluência do Igarapé Veado com o Igarapé Trinchreira; daí, segue-se pela margem direita sentido jusante do Igarapé Trinchreira até encontrar o ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 599 14' 2' e 039 42' 42"S, situado na margem direita do Igarapé Trinchreira; daí, indo com o referido Igarapé encontra-se o ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 599 14' 48"Wgr. e 039 42' 34"S, situado na confluência do Igarapé Cemitério com o Igarapé Trinchreira; daí, segue-se pela margem esquerda sentido montante do Igarapé Cemitério até encontrar o ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 599 14' 48"Wgr. e 039 42' 05"S, situado na margem esquerda desse Igarapé; daí, segue-se por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 609 00' e 1.500m, até encontrar o ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 599 14' 03"Wgr. e 039 41' 46"S. LESTE: Desse ponto segue-se por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 1629 00' e 1.000m, até encontrar o ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 599 13' 52"Wgr. e 039 42' 20"S, situado na margem esquerda do Igarapé Trinchreira, na confluência com o Rio Preto do Pantaleão; daí cruzando a referida confluência, até encontrar o ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas de 599 13' 50"Wgr. e 039 42' 30"S, situado na margem direita do Igarapé Trinchreira, na confluência com o Rio Preto do Pantaleão. SUL: Desse ponto, segue-se pela margem esquerda do Rio Preto do Pantaleão, sentido montante, até encontrar o ponto 8 de coordenadas geográficas aproximadas de 599 16' 08"Wgr. e 039 44' 35"S, situado na confluência do Igarapé Jaraquí com o Rio Preto do Pantaleão; daí, segue-se pela margem esquerda do Igarapé Jaraquí sentido montante, até encontrar o ponto 9 de coordenadas geográficas aproximadas de 599 17' 00"Wgr. e 039 44' 40"S. OESTE: Desse ponto, segue-se por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 3579 30' e 1.900m, até encontrar o ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 599 17' 06"Wgr. e 039 43' 40"S, situado na cabeceira do

Igarapé Veado; daí, segue-se pela margem direita do Igarapé Veado sentido jusante, até encontrar o ponto 1, inicial da presente descrição.

Parágrafo único - A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena TRINCHREIRA, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1986; 165º da Independência e 98ª da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 93.144, de 20 de agosto de 1986

Declara de ocupação dos indígenas MURA área de terra no Município de Autazes, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso

das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, incisos V e IX, 19 e 22, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam declaradas de ocupação dos indígenas MURA, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Autazes, Estado do Amazonas, com a seguinte delimitação: NORTE - inicia-se no ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 599 11' 20"Wgr. e 039 43' 32"S, situado na confluência do Igarapé sem denominação com o Igarapé Boca do Limão; daí segue pela margem esquerda do Igarapé Boca do Limão sentido montante, até encontrar o ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 599 10' 15"Wgr. e 039 43' 50"S, situado à margem esquerda do referido Igarapé. LESTE: desse ponto, segue por uma linha reta com azimute e distância aproximados de 1839 00' e 4.000 m, até encontrar o ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 599 10' 20"Wgr. e 039 46' 00"S, situado na margem direita do Igarapé Tucumã. SUL: desse ponto, segue pela margem direita do Igarapé Tucumã sentido jusante, até encontrar o ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 599 11' 14"Wgr. e 039 45' 20"S, situado na confluência do Igarapé Tucumã com o Igarapé do Sampaio; daí, segue pela margem direita do Igarapé do Sampaio sentido jusante, até encontrar o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 599 12' 00"Wgr. e 039 44' 36"S. OESTE: desse ponto, segue por uma linha reta de azimute e distância aproximados de 349 00' e 1.560 m, até encontrar o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 599 11' 31"Wgr. e 039 43' 52"S, situado na cabeceira de um Igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido Igarapé sentido jusante, até encontrar o ponto 01 inicial da presente descrição.

Parágrafo único. A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena PADRE, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1986; 165º da Independência e 98ª da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

Decreto nº 93.145, de 20 de agosto de 1986

Declara de ocupação dos indígenas MURA área de terra no Município de Autazes, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso

das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, inciso V e IX, 19 e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos indígenas MURA, para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição, as terras localizadas no

Art. 19. Ficam declaradas de ocupação dos indígenas Kuxina wã, para efeito dos artigos 49, IV e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Feijó, Estado do Acre, com a seguinte delimitação: NORTE: Partindo do ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 099 04' 00"S e 709 50' 20"Wgr., situado na cabeceira do Igarapé sem denominação, segue por uma linha azimute aproximado 389 12" na distância aproximada de 785,00 m até o ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 099 00' 40"S e 709 47' 40"Wgr., situado na cabeceira de um Igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do Igarapé Nova Olinda; daí, segue por uma linha azimute aproximado 1129 na distância aproximada de 6.302,00 m, até o ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 099 02' 00"S e 709 44' 30"Wgr., situado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pela margem direita do referido Igarapé no sentido jusante até o ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 099 03' 10"S e 709 42' 20"Wgr., situado na confluência do Igarapé Vista Alegre; daí, segue por uma linha de azimute aproximado 1259 25" na distância aproximada de 5.265,00 m até o ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 099 04' 50"S e 709 40' 50"Wgr., situado na confluência do Igarapé Iguatu com o Rio Envira; daí, segue pela margem esquerda do referido Igarapé, no sentido montante até o ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 099 06' 00"S e 709 39' 20"Wgr., situado na cabeceira; daí, segue por uma linha de azimute aproximado 719 11" na distância aproximada de 1.932,00 m até o ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 099 05' 40"S e

Decreto nº 93.141, de 20 de agosto de 1986

Declara de ocupação dos indígenas KULINA área de terra no Município de Feijó, no Estado do Acre - AC e dá outras providências.

O Presidente da República, no

uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 2º, inciso V e IX, 1º e 22 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declaradas de ocupação dos indígenas KULINA para efeito dos artigos 4º, IV e 198 da Constituição, as terras localizadas no Município de Feijó, Estado do Acre, com a seguinte delimitação:

NORTE - Partindo do Ponto 1 de coordenadas geográficas aproximadas 09º 23' 00"S e 71º 26' 40"WGr., situado na cabeceira do Igarapé sem denominação, segue por uma linha seca de azimute e distância 50º 45' e 5.860,00 m, até o Ponto 2 de coordenadas geográficas aproximadas 09º 21' 00"S e 71º 24' 10" WGr., situado na cabeceira do Igarapé Maronaua; daí segue pela margem direita do referido igarapé até o Ponto 3 de coordenadas geográficas aproximadas 09º 23' 10"S e 71º 09' 40"WGr., situado na confluência com o Rio Envira. **LESTE/SUL** - Do Ponto 3, segue pela margem esquerda do Rio Envira no sentido montante até o Ponto 4 de coordenadas geográficas aproximadas 09º 37' 50" S e 71º 27' 30"WGr., situado na confluência do Igarapé Paranazinho com o curso do rio. **OESTE** - Do Ponto 4, segue pela margem esquerda do Igarapé Paranazinho no sentido montante até sua cabeceira no Ponto 5 de coordenadas geográficas aproximadas 09º 34' 20"S e 71º 31' 40"WGr., daí segue por uma linha seca de azimute e distância aproximados 33º 04' e 3.317,00 m, até o Ponto 6 de coordenadas geográficas aproximadas 09º 32' 40"S e 71º 31' 40"WGr., situado na cabeceira do Igarapé da Inez; daí segue pela margem direita do referido Igarapé no sentido jusante até o Ponto 7 de coordenadas geográficas aproximadas 09º 28' 30"S e 71º 25' 50"WGr., situado na confluência com Igarapé sem denominação; daí, segue por uma linha azimute e distância aproximados 33º 07' e 3.991,00 m, até o Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 09º 26' 30"S e 71º 26' 40"WGr., situado na confluência de um Igarapé sem denominação com o Igarapé do Anjo; daí, segue pela margem esquerda do Igarapé sem denominação até o Ponto 1 inicial do presente descritivo.

Parágrafo Único - A área descrita neste artigo, denominada Área Indígena KULINA DO RIO ENVIRA, será demarcada administrativamente pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 20 de agosto de 1986; 165º da Independência e 98º da República.

JOSE SARNEY
Ronaldo Costa Couto
Dante de Oliveira

18.08.86

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 042

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto, que visa à definição dos limites da Área Indígena CACAU DO TARAUCÁ, localizada no Município de Envira, no Estado do Amazonas, para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A proposta, com base nos estudos antropológicos realizados pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983 que, observadas as disposições da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela aprovação.


A Área Indígena CACAU DO TARAUCÁ, com superfície de 24.850

ha. e perímetro de 80 km, destina-se principalmente a preservar o *habitat* imemorial do grupo indígena KULINA.

Não há ocupantes não-Índios nem benfeitorias na área proposta, para cuja regularização estão previstos recursos no Programa do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas-PMACI.

Nessas condições, a definição dos limites da área proposta para o grupo indígena mencionado representa o reconhecimento do seu *habitat* imemorial e virá assegurar-lhe a defesa da terra onde habita.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos do nosso mais profundo respeito.



RONALDO COSTA COUTO.
Ministro do Interior

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 041

18.08.86

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto, que visa à definição dos limites da Área Indígena SÃO PEDRO, localizada no Município de Autazes, no Estado do Amazonas, para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A proposta, com base nos estudos antropológicos realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983 que, observadas as disposições da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela aprovação.

A Área Indígena SÃO PEDRO, com superfície de 730 ha aproxi

madamente e perímetro de 17 km, destina-se principalmente a preservar *habitat* imemorial do grupo indígena MURA.

Nessa área proposta não há ocupantes não-índios e nem benfeitorias.

Nessas condições, a definição da área proposta para o grupo indígena mencionado representa o reconhecimento do seu *habitat* imemorial e virã assegurar-lhe a defesa da terra onde habita.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos do nosso mais profundo respeito.

RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

18.08.86

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 040

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto, que visa à definição dos limites da Área Indígena PADRE, localizada no Município de Autazes, no Estado do Amazonas, para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A proposta, com base nos estudos antropológicos realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela aprovação.

A Área Indígena PADRE, com superfície de 840 ha aproximadamente e perímetro de 13 km, destina-se principalmente a preservar o *habitat* memorial do grupo indígena Mura.

Nessa área não se constata a presença de ocupantes não-índios e nem benfeitorias.

Nessas condições a definição da área proposta para o grupo indígena mencionado representa o reconhecimento do seu *habitat* imemorial e virã assegurar-lhe a defesa da terra onde habita.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos de nosso mais profundo respeito.

RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

18.08.86

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 039

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto, que visa à definição dos limites da Área Indígena TRINCHEIRA, localizada no Município de Autazes, no Estado do Amazonas para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A proposta, com base nos estudos antropológicos realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983 que, observadas as disposições da Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela aprovação.

A Área Indígena TRINCHEIRA, com superfície de 1.550 ha, aproximadamente, e perímetro de 23 km, destina-se principalmente a preservar o *habitat*

imemorial do grupo indígena MURA.

Nessa área proposta existe apenas 01 (um) ocupante não-índio, cujas benfeitorias foram avaliadas em CZ\$ 9.458,52 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito cruzados e cinquenta e dois centavos), não havendo incidência de títulos de propriedade dentro dos limites da Área Indígena TRINCHEIRA.

Nessas condições, a definição da área proposta para o grupo indígena mencionado representa o reconhecimento do seu *habitat* imemorial e virá assegurar-lhe a defesa da terra onde habita.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos do nosso mais profundo respeito.



RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

18.08.86

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 038

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto, que visa à definição dos limites da Área Indígena KAXINAWÁ DA ALDEIA NOVA OLINDA, localizada no Município de Feijó, no Estado do Acre, para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88.118, de 23 de fevereiro de 1983.

A proposta, com base nos estudos antropológicos realiza dos pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, que, observadas as disposições da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, opinou pela aprovação.

A Área Indígena KAXINAWÁ DA ALDEIA NOVA OLINDA, com superfície de 32.150 ha e perímetro de 30 Km, destina-se principalmente a preservar o *habitat* imemorial do grupo indígena Kaxinawá.


Na área proposta, existem 02 (dois) ocupantes não-índios.

O Grupo de Trabalho efetuou o levantamento fundiário da citada área e as benfeitorias implantadas de boa-fé foram avaliadas em Cz\$...... 26.163,76 (vinte e seis mil, cento e sessenta e três cruzados e setenta e seis centavos).

Mencionada área indígena consta da Programação do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas - PMACI, para o corrente exercício, de onde fluirão os recursos para a sua regularização.

Nessas condições, a definição da área proposta para o grupo indígena mencionado representa o reconhecimento do seu *habitat* imemorial e virá assegurar-lhe a defesa da terra onde habita.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos do nosso mais profundo respeito.


RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

18.08.86

E.M. INTERMINISTERIAL Nº 037

Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Decreto, que visa à definição dos limites da Área Indígena KULINA DO RIO ENVIRA, localizada no Município de Feijão, no Estado do Acre, para efeito de demarcação administrativa, conforme preceitua o Decreto nº 88 118, de 23 de fevereiro de 1 983.

A proposta, com base nos estudos antropológicos realizados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, foi submetida ao Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983, que, observadas as disposições da Lei nº 6 001, de 19 de dezembro de 1 973, opinou pela aprovação.


A Área Indígena KULINA DO RIO ENVIRA, com superfície de 48.400 ha e perímetro de 155 km, destina-se principalmente a preservar o ha

bitat imemorial do grupo indígena KULINA.

Não há ocupantes não-índios nem benfeitorias na área proposta, para cuja regularização estão previstos recursos no Programa do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas - PMACI.

Nessas condições, a definição da área proposta para o grupo indígena mencionado representa o reconhecimento do seu habitat imemorial e virá assegurar-lhe a defesa da terra onde habita.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos do nosso mais profundo respeito.


RONALDO COSTA COUTO
Ministro do Interior

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

Na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88 118/83, APROVO o Parecer nº 116/86, do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1 983, relativo à ÁREA INDÍGENA KULINA DO RIO ENVIRA.

Brasília, de de 1 986

DANTE MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro da Reforma e do
Desenvolvimento Agrário

PARECER Nº 120 /86 - GT.PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83-DEC.88.118/83.

ÁREA INDÍGENA: JAMINAWÁ

GRUPO INDÍGENA: JAMINAWÁ

LOCALIZAÇÃO : MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL-
ACRE.

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da Área Indígena JAMINAWÁ, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 601/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

1 - CONSENSO HISTÓRICO

Os primeiros estudos para delimitação de uma área indígena para os JAMINAWÁ foram realizados em 1977. Por ser o grupo dedicado à extração da seringa, são vários os seringais que utilizam sua força de trabalho. Foram encontrados agrupamentos JAMINAWÁ no seringais Santa Cruz, Três de Maio, no Riozinho de Cruzeiro do Vale, no Igarapé Bagé, no Juruá Mirim, no Timbaúba, no Igarapé Limeira, Igarapé Valparaíso, Branco, Seringal Ruças e no Riozinho da Liberdade.

A dispersão do grupo é atribuída aos constantes conflitos com os gerentes dos seringais, em razão do trabalho quase escravo a que era submetido, como foi acontecer com a maioria dos seringueiros.

Conquanto toda uma extensão daquela região seja comprovadamente habitat imemorial do Grupo Jaminawá, foram realizadas reuniões com as principais lideranças para se discutir a proposta da área. O resultado das reuniões levou o GT a delimitar uma área no Igarapé Limeira onde reside um

grupamento JAMINAWÁ e para onde iriam os demais dispersos pelos seringais da região.

Em 1984, para atender aos procedimentos determinados pelo Decreto nº 88.118/83, foram realizados novos estudos, e ratificada a proposta anterior, concluindo-se que a área do Igarapé Limeira é a que melhores condições reúne para agregar os JAMINAWÁ.

II - ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

Os estudos procedidos indicam a área do Igarapé Limeira como a mais adequada para se constituir a Área Indígena Jaminawá porque atende às pretensões da comunidade indígena e oferece condições de digna sobrevivência pela riqueza de seringais, fonte principal de sua economia.

A área proposta tem a superfície de 23.117 ha e perímetro de 67.500 m aproximados..

III - SITUAÇÃO ATUAL

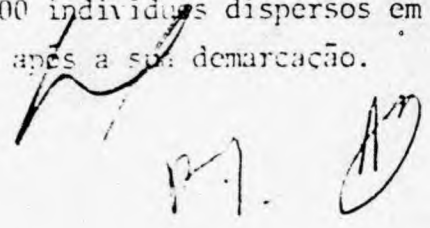
O levantamento fundiário procedido por grupo de trabalho FUNAI/INCRA indicou que existem dois pretensos detentores de domínio não sendo constatadas benfeitorias. Os pretensos proprietários são: CAMILI FERREIRA CAMILI, com área registrada de 953,51 ha, cujo título original indica estarem as terras às margens do Rio Juruá, relativamente distantes da área indígena proposta. Com base no título pode-se afirmar que, se houver incidência, esta será muito pequena na área indígena.

O outro título, em nome de WILSON ALVES GUEDES deixa dúvida quanto à superfície constante na certidão e quanto a sua localização, portanto discutível.

É relevante assinalar que não existem outros ocupantes e nem benfeitorias a indenizar.

A área proposta tem recursos assegurados para a sua demarcação e regularização através do PMACI, dentro da programação do corrente exercício.


A população JAMINAWÁ levantada em 1984 soma 51 pessoas, admitindo-se que chegue a 300 indivíduos dispersos em diversos locais e que se transferirão para a área após a sua demarcação.




IV - CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Jaminawã, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexas a este parecer.

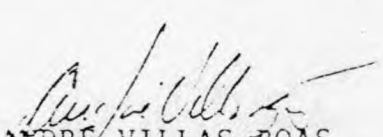
Brasília, 3 de agosto de 1986.



ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER



ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 113 /86 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/83-DEC. 88118/83

ÁREA INDÍGENA: CACAU DO TARAUACÁ

GRUPO INDÍGENA: KULINA

LOCALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE ENVIROMANTAS

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/83, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da área indígena CACAU DO TARAUACÁ, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I - CONSENSO HISTÓRICO

Dentre os autores que noticiam a presença dos índios Kulina na região podem ser citados: Onofre de Andrade, Bellarmino de Mendonça, Sant'Anna Nery, Francis de Castelnau, Castelo Branco, Métraux, Rinet e Tistevin. Este último menciona os Kulina no Tarauacá e Acuraua quando o explorador Angelo Ferreira obrigava-os a tirar caucho através da lei do chicote.

Na bacia do Juruá e outras do sudoeste amazônico, a ocupação nasce a rigor com a procura do caucho e outras espécies de borracha.

São organizadas expedições fortemente guarnecidas que partem para o interior da mata com o objetivo de "limpar a área" e instalar seringais. Essas expedições, denominadas "correrias", foram responsáveis pela chacina e massacre de inúmeras tribos, causando o extermínio de algumas e a depopulação de outras, que fugiam para as cabeceiras dos inúmeros cursos d'água, onde formavam novas unidades familiares com os membros que restavam.

M
SM
H

Os Kulina do Cacau referem-se a este período como fase de constantes migrações, posto que, encurralados, refugiavam-se nas cabeceiras do Rio EIRU, na maloca SOTAPADSA, no alto Xeruã (afluente da margem direita do Tarauacá, abaixo do Igarapê Cacau).

No Tarauacá, habitat tradicional dos KULINA, localizavam-se nos sítios hoje denominados PIAUI, Machado e Seringal Novo Mundo, todos situados nas proximidades da cidade de Envira.

Após a instalação dos seringais no rio Tarauacá houve um movimento migratório para as proximidades da foz daquele rio, nos Igarapês Alegria e Fortaleza. As famílias que hoje habitam a aldeia CACAU fixaram-se nas cabeceiras dos igarapês Areia e Cacau.

II - ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A aldeia Cacau está localizada à margem do Igarapê Cacau e as roças são implantadas nas proximidades. A área de coleta e extrativismo situa-se nas várzeas e terra firme e, quanto mais distantes, são levantadas habitações provisórias.

A área proposta tem a superfície de 24.850 ha. e perímetro de 80 Km aproximados, e é de posse imemorial na conformidade do artigo 25 da Lei nº 6.001/73, destinando-se a evitar o esfacelamento do grupo com a garantia de sua sobrevivência física e cultural.

III - SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1840/E, de 11 de março de 1985, composto por servidores da FUNAI, Universidade Federal do Acre, INCRA, ITERAM, Prelazia do Acre/Purus e IECLB, informa que na área proposta não existem ocupantes e nem benfeitorias de não-índios.

Mencionada área indígena consta da programação do PMACI para o corrente exercício, de onde fluirão os recursos para sua regularização.

A população indígena atual na área indígena é de 82 pessoas, distribuídas em 14 malocas.


N
17
WB

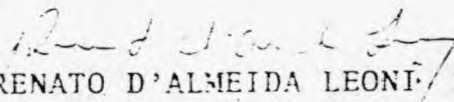
Admite-se que, com a regularização dessa área indígena, os vários KULINA dispersos por inúmeros seringais, povoados e cidades, retornem ao seu primitivo habitat.


IV - CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena CACAU DO TARAUCÁ, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília, 13 de agosto de 1986.


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 118 /86 - GT. PORT. INTERMINISTERIAL Nº 002/85-DEC. 88118/85

ÁREA INDÍGENA: KAXINAWÁ DA ALDEIA NOVA OLINDA

GRUPO INDÍGENA: KAXINAWÁ

LOCALIZAÇÃO: MUNICÍPIO DE FEIJÓ-ACRE

Senhores Ministros,

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/85, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da área indígena KAXINAWÁ DA ALDEIA NOVA OLINDA, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do respectivo Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1985.

I - CONSENSO HISTÓRICO

Pelas fontes consultadas, (O Gentio Acreano e Descobrimiento das Terras do Acre- J.M. Brandão Castelo Branco) a hipótese mais viável é que a região do Sudoeste Amazônico, incluindo o Acre, e compreendendo desde a bacia do Purus até a do Rio Javari, tivesse sido ocupada por tribos do grupo Aruak durante muito tempo.

Dentre todos os grupos indígenas estabelecidos na região do Acre, os Kaxinawá parecem ter sido os que apresentam estudos mais aprofundados a seu respeito, efetuados pelo Padre Francês René de Tasterin-1920.

O grupo sempre foi fracionado por dissidências internas, sustentando ainda guerras de competição territorial com outros grupos.

Os Kaxinawá talvez tenham sido um dos primeiros grupos a servir de mão-de-obra aos seringueiristas, tanto nos tempos da primeira corrida para a borracha como nas etapas posteriores, até os dias presentes.

67. 118

A Aldeia Nova Olinda está localizada pouco abaixo do seringal, na margem esquerda do Rio Envira, e as roças são implantadas na margem direita do referido Rio, inclusive a área de coleta e extrativismo (09 hectares plantados).

II - ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

Compreende a região periférica do Igarapé Pê Preto.

A área proposta, com a superfície de 32.150 ha e perímetro de 80 Km, é de posse imemorial na conformidade do Artigo 23 da Lei nº. 6.001/73 e destina-se a evitar o esfacelamento do grupo, com a garantia da sua sobrevivência física e cultural.

III - SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 799/P, de 20 de agosto de 1976, composto por servidores da FUNAI, informa que na área proposta existem 2 (dois) ocupantes não-índios e conforme Portaria nº. 1573/E, de 20 de outubro de 1983, o Grupo de Trabalho efetuou o levantamento fundiário da citada área, e as benfeitorias implantadas de boa-fé importam em Cr\$ 26.165,70 (vinte e seis mil, cento e sessenta e três cruzados e setenta e seis centavos).

Mencionada área indígena consta da Programação do PMACI para o corrente exercício, de onde fluirão os recursos para sua regularização.

A população indígena atual na área é de 91 (noventa e uma) pessoas.

Admite-se que com a regularização dessa área indígena, os vários Kaxinawá dispersos pelos diversos seringais, retornem ao seu habitat.


IV - CONCLUSÃO

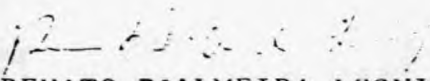
De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena KAXINAWÁ DA ALDEIA NOVA OLINDA e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à


[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília, 13 de agosto de 1986.


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 417 /86 - GT.PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/85 - DEC.
88.118/85

ÁREA INDÍGENA - APURINÃ DO KM 124
BR-317

GRUPO INDÍGENA - APURINÃ

LOCALIZAÇÃO - Mun. de Boca do Acre, AM

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º, do artigo 2º, do Decreto nº 88.118/85, após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da área indígena Apurinã do Km 124 BR-317, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/75, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 1º de março de 1985.

1. CONSENSO HISTÓRICO

O contato dos índios Apurinã com segmentos da sociedade nacional data do século passado. A partir da segunda metade do Século XIX são dadas notícias sobre as populações indígenas na região dos rios Juruá e Purus, habitat tradicional dos Apurinã. Os Apurinã dos kms 124 e 137 da BR-317, são moradores da Bacia do Rio Acre (antigo Rio Aquiry) afluente do Purus e também região imemorial Anurinã.

Em sua viagem ao Rio Purus e Acre, realizada durante os anos de 1864 e 1865, W.Chandless encontrou os Apurinã habitando acima do Rio Sepatynin e deste Rio até o Rio Hyacú cerca de 300 milhas (omitindo as curvas) ao longo deste Rio. (Chandless: 1949 P.28) e no Rio Aquiry (Acre) acima, 08 ou 10

dias de viagem ... (Chandless 1866, P.199).

A.R.P.Labre, em seu livro sobre o Purus também faz referências ao grupo tribal Apurinã: "Habitam desde o Médio até o Alto Purus, são muito numerosos e de índole perversa, maus instintos, são verdadeiros antropófagos; entregam-se exclusivamente aos negócios da guerra, pilhagem e assassinato. Vivem em diferentes tribos espalhadas em grande extensão do Purus e afluentes, a contar da foz do Sepatynin para cima mais de 300 milhas". (Labre:1872, P.29).

É Alfred Métraux quem apresenta um relato mais preciso sobre o Território Ipuriã: No rio Purus, da boca do Sepatynin até a boca do rio Hyacú; no rio Acre até a latitude de 9°45'S; no Ituxi (Iquiri); no rio Entimari e no rio Punici-ci, dois afluentes do rio Ituxi (lat.9°10'S, long.65°69'W) (Handbook: 1963, P.662).

No que diz respeito à comunidade do Km 124, sua aldeia de origem encontra-se a poucos quilômetros de distância da atual (menos de 01 hora de viagem a pé).

O abandono da aldeia de origem deveu-se a um surto de sarampo que por pouco não dizimou a população Apurinã local. O estabelecimento do grupo ao longo da BR-317 é consequência das facilidades que esta oferece no que diz respeito ao acesso a Boca-do-Acre ou Rio Branco e ao escoamento da produção de borracha e castanha. No entanto, esses deslocamentos não chegam a caracterizar uma migração, posto que sempre se realizaram dentro da região ocupada e utilizada pelo grupo em suas atividades de caça, coleta e extração. Pode-se, dessa maneira, concluir que a região ocupada pelo grupo hoje em dia está contida na região imemorialmente habitada por seus antepassados.

Os Apurinã estão divididos em três grupos constituídos de 26 (vinte e seis) famílias, num total de 116 (cento e dezesesseis) pessoas.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Área Indígena Apurinã do Km.124 da Br-317 constitui terra de ocupação imemorial desse grupo que aí se encontra até hoje, embora modificação em sua estruturação social e econômica.

A Área Indígena foi identificada pelo GT criado através da Portaria 1309/E de 13.07.82, que apresentou uma proposta para área indígena com a superfície de 33.400 ha. e um perímetro de 90 Km. dentro de terras de ocupação imemorial do grupo Apurinã, considerando ainda a ocupação, exploração de seringa, caça para sobrevivência e desenvolvimento do grupo.

III. SITUAÇÃO ATUAL

O GT. em seu relatório final, informou que: "A área reivindicada pelos índios está isenta de moradores brancos como de benfeitorias de terceiros. O único branco não integrado à comunidade e que vive dentro dos limites da área é o velho Duda, sogro de Leôncio e possuidores de bom relacionamento com os índios: esse senhor vive próximo ao Igarapé Raposa". Entretanto o radiograma nº 355 da Ajudância Regional Rio Branco datado de 13.07.86, ratifica que não é necessário proceder levantamento fundiário na A.I. Apurinã do Km 124 habita da somente por índios, não existindo invasores, posseiros ou ocupantes não índios.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Apurinã do Km 124 BR - 317, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília, 13 de maio de 1986.

ROMERO JUCA FILHO
FUNAI

RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER

ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARCER Nº 116 /86 - GT.PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.
88.118/83

ÁREA INDIGENA - KULINA DO RIO ENVIRA
GRUPO INDIGENA - KULINA
LOCALIZAÇÃO - Mun. de Feijó-Acre

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º. do artigo 1º. do Decreto nº 88.118/83, após analisar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da área indígena Kulina do Rio Envira, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

1. CONSENSO HISTÓRICO

Pelas fontes consultadas (O Gentio Acreano e Descobrimento das terras do Acre - J.M. Brandão Castelo Branco) a hipótese mais viável é que a região do Sudoeste Amazônico, incluindo o Acre, e compreendendo desde a Bacia do Purus até o Rio Javari, tivesse sido ocupada por tribos do grupo Aruak durante muito tempo. Exploradores como Francisco de Castelnau, William Chandless e outros, fizeram referência aos vários grupos que a habitavam.

Em 1904, já constituído o território do Acre e dividido em Prefeituras, o então Prefeito de Alto Juruá, Gregório Taumaturgo de Azevedo afirmava que "o elemento indígena era menos abundante no Juruá do que no Tarauacá e Embira". Citou vários Grupos entre eles os Kulina ou Kulinas dos Rios Envira e Tarauacá.

M *AS*

Já em 1906, em outro relatório, a mesma autoridade reconhece que, na verdade, a região do Jurá era mais populosa de elementos indígenas.

O que fica, porém, patenteado, é que o índio que se tornou acreano já havia anteriormente, tido contato com o branco de origem espanhola e, como se sabe, este buscava escravizá-lo para trabalhar insensatamente nas minas de ouro e prata.

O grupo indígena Kulina do Rio Envira, sempre habitou as margens do Rio Envira.

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Aldeia Kulina do Rio Envira está localizada à margem esquerda do Rio Envira, bem defronte à Fazenda Califórnia (Copersucar).

A área proposta, com superfície de 48.400 ha. e perímetro de 155 Km., é de posse imemorial na conformidade do Artigo 23 da Lei nº 6.001/73 e destina-se a garantir ao grupo sua sobrevivência física e cultural.

III. SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 799/P. de 26.08.76, composto por servidores da FUNAI, informa que na área proposta não existem ocupantes e nem benfeitorias de não-índios, conforme ratificado através do radiograma nº 354/ARRB de 15.07.86 (Processo nº 2019/80).

Mencionada área indígena consta da programação do PMACI para o corrente exercício, de onde fluirão os recursos para sua regularização.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Kulina do Rio Envira, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de

M. A. M.

Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília. 13 de agosto de 1986



ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI



RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER



ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 115 /86 - GT.PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/85 - DEC.
88.118/85

ÁREA INDÍGENA - TRINCHEIRA
GRUPO INDÍGENA - MURA
LOCALIZAÇÃO - Mun. Autazes/AM

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 2º do Decreto nº 88.118/85, após analisar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da área indígena Trancheira, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1985.

1. CONSENSO HISTÓRICO

Dentre os grupos indígenas que habitavam o Amazonas, o que mais se destacou foi o dos MURA, auto-identificados como BUHURAEN, BUXWARAY ou BUWARAHAY, pertencentes à família linguística MURA.

Os MURA, são mencionados pela primeira vez na literatura da época de 1714, quando são localizados na região abrangida pelo rio Madeira e seus tributários, entre eles os Rios Maiçé e Marmelos.

Belicosos, hostis e guerreiros, participaram de vários embates contra as tropas auxiliares do governo português, bem como lutaram contra as expedições punitivas, ficando famosos e respeitados por suas táticas de guerra - ataque de emboscada, ciladas planejadas - evitando assim os confrontos diretos com o inimigo.

No decorrer do século XVIII os Mura são mencionados e temidos por expedições expansionistas e guarnições militares, localizando-se em várias regiões de terras baixas e alagadas de Vila de Silves, Vila de Borba, Rios Madeira, Autaz, Purus, Solimões, Codajás, Coari, Caiamé, Tefé, Japurá, Jari, Unini, Paraná do Jauato entre outros.

Os Mura empreendem ataques a outros grupos (Torá, Manicoré) e expandem seus domínios, com maior concentração na Região do Rio Autaz.

Em 1784, os Mura dirigiram-se em pequenos grupos à localidade de Santo Antonio de Maripy (Rio Japurá) e ainda às Vilas de Borba, Alvarães e Tefé em missão de paz. Consta que não suportaram mais as pressões sofridas e inicia-se aí violento processo de miscigenação, com conseqüente descaracterização cultural.

De acordo com historiadores, tal contato teria se dado em função daqueles grupos encontrarem-se em franca depopulação, dizimados por sangrentas lutas, e por epidemias de sarampo, e varíola; pela adoção de novos e nocivos hábitos e, principalmente, em razão de mortal guerra que contra eles empreenderam os Munduruku - aliciados e armados pelos portugueses.

Após a "pacificação" os Mura dispersaram-se, fixando-se em pequenas Aldeias pelos rios Madeira, Autaz, Solimões, Jandituba, Caminã, Urubu, Abacaxis, Trombetas e local Mura-Tapeira (atual cidade de Oriximiná, no Pará).

Documentos datados de 1855, 1920, 1975 dão conta da existência de Aldeias Mura na Região do Madeira, Sapucaia, Caca, Matuará, Atininga, Matupiri, Manicoré, Capanã, Uarapiara, Baetas, Lago do Antonio, Carapanatuba, Três Casas, Crato e Lago Aruã (foi do Rio Aripuanã).

Em 1978, são encontradas aldeias Mura à margem direita do Rio Solimões, à jusante do Rio Coari; regiões entre os rios Solimões e Autaz, à margem direita do rio Canumã, no Médio Madeira; no rio Urubu e furo de Arauató (baixo Amazonas).

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A aldeia TRINCHEIRA está localizada à margem esquerda do Rio Preto do Pantaleão, que é afluente da margem direita do Rio Amazonas.

A área proposta tem a superfície de 1.550 ha aproximadamente e perímetro de 28 Km, sendo de posse imemorial de conformidade com o artigo 23 da Lei nº 6.001/73 e destina-se a evitar o total esfacelamento do grupo, assegurando-lhe a garantia de sua sobrevivência física e cultural: área demarcada pelo SPI, com base na Lei Estadual nº 941, de 16.10.1917.

III. SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1816/E, de 08.01.85, composto por servidores da FUNAI e ITERAM, informam que na área proposta existe apenas 01 (um) ocupante não índio, cujo valor das benfeitorias, importa em Cr\$ 9.458,52 (nove mil, quatrocentos e cinquenta e oito cruzados e cinquenta e dois centavos), não havendo incidência de títulos de propriedade dentro dos limites da AI TRINCHEIRA.

A população indígena atual na Área Indígena TRINCHEIRA é de 45 habitantes, distribuída em 08 casas. Com a regularização dessa área indígena, os Mura consideram suficientes as terras ora delimitadas, bem como reafirmam sua posse sobre elas, das quais retiram os meios necessários à sua sobrevivência.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena Trincheira, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília, 13 de agosto de 1986

ROMERO JUCÁ FILHO

FUNAI

RENATO D'ALMEIDA LEONI

MINTER

ANDRÉ VILLAS BOAS

MIRAD

PARECER Nº 134 /86 - GT.PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/85 - DEC.
88.118/85

ÁREA INDÍGENA - PADRE

GRUPO INDÍGENA - MURA

LOCALIZAÇÃO - Man. de A. M. de A. M.

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º do artigo 1º do Decreto nº 88.118/85 após examinar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a definição dos limites da área indígena Padre, vem apresentar o seu Parecer, observadas as disposições da Lei nº 6.001/73, consideradas as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 1º de março de 1985.

1. CONSENSO HISTÓRICO

Dentre os grupos indígenas que habitavam o Amazonas, o que mais se destacou foi o dos MURA, auto-identificados com BUHURAEN, BUXWARAY ou BUWARAHAY, pertencentes à família linguística MURA.

Os MURA são mencionados pela primeira vez na literatura da época de 1714, quando são localizados na região abrangida pelo Rio Madeira e seus tributários, entre eles os Rios Maici e Marmelos.

Belicosos, hostis e guerreiros, participam de vários embates contra as tropas auxiliares do governo português, bem como lutam contra as expedições punitivas, ficando famosos e respeitados por suas táticas de guerra - ataque de emboscada, ciladas planejadas - evitando assim os confrontos diretos com o inimigo.

No decorrer do século XVIII os Mura são mencionados e temidos por expedições expansionistas e guarnições militares, localizando-se em várias regiões de terras baixas e alagadas de Vila de Silves, Vila de Borba, Rios Madeira, Autaz, Purus, Solimões, Codajás, Coari, Caiamé, Tefé, Japurá, Jari, Unini, Paraná do Jauato entre outros.

Os Mura empreendem ataques a outros grupos (Iorá, Unicoré) e expandem seus domínios, com maior concentração na Região do Rio Autaz.

Em 1784, os Mura dirigiram-se em pequenos grupos à localidade de Santo Antonio do Maripy (Rio Japurá) e ainda às Vilas de Borba, Alvarães e Tefé em missão de paz. Consta que não suportaram mais as pressões sofridas e inicia-se aí violento processo de miscigenação, com consequente descaracterização cultural.

De acordo com historiadores, tal contato teria se dado em função daqueles grupos encontrarem-se em franca depopulação, dizimado pelas sangrentas lutas, pelas epidemias de sarampo e varíola, pela adoção de novos e nocivos hábitos e, principalmente, em razão de mortal guerra que contra eles empreenderam os Munduruku - aliciados e armados pelos portugueses.

Após a "pacificação" os Mura dispersaram-se, fixando-se em pequenas aldeias pelos rios Madeira, Autaz, Solimões, Jandiatuba, Caminã, Urubu, Abacaxis, Trombetas e local Mura-Tapera (atual cidade de Oriximiná, no Pará).

Documentos datados de 1853, 1926, 1973 não conta da existência de Aldeias Mura na região do Madeira, Sapucaia O-roca, Matuará, Atininga, Matupiri, Manicoré, Capanã, Uarapiara, Baetas, Lago do Antonio, Carapanatuba, Três Casas, Crato e Lago Arauá (fco do Rio Aripuanã).

Em 1978 são encontradas aldeias Mura à margem direita do Rio Solimões, à jusante do Rio Coari: regiões entre os Rios Solimões e Autaz, à margem direita do rio Canumã, no Médio Madeira; no rio Urubu e furo do Aramató (baixo Amazonas).

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A Área Indígena PADRE se localiza à margem direita do Igarapé Sampaio e à margem esquerda do Igarapé Boca do Lição, ambos afluentes da margem direita do Rio Preto do Panta -

leão.

A área proposta: com superfície de 840 ha. aproximadamente, e perímetro de 13 Km. é de posse imemorial de conformidade com o artigo 23 da Lei nº 6.001/73 e destina-se a evitar o total esfacelamento do grupo, assegurando-lhe a garantia da sua sobrevivência física e cultural: área detida pelo SPI, com base na Lei Estadual nº 941, de 16.10.1917.

III. SITUAÇÃO ATUAL


O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1816/E, de 08.01.85, composto por servidores da FUNAI e ITE - RAM, informa que na área proposta não existem ocupantes e nem benfeitorias de não-índios.

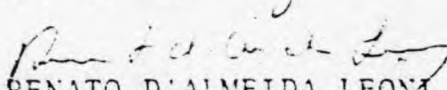
A população indígena atual na Área Indígena PA - DRE é de 09 habitantes, distribuída em 01 casa. Com a regularização dessa área indígena, os MURA consideram suficientes as terras ora delimitadas, bem como reafirmam sua posse sobre elas, das quais retiram os meios necessários à sua sobrevivência.


IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena PADRE, e ainda tendo em vista o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília, 13 de agosto de 1986.


ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI


RENATO D'ALMEIDA LEONI
MINTER


ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAD

PARECER Nº 113 /86 - GT.PORT.INTERMINISTERIAL Nº 002/83 - DEC.
88.118/83

ÁREA INDÍGENA - SÃO PEDRO

GRUPO INDÍGENA - MURA

LOCALIZAÇÃO - Mun. Autazes /AM

Senhores Ministros

O Grupo de Trabalho instituído na forma do parágrafo 3º. do artigo 2º. do Decreto nº 88.118/83, após analisar a proposta da Fundação Nacional do Índio, sobre a criação dos limites da Área Indígena São Pedro, vem apresentar, para apreciação, observadas as disposições da Lei 6.001/73, considerando as determinações do retrocitado Decreto, e os termos da Portaria Interministerial nº 002, de 17 de março de 1983.

I. CONSENSO HISTÓRICO

Entre os grupos indígenas que habitavam a região, o que mais se destacou foi o dos MURA, também conhecidos como BUHURAEN, BUXWARAY ou BUWARAHAY, pertencentes à família linguística MURA.

Os Mura são mencionados pela primeira vez na literatura da época de 1714, quando são localizados na região abrangida pelo Rio Madeira e seus tributários, entre eles os Rios Maici e Marmelos.

Belicócos, hostis e guerreiros, participam de vários embates contra as tropas auxiliares do governo português, bem como lutaram contra as expedições punitivas, ficando famosos e respeitados por suas táticas de guerra - ataque de emboscada, ciladas planejadas - evitando assim os confrontos diretos com o inimigo.

No decorrer do século XVIII os Mura são menciona-

nados e temidos por expedições expansionistas e guarnições militares, localizando-se em várias regiões baixas e alagadas de Vila de Silves, Vila de Borba, Rios Madeira, Autaz, Purus, Solimões, Codajás, Coari, Caiaimé, Tefé. Japurá, Jari, Unini, Paranã do Jauato, entre outros.

Os Mura empreendem ataques a outros grupos (Torá, Unicoré) e expandem seus domínios, com maior concentração na Região do Rio Autaz.

Em 1784, os Mura dirigiram-se em pequenos grupos à localidade de Santo Antonio do Maripy (Rio Japurá) e ainda às Vilas de Borba, Alvarães e Tefé em missão de paz. Consta que não suportaram mais as pressões sofridas e inicia-se aí violento processo de miscigenação, com conseqüente descaracterização cultural.

De acordo com historiadores, tal contato teria se dado em função de aqueles grupos encontrarem-se em franca depopulação, dizimado pelas sangrentas lutas, pelas epidemias de sarampo e varíola, pela adoção de novos e nocivos hábitos e, principalmente em razão de mortal guerra que contra eles empreenderam os Munduruku - aliciados e armados pelos portugueses.

Após a "pacificação" os Mura dispersaram-se, fixando-se em pequenas Aldeias pelos rios Madeira, Autaz, Solimões, Jandiatuba, Camimã, Urubu, Abacaxis, Trombetas e local Mura-Tapera (atual cidade de Oriximiná, no Pará).

Documentos datados de 1853, 1926, 1975 dão conta da existência de Aldeias Mura na região do Madeira, Sapucala, Orca, Matuarã, Atininga, Matupiri, Manicoré, Capanã, Uarapiara, Baetas Lago do Antonio, Carapanatuba, Três Casas, Crato e Lago Arauã (foz do Rio Aripuanã).

Em 1978, são encontradas aldeias Mura à margem direita do Rio Solimões, à jusante do Rio Coari; nas regiões entre os rios Solimões e Autaz, à margem direita do rio Canumã, no médio Madeira; no rio Urubu e furo do Arauatô (baixo Amazonas).

II. ÁREA PROPOSTA PELA FUNAI

A aldeia São Pedro está localizada à margem direita do Rio Preto do Pantaleão, que é afluente da margem direita do Rio Amazonas.

M R J

A área proposta tem a superfície de 730 ha, aproximadamente e perímetro de 17 Km, sendo de posse imemorial de conformidade com o artigo 23 da Lei nº 6.001/73 e destinando-se a evitar o total esfacelamento do grupo, bem como assegurando-lhe a garantia da sua sobrevivência física e cultural; área demarcada, pelo SPI, com base na Lei Estadual nº 241, de 16.10.17

III. SITUAÇÃO ATUAL

O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1816/E, de 08.01.85, composto por servidores da FUNAI e MIRAM, informa que na área proposta não existem ocupantes e nem benfeitorias de não-índios.

A população indígena atual na Área Indígena SÃO PEDRO é de 47 habitantes, distribuída em 10 casas.

Com a regularização dessa área indígena, os Mura consideram suficientes as terras ora delimitadas, bem como reafirmam sua posse sobre elas, das quais retiram os meios necessários à sua sobrevivência.

IV. CONCLUSÃO

De todo o exposto, considerada a imemorialidade da ocupação indígena, a situação atual em que se encontram as terras que constituem a Área Indígena São Pedro, e ainda tendo em vista, o interesse público e o interesse indígena, o Grupo de Trabalho submete o presente à decisão superior de Vossas Excelências, opinando pela aprovação da proposta da FUNAI, na conformidade do mapa e memorial descritivo, anexos a este parecer.

Brasília,

de

de 1986.

ROMERO JUCÁ FILHO
FUNAI

RENATO D'ALMEIDA LECXI
MINTER

ANDRÉ VILLAS BOAS
MIRAM

MINISTÉRIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO - FUNAI

ATA DA REUNIÃO Nº 10 /GT. 88.118/83

Aos treze dias do mês de agosto de 1986 reuniram-se no Gabinete da Presidência da FUNAI, às 15:00 hs., os representantes do MINTER e do MIRAD convocados pelo Coordenador do GT 88118/83, o Senhor Presidente da FUNAI, para analisar propostas de área incluídas na pauta da reunião. Presenças: Romero Jucá Filho, Presidente da FUNAI; Renato d'Almeida Leoni, representante do MINTER; André Junqueira Villas Boas, representante do MIRAD; Daniel Marques de Sousa, Superintendente da Superintendência de Assuntos Fundiários-FUNAI; Sheila Guimarães de Sá, MIRAD e Sônia de Almeida Demarquet, Chefe da DID/SUAF-FUNAI. O Senhor Coordenador abriu os trabalhos apresentando a questão da terra indígena como prioridade para o governo José Sarney, dizendo estar disposto a convocar assiduamente os membros do GT para tentar resolver ao máximo os problemas relacionados à terra indígena, chamando a atenção para o fato de que as propostas de área devam ser muito bem fundamentadas e realistas, para que o Governo possa encarar o trabalho da FUNAI com seriedade. Mostrou aos presentes qual seria a prioridade dos trabalhos, enfatizando a identificação e a demarcação como fundamentais, e considerando o caso das ampliações de área com questão a ser negociada entre comunidades indígenas e FUNAI. Após, explicou a convocatória e apresentou as áreas a serem apreciadas: A.I. Padre; A.I. São Pedro; A.I. Trincheira; A.I. Kulina do Rio Envira; A.I. Jaminawá; A.I. Cacau do Tarauacá; A.I. Apurinã do Km. 124; A.I. Kaxinawá de Nova Olinda. Antes da apreciação em si das áreas propostas, o Sr. Representante do MIRAD destacou a necessidade de se fazerem relatórios antropológicos mais consistentes e objetivos, onde se frise a relação do indígena com o seu habitat e suas formas de subsistência, para que as peças se tornem defensáveis e críveis em qualquer circunstância, principalmente no que diz respeito às provas históricas e atuais da imemorialidade da ocupação, e relacionando também o fato histórico com a situação vivida hoje pelo grupo indígena objeto do estudo. O representante do MIRAD solicitou também à FUNAI uma listagem inicial das prioridades relacionadas à identificação e demarcação de áreas indígenas, listando inclusive aquelas marcadas por situações conflituais, para que o MIRAD possa igualmente equacionar sua programação fundiária sob esse ponto de vista. Acrescentou que os dados do levantamento fundiário

Demarquet
D.T.

feito pelos GTs deixam muito a desejar, pois só preenchem as necessidades da FUNAI - sem incluir, por exemplo, o problema dos seringueiros nos seringais, e que este dado interessa muito, ao MIRAD. Ao mesmo tempo o Senhor Representante do MINTER lembrou que não basta apenas ter o quantum para indenizações, mas deve-se levar em conta a necessidade de se dispor de terra para reassentar invasores de área indígena e verba para indenizar benfeitorias de boa fé, concomitantemente. O Senhor Superintendente da SUAF expôs a posição do órgão quanto ao problema fundiário, reconhecendo que em muitos casos o levantamento de dados em campo e os estudos correlatos peçam pela inconsistência, havendo necessidade de refazê-los em determinadas circunstâncias, para que se tornem confiáveis. Após tais considerações, passou-se à leitura dos dossiês relativos às áreas indígenas objeto de convocatória e, verificando os problemas e situação de cada uma, o GT aprovou-as com algumas observações, como no caso das três áreas Mura e da A.I. Jaminawá. Assim, foram aprovadas, rubricadas e assinadas os pareceres relativos às áreas que se seguem: A.I. Kulina do Rio Envira (Parecer favorável nº 116); A.I. Jaminawá (Parecer favorável nº 120); A.I. Cacau do Tarauacá (Parecer favorável nº 119/86); A.I. Padre (Parecer favorável nº 114); A.I. Trincheira (Parecer favorável nº 115); A.I. São Pedro (Parecer favorável nº 113); A.I. Kaxinawá de Nova Olinda (Parecer favorável nº 118/86); A.I. Apurinã do Km 124 (Parecer favorável nº 117). Nada mais havendo a tratar, o Senhor Coordenador do GT 88118/83 e Senhor Presidente da FUNAI, encerrou os trabalhos, por mim secretariados e relatados na presente ata que, caso seja considerada conforme, será aprovada e assinada pelos participantes. Brasília, 13 de agosto de 1986.

João Guedes de Azevedo
R. + d. a. e. S. J.
Rui de Azevedo
João Guedes de Azevedo

ATA Nº 05 DA REUNIÃO DO GT 88.118/83

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de 1986, reuniram no Ministério do Interior os membros do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto nº 88.118/83, presentes os Senhores JOSÉ APOENA SOARES DE MEIRELLES - Coordenador do GT e Presidente da FUNAI, RENATO D'ALMEIDA LEONI - Representante do MINTER, JOÃO PACHECO DE OLIVEIRA FILHO - Representante do MIRAD, assessorados por VALTER FERREIRA MENDES - Assessor da DPI/FUNAI e SHEILA GUIMARÃES SÁ - Antropóloga/MIRAD. ORDEM DO DIA - Na pauta da reunião constava a análise das seguintes Áreas Indígenas: **BOCA DO ACRE** - após a informação dada pelo Dr. Valter de que o INCRA já destinou as Glebas Monte e Santa Rita para reassentamento dos colonos e que os recursos para regularização da citada área estão assegurados pelo PMACI, é aprovado o Parecer pelos componentes do Grupo. O representante do MINTER ressalta que deverá constar no Parecer e Exposição de Motivos, quando houver o caso de reassentamento de ocupantes, a fonte de recursos para regularização e o nome da área destinada pelo INCRA. **IGARAPE DO CAUCHO** - A FUNAI informa que a Fazenda 5 Estrelas assinará a Escritura de Renúncia de Domínio da área incidente, conforme rádio recebido pela Delegacia Regional da FUNAI no Acre - 14ªDR, e quanto ao reassentamento, caberá o ônus da indenização à FUNAI, através dos recursos do PMACI. O representante do MIRAD comunica que a questão INCRA/Faz. 5 Estrelas não se constitui de embargo para a questão, tendo em vista que o INCRA possui local para reassentamento. O representante do MINTER solicita ao Dr. João Pacheco que tome as providências necessárias junto ao INCRA para se promover a regularização da situação, em seguida é aprovado o Parecer. **POYANAWA** - Há nesta área ocupantes que possuem benfeitorias e aguardam indenização para se retirarem da área, o que ocorrerá com a aprovação do parecer e os recursos estão assegurados também, pelo PMACI, aprovação está que é acordado pelos membros do Grupo. **KAXARARI** - Aprovada, ressaltando-se que os recursos para regularização estão assegurados pelo Polonoroeste. **TAKUARATY YVYKUARUSU** - Continua a pendência judicial, razão pela qual o Grupo não pode aprovar a presente área, até que a mesma se resolva; o representante do MINTER solicita a FUNAI

DTR. 161, p. 243/244

que proceda o Pedido de Revisão do Parecer 648-H, que será feito através da Procuradoria Jurídica. **KARAJÁ/SANTANA DO ARAGUAIA** - O representante do MINTER solicita à FUNAI que verifique o valor da indenização a ser paga a única ocupante - Sra. Joana Moreira de Souza e saber junto ao GETAT a situação fundiária da mesma, o que poderá ser feito através do MIRAD. **SAN GRADOURO/VOLTA GRANDE** - Aprovada, ficando acertado o envio no início do mês do Parecer para assinatura dos membros do Grupo. Embora não constasse da pauta, foi comunicado aos membros através do Coordenador, sobre a situação da Área Indígena Alto Purus, que o líder da comunidade indígena lhe solicitou a regularização e consequente demarcação de sua área, uma vez que a mesma sofre há muitos anos um processo de invasões contínuas e com a passagem da Rodovia Transacreama, a tendência é aumentá-las. O Assessor da DPI informa que será realizado o levantamento fundiário com servidor da FUNAI/14^ª DR e do INCRA, neste ano. Foi sugerido pela FUNAI/MIRAD a inclusão das seguintes áreas, para a próxima reunião: KULINA DO MÉDIO JURUÁ, CAITITU, KARAJÁ/SANTANA DO ARAGUAIA, ANDIRÁ/MARAU, WAIÁPI e GUARANI DO BRACUI. O Coordenador encerra a reunião, agradecendo a presença e colaboração de todos. Nada havendo a tratar e estando todos acordes, lavrei a presente ata que, caso aprovada, será assinada por mim, Sueli Lopes de Oliveira Hardman, e pelos demais componentes do GT. 88.118/83. Brasília, 28 de janeiro de 1986.

13.08.86

DTR.361.p.844/244